UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA-PIMES

DESIGUALDADES REGIONAIS NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

RELATÓRIO DE PESQUISA

Nº 2

EFEITOS ESPACIAIS DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SETORIAIS DO GOVERNO FEDERAL

PARTE III:

EFEITOS ESPACIAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

RECIFE, ABRIL DE 1978.

RELATÓRIO Nº 02

EFEITOS ESPACIAIS DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SETORIAIS DO GOVERNO FEDERAL.

Parte	I	-	Efeitos Espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Industrial.
Parte	II	-	Efeitos Espaciais da Política de Comércio Exterior.
Parte	III	-	Efeitos Espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Agrícola.
Parte	IV	-	Efeitos Espaciais da Política Fiscal.
Parte	V	-	Efeitos Espaciais da Política Monetária e Financeira.

RELATÓRIO Nº 03

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Parte	I	-	O Desenvolvimento Regional no Contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.
Parte	II	-	Avaliação dos Programas de Desenvolvimento Rural: Região Nordeste.
Parte	III	-	Avaliação do Programas de Desenvolvimento Industrial: Região Nordeste.
Parte	IV	-	Avaliação dos Programas e de Desenvolvimento Rural : Regiões Norte e Centro-Oeste.
Parte	V	-	Avaliação do Programa de Desenvolvimento Industrial da Amazônia : SUFRAMA.

EFEITOS ESPACIAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Parte III do Segundo Relatório da Pesquisa sobre Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, apresentado ao IPEA/IPLAN em decorrência de convênio celebrado com o Curso de Mestrado em Economia (CME-PIMES), da Universidade Federal de Pernambuco. Este documento foi elaborado por Geraldo Medeiros de Aguiar e contou com a colaboração de Jorge Jatobá (Coordenador Técnico da Pesquisa). No levantamento e processamento das informações, deram sua valiosa e eficaz contribuição: Nair Aguiar de Miranda, Ana Maria Prado de Albuquerque, Simone M. de Albuquerque Alvez, Paulo Roberto Honório de Melo, Maria José Nascimento e Jany Maria de Santana. A equipe de pesquisa agradece a colaboração de Ivan Targino Moreira que teve a árdua tarefa de, em Brasília, levantar informações junto aos órgãos públicos competentes.

ESTE DOCUMENTO É DE PROPRIEDADE DO IPEA. A CIRCULAÇÃO É RESTRITA E A REPRODUÇÃO É PROIBIDA

S U M Á R I O

Página

C A P Í T U L O S

INTRODUÇÃO

1. - AS DIMENSÕES REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA 04

1.1 - Processos que Influenciam as Desigualdades Regionais no Setor Agrícola 04

1.1.1 - Formas de Exploração dos Recursos Naturais e Condicionantes Ecológicos. 04

1.1.1.1 - Região Norte 04

1.1.1.2 - Região Nordeste 05

1.1.1.3 - Região Sudeste 05

1.1.1.4 - Região Sul 06

1.1.1.5 - Região Centro-Oeste 06

1.1.2 - Formas de Organização Econômica e Social 07

1.1.3 - Efeitos de Política Econômica 08

1.1.4 - Articulação Entre a Agricultura e os Mercados de Produtos Agrícolas 09

1.2 - Padrões de Desenvolvimento Agrícola: Suas Dimensões Originais 10

1.2.1 - Expansão da Fronteira Agrícola 10

1.2.2 - Desenvolvimento do Capitalismo no Campo 14

1.2.3 - Agricultura Principal e Agricultura Tradicional de Secundária. 16

1.3 - As Estratégias de Desenvolvimento Agrícola nos Planos Governamentais 20

1.3.1 - O Plano SALTE (1950-1954) 21

1.3.2 - Plano de Metas (1956-1961) 22

1.3.3 - Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) 23

1.3.4 - Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG (1964-1966) 25

1.3.5 - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976) 27

1.3.6 - Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED (1968-1970) 28

1.3.7 - I Plano Nacional de Desenvolvimento IPND (1972-1974) 28

1.3.8 - II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1975 - 1979) 29

1.3.9 - Síntese 30

S U M Á R I O

Página

2.- POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO. 31

2.1 - Estrutura Fundiária 32

2.1.1 - Região Norte 33
2.1.2 - Região Nordeste 35
2.1.3 - Região Sudeste 37
2.1.4 - Região Sul 38
2.1.5 - Região Centro-Oeste 39
2.1.6 - Síntese da Estrutura Agrária Brasileira 39

2.2 - Distribuição da Força de Trabalho 46

2.3 - Política de Colonização 49

2.3.1 - Programas Oficiais de Colonização ao Longo da Transamazônica 50
2.3.2 - Programa de Colonização do Alto Turi 56
2.3.3 - A Colonização Oficial em Rondônia 60

2.4 - O Problema da Terra - Instrumento de Política Fundiária e Realidade 64

2.4.1 - Região Norte 67
2.4.2 - Região Nordeste 68
2.4.3 - Região Sudeste 69
2.4.4 - Região Sul 69
2.4.5 - Região Centro-Oeste 69
2.4.6 - Síntese 70

3.- POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE 72

3.1.- Comportamento da Produtividade 73
3.2.- Uso de Máquinas 76
3.3.- Uso de Fertilizantes 76
3.4.- Sistema de Pesquisa Agropecuária 78
3.5.- Sistema Brasileiro de Extensão Rural - SIBER 83
3.6.- Considerações Finais 84

S U M Á R I O

Página

4. - POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS. 87

4.1. - Distribuição do Crédito Rural 87
4.2. - O Crédito Rural e sua Relação ao Produto Bruto da Agricultura. 88
4.3. - Aplicação do Crédito Rural por Atividades Agropecuárias Segundo as Regiões 90

4.3.1. - Região Norte 90
4.3.2. - Região Nordeste 90
4.3.3. - Região Sudeste 91
4.3.4. - Região Sul 92
4.3.5. - Região Centro-Oeste 92
4.3.6. - Síntese do Brasil 92

4.4. - Aplicação do Crédito para Financiamento de Preços Mínimos. 94

4.4.1. - Região Norte 94
4.4.2. - Região Nordeste 94
4.4.3. - Região Sudeste 95
4.4.4. - Região Sul 95
4.4.5. - Região Centro-Oeste 96
4.4.6. - Síntese para o Brasil 96

4.5. - Sumário 97

5. - CONSIDERAÇÕES FINAIS 98

ANEXO ESTATÍSTICO

ANEXO A: Tabelas referentes a Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprêgo.

ANEXO B: Tabelas referentes a Política de Produção e Produtividade.

ANEXO C: Tabelas referentes a Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos.

EFEITOS ESPACIAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

INTRODUÇÃO

De início cabe destacar que este documento não pretende realizar uma interpretação das desigualdades regionais de desenvolvimento agrícola na sociedade brasileira. O objetivo que permeia o presente trabalho é o de analisar a incidência espacial das políticas nacionais de desenvolvimento agrícola, em vez de oferecer uma visão descritiva e interpretativa dos processos históricos e dos condicionantes econômicos, sociais e políticos que forjaram os diferentes tipos de especialização na agricultura brasileira e também de como se diferenciaram regionalmente os padrões de acumulação no campo. Evidentemente, que o conhecimento destes processos é necessário para se proceder ao estudo dos efeitos espaciais das políticas nacionais para o setor.

O estudo dos fenômenos agrícolas é geralmente complexo sobretudo em um país de dimensões continentais como o Brasil onde a diferenciação de climas, de solos, de relações sociais de produção (herdadas de distintos processos de ocupação e especialização e no grau de penetração das relações capitalistas) formam uma realidade muito heterogênea. Contra esse pano de fundo e na presença de alguns problemas metodológicos tenta-se nesse documento, de maneira pioneira, identificar a incidência espacial de algumas políticas nacionais de desenvolvimento agrícola.

Os problemas metodológicos se situam tanto do lado da ausência de instrumentos analíticos que permitam captar com certa precisão os rebatimentos na malha regional brasileira decorrentes da implementação de medidas de política econômica estritamente setoriais, quanto da impossibilidade de decompor os efeitos sobre as variáveis relevantes que dimanam da atuação de fatores naturais, do arbítrio das forças de mercado e dos efeitos de outras políticas setoriais, tais como a de industrialização, transportes, educação, etc., que se constituem em importantes políticas complementares à promoção da agricultura. Há de se ressaltar também os efeitos importantes sobre a alocação, eficiência e desempenho da atividade agrícola que decorrem da incidência espacial diferenciada da política de comércio exterior, da política monetária e da política tributária. Embora não se possa fazer a decomposição acima referida, os efeitos mais relevantes destes distintos elementos sobre o desenvolvimento agrícola regionalmente diferenciado serão identificados no texto ou referenciados aos demais documentos desta pesquisa que tratam do problema com mais vagar.

Cabe destacar, de início, que o relatório sobre os efeitos espaciais das políticas de comércio exterior ressalta os rebatimentos regionais sobre o desenvolvimento agrícola decorrentes de vários instrumentos da política comercial bra

sileira. Por outro lado, o estudo sobre os efeitos regionais da política monetária e financeira atentam para os efeitos espaciais de políticas de crédito subsidiado onde se releva as de crédito rural. Por conseguinte, os efeitos regionalmente distintos sobre os diversos espaços agrícolas do país não se esgotam com este documento.

Não deve passar desapercebido que uma ampla base de informações foi levantada para dar substância aos argumentos desenvolvidos no texto, embora caiba ser destacado que a disponibilidade de dados não foi homogênea para todas as políticas analisadas. Ademais, os dados não foram exaustivamente analisados no texto. De fato, só referências essenciais foram feitas ao longo do documento às tabelas que se encontram em anexo. Chama-se a atenção do leitor, por conseguinte, para estas tabelas que se constituem em rica fonte de informações, devendo as mesmas ser consideradas como importante componente do presente estudo além do papel subsidiário que tiveram no desenvolvimento da análise.

Este documento que se constitui na parte III do relatório nº 2 está estruturado da seguinte forma: o capítulo 1 parte dos planos de influência que se considera relevantes para analisar a incidência regionalmente diferenciada das políticas de desenvolvimento agrícola, na medida em que, estes elementos condicionam e filtram os efeitos da implementação das políticas sobre as diversas estruturas regionais do setor agrícola. Este capítulo deve ser considerado como o marco de referência para os capítulos seguintes que tentam analisar os efeitos espaciais da política de per se. O capítulo 2 dedica-se ao estudo das políticas de estrutura fundiária, colonização e emprego que embora não apareçam com esta titulação no sistema nacional de planejamento agrícola, foram conjuntamente analisadas por sua óbvia interdependência. Neste capítulo, ênfase espacial é dada a política de colonização em regiões de fronteira. O capítulo 3, onde são mais evidentes as dificuldades metodológicas e onde a base de dados é mais escassa, dedica-se ao estudo da incidência espacial das políticas de produção e produtividade. O capítulo 4 analisa os rebatimentos regionais das políticas de crédito, investimento e financiamento de preços mínimos com destaque para o primeiro e terceiro aspectos, vez que os dados sobre investimento ao nível regional não se encontravam disponíveis. O último capítulo, reserva-se a articular as análises anteriores de uma maneira sintética e interativa, vez que a complexidade dos fenômenos agrícolas e das políticas que incidem sobre o setor nem sempre permitem conclusões que se esgotam ao nível de cada capítulo, ou melhor, ao nível de cada grupo de política.

Finalmente, cabe ressaltar dois aspectos. Em primeiro lugar, embora este documento não objetive avaliar as políticas nacionais de desenvolvimento agrícola por si mesmas, vez que o enfoque do estudo é analisar a incidência espacial destas políticas, dificilmente se escapa, devido a interdependência e complexidade das políticas setoriais, a uma certa avaliação crítica das políticas de per se, so

bremodo quando estas políticas têm uma identificação espacial bem acentuada como no caso da estratégia, políticas e instrumentos que norteiam a ocupação de áreas de fronteira. Em segundo lugar, e em adendo ao argumento anterior, o presente documento deve ser considerado como complemento das partes II e IV do relatório nº 3 que trata da avaliação dos programas de desenvolvimento rural para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

CAPÍTULO 1

AS DIMENSÕES REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

1.1 - PROCESSOS QUE INFLUENCIAM AS DESIGUALDADES REGIONAIS NO SETOR AGRÍCOLA

O objetivo desta seção que destaca "os processos que influenciam as desigualdades regionais" é apenas o de caracterizar de maneira sumária quatro planos de influência a partir dos quais se pode analisar os efeitos regionais das políticas. A colocação destes planos de influência é apenas um marco de referência para a análise que se seguirá a partir do capítulo 2 deste documento. Estes, são: formas de exploração dos recursos naturais e condicionantes ecológicos, formas de organização econômica e social, efeitos de políticas econômicas complementares e articulação entre a agricultura e os mercados de produtos agrícolas.

1.1.1 - Formas de Exploração dos Recursos Naturais e Condicionantes Ecológicos

Sob este ângulo procura-se ver os condicionantes que delimitam e caracterizam as atividades agrícolas nas grandes regiões brasileiras.

1.1.1.1 - Região Norte

Com uma área correspondente a 42% do território, no qual vive apenas 4% da população brasileira, a região Norte, em suas partes conhecidas, apresenta sérias restrições para utilização agrícola por métodos rudimentares. As experiências com os solos amazônicos têm demonstrado que os mesmos se mantêm produtivos somente através de técnicas adequadas sob pena de em poucos anos perder a sua fertilidade natural.

A topografia, em geral, é favorável às atividades agropecuárias, inexistindo qualquer problema de escassez de água.

Há entre os estudiosos da região[1] um consenso de que é difícil prognosticar o que ocorrerá nos próximos anos, no que diz respeito ao aumento do contingente de agricultores e pecuaristas que afluem para essa área, particularmente, após as construções das extensas rodovias que a cortam em vários sentidos. Atualmente, essa vastíssima região está sendo ocupada por agricultores e pecuaristas do Sul, Sudeste e, em menor escala, do Nordeste, provenientes de áreas hoje saturadas em seus Estados de origem.

As limitações de mercado e os incipientes resultados de pesquisas agronômicas configuram grandes óbices ao desenvolvimento da região, muito embora as

---

1 Armando Mendes, Amilcar Tupiassu, Artur Cesar Ferreira Reis

perspectivas de riquezas minerais, da criação de animais de grande porte e da potencialidade dos cultivos sejam, do ponto de vista econômico, altamente promissores.

Característico da região são as inundações periódicas que tornam grande parte das áreas impraticável a quaisquer atividades agropecuárias[1].

1.1.1.2 - Região Nordeste

Os atuais recursos naturais, no Nordeste, são apresentados em inúmeros estudos, realizados por várias instituições ou estudiosos da região, como limitativos para o desenvolvimento das atividades agrícolas[2].

Esta limitação está no desajuste da economia e ocupação demográfica às condições ecológicas da região onde as secas periódicas provocam sérios efeitos econômicos e sociais. As soluções para superar esse desajuste tiveram neste último século, várias interpretações entre as quais se destacam: o enfoque hidrológico, o de perspectiva sócio-econômica e o de desenvolvimento planejado.

1.1.1.3 - Região Sudeste

Esta região é privilegiada em termos ecológicos, não só quanto aos recursos de solos, mas também, de clima. Dotada, portanto, de recursos altamente favoráveis às atividades agropecuárias, vem, desde há muito, tomando posição de destaque na economia agrícola brasileira. Por outro lado, o seu desenvolvimento urbano-industrial eleva significativamente o mercado para produtos e matérias-primas agrícolas ao mesmo tempo gerando importantes oportunidades de emprego. Tanto é assim, que elevada parcela da produção agrícola é formada por produtos voltados para exportação, classes de renda média e alta, assim como para a indústria. A agricultura conhecida como semimercantil ou de subsistência apresenta-se em escala bem menor do que nas demais regiões brasileiras.

---

1 Um meio de agilizar o desenvolvimento agrícola dessa região pode ser imaginada, talvez, em revolucionários meios de transporte não convencionais, que hoje assume incomensurável importância na ocupação econômica na Sibéria da Rússia Soviética e no Canadá. É possível, talvez, que através do transporte de grandes cargas a custo baixíssimo (energia eólica) possam as grandes áreas agrícolas da Amazônia deixarem de sofrer restrições de mercado. Cf. Emílio Castanon -Pasquel e Otto Schulz. "Médios no Convencionales de Transporte, trabalho apresentado pela Secretaria Geral da OEA a V Reunion Americana de Ejecutivos de Reforma Agraria. Assunção, Mimeo, s/data.

2 Cf., por exemplo, Singer H.W., Estudos sobre o Desenvolvimento Econômico do Nordeste, CONDEPE, Recife, 1962, e GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste, SUDENE, Recife, 1967.

Esta região dispõe também de um sistema de transporte bem integrado, tanto rodoviário como ferroviário. Em geral, as estradas são pavimentadas e convergem para o importante eixo São Paulo – Rio de Janeiro. Nessas duas regiões metropolitanas concentra-se cerca de 73% da produção industrial do país e se apresentam os maiores índices de urbanização. Em particular o Estado de São Paulo funciona como centro geoeconômico que extrapola os limites geográficos da região Sudeste e coloca em sua periferia todas as demais regiões brasileiras. Por outro lado, a aceleração do processo industrialização-urbanização tende a mudar, cada vez mais, a estrutura produtiva da atividade agrícola.

1.1.1.4 – Região Sul

Esta região de vocação agropecuária bastante diversificada, igualmente a anterior, é bem dotada de solos e climas e, portanto, de condições ecológicas que favorecem a produção de uma grande variedade de produtos agrícolas. Nela só não podem ser cultivados, em grande escala, aqueles produtos agrícolas típicos de climas tropicais e equatoriais.

Em geral as terras da região Sul são de boa fertilidade natural com topografia também favorável, amplas pastagens naturais de muito boa qualidade e clima ameno, particularmente nas áreas de terras roxas do norte do Paraná. Caracteriza, ainda, esta região a boa distribuição de chuva durante todo o ano.

Em termos de desenvolvimento agrícola é depois do Sudeste, a região mais importante do país. A proeminência do setor agrícola na região Sul, em termos de dinamismo e modernização, faz com que a mesma possa competir e abastecer o mercado do Sudeste em matérias-primas e gêneros alimentícios. Ressalte-se ainda, que a região Sul tem colocado seus produtos agrícolas inclusive em regiões longínquas, como o Norte e Nordeste.

Com condições ecológicas muito favoráveis às atividades agrícolas, o Sul do Brasil teve, ainda, a vantagem de ter sido ocupado em parte por colonos europeus com tradição e conhecimentos técnicos em produção agrícola o que, certamente, a favoreceu em termos de diversificação da produção, estrutura fundiária, e modernização das atividades agrícolas.

1.1.1.5 – Região Centro-Oeste

De maneira semelhante à região Norte, o Centro-Oeste representa um relativo vazio demográfico sendo pouco conhecidos os seus recursos naturais. Só recentemente, com a interiorização da capital do país para aquela região, é que os

governos Federais e Estaduais têm-se preocupado em conhecer as reservas e o potencial dos recursos naturais para efeito de ocupação e exploração econômica.

Caracterizam, ecologicamente, a região Centro-Oeste os seus grandes campos cerrados, com chuvas não muito abundantes, concentradas no verão e grandes reduções no inverno. Apresenta, ainda, esta região uma característica interessante que é a uniformidade de topografia plana em grandes extensões, permitindo completa mecanização da agricultura.

No centro-Oeste, também, o impulso de ocupações e dinamização do setor agrícola tem partido da região Sudeste. Desta forma, a região Centro-Oeste teve historicamente seu crescimento demográfico e econômico condicionados à expansão da economia do Sudeste. É importante notar que a ocupação desta região vem se dando, em linhas gerais, na base da grande propriedade que, sem dúvida alguma, contribui, como na Amazônica, para o fechamento da fronteira à emigração natural proveniente das áreas já saturadas do Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Perdurando esta tendência, tenderá a se manter no futuro não somente conflitos armados na ocupação das terras devolutas, mas também, uma crise na produção de alimentos, dando os incentivos e ênfase que se dá, nesta e nas demais regiões, aos cultivos de exportação.

1.1.2 - Formas de Organização Econômica e Social

O processo de desenvolvimento agrícola nacional está baseado numa concentração da propriedade privada da terra assim como em uma monopolização do capital para financiamento de custeio e comercialização de produção e matérias - primas agrícolas. É a partir das diferenças qualitativas desses processos, nas distintas regiões do Brasil, como se verá mais adiante que se pode identificar as causas das desigualdades regionais no setor agrícola.

Vale ressaltar que o processo de concentração monopolista da propriedade privada da terra já está essencialmente concluído no Sul, Sudeste e parte do Nordeste, porém ainda em consolidação no Norte, Centro-Oeste e pequena parte do Nordeste. Assim sendo, a formação histórica de cada região mostra matrizes diferenciadas na concentração da propriedade privada da terra. Nas regiões periféricas - Norte, Nordeste e Centro-Oeste - milhares de famílias - ficaram marginalizadas desse processo e disputam pequenas parcelas a fim de fundar explorações frequentemente de ostensiva insuficiência econômica (Minifúndios).

Nas regiões caracterizadas pela crônica falta de recursos físicos e financeiros, os agentes que interferem nas primeiras fases da comercialização dos produtos e matérias-primas agrícolas se localizam em função da repartição espacial da produção e, da insuficiência dos meios de transporte que vinculam as áreas de produção aos mercados agrícolas. Tal fato ocorre em consequência de inexistirem nas regiões periféricas os elementos essenciais ao desenvolvimento agrícola: mercados, transportes, incentivos, distribuição local de insumos e pesquisas ou inovações tecnológicas.

Na ausência destes elementos e face à reduzida ou inexistente capacidade de negociação por parte dos minifundistas e pequenos produtores é que advêm os obstáculos à penetração dos serviços de desenvolvimento agrícola e dos múltiplos mecanismos de transformação sócio-cultural no campo.

Dentro desse quadro o "ciclo de pobreza" pode ser resumido no seguinte: se o trabalho, durante o ano agrícola, não se traduz, para as famílias produtoras, em excedentes monetários de significação, dificilmente poder-se-á implementar programas de transformação tecnológica com base na introdução de insumos modernos, que permitem graduais melhoramentos nos níveis de produtividade física da agricultura[1]. Daí deduz-se a inviabilidade de profundas transformações tecnológicas frente à situação de penúria dos pequenos produtores e minifundistas, sobremodo daqueles agricultores vinculados aos sistemas de parceria e arrendamento.

Com efeito, os processos de concentração monopolista da propriedade privada da terra e os processos vinculados à concentração do já escasso capital financeiro põem a desnudo a ineficiência dos programas de assistência técnica, de crédito e fomento de insumos modernos. Advêm daí o aprofundamento das contradições sociais por eles influenciadas, ou seja: de um lado o pagamento a preços exorbitantes pelo uso da terra e do outro a absorção dos pequenos excedentes dos produtores por parte dos açambarcadores ou comerciantes que formam as grandes cadeias de intermediação entre o produtor e consumidor, sem que nada de novo seja incorporado ao produto.

As formas de organização política e social aqui citadas voltarão a ser apresentadas nos capítulos seguintes, não somente em seus aspectos qualitativos, mas também, quantitativos. Ter-se-á, portanto, um quadro geral de todas as políticas voltadas para o desenvolvimento agrícola, também vistas a luz deste plano de influência. Por exemplo, a comparação dos rebatimentos regionais da política de reforma agrária e colonização, de crédito e de incentivos deverá explicitar grande parte da problemática causada não somente pelo processo de concentração monopolista da propriedade privada da terra, mas também pelo processo de monopolização do capital financeiro para os mercados agrícolas.

1.1.3 - Efeitos de Política Econômica

Tem-se tornado evidente no estudo das desigualdades regionais no país que as políticas econômicas nacionais têm importantes rebatimentos espaciais[2].

1 Senado Federal - 1º Seminário de Avaliação do Desenvolvimento Agropecuário do Nordeste. João Pessoa 10/11/71 pag. 21.

2 Cf. Osmundo Rebouças, Interregional Effects of Economic Policies; Multisectoral general Equilibrium Estimates for Brazil. Dissertação doutoral inédita apresentada à Universidade de Harvard, Cambridge, MASS., 1974 e Brasil. Presidência da República. GTND. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste, 1959.

O caráter não diferenciado regionalmente das políticas nacionais, pode obstaculizar o desenvolvimento de algumas regiões em benefício de outras. Comumente, a não diferenciação regional da política nacional aloca efeitos desfavoráveis para as regiões menos dotadas do ponto de vista econômico - em benefício daquelas mais bem dotadas. Por conseguinte, a política econômica pode reforçar as disparidades existentes na medida em que beneficia as regiões mais ricas.

Como se sabe, o objetivo deste relatório é o de investigar os efeitos regionais das políticas macroeconômicas e setoriais do Governo Central. Mais particularmente, este segmento objetiva analisar os rebatimentos regionais das políticas para o setor agrícola. Convém mencionar, embora de maneira sumária, algumas políticas não agrícolas, mas que têm efeitos importantes sobre a alocação espacial da atividade agropecuária Entre estas destacam-se:

a) A política de investimento do setor público com referência a infra-estrutura de transporte, energia e armazenamento, que dão suporte ao processo de produção e circulação de produtos agrícolas;

b) A política cambial, tarifária e de promoção de exportações;

c) A política tributária e a

d) Política nacional de industrialização.

Os efeitos regionais destas políticas, inclusive aqueles sobre o desenvolvimento da agricultura do país em suas dimensões espaciais, foram analisadas em outras partes deste relatório e não serão repetidas aqui. A menção a estas políticas complementares foram feitas para não passar desapercebido que as consequências sobre a alocação espacial da atividade agrícola não estão desvinculadas da atuação de outras políticas e por conseguinte, não se restringe aos efeitos da política setorial.

1.1.4 - Articulação entre a Agricultura e os Mercados de Produtos Agrícolas

Historicamente, todas as regiões brasileiras tiveram suas principais estruturas econômicas ditadas por vínculos externos à economia nacional, isto é, pela sua articulação com o mercado internacional de produtos e matérias primas agrícolas. É nessa articulação que se fundamentam os grandes ciclos da economia brasileira cujos modelos de crescimento sempre estiveram voltados "para fora".

A partir deste modelo de crescimento "para fora " é que incide na economia nacional, como um todo, o processo já secular de deterioração dos preços dos produtos e matérias primas agrícolas. Este processo que ocorre entre a nação e os mercados mundiais e entre as diversas regiões do país conforma uma

forma de drenagem dos recursos das regiões pobres para as mais ricas. Intersetorialmente, o processo toma a forma, na deterioração dos preços dos produtos e matérias-primas agrícolas em relação aos preços dos insumos modernos utilizados pela agricultura.

Finalmente, vale assinalar que os vários planos de influência até aqui analisados e que conformam a problemática das desigualdades regionais de um ponto de vista do setor agrícola não podem ser vistos isoladamente, mas de forma interativa, particularmente, quando se pensa em diagnosticar e elaborar proposições específicas para modificar as atuais tendências e os principais mecanismos da política econômica nacional que afetam de forma diferenciada o desenvolvimento das distintas regiões do país.

1.2 - PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA: SUAS DIMENSÕES REGIONAIS

Nesta seção procura-se explicitar as principais características da agricultura brasileira em anos recentes. Convém reenfatizar que não se pretende descrever processos, mas apenas mencionar, também como marco de referência para a análise da incidência espacial das políticas agrícolas, alguns elementos considerados essenciais para o entendimento das modificações que vem ocorrendo no campo. Estes elementos, objetos de rápida análise são: expansão da fronteira agrícola, modernização da agricultura e, agricultura de exportação e estagnação da agricultura tradicional.

1.2.1 - Expansão da Fronteira Agrícola

Na década de quarenta intensifica-se a ampliação da fronteira agrícola nacional com a ocupação das terras do Norte e Oeste do Estado do Paraná, através da expansão do cultivo de café para, logo em seguida, também expandir-se o cultivo do algodão herbáceo não só para atender a demanda externa, mas também, para substituir as importações do Nordeste.

Naquela década, fração substancial dos fluxos migratórios internos dirigem-se para o Paraná. Os novos ocupantes destroem de forma predatória fração substancial da floresta homogênea de araucária (pinheiro do Paraná), de significativo valor econômico para a indústria madereira e de celulose. Na década seguinte, 1950-1960, as migrações tomam o sentido do Sul do Estado de Mato Grosso e Sul do Estado de Goiás. Essa mudança significativa no sentido de ampliação da fronteira agrícola deve-se, naquele período, a dois motivos básicos: ao surto de industrialização e modernização da economia de São Paulo e a transferência da capital federal para o centro do Estado de Goiás. Este desenvolvimento tende a

intensificar-se, ainda mais, na década seguinte 1960-1970.

A partir dos anos 60, assiste-se no país a uma verdadeira corrida para os territórios e Estados das regiões Norte e Centro-Oeste, não somente por parte das populações de baixa renda do Nordeste - premidas pelas intempéries periódicas das secas, e saturações de áreas já ocupadas - mas, também, por pequenos proprietários rurais do Sul e Sudeste, por empresários nacionais e estrangeiros e mesmo empresas multinacionais que passaram a ver naquelas regiões excelentes condições para a especulação imobiliária, mineração, pecuária extensiva, e projetos madeireiros e de reflorestamento em grande escala.

Na década dos setenta observa-se uma expansão da fronteira agrícola na direção do norte do Estado de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Norte de Goiás e Sul do Pará. Na maioria dos casos a ocupação é espontânea, desordenada e predatória caracterizando-se por conflitos fundiários.

Ainda nesta década, mais especificamente em 1970, ano em que o Nordeste experimentou uma de suas mais implacáveis secas, observa-se uma mudança na orientação oficial quanto à ocupação demográfica e econômica da Amazônia o que evidencia um papel mais agressivo do governo brasileiro no processo de intervenção pública na área, que tinha se iniciado em 1953 com a criação da SPVEA (Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia). A mudança na orientação consistia em promover a ocupação da Amazônia por pequenos agricultores, ou melhor, por uma agricultura de base familiar. Esta política permitiria a fixação na Amazônia de vastos contingentes de agricultores sem terra em sua maioria, oriundos do Nordeste, o que permitiria atenuar a pressão demográfica sobre a base física desta última região. A transferência de excedentes populacionais do Nordeste ("homens sem terra") para a Amazônia ("terra sem homens") e sua fixação nesta última área através de projetos de colonização caracterizaria o Programa de Integração Nacional, que contemplaria entre os seus objetivos a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Nas terras tornadas acessíveis pela construção destas estradas, o governo comprometeu-se a financiar e administrar a colonização de 10 Km em cada lado das rodovias, destinados a pequenos agricultores, que receberia cada, lote de 100 hectares. As terras estendendo-se 90 Km, além dos 10 Km destinados à colonização, seriam destinadas à venda e blocadas para a atividade pecuária. A responsabilidade pela condução da política de colonização foi atribuída ao INCRA. Deu-se, assim, início à colonização dita subtransamazônica que envolveu, sobremodo, as áreas de Marabá, Altamira e Itaituba, todas localizadas no Estado do Pará.[1] Cabendo destacar no momento que a orientação da polí

[1] Este programa de colonização será objeto de avaliação no capítulo 2 deste documento.

tica oficial mudou de rumo em 1974 de modo a dar ênfase a grande empresa capitalista sob a alegação de que a estratégia de ocupação com base na agricultura familiar evidenciou-se ineficaz, predatória e de elevados custos.

O mais recente fluxo para região de fronteira destinou-se para Rondônia onde se localiza projeto de colonização oficial administrado pelo INCRA.Os fluxos de migrantes, oriundos em sua maioria do Sul (sobretudo Paraná) e Sudeste, foram muito intensos, sobremodo nos anos de 1975 e 1976, quando no período de estiagem alcançou a média de 900 a 1.000 famílias por mês. Dada a intensidade destes fluxos, posteriormente desestimulados pelo Ministério do Interior, a pressão demográfica sobre a parca infra-estrutura social e física do território assim como a demanda por terras geraram um clima de significativa tensão social que tem fugido ao controle do INCRA, aliás, uma das partes em conflito. Por outro lado, a pressão demográfica sobre a base física do território tem levado a frequentes invasões de terras com as inevitáveis violências que caracterizam estes processos. O INCRA tem demonstrado de outro lado pouca agilidade no assentamento de colonos vez que só em fins do ano passado é que estava localizando em caráter definitivo, famílias que tinham sido tituladas em 1975. Uma caracterização importante destes fluxos migratórios é que tem deslocado tensões sociais de áreas urbanas, para onde outrora se deslocaria esta população, para áreas de fronteira.

Em Rondônia, os solos são férteis e a atividade agrícola expandiu-se com rapidez. Por deficiência de infra-estrutura de transporte e armazenagem , contudo, os agricultores têm encontrado muita dificuldade em escoar a produção.

No Sul do Pará e norte do Goiás os conflitos fundiários também são intensos. A pecuarização é ativa na área, expulsando com frequência antigos posseiros e a população flutuante que se deslocou para essas zonas em passado recente. Os choques decorrem da penetração de relações capitalistas no campo que se superpõem a uma economia primitiva e até então isolada. Convém frizar que estas transformações ocorrem em função também dos estímulos de política econômica, na medida em que o Governo tem apoiado, via sistema de incentivos fiscais, sobremodo a grande empresa agropecuária.

No norte de Mato Grosso alguns projetos de colonização privada (CONAGRO, SINOP e INDECO) têm orientado fluxos migratórios do sul do país para aquela área. A migração é contudo, controlada e seletiva, beneficiando pequenos proprietários rurais que venderam suas terras nos seus lugares de origem. Estas áreas de ocupação muito recente (últimos quatro anos) têm se dedicado mais a produção de culturas permanentes de exportação tais como cacau,soja,guaraná e café, do que a produção de alimentos para o mercado interno.Vez que esses projetos são

conduzidos pela iniciativa privada, eles não podem absorver colonos de baixa renda, ficando esta competência na esfera do poder público. Contudo, os projetos de colonização oficial não parecem estar contemplando com muita ênfase este objetivo.

Cabe destacar o projeto de colonização do Alto Turi administrado pela COLONE e situado na pré-Amazônia maranhense, que talvez se constitua no maior empreendimento de colonização para agricultores de baixa renda mas que não tem recebido o devido apoio governamental, inclusive da SUDENE, da qual a COLONE é subsidiária. Os problemas da COLONE se situam em: falta de apoio financeiro e institucional, na medida em que este último é essencial para enfrentar o processo de "grilagem", muito intenso na área.[1]

Mesmo nos estados do Maranhão, Piauí e Bahia onde existem, ainda, terras devolutas ou dos governos estaduais, as entidades oficiais estão " lotean do " seus respectivos Estados. Assim, a CONDEPI, no Piauí; a COMARCO, no Maranhão e a Delegacia de Terras da Secretaria de Agricultura da Bahia estão vendendo as terras públicas de seus Estados em benefício da grande empresa capitalista acobertada pelos incentivos, e na prática, expulsando ou impedindo a ocupação das terras por agricultores ligados à produção de alimentos. Também, o desbravamento indiscriminado nas novas áreas com cultivos em solos inadequados e o desmatamento das matas ciliares poderá trazer sérios problemas de erosão e assoreamento de calhas fluviais, desbarracamentos, agravamentos dos problemas de enchentes, fenômenos que depreciam o meio ambiente.

Segundo Carlos Espinheira, no Oeste do Estado da Bahia, "a expansão da sociedade dominante sobre as áreas de fronteira tem provocado o afastamento das populações regionais que são as últimas a tomar conhecimento de decisões que afetam diretamente suas vidas, excetuando poucos fazendeiros, grandes proprietários que estão em constante ligação com os centros de decisão" (...). " A expulsão desses posseiros é um sintoma das mudanças cuja consequência mais imediata é a redefinição da ocupação das terras eliminando a figura do posseiro que passa juridicamente à categoria de invasor".[2]

---

[1] Referências mais detalhadas ao projeto de colonização do Alto Turi encontram-se em CME-PIMES Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Regional, Relatório nº 03, Parte II, Capítulo 3. Retomar-se-á o tema da colonização no Alto Turi no Capítulo 2 deste documento.

[2] Espinheira, C. d 'Audrea - O processo de Incorporação Econômica de uma Área Periférica: O Caso de Santa Maria da Vitória. Revista Planejamento da Bahia, Volume II, nºs 5 e 6, setembro/dezembro de 1974, pág. 568. Salvador.

É notório também que, nos espaços vazios do Nordeste onde as terras são públicas - não passíveis de uso capião - os posseiros, por mais tempo que as ocupem, não são legalmente reconhecidos como legítimos proprietários. Isto se dá na Bahia, Piauí e Maranhão.

"Entre o São Francisco e o centro de Bom Jesus da Lapa, ergue-se o grande bairro de Nova Brasília, pobre, miserável, promíscuo e depredado, habitado por retirantes, posseiros expulsos e pessoas sem emprego que vivem da pesca no rio; é uma amostra do problema social resultante, grande parte, dos responsáveis pela produção agrícola da região.[1]

Em linhas bem gerais, este é o quadro em que se dinamizam os processos de concentração monopolista da propriedade privada da terra e de monopólio do capital financeiro para a produção e comercialização dos produtos agrícolas, nas áreas de fronteira e/ou de agricultura de baixa renda. Sempre que existe um grande latifúndio, observa-se,nas suas adjacências, a presença dos chamados " bolsões de subsistência".

O processo de expansão da fronteira agrícola em áreas novas, promovido pelo Estado, segundo Sorj, "dá lugar a um movimento complementar e contraditório de capital e famílias camponesas para a região de fronteira". Neste processo o governo, apoiando fundamentalmente o capital, determina a submissão da dinâmica das famílias camponesas às necessidades do capital. Dá-se, desta forma, um encontro não planejado de duas tendências que se articulam sob a orientação do Estado. A abertura de novas estradas abre um novo espaço para as famílias camponesas, especialmente do Nordeste, que se encontram sob pressão demográfica. Ao mesmo tempo, essa migração é aproveitada pelo capital que se dirige à Amazônia utilizando-se direta ou indiretamente do trabalho do camponês que é condenado a uma contínua peregrinação em que, apesar dele mesmo, transforma-o na vanguarda da expansão de capital rentista-especulativo.[2]

1. 2.2 - Desenvolvimento do Capitalismo no Campo

Pese a produção agropecuária do Brasil, como um todo, ter crescido mais devido à incorporação de novas terras ao processo produtivo do que a uma su

---

[1] Idem, idem, pág. 570.

[2] Sorj, Bernardo - A Reforma Agrária na Realidade Atual Brasileira, Deptº. de Ciência Política da UFMG. Belo Horizonte - Mimeografado.

bstancial melhoria dos rendimentos por hectare, por animal - e por trabalhador - não pode negar que há um crescente processo de modernização agrícola provido pela penetração das relações capitalistas no campo e, consequentemente, como resposta, um acentuado processo de proletarização dos agricultores.

A assertiva supracitada encontra-se hoje, suficientemente estudada e documentada. Os ensaios apresentados na XII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economia Rural (SOBER) que tratou dos insumos modernos para a agricultura são exemplos disso.[1]

Pode-se então vizualizar e estudar a dimensão social do problema, tendo-se em evidência o papel da tecnologia como instrumento essencial da modernização. Estudando "as forças motrizes do trabalho volante" Elbio Gonzales e Inês Bastos deduziram que "os dados empíricos nos mostram que, tanto as empresas que utilizam tecnologia poupadora de mão-de-obra (tratores, máquinas agrícolas, arados, ceifadeiras, etc.), quanto as que não a empregam (pelo menos, não ao mesmo nível), expulsam trabalhadores agrícolas (parceiros, posseiros, colonos, trabalhadores assalariados permanentes, etc.) e utilizam-se de trabalhadores volantes ao regime de empreitada.[2] É nesta forma de trabalho onde, sem dúvida alguma, o capitalista maximiza a extração do excedente, através, não somente, do prolongamento das jornadas de trabalho, mas também de sua intensificação.

Segundo, ainda, Gonzales e Bastos, pode-se apreciar a expansão das relações capitalistas no campo, "indiretamente, através de diversas indicações como: (a) o acréscimo da parte da produção que é comercializada, (b) o acréscimo das indústrias de transformação e beneficiamento externos à própria agricultura e (c) o aumento dos empréstimos bancários. Estas novas condições materiais de produção, especialmente em algumas áreas e produtos, constituem-se na base para uma produção em escala social onde o capital perde todos os vínculos com a produção individual ou familiar. Com este processo, a produção mercantil simples é substituída pela produção mercantil capitalista regida pela lei do lucro".

"Este processo de capitalização da agricultura implica, por um lado, no aumento do volume do capital nas mãos dos empresários agrícolas e por outro, leva à substituição de antigas relações de trabalho (parceria, colonato, pequenos proprietários semi-assalariados) o que acarreta, em consequência, uma liberação de mão-de-obra despojada dos meios de produção.[3]

---

1 Consultar os Anais da citada reunião publicados pela SOBER ano XIV Tomo I, 1976. Av. Miguel Stefano, 3900. Água Funda - São Paulo.

2 Gonzales, Elbio e Bastos, Inês - O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira. Capital e Trabalho no Campo. Coleção Estudos Brasileiros 7, HUCITEC, 1977.

3 Idem, idem, pág. 38.

Outro aspecto do desenvolvimento do capitalismo no campo descansa no fato de a agricultura, particularmente, na última década, ter se transformado em mercado essencial para a expansão da indústria de tratores, fertilizantes, defensivos e outros insumos agrícolas, e ainda de uma série de agroindústrias que transformam o produto primário para mercado, através de processamentos secundários.

Também a necessidade de se fazer frente aos desequilíbrios da balança de pagamentos tem levado o governo a promover grandes empresas capitalistas, não somente nas áreas de fronteira, mas também nas áreas velhas do Sul e Sudeste do Brasil, de forma a transtornar a agricultura num ramo industrial de exportação, ou seja, integrando seu processo produtivo ao circuito geral de circulação de mercadorias.

Na medida em que se moderniza a agricultura e se desenvolvem as relações capitalistas no campo e na medida em que ocorre uma maior integração através dos mercados de produtos, capital e tecnologia entre as regiões pobres e as regiões ricas, advêm "uma crescente sucursalização das economias regionais que se traduz na gradativa constituição de um sistema regional interdependente, centrado sobre um polo onde se situam, preferencialmente, as matrizes de empresas de dimensão nacional. Ali ficam sediados não apenas os maiores empreendimentos no campo manufatureiro, como os grandes interesses comerciais e os centros nervosos do sistema financeiro nacional, num complexo industrial-comercial-financeiro."[1]

1.2.3. Agricultura Principal e Agricultura Tradicional ou Secundária

Como resposta aos processos que incidem sobre o setor agrícola, consolida-se, em todas as regiões brasileiras, aquilo que Caio Prado Júnior diagnosticou em sua "Contribuição para Análise da Questão Agrária no Brasil", como sendo a dicotomia ditada de um lado pela grande exploração agromercantil, de base territorial muito intensa, que figura no centro das atividades rurais brasileiras, e de outro, as atividades semimercantil ou, impropriamente, chamadas de subsistência fundadas nos minifúndios e pequenos estabelecimentos.

Esta dicotomia expressa-se, portanto, naquilo que se convencionou chamar de agricultura principal ou de exportação e agricultura tradicional ou de baixa renda. Para Caio Prado "a distinção e separação são nitidamente marcadas, refletindo-se na organização da produção, hierarquia e valorização das atividades, respectivamente, num e outro setor - donde níveis tecnológicos igualmente bem apartados.

---

1 Castro, Antônio Barros - 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira. Vol. I pág. 174, Companhia Editora Forense, 1969, Rio de Janeiro.

A distinção exprime a diferenciação de classes em que se divide a população rural; de uma parte os grandes proprietários interessados unicamente no produto principal que constitui o seu negócio, e organizando em função dele o empreendimento que dirigem. O que significa, dada a posição dominante que ocupam com esse empreendimento, configurando o essencial da estrutura econômica local. De outra parte está a população trabalhadora, que naquela estrutura não participa senão na qualidade de fornecedora efetiva ou potencial de mão de obra. E se ocupa nas sobras de terra e de tempo deixadas disponíveis pela exploração principal, com suas produções subsidiárias e de expressão secundárias. É em função do setor principal do estabelecimento agropecuário, que é a grande exploração, que direta ou indiretamente, mas sempre de maneira decisiva, se constitui, mantém e evolui o outro setor secundário das atividades rurais, de cada região ou zona do país. Este último setor é encontrado sob duas formas: a-) incluído nos grandes domínios, constituindo aí atividade suplementar e marginal dos trabalhadores empregados na grande exploração; b-) substituindo atividade autônoma de pequenos produtores que trabalham por conta própria em terras suas ou arrendadas. Em ambos os casos, a importância e significação desse setor é função inversa da maior e menor expressão econômica, comercial e financeira da grande exploração local e próxima. Isto é, o setor secundário se ampliará e reduzirá na medida em que inversamente a grande exploração debaixo de cuja sombra vive, se expande ou se retrai, se consolida e prospera, ou pelo contrário se debilita e decompõe.[1]

Do exposto vê-se que diante da crise do balanço de pagamentos em que vive no momento o país, é de se prever uma grande intensificação do setor principal voltado, antes de tudo, para o mercado externo. Devido a rigidez na importação de alimentos é de se supor que o Governo tome "para si" a incumbência de impedir um colapso do segundo setor que é aquele responsável pela produção de alimentos. Daí, talvez, a atual preocupação com a chamada "população rural de baixa renda" através de vários programas especiais, como é o caso dos programas do INAN para o Nordeste.

O conflito entre estes tipos de agriculturas possui sua racionalidade e lógica interna. As relações de complementaridade entre latifúndios e grandes empresas, de um lado e, minifúndios e pequenos estabelecimentos do outro, (tendo-se em conta a existência de um sistema rural-urbano, em termos de especialização da produção ou reserva da força-de-trabalho) dá margem a que se possa por em evidência e distinguir a "economia de baixa renda" no atual contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Em seu artigo "Conjuntura e Desenvolvimento"[2] Paul Singer esquematiza o processo de desenvolvimento chamando atenção para a eliminação do chamado

---

1. Prado Júnior, Caio - Contribuição para Análise da Questão Agrária no Brasil. Revista Brasiliense nº 28 março-abril de 1960. São Paulo.

2. Siger, Paul - Conjuntura e Desenvolvimento. Revista de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade de São Paulo, nº 30, maio de 1963.

"setor de subsistência". Explica ele duas etapas do processo, ou seja: a primeira abrange a superação do "setor de subsistência" pelo setor de mercado interno em substituição às importações do exterior, e a segunda quando da própria transformação interna do setor de mercado interno, que, se na primeira etapa produzia quase que exclusivamente bens de consumo, na segunda, passará também a fabricar os bens de capital necessários a sua economia.

Esta classificação trisetorial de Singer - como configuração estrutural do subdesenvolvimento - permite admitir que aquela dicotomia apresentada por Caio Prado Júnior pode ser explicada através da atividade dominante. Geralmente esta atividade está ligada ao mercado externo por meio do estabelecimento de uma relação complementar com o processo de desenvolvimento de outras áreas periféricas, aqui chamada de pólo de subdesenvolvimento. Este pólo - de duplo sentido - se caracteriza, por um lado, pela complementariedade simétrica com o pólo hegemônico e, por outro, apresenta-se como determinante de relações derivadas com as áreas ainda mais subordinadas e subdesenvolvidas da mesma região e que matêm relação direta com o pólo hegemônico.[1]

O pólo hegemônico ao estabelecer um vínculo direto com uma área subdesenvolvida determina, em virtude das próprias limitações que caracterizam a sua economia, a necessidade de uma vinculação do mesmo gênero, através de relações derivadas desta área com outras ainda mais subdesenvolvidas, e assim sucessivamente. Em cada uma delas, os níveis de produtividade são nitidamente diferenciados. A desigual distribuição de capital e, em muitos casos, as diferenças de fertilidade, fornecem a explicação mais imediata para isto, pois a atividade dominante tende a selecionar as melhores terras para si. Excluído o pólo de subdesenvolvimento de determinada região, as demais áreas poderiam denominar-se, não fosse a excentricidade da palavra, de hipo-subdesenvolvidas, pois mantêm com ele uma relação formalmente semelhante à que ele mantem com o pólo em desenvolvimento. Trata-se de um subdesenvolvimento derivado, mas que é complementar ao núcleo subdesenvolvido mais capitalizado e, o que é mais importante, indispensável à realização das atribuições capitalistas deste.

Quanto mais próxima, do pólo em desenvolvimento se encontra vinculada economicamente uma determinada área, dentro dessa cadeia de relações de subdesenvolvimento derivados, maior é a relação entre a produção destinada ao mercado e a produção total, ou seja, maior a monetarização relativa da área. Inversamente, quanto mais remota a sua posição, por serem mais baixas sua capitalização e sua produtividade, vai se tornando mais difícil à população respectiva viver apenas do mercado. A produção semi-mercantil ou de subsistência é aí cada vez mais indispensável. Finalmente, após o último elo da cadeia, já não haveria qualquer ti

---

1 As considerações a seguir foram desenvolvidas por Francisco Sá Júnior, Geraldo Medeiros de Aguiar, Otamar de Carvalho e Carlos Miranda no documento da SUDENE intitulado Elementos para uma Teoria do Desenvolvimento. Ver Caderno Agrícola nº 1. CEPA, Paraíba, 1970 João Pessoa.

po de relação de mercado, caracterizando-se, assim, uma área inteiramente marginal, de economia primitiva e fechada. Contudo, além dessa área marginal excluída do mercado, costuma existir outra área igualmente marginal, mas localizada - dentro das cidades e incluída, portanto, no mercado. Isto se deve ao fato de a economia marginal ter a sua configuração rural-urbana dependente da disponibilidade de terras marginais accessíveis. Na medida em que essa disponibilidade for se tornando insuficiente, a economia primitiva terá sua expansão parcialmente - transferida do campo para a cidade, principalmente para as grandes cidades, onde a população marginal viverá em parte da exploração dos recursos naturais dessas cidades , onde os houver (extração do côco, pesca de crustáceos, no caso do Recife) e em parte através da prestação de toda uma série dos mais variados serviços de baixa produtividade (domésticos, biscateiros, engraxates, vendedores de loteria, zeladores de veículos em estacionamento, feirantes, ambulantes, e outras ocupações às quais ainda não se conseguiu descobrir um nome adequado), ou mesmo, na medida em que aquelas atividades se aproximem da saturação, através dos recursos à caridade pública. Se a economia marginal camponesa vive excluída do mercado, a sua parcela urbana está incluída nele. Só que, neste caso, não se trata de um mercado do tipo normal, ou seja daquele que se estabelece em função de um excedente que ultrapassa as necessidades de subsistência. O mercado decorre, neste caso, justamente de um fenômeno contrário, qual seja, o da impossibilidade - conjunta tanto do excedente como da própria subsistência. A economia marginal - das cidades se estabelece com a intenção de absorver uma parte do excedente aí concentrado, e que deriva da atividade mais rentável localizada no pólo subdesenvolvido. Este é, assim, obrigado a restituir à área marginal o excedente que ele não permitiu que ali fosse formado.

O fenômeno nordestino poderá ajudar a compreensão de um desses conjuntos de áreas subdesenvolvidas. A região Nordeste pode compreender quatro áreas economicamente distintas. Uma inteiramente voltada para o mercado, outra em que o mercado se conjuga com a subsistência, mas predomina sobre ela, outra em que a subsistência predomina sobre o mercado[1] e, finalmente, uma quase somente de subsistência. A área principal engloba a atividade agrícola e agro-industrial exportadora, bem como as indústrias e os serviços voltados para o mercado interno. Sendo a primeira atividade dominante, é ela que compreende o pólo capitalista subdesenvolvido. As áreas do complexo mercado-subsistência são complementares e, às vezes, até mesmo agregados à principal. Finalmente, vêm as áreas rurais economicamente marginais. Essas diversas áreas não estão necessariamente separadas sob o aspecto geográfico, mas frequentemente se superpõem, às vezes até dentro da mesma unidade produtiva. O pólo subdesenvolvido abrange a monocultura da cana e os cultivos de cacau, algodão e agave e está voltada principalmente para os mercados de

1 É o caso das áreas de pecuária de cria, que fornecem o gado para a recria e engorda na segunda região. Em tais áreas, a subsistência agrícola e pastoril predomina, pois a atividade de mercado só indireta ou remotamente é atingida pelas repercussões do comportamento do preço da carne e do gado de corte.

fora da região. As regiões complementares fornecem um certo excedente - para a área capitalizada bem como um contigente periódico de mão de obra para satisfazer as necessidades sazonais das culturas dominantes. Predominam aí a produção de alimentos e a pecuária. Finalmente, vêm as áreas marginais, para onde se deslocam os contigentes populacionais que as áreas capitalizadas de dentro ou de fora da região não são capazes de absorver. Esse conjunto de áreas, mais ou menos articuladas entre si, formariam a base sobre a qual se assenta a estrutura econômica do Nordeste.

A relação entre o pólo subdesenvolvido e a área subdesenvolvida derivada mais próxima não é da mesma natureza daquela que se estabelece entre o pólo desenvolvido e o subdesenvolvido. Se o fosse, então seria correto admitir que,da mesma forma que o primeiro pólo se desenvolveu historicamente complementado-se à custa do segundo, então este também poderia desenvolver-se à custo da área subdesenvolvida derivada e assim por diante. Na realidade, enquanto a forma do vínculo entre os dois pólos é determinada pelo primeiro, e conforme as suas próprias necessidades, a do outro vínculo não corresponde às necessidades do pólo subdesenvolvido pela simples razão de que estas não podem autodeterminar-se em condições de subdesenvolvimento, ou seja, de dependência externa. As necessidades - que configuram este vínculo são as próprias necessidades do pólo em desenvolvimento que repercutem sobre a área subdesenvolvida derivada, através do pólo subdesenvolvido. De fato, seria exagero pretender que este atue sobre a outra apenas como um intermediário. Historicamente, contudo, o vínculo se origina com este sentido,embora as transformações posteriores possam tê-lo adaptado às condições particulares do pólo em subdesenvolvimento, sem, contudo, chegar a alterar o próprio sentido da vinculação.

Da mesma forma que o vínculo entre o pólo em desenvolvimento e o subdesenvolvimento decorre de uma exigência histórica do desenvolvimento capitalista, determinando uma função de subdesenvolvimento que é tão mais importante quanto mais - intenso for o desenvolvimento da acumulação de capital, assim também quanto mais capitalista tiver se tornado o pólo subdesenvolvido, mais estreita deverá se tornar a sua vinculação com outras áreas ainda mais subdesenvolvidas. Inversamente, - quanto mais fraco for o impulso dinâmico externo, menos capitalista se configurará o pólo subdesenvolvido, e menores serão as suas relações mercantis com as demais áreas subdesenvolvidas.

1.3. - As Estratégias de Desenvolvimento Agrícola nos Planos Governamentais

Neste item procurar-se-á investigar as estratégias que orientaram a política econômica através dos seus principais planos. Claro está que o objetivo primordial é a identificação daquelas estratégias de desenvolvimento que dizem respeito ao setor agrícola. Em outras palavras, trata-se de verificar a nível

dos planos nacionais de desenvolvimento - que se iniciam com o Plano SALTE em 1950, até o mais recente II Plano Nacional de Desenvolvimento - como o Estado, ou seja a fração de classe dominante ou a composição das mesmas, percebe o papel desempenhado pela - agricultura no processo de acumulação ao longo do tempo.

A identificação destas estratégias, ao nível em que está proposta, corre o risco sério de tomar como efetivamente posto em prática os enunciados do Plano em relação ao setor. Convém ressaltar que o risco existe face a natureza do planejamento em uma sociedade capitalista, e concretamente no caso brasileiro onde alguns planos não passaram de mero discurso ideológico, sendo não raro inexequíveis.

Consciente deste tipo de limitação, este documento que estuda os rebatimentos regionais da política nacional de desenvolvimento agrícola, propõe uma averiguação das estratégias através do conjunto das medidas de política econômica. Ademais, pretende-se verificar, em que medida a estratégia se traduziu efetivamente na política econômica posta na prática. Entretanto, a explicitação das estratégias, ou seja, de como o papel da agricultura no crescimento foi concebido, é de fundamental importância, pois lança luzes, inclusive, sobre os possíveis caminhos do crescimento que foram abandonados. É neste sentido, que se pretende obter uma primeira aproximação à política econômica com relação a agricultura.

1.3.1 -O Plano SALTE (1950-1954)

Segundo algumas interpretações, prevalece no Plano SALTE uma visão "agrarista" da agricultura, sendo a indústria olhada tão somente como processadora de produtos agrícolas, bem como produtora de fertilizantes. O próprio conceito de desenvolvimento se confunde com o crescimento da agricultura.[1] Esta interpretação - talvez se deva ao fato, de o plano não deixar claro a sua estratégia com relação a agricultura, ao mesmo tempo que prevê, através da rubrica de alimentos, um montante de investimentos elevados no setor agrícola, que contempla além do sub-setor de alimentos, os de plantas têxteis, irrigação, fertilizantes, pesquisas e mecanização agrícola, entre outros.

Entretanto, contrariamente ao setor agrícola, o plano possui o que poder-se-ia definir como uma estratégia de crescimento industrial extremamente coerente com a fase de crescimento industrial a qual convencionou-se chamar de desenvolvimento por substituição de importações". No Plano SALTE, o poder executivo, a fim de estimular à indústria nacional, dará preferência, em igualdades

---

1 Cfe. Comércio e Mercado, Órgão da Confederação Nacional do Comércio do SESC e do SENAC em Artigo Planos e Programas - Três décadas de Planejamento. Ano IX, nº 97 setembro de 1975.

de condições técnicas, aos equipamentos produzidos no país, facilitando e fomentando, sempre que técnica e economicamente indicada, a criação de novos setores industriais para a fabricação deles.[1]

Apesar da inexistência de uma estratégia explícita de desenvolvimento agrícola, ou melhor, de uma definição do papel da agricultura na acumulação do capital, duas evidências - a primeira refletida no fato da atenção dada a agricultura - se registrar na rubrica de alimentos, e a segunda, a referência explicitada à industrialização - nos levam a aceitar que o plano não possua um caráter "agrarista", e muito pelo contrário, o desenvolvimento da agricultura no seu setor de alimentos seja visto como uma forma de assegurar a continuidade da industrialização, através do fornecimento de alimentos à população urbana.

Convém esclarecer que a vigência do Plano SALTE pegou a transição do governo Dutra (1950) e o segundo governo de Vargas, até o seu suicídio em agosto de 1954. Esse contexto histórico representa, em tese, o abandono da postura "neo liberal" dominante no governo Dutra, para uma reorientação com intervenção do Estado no governo de Vargas.

1.3.2 - Plano de Metas (1956-1961)

O lugar que ocupa a agricultura no Plano de Metas, é indiscutivelmente secundário, pois a industrialização, enquanto estratégia fundamental de desenvolvimento, constitui-se pela primeira vez como pricridade declarada de um governo, tornando-se, portanto, quase exclusivamente no objeto do plano.

As metas fundamentais constituem-se na implantação de indústrias básicas, cojuntamente com a eliminação dos obstáculos ao crescimento econômico existente nos setores de transportes e energia. Como no Plano SALTE, não existe referência explícita à agricultura enquanto setor produtivo, mas tão somente uma preocupaçao no que diz respeito à alimentação, que aparece contemplada no Plano. Segundo - Lessa "as metas referentes à alimentação não se contituiam, como pode parecer à primeira vista, num programa agrícola. Não se perseguia diretamente a ampliação da produção agrícola, a não ser para o trigo, que aliás diga-se de passagem, fracassou totalmente"[2]. A estrutura do setor agropecuário foi enfrentada apenas como uma modesta meta de mecanização.

Essas evidências levam a acreditar que o plano tinha como objetivo tão somente dar maior eficiência ao abastecimento alimentar urbano, não sendo a

---

1 Artigo 1e da Lei nº 1.102 de 18 de maio de 1950 que institui o Plano SALTE, Cfe. Presidência da República, Plano SALTE. Departamento de Imprensa Nacional Rio de Janeiro, 1953.

2 Lessa, Carlos - Quinze anos de política econômica. Cadernos do IFCH, nº 4 Unicamp , 1975.

agricultura percebida como um obstáculo à acumulação de capital.

Do exposto, evidencia-se as razões históricas do Plano de Metas em não ter contemplado agricultura, entretanto, segundo as análises de Carlos Lessa, o Plano de Metas "constitui provavelmente a mais ampla ação orientada pelo Estado, na América Latina, com vistas as implantações de uma estrutura industrial integrada".[1]

I.3.3 Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)

Apesar de seu caráter efêmero e de sua inexiquibilidade, o Plano Trienal foi extremamente ilustrativo da mudança de ênfase com relação ao setor agrícola que, inclusive, persistiria em planos anteriores, apesar da mudança radical ocorrida no poder político. Foi este plano que pela primeira vez definiu claramente o papel que a agricultura deveria cumprir no crescimento econômico, diagnosticando, por outro lado, a insuficiência de seu crescimento.

Ao considerar como objetivo central, em relação à agricultura, a consecução de elevadas taxas de crescimento do produto (da ordem de 7% ao ano), que seria uma das formas de reduzir as pressões inflacionárias, o plano tinha em mente o insuficiente crescimento do produto agrícola, que teve por consequência um aumento desmesurado de preços, ocasionando transferência de renda real do setor industrial para o agrícola.

Trata-se de adotar uma estratégia que resultasse numa adequação da agricultura aos objetivos de crescimento industrial. Assim é que se exigia do setor um "adequado" crescimento da produção, não só de alimentos mas também de matérias primas, além de um excedente de produtos exportáveis, capaz de gerar divisas.

No que diz respeito aos alimentos, pretendeu-se, basicamente, atender as necessidades do mercado interno, notadamente aquelas referentes ao consumo dos trabalhadores assalariados. Como objetivo secundário, colocou-se a obtenção de um excedente exportável, principalmente de produtos não tradicionais. Para os produtos primários de exportação, propõe-se uma estratégia única que se configuraria no esforço de elevação da produtividade, com ênfase no café e no cacau, desde que para estes produtos como um todo, a capacidade de concorrência no mercado internacional, altamente competitivo, seria de fundamental importância.

---

1 Lessa, Carlos. 15 Anos de Política Econômica no Brasil. Cadernos do IFCH, nº 4, UNICAMP, 1975.

A estratégia com relação ao sub-setor de matérias primas foi idêntica à de alimentos, destacou-se o caso da borracha, onde se pretendeu alcançar a auto-suficiência interna.

Para a viabilização da estratégia, a ação do governo fundamentou-se em três pontos: tomou para si a responsabilidade das atividades de pesquisa e fomento: a orientação da produção ficou tradicionalmente a cargo da política de preços mínimos, e a política de crédito se incubia da assistência financeira ao produtor.

Com relação ao crédito, destacou-se a preocupação do plano em torná-lo mais acessível, desde que se constatava por um lado, que grande parte dos pequenos produtores não tinham acesso ao crédito institucional e por outro, que nas culturas onde os produtores estavam mais organizados, observou-se uma maior parcela dos créditos. A constituição de unidades móveis de créditos e o empréstimo pessoal se encarregariam de resolver o problema da acessibilidade ao crédito.

O plano fez uma pequena referência a ampliação do uso de meios de produção modernos na agricultura, sem entretanto deixar claro de que forma este uso seria ampliado. Por tudo isto cabe reafirmar que a estratégia fundamental do plano em relação ao setor foi o de obtenção de excedentes que facilitassem o crescimento urbano-industrial.

O contexto histórico em que foi eleborado o Plano Trienal foi de crise política permanente. Acredita-se que a mudança fundamental na "ideologia do desenvolvimento" do governo Vargas, (superar a dependência, via nacionalização, das decisões sobre as políticas econômicas), para o governo de Juscelino (realizar o desenvolvimento com base na reelaboração das condições de dependência), repercutiu decisivamente nos governos de Jânio e Jango, de forma a impedir que a política econômica chegasse a se configurar em um sistema de diretrizes coerentes. Tanto é assim que Carlos Lessa em seu já citado ensaio diz textualmente "observadas em sua sucessão, as medidas de política econômica assumidas no triênio passado não definem com, precisão quaisquer diretrizes, apontando para múltiplas direções. Formulam-se e anulam-se providências servidoras a distintos objetivos, nenhum esquema proposto tem vida longa. Em meses, cede lugar a outro. Tudo se passa como se o controle da política econômica tivesse sido perdido e ela se encontrasse com rumos indefinidos. Seja devido à problemática atravessada pela economia, seja devido à instabilidade político-institucional, as medidas apresentadas têm sido de caráter transitório e instável. A política econômica se debate sem lograr definir sua personalidade".[1]

---

1 Lessa, Carlos. 15 Anos de Política Econômica no Brasil, Cadernos do IFCH, nº 4, UNICAMP, 1976.

1.3.4 Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG (1964-1966)

A preocupação fundamental do PAEG constitui-se, basicamente, na adequação do crescimento agrícola ao crescimento industrial, ou se quisermos ser mais precisos, a problemática principal identificada pelo plano com relação à agricultura é a do fornecimento de excedentes, sob as várias formas, matérias-primas e alimentos, tanto para o mercado interno quanto para o externo, com vistas à viabilização da acumulação de capital na indústria.

A partir desta concepção, o plano diagnostica as principais deficiências do setor, identificando causas de duas naturezas: estruturais e resultantes de política econômica.

Antes de se analisar os determinantes da deficiência do setor, visualizar-se-á como esta é entendida: "sob este aspecto, a excessiva disparidade entre as taxas setoriais de crescimento configura um caso em que a agricultura emerge como setor retardatário, ameaçando comprometer a expansão de todo o conjunto."[1] O caráter retardatário do setor agrícola, implicou, por consequência, numa pressão altista de preços, fruto do crescente hiato entre a oferta e a procura, notadamente nos produtos de origem animal.

À política econômica caberia parte da responsabilidade pela situação descrita anteriormente, pela insuficiente atenção dedicada ao setor agrícola no pós-guerra, que através da manutenção de preços baixos distorceu a alocação de recursos, implicando, no longo prazo, na ausência de investimento no setor e numa consequente insuficiência da oferta. Com relação às exportações agrícolas, foi impossível simultâneamente diversificar as exportações e substituir importações, não só pelas condições adversas do mercado mundial, que foi desfavorável às relações de troca, mas principalmente pela inadequação da política econômica. "É preciso que se diga, contudo, que, em grande parte deste período, a agricultura foi vítima de uma política cambial que não refletia corretamente a alta dos custos monetários internos".[2]

A nível estrutural, o principal obstáculo teria sido o dualismo do setor agrícola, que se expressaria, por um lado, na incapacidade das áreas tradicionais em se modernizar tecnologicamente, sendo o acréscimo da produção resultado de novas terras de maior fertilidade natural e, por outro, nas imperfeições da comercialização que aparece através do crescente "gap" entre os preços de consumo final e os preços pagos ao produtor, o que revela a presença no mercado de oligopsônios mercantis.

---

1 Programa de Ação do Governo, pág. 93.

2 Op. cit. pág. 97.

Uma questão fundamental parece ser, a de como o dualismo do setor impediria o progresso tecnológico e o crescimento mais rápido da produção. As dificuldades da adoção de nova tecnologia repousam, basicamente, em dois fatores: na estrutura fundiária, caracterizada pelo binômio minifúndio-latifúndio e no atraso cultural e intelectual do homem do campo. Concretamente o progresso tecnológico seria impedido nos latifúndios, pelo domínio que estes exercem sobre a força de trabalho. "Controlando mais o uso da terra do que propriamente o preço desta, o proprietário pode lançar mão do seu poder monopsônico para manter os salários em baixo nível e dessa forma, postergar mudanças tecnológicas que aumentam a relação capital/trabalho".[1] Por sua vez a grande ocorrência de minifúndios seria outro fator impeditivo do progresso, pela sua baixa rentabilidade. "As áreas de minifúndios representam obstáculos à modernização da agricultura, na medida em que a mudança na estrutura técnica de produção significa emprego de máquina. A utilização dos equipamentos traz em si o problema da amortização de custos fixos, o que é incompatível com estabelecimentos de pequenas dimensões".[2]

A solução da reforma agrária, embora contenha motivos de natureza política, tais como a regulamentação das relações contratuais no campo, a fim de evitar mudanças violentas e radicais, encontra seu principal determinante no objetivo de tornar a agricultura mais racional do ponto de vista capitalista, corrigindo a estrutura fundiária, onde esta estiver impedindo o progresso tecnológico. Assim sendo, para o funcionamento de uma agricultura capitalista, a reforma agrária deveria se preocupar com "... situações em que há baixa de produto por habitante como consequência de declínio na produtividade do trabalho, ou queda no produto por hectare que resulta na incapacidade para manter a fertilidade do solo.[3]

Em síntese, parece ficar claro que a crítica e a reformulação da política econômica em relação à agricultura, bem como o ataque aos problemas estruturais através da reforma agrária, tem como objetivo compatibilizar o crescimento da produção agrícola com o crescimento industrial, isto é, trata-se de adequar a produção de excedentes ao ritmo de acumulação de capital na indústria.

O contexto histórico em que se elaborou o PAEG e os planos posteriores foi, inicialmente, dentro de uma total supremacia do poder executivo sobre os demais poderes e, logo a seguir, dentro de uma excessiva centralização. Não somente na execução do PAEG, mas também na dos planos subsequentes se verificou profundas transformações nas condições de funcionamento do mercado de capital e de força de trabalho.

---

1 Op. cit. pág. 105.

2 Op. cit. pág. 105.

3 Op. cit. pág. 106.

1, 3.5 Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976)

Apesar da pouca importância prática deste plano, e da sua continuidade em relação aos outros, no que diz respeito à estratégia de crescimento da agricultura, pareceu-nos importante destacá-lo, pelo fato que é nele que aparece pela primeira vez uma preocupação consciente com o problema da modernização agrícola, embora suas atenções estejam basicamente voltadas para as consequências desta modernização sobre os custos dos alimentos.

O plano detecta diferenças qualitativas entre as agriculturas das diversas regiões, " se enquanto no Centro-Sul prevalece uma agricultura em estágio de transição orientada basicamente pelo mercado, nas demais regiões do país predomina a agricultura tradicional onde limitações institucionais dificultam o funcionamento do mecanismo de preços".[1] Outro elemento impeditivo da capitalização e modernização da agricultura é o componente pré-capitalista: " O desequilíbrio entre os preços pagos e recebidos pelo produtor é o obstáculo inicial a ser superado pela agricultura em mudança no caminho da modernização",[2] devendo portanto ser eliminado.

Cabe destacar, entretanto, a percepção de que a modernização da agricultura tradicional implicará, a curto prazo, numa elevação relativa dos preços dos produtos agrícolas, enquanto que na agricultura tradicional há que se remunerar tão somente a força de trabalho e não ter maiores cuidados com a terra, numa economia de pequenos produtores dentro de uma agricultura moderna, a utilização de insumos de origem industrial, a remuneração do trabalho assalariado e a obtenção de uma taxa de lucro, elevaria o preço de venda dos produtos.

A preocupação fundamental do plano é como minimizar os efeitos desta elevação inevitável de preços, notadamente no que diz respeito aos alimentos:"Parece-nos que somente um sistema de subsídios ao produtor poderia aliviar os efeitos da momentânea elevação de preços no custo de vida das camadas populares, justamente as que dispendem maior parcela de sua renda na compra de alimentos".[3]

Parece ficar claro que este plano, apesar da colocação do problema da modernização, não inova em essência as estratégias anteriores, desde que continua apegado a uma visão da agricultura como fornecedora de excedentes, no caso de alimentos.

---

1 Plano Decenal ..., pág. 324.

2 Op. cit., pág. 34.

3 Op. cit., pág. 36.

1.3.6 Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED (1968-1970)

A importância do PED reside no fato de que este pode ser tomado como um marco divisor nas concepções acerca do papel da agricultura no processo de crescimento. Anteriormente, os planos preocupavam-se essencialmente com a questão do excedente agrícola, enquanto que a reforma agrária era vista não só como um fator de promoção social, mas como formadora de um mercado. O abandono desta idéia e a recolocação do papel da agricultura é portanto o traço distinto do plano.

Partindo da constatação de que a agricultura brasileira em seu conjunto tinha crescido até aquele momento através da incorporação de novas terras sem aumento de produtividade significativo, recoloca-se o papel da agricultura no crescimento não só através de uma contribuição mais efetiva para o PIB, mas fundamentalmente, como mercado para a grande indústria: "Se as condições de preços e disponibilidade de fatores explicavam, em geral, aquela orientação, é de esperar que na próxima etapa - tanto pela modificação daquelas condições, como tendo em vista o papel que se espera da agricultura como fonte de expansão de mercado para o setor industrial - a ênfase se modifique consideravelmente em favor do aumento de produtividade".[1]

A reforma agrária recebe também um novo tratamento, para adequar-se a nova estratégia, perdendo definitivamente qualquer conteúdo social. "As grandes propriedades serão preservadas e estimuladas quando apresentarem bom rendimento de trabalho e serão assistidas para elevar o seu nível de produtividade. O reagrupamento de minifúndios será feito para evitar a extrema pulverização das terras que gera insuficência de renda".[2]

O abandono do viés populista e a redefinição do papel da agricultura como mercado para a grande indústria, e não mercado de bens de consumo, é sem dúvida um avanço do ponto de vista da definição do papel da agricultura no crescimento capitalista, podendo-se adiantar que esta orientação persistirá como pano de fundo nos planos seguintes, marcando enfaticamente uma mudança de orientação de estratégia.

1.3.7 I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND (1972-1974)

Dentro da orientação mais geral proposta no Plano Estratégico de Desenvolvimento, o I PND lança pela primeira vez a proposta de uma estratégia diferenciada regionalmente. Assim é que, enquanto para o Centro Sul o objetivo principal é o aumento da competitividade, desenvolvendo-se uma agricultura moderna

---

1 Plano Estratégico de Desenvolvimento. (Pág. IV, 37).

2 Op. cit., pág. IV, 40.

de base empresarial, para o Nordeste tratava-se de orientar uma agricultura, considerada como tradicional, para o mercado, simultaneamente com sua racionalização, cujo significado é o de modificar tanto a estrutura agrária quanto o nível técnico.[1]

Um dado novo, que entretanto chama atenção, é o fato das estratégias diferenciadas se encontrarem contidas dentro de uma perspectiva mais geral, qual seja, a da integração nacional. Ao que parece, trata-se de tentar ordenar a expansão do capitalismo, dentro das peculiaridades regionais, ou como o próprio plano enfatiza, "expandir a fronteira econômica", vale dizer, incorporar e adequar as economias regionais à economia do Centro Sul". Rompem-se dois tabus na política econômica brasileira: o de ser impossível tirar proveito, racionalmente, da dimensão continental do País, encarada outrora como verdadeiro ônus e o de constituir a alta densidade populacional de certas áreas da zona rural do Nordeste, elemento não suscecível de modificação, para efeito de melhor combinar os fatores produtivos nacionais.[2]

Mantendo ainda, a concepção do PED com relação ao papel da agricultura, o I PND tenta, entretanto, avançar ao lançar luzes sobre a natureza diferenciada do problema agrícola ao nível regional, requerendo portanto tratamento diferenciado na tarefa de incorporar estas áreas a economia dominante do Centro Sul.

1.3.8 II Plano Nacional Desenvolvimento - II PND (1975-1979)

Conservando em essência as orientações dos dois últimos planos, ou seja, a da agricultura enquanto mercado de meios de produção, e a da estratégia diferenciada de incorporação das economias regionais, o II PND apresenta como papel fundamental da agricultura, a produção de excedentes exportáveis. " Significa de outro lado, efetivar a vocação do Brasil como supridor de alimentos, matérias primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados".[3]

Cabe ainda destacar a tendência que se acentua neste plano de dar cada vez menos importância à reforma agrária, como forma de amenizar problemas sociais e de modernizar a agricultura. Ao encarar a agricultura como um setor no qual a crescente utilização de máquinas implica na sua homogeneização e caráter capitalista, não poderia emergir uma estratégia social que diferisse essencialmente da urbana, isto é, proteção ao pequeno produtor, elevação contínua da ren

1 Um exemplo típico das estratégias do I PND para o Nordeste é, sem dúvida alguma, o PROTERRA.

2 I Plano Nacional de Desenvolvimento, pág. 27.

3 É importante destacar aqui que a inclusão deste objetivo parece dever-se aos graves problemas de balanço de pagamento, já antevistos à época de elaboração do Plano. II - Plano Nacional de Desenvolvimento, pág. 33.

da real dos trabalhadores e sua colocação sob o amparo das leis trabalhistas e da previdência e assistência social.[1]

1.3.9 Síntese

À guisa de conclusão, cabe apresentar, a partir da interpretação dos planos nacionais de desenvolvimento, uma periodização que leve em conta a identidade e diferenciações das estratégias. A este nível, são visíveis três orientações distintas quanto à estratégia de desenvolvimento agrícola, ou ao papel da agricultura na acumulação de capital. O período dos dois primeiros planos, ou seja, toda a década de 50, é marcado pela ausência de uma definição com respeito à agricultura. Referências marginais são feitas ao problema do abastecimento alimentar urbano, sem entretanto se definir um programa claro em relação à agricultura. A primeira estratégia definida passa a existir a partir do Plano Trienal em 1961 e persiste até 1968, quando é redefinida pelo Plano Estratégico. Entre 1961 e 1968, portanto, o que se define como papel da agricultura é o fornecimento de excedentes, seja sob a forma de alimentos ou matérias primas, a um ritmo compatível com o da acumulação de capital na indústria. A estratégia é redefinida a partir do Plano Estratégico, em 1968, e prevalece até os nossos dias: trata-se, em síntese, de encarar prioritariamente o papel da agricultura como o mercado interior para a grande indústria. O mercado em questão não é o de bens de consumo, mas o de meios de produção, tais como máquinas e insumos modernos constituindo-se a agricultura num importante ponto de apoio para a realização de uma produção industrial crescente.

---

1 Op. cit., pág. 36.

2. POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

Procurar-se-á neste capítulo apresentar a situação atual, evolução e tendências da estrutura agrária ao nível das macrorregiões brasileiras . Será, também, investigada a influência da estrutura fundiária sobre as desigualdades regionais. Os índices de Gini de concentração da posse da terra utilizados são aqueles calculados por Graziano da Silva[1] e apresentados na XII Reunião Rural da Sociedade Brasileira de Economia Rural no Rio Grande do Sul, em julho de 1974.

Serão abordadas as estruturas fundiárias das macro-regiões brasileiras quanto: a) aos estabelecimentos, áreas totais e área média por estra-/ tos; b) a condição legal das terras; c) a relação área/homem e d) ao aproveitamento da área agrícola dos imóveis contidos no cadastro do INCRA de 1972. As análises serão feitas sempre dentro da perspectiva de se verificar os condiconamentos da estrutura fundiária sobre as desigualdades regionais em correspondência com as ações do Governo.

Ao final será feita uma síntese comparativa entre as grandes regiões e o total do Brasil.

Junto à análise da estrutura fundiária, procurar-se-á verificar a composição da população rural e da ocupação das pessoas economicamente ati-/ vas segundo as grandes regiões e suas respectivas participações no total nacional. Também, serão estudados os aspectos da distribuição do pessoal ocupado segundo categorias e por grupos de área.

Os dados estatísticos utilizados serão os dos censos agrícolas da Fundação IBGE e os do cadastramento do INCRA em 1972.

---

1 Silva, José Francisco Graziano - Os Índices de Concentração da Posse da Terra e as modificações da Estrutura Agrária Brasileira em 1960-1970. Anais da XII Reunião da SOBER ANO XIV Tomo I, 1976. São Paulo.

2.1. - Estrutura Fundiária

A concentrada distribuição da terra nas diversas regiões do Brasil teve origem no próprio objetivo da colonização. A formação da estrutura econômica no meio rural do Brasil, foi e continua sendo influenciada pelos vínculos externos da economia nacional. No item 1.2.3. ficou claro o sentido que tomou a estrutura fundiária frente à dicotomia básica ali tratada.

No simpósio sobre Reforma Agrária realizado pela UNICAMP, Caio Prado Jr., sobre o assunto em pauta, dizia que "os fundamentos da colônia ainda se mantêm no Brasil. A colonização brasileira foi um grande negócio: exploração de um território virgem, quase desocupado, destinado à produção de certos artigos interessantes ao mercado internacional; a mão-de-obra "constitui-se de escravizar africanos, reduzidos a mera força de trabalho, sem condições de preservar sua cultura nativa e nem de receber cultura do país em colonização, não tendo despertado o interesse nem mesmo das missões religiosas". Acrescenta, em seguida:

"são três as conseqüências imediatas da formação histórica brasileira:

1. Níveis ínfimos de condições materiais e espirituais da massa da população;

2. Falta de integração da economia num conjunto em que se articulam produção e consumo. Não existia o estímulo recíproco produção-consumo, essencial numa economia mercantil, dado a finalidade da produção de exportação e as formas assumidas pelos setores voltados para o mercado interno.

3. Instabilidade e falta de continuidade da economia no tempo e no espaço: dependente da exportação, a economia brasileira oscilava de acordo com as condições do mercado internacional, assumindo um caráter cíclico".[1]

A produção de alimentos e matérias-primas para o mercado interno foi, em tempos pretéritos, mais uma decorrência da impossibilidade de importar todos os alimentos para atender a população, no interior das áreas de produção, do que mesmo do interesse de atender as necessidades da população em crescimento. Hoje, este sentido de produção ainda guarda grandes traços de sua origem, porquanto, a dinâmica do mercado interno se encontra bastante atrofiada quando comparados com o setor de mercado externo associado às condições da economia semi-mercantil ou de subsistência dentro das grandes propriedades fundiárias. Em tese pretende-se afirmar que, ainda hoje, todos os incentivos, favores, crédito, etc, encontram-se muito mais voltados para os chamados cultivos de mercado externo do que aqueles destinados a abastecer as populações re

---

[1] Prado Jr., Caio - O Problema Agrário Brasileiro. Reforma Agrária. Ano VII - Nov/1977, nº 06, Brasília, DF.

gional e nacional.

O estudo da distribuição da terra nas diferentes regiões do Brasil esteve, e ainda hoje está, longe de representar a realidade. Isto porque os dados estatísticos da Fundação IBGE referem-se apenas a estabelecimentos q u e, - como se sabe, não coincide com o conceito de propriedade. Quando se utiliza dados relativos à propriedade, a distribuição da terra é sempre mais concentrada - do que aquela apresentada pelos dados censitários.

Por outro lado, os dados relativos à propriedade apresentados pelo INCRA não permitem uma análise histórica pelo fato de só recentemente terem sido elaborados os primeiros cadastros rurais como também pelas limitações dos critérios adotados no cadastro rural que só agora se aperfeiçoa.

Tanto as informações da F.IBGE como as do INCRA não permitem fazer correlação exata entre a distribuição e apropriação da terra com a da renda no setor agrícola. É possível que a partir do atual recadastramento (1978) as informações sejam mais precisas pelo fato do recadastramento estar relacionado à cédula G da Declaração do Imposto de Renda[1]

Mesmo tendo conhecimento destas limitações faz-se a seguir um breve estudo da concentração monopolista da propriedade privada da terra nas diferentes regiões do Brasil.

2.1.1. - Região Norte

A Região Norte segundo as Tabelas 1,2 e 3 apresenta quanto ao número e área dos estabelecimentos o seguinte:

a) Um aumento do número de estabelecimentos da ordem de 331%, entre os censos de 1950 e 1975, para um aumento correspondente de área de 29%. Este acentuado crescimento, no número dos estabelecimentos, concentra-se mais naquelees grupos de áreas menores de 5ha que tendo uma participação de 25%, em - 1950, passou a 32%, em 1975. É de notar-se, também, uma estagnação na área média deste grupo de área que manteve-se, em todos os períodos censitários, em

[1] Ressalve-se, também, que a concentração da renda que se apresenta muito próxima da concentração da propriedade privada da terra, revelada pelos dados - estatísticos disponíveis, não só estão subestimados pelos motivos expostos acima mas, fundamentalmente, por não estarem representados os assalariados agrícolas que evidentemente ampliariam a faixa de pessoas de mais baixa renda.

torno de 2,2 hectares. Contrariamente, área média dos estabelecimentos maiores de 1.000 ha oscilou muito de um censo para o outro. Assim a área média que era em 1950, de 8.277 ha aumentou para 9.598 ha, em 1960, para cair vertiginosamente, em 1970, quando atingiu 4.714 ha e, em 1975, isto é cinco anos depois, aumentar para 5.891 ha;

b) os dados mostram ainda que em todos os anos censitários a concentração monopólista da propriedade da terra manteve-se quase que inalterada. Tanto é assim que nos quatro censos o máximo de 3 e o mínimo de 1% dos estabelecimentos monopolizavam entre 85 e 55% do fundo de terras apropriadas em estabelecimentos. No lado oposto vê-se que 25 a 32% dos estabelecimentos nunca atingiram cifras superiores a 1% de toda área dos estabelecimentos.

c) O índice de Gini que era de 0,942, em 1960, passou a ser de 0,829, em 1970. Significa isto que na década dos sessenta houve uma breve redução na concentração fundiária da Região Norte.

As Tabelas 4, 5 e 6 ilustram, para a Região Norte, a condição legal das terras para os censos de 1950, 60 e 70. Uma ligeira análise destas Tabelas indica que:

a) Em todos os anos censitários a condição legal predominante, (não só quanto ao número de estabelecimentos, mas também, da área), encontra-se na categoria de terras próprias que entre aqueles censos oscilou, quanto aos estabelecimentos, entre 69 e 38% e, quanto a área, entre 71 e 55%. É surpreendente, na Região Norte, não somente o número de estabelecimentos arrendados, mas também, a área desta categoria que chegou a ser de 26% em 1960.

b) A categoria de terras ocupadas tem uma significativa participação no número de estabelecimentos em todos os anos censitários. Com respeito à área ocupada chama atenção o fato de a participação aumentar de 3% em 1950 para 25% em 1970. Em termos de área média vê-se também um aumento significativo, ou seja, de 31 ha em 1950 para 35 e 48 ha, respectivamente em 1960 e 1970. Depreende-se, assim que a categoria de ocupante manifesta tendência a aumentar sua concentração relativa.

A Tabela 7 mostra as relações: (a) área total/população agrícola ativa; (b) área total por pessoas permanentes nos estabelecimentos; (c) área de lavoura/população agrícola ativa (PAA); (d) área de lavoura por pessoas permanentes nos estabelecimentos. Todos estes indicadores estão apresentados a nível de grupo de áreas. Da sua análise infere-se que os pequenos estabelecimen-

tos e minifúndios concentram um número de pessoas por área de lavoura e P A A' muito maior que os grandes estabelecimentos e latifúndios. Com respeito ao aproveitamento da área agrícola dos imóveis da Região Norte vê-se (através das Tabelas 8, 9 e 10) que 42% das terras aproveitáveis não são exploradas. Em relação à área total o indicador é de 25%. Observando-se os dados segundo os grupos de área tem-se uma idéia bastante clara da ociosidade absoluta e relativa das terras em quase todos os grupos de áreas mas principalmente, naqueles de 25 a 500 hectares, o que é bastante surpreendente.

2.1.2. Região Nordeste

Os dados sobre os estabelecimentos agropecuários, no Nordeste, (Tabelas 11, 12 e 13), apresentam uma elevada concentração fundiária que reflete o monopólio da propriedade privada da terra. Os mesmos dados evidenciam o que se convencionou chamar de "complexo latifúndio-minifúndio" que, como foi visto no capítulo anterior, conforme os dois tipos fundamentais de agricultura: a principal voltada, antes de tudo, para fora e, outra, de subsistência (baixa renda) ou de mercado interno. Esta dicotomia caracteriza, muito bem, o processo de subdesenvolvimento da região ou seja: a existência de um setor ou atividade agrícola principal, por um lado e, do outro, um setor ou atividade secundária (semimercantil) ou de subsistência.

O rítmo de crescimento dos estabelecimentos pequenos e minifúndios tem se mostrado, através dos censos, bem maior que o do crescimento da área implicando numa diminuição da área média que já sendo baixa, em 1950, (2,4 ha) baixou, mais ainda, nos censos seguintes para fixar-se, em 1975, em 1,8 ha. Esta tendência apresentada para os minifúndios e pequenos estabelecimentos complementa com o crescimento da área média dos latifúndios na década de 70 comprovou que o processo de concentração monopolista da propriedade da terra todavia ainda não se encontra consolidado pese já ter aproximadamente 400 anos.

Deduz-se que o crescente aumento dos estabelecimentos pequenos - se dá, no Nordeste, a custa de terras marginais de rendimentos físicos decrescentes. Este fato leva a uma maior degradação do solo e, consequentemente, a perspectivas de aumentar, cada vez mais, as já acentuadas desigualdades do Nordeste com relação às regiões Sudeste e Sul.

Em termos práticos o processo de concentração da propriedade da terra, no Nordeste, repercute no sistema de utilização da terra da seguinte maneira: os latifúndios e grandes estabelecimentos representam, na maioria das vezes, mais um "status" social para o seu proprietário do que mesmo uma empre-

sa agrícola. Desta forma, dedicando-se ou não a uma monocultura em bases irracionais, eles são, em sua maioria, antieconômicos em relação à maneira superextensa de cultivo, com baixo nível tecnológico, ou uso predatório da terra ou, ainda, em relação à monocultura de tipo colonial voltada, antes de tudo, para o mercado externo. Já os médios e pequenos estabelecimentos representam para os seus proprietários o seu único meio de vida pois se constituem na única fonte de onde retiram bens econômicos para seu sustento e os de sua família. Os médios e pequenos estabelecimentos têm, portanto, como finalidade primordial a produção de alimentos básicos para a sobrevivência das famílias que neles trabalham. Pode-se, em geral, considerar também esses estabelecimentos, na atual conjuntura nordestina, como economicamente irracionais ou mesmo antieconômicos quando, em função do nível de desenvolvimento das forças produtivas na região, se relaciona com a insuficiência de recursos financeiros, com as deficiências do aparelho comercial e com baixo nível cultural dos seus proprietários. Fica implícito, portanto, que dentro da dicotomia básica da economia agrária nordestina tem-se uma complexidade de problemas cujas consequências se refletem na escassez de alimentos no mercado regional e baixa produtividade do trabalho e da terra e limitada capacidade de investimentos. O crescimento da agropecuária a custo de incorporação de terras incultas (ociosas), dos pequenos estabelecimentos e dos minifúndios, apresenta, ainda, uma tendência importante a médio ou longo prazo, que é a de estender a área de cultivo até os limites das possibilidades de aproveitamento da área disponível desses estabelecimentos. Verifica-se que, em 1972, apenas 18% da área total dos minifúndios menores de 5 hectares permaneciam incultos (ociosos). Para os latifúndios e grandes estabelecimentos em 1972, essa percentagem era de 33% (ver Tabelas 18, 19 e 20). Do ponto de vista da condição legal das terras vê-se que o monopólio da propriedade da terra implica em tradições rotineiras, métodos primitivos e predatórios de uso do solo e, consequentemente, sistemas agrícolas arcaicos. Tanto é assim que coloca-se em evidência a maneira pela qual cresce a condição social e legal da terra conhecida como arrendamento. Este, é a condição social de uso do solo mais retrógada e nociva à sociedade como um todo, pelo fato de ser uma condição social de uso da terra altamente predatória tendo sempre como resultado a degradação do solo. O problema torna-se mais complicado quando se sabe que, no Nordeste, predomina o sistema de monocultura baseado em prática rotineiras e primitivas sem nenhuma observação das motivações científicas da agronomia. Não se exagera, portanto, quando afirma-se que o monopólio da propriedade da terra representa uma forte barreira à implantação de um racional sistema de irrigação e drenagem capaz de, ou que vise, preservar aquilo de mais útil e essencial ao progresso e destino de uma nação - o solo agrícola. As Tabelas 15,16 e 17 dão uma idéia bastante representativa do fenômeno supramencionado no decorrer dos anos censitários de 1950, 1960 e 1970.

Quanto aos índices de Gini os dados apresentados por Graziano foram de 0,841 em 1960, e de 0,849 em 1970, ou seja, apresentando uma intensificação da concentração fundiária no período.

2.1.3. Região Sudeste

Os dados sobre estabelecimentos e áreas agrícolas, no Sudeste, - (Tabelas 21, 22 e 23) apresentam um ritmo de crescimento mais acentuado entre os grupos de área de menos de 5 a 20 ha. Os dados mostram, ainda, que na Região Sudeste, o processo de concentração da propriedade da terra já se encontra consolidado e tendendo a uma breve desconcentração. Assim é que os estabelecimentos maiores de 20 ha aumentaram consideravelmente no decurso dos censos de - 1950, 1960, 1970 e 1975 mantendo praticamente a mesma área média durante todos os censos, isto é, 8,3 ha exceção do censo de 1950 quando a área foi de 9,2 ha. Observa-se, também, nos estratos superiores a 500 ha que a área média em seu cômputo geral tendeu a diminuir, ou seja: em 1950 era de 1.505,9 ha passando nos censos de 1960, 1970 e 1975 para respectivamente, 1.931,3 ha, 1.314 ha e 1.321,7 ha.

Por outro lado, sabe-se que foi na Região Sudeste onde o processo de modernização da agricultura mais se intensificou, particularmente no Estado de São Paulo onde os rendimentos físicos e a produtividade do trabalho se encontram a níveis de países desenvolvidos.

Quanto à condição legal das terras (ver Tabelas 24,25 e 26) em todos os censos predomina a condição de terras próprias. Este dado corrobora - em favor da rigidez (levantada por Graziano) "de que o aumento do número de estabelecimentos se dá muito mais devido à incorporação de novas áreas do que pela subdivisão das propriedades existentes"[1]

Observa-se no Sudeste - Tabela 27 - que os estratos de estabelecimentos menores de 100 ha absorvem uma quantidade bem superior de área de lavoura por PAA e por pessoas permanentes que os estratos de áreas superiores a 100 ha.

Com respeito aos dados de ociosidade das terras - consultar Tabelas 28, 29 e 30 - vê-se que apenas 9% do total de terras aproveitáveis não são

---

1 idem, idem, pág. 306

exploradas, Os maiores índices de terras ociosas se encontram nos grupos de área de 100 a 500 ha e de 1.000 ha a mais,

Os índices de Gini apresentam para o período 60-70 uma desconcentração fundiária no Sudeste, isto é, de 0,763, em 1960, declinou para 0,753 , em 1970.

2.1.4. Região Sul

A região Sul é, dentre as macrorregiões brasileiras, a que apresenta menor índice de concentração fundiária - ver Tabelas 31, 32 e 33. Variações de área média de pouca significação, ocorreram nos estratos de menos de 1.000 ha. A diminuição mais acentuada verificou-se nos estabelecimentos maiores de 1.000 ha o que representa um fato bastante promissor para a desconcentração fundiária.

Os índices de Gini correspondentes aos censos de 1960 e 1970 são os mais baixos, entre todas as regiões do Brasil, isto é, 0,715 em 1960 e 0,716, em 1970. A variação é desprezível e caracteriza uma certa homogeneidade durante os períodos censitários.

Quanto aos dados de condição legal das terras - Tabelas 34, 35 e 36 - observa-se uma ampla participação da categoria de terras próprias em todos os anos censitários.

Com relação à área de lavoura por pessoas permanentes nos estabelecimentos por grupos de área - Tabela 37 - é interessante notar os dados relativos, ao censo de 1970. Nos grupos de área entre 5 ha e 20 ha, particularmente, é que se concentra a maior disponibilidade de área por pessoa ocupada para a lavoura. Já na coluna área total por população ativa vê-se, por grupo de área, uma proporção inversa aquela acima citada, ou seja, são os estabelecimentos maiores de 500 ha que apresentam um elevado número de ha por pessoa ativa total.

As Tabelas 38, 39 e 40 indicam que a ociosidade das terras na Região Sul se apresenta não só no total, mas também, por grupo de áreas, bem maior do que na Região Sudeste. O maior índice de ociosidade da área quanto ao fundo total de terras aproveitáveis, porém não exploradas, está no grupo de área entre 100 e 500 ha. Já observado o fenômeno de ociosidade de terras quanto à área total dos grupos de áre vê-se que os grupos de área que apresentam maiores ociosidades são os de 25 a 50 ha e de 50 a 100 ha com, respectivamente, 19 e 18%.

2.1.5. Região Centro Oeste

De maneira semelhante à Amazônia, a região Centro Oeste se constitui, em sua maior parte, numa das áreas de fronteira agrícola do Brasil. Este fato ligado, ainda, ao modelo de desenvolvimento "para fora" indica o sentido que, tanto a região Norte como a Centro Oeste, tendem a reproduzir o modelo de ocupação das áreas antigas (Nordeste, Sudeste e Sul). Modelo este fundamentado numa forte concentração fundiária. Por isto mesmo o seu índice de Gini que era de 0,839 em 1960, passou a ser de 0,850, em 1970, isto é semelhantes àqueles apresentados pela Região Nordeste e Norte do Brasil. Quanto a diminuição da área média de alguns grupos de área, segundo Graziano, é "sem dúvida alguma devido ao processo de urbanização decorrente da implantação de Brasília"(1).

As Tabelas 41, 42 e 43 ilustram bem o comportamento da estrutura fundiária da Região Centro-Oeste no decorrer dos censos de 1950, 1960, 1970 e 1975.

Quanto a condição legal das terras a Região Centro Oeste, também por ser área de fronteira agrícola, tem na categoria de terras ocupadas uma significativa participação quanto ao número de estabelecimentos . Com referência a área se observa nas Tabelas 44, 45 e 46 que sua representatividade está na categoria de terras próprias. É interessante notar a tendência para um vertiginoso aumento da participação da categoria de terras arrendadas a partir do censo de 1950 até o de 1970.

Quanto ao aproveitamento da área agrícola dos imóveis da região Centro Oeste observa-se um elevado índice de ociosidade não só em sua totalidade (33%) mas também segundo os grupos de área. As Tabelas 48, 49 e 50 representam quantitativamente esta assertiva.

2.1.6. Síntese da Estrutura Agrária Brasileira

As tabelas 51, 52 e 53 refletem para o Brasil, como um todo, a média da estrutura fundiária observadas para as diferentes regiões. Entretanto, a comparação dos dados referentes aos grupos de estabelecimentos e suas respectivas áreas para os censos de 1950, 1960, 1970 e 1975 revelam um conjunto de mudanças sobre as quais pode-se deduzir o seguinte:

a-) Houve nos períodos censitários um aumento substancial do número de estabelecimentos não correspondidos pelo aumento de área.

b-) Em todos os anos censitários observa-se uma nítida tendência para aumento do número de estabelecimentos de menos de 5 ha, isto é, dos minifúndios. Vale dizer que estas minúsculas parcelas de terra, em geral, no Brasil, mesmo com o acentuado processo de industrialização-urbanização , não preenchem os mínimos requisitos de empresa agrícola capitalista como acontece em alguns países desenvolvidos europeus ou mesmo nos Estados

Unidos da América. No Brasil, este grupo de área geralmente não possui: especialização; eficiência empresarial; alta produtividade do trabalho; utilização de maquinários e implementos agrícolas compatíveis com o seu tamanho; minimização de custos por unidade de produção, etc. Não tendo estes atributos o grupo de área menor de 5 ha se constitui, de fato, em "bolsões de subsistência" no meio rural.

Observando o índice de Gini (calculado por Graziano) - que indica a concentração da posse da terra em relação a área total - vê-se que entre os censos de 1960 e 1970 não houve alteração significativa, ou seja, situou-se em 0,836, em 1960, e 0,837, em 1970. A constância do índice de Gini, nas duas últimas décadas, não implica que a estrutura agrária do Brasil não tenha passado por importantes mudanças. Ademais, estes índices são muito agregados e não levam em conta a parcela de população desprovida de terra. Há de fato mudanças qualitativas provocadas pelas relações capitalistas de produção, transformando cada vez mais a agricultura semi-mercantil em agricultura mercantil. Essas mudanças ajudam a compreender e explicar as oscilações verificadas na área média dos estabelecimentos e na relação área/homem - Tabela 68. Note-se ainda que as variações substanciais de área média, em termos relativos se dá mais nos grupos de área inferiores a 10 ha, devido à sobrecarga advinda do crescimento da população rural e a rigidez da divisão dos grandes estabelecimentos, ou ainda, a pressão sobre a terra.

As Tabelas 54, 55, 56 e 57, que tratam da participação dos estabelecimentos e área das regiões nos estabelecimentos e área do Brasil para os diversos anos censitários, evidenciam poucas variações. Tanto é assim que os dados das tabelas mostram, por exemplo, que a participação do Nordeste no número total de estabelecimentos oscilam entre 41 e 47%, nos diversos censos. O mesmo fenômeno, ainda para o Nordeste, se observa com relação à participação da área que em todos os anos censitários se situa em torno dos 25%.

Tomando-se como base o número total dos estabelecimentos do Brasil-Tabelas 58, 59, 60 e 61 - observa-se que a região Nordeste participa, com percentuais que variam entre 41 e 47% dos estabelecimentos. Adicionalmente, o Nordeste detinha 16, 21, 25 e 28% (na ordem dos censos de 50 a 75), dos minifúndios do Brasil, isto é, estabelecimentos menores de 5 ha. Verifica-se, assim, que a participação do Nordeste nos minifúndios do Brasil tende a crescer em ritmo acelerado o que, como se verá mais adiante, tenderá também a aumentar as desigualdades regionais no setor agrícola, porquanto, os minifúndios são reconhecidamente um entrave à modernização do setor. É curioso notar que a participação da área dos estabelecimentos do Nordeste no total do fundo de terras apropriadas em estabelecimentos, no Brasil, corresponde, nos censos, a pouco mais da metade da participação verificada no número de estabelecimentos. Observe-se, ainda, que a parcela de terras correspondente a grande participação nor

destina no número de minifúndios do Brasil é tão irrisória que não chega a atingir nos censos de 1950 e 1960 a 1%, porcentagem esta, que só aparece nos censos de 1970 e 1975. Este fato leva a hipótese de que na realidade nordestina o grupo de área menor de 5 ha está altamente fragmentada em propriedades bem menores que 5 ha, ou seja, tendem a, cada vez mais, diminuir a sua já pequena área média.

Ainda, para o Nordeste, segundo Padilha, temos os seguintes indicadores com respeito ao uso da terra:

a-) "O Nordeste tem expandido sua área ocupada de forma bem mais significativa do que as outras macrorregiões do País. Mesmo a área dedicada à lavoura que é um dos usos que cresce relativamente menos na região, é espantoso o padrão de desempenho, diferente do Nordeste, comparado com os do Brasil e, particularmente, São Paulo";

b-) "Os usos de crescimento mais acentuado são "pastos" e "terras não cultivadas", desempenho significativamente influenciado pelas "preferências" das médias e grandes propriedades";

c-) "Quem responde pela expansão de área para lavoura é sobretudo o pequeno estabelecimento. Este tem se encarregado cada vez mais da produção de produtos da dieta básica das populações de baixa renda (arroz, feijão, milho, mandioca, batatinha e carne de caprino)";

d-) "Nas médias e grandes propriedades são sobretudo os parceiros que respondem pelas áreas de lavouras"; [1]

As Tabelas 62, 63 e 64 conformam o quadro,de análise da condição das terras no Brasil. Depreende-se delas a grande participação das terras próprias no total dos estabelecimentos que, entretanto, apresenta uma tendência a diminuir (de 79% em 1950 para 60% em 1970). Contrariamente, observa-se que o número de estabelecimentos de terras arrendadas tende a crescer devido aos efeitos da expansão da economia da Região Sudeste em termos de modernização agrícola, industrialização e urbanização. Idêntica tendência se observa nas terras ocupadas principalmente nas áreas de expansão de fronteira onde os posseiros após limpar o terreno com dois anos de cultivos são forçados a entregar a terra sob a forma de pastagens a grileiros ou grandes empresas agropecuárias.

Do ponto de vista da participação regional na condição legal das terras no Brasil - Tabelas 65, 66 e 67-observa-se:

a-) Que a participação da região Nordeste quanto ao número de estabelecimentos apresenta-se para todas as categorias de condição, excessão de ter

---

[1] Padilha de Figueiredo, Romeu - Emprego e Renda na Agricultura do Nordeste: Estudo, com ênfase nos condicionantes - uso e posse da terra, crédito e comercialização, mimeografado.

ras mistas, como as maiores do Brasil. Já a participação quanto à área apresenta-se, em geral, muito semelhante a da região Sudeste.

b) Que é, também na região Nordeste onde se verifica uma tendência ao aumento do número de estabelecimentos de terras ocupadas e mistas inclusive mais forte que as observadas na Região Norte.

Sobre o aproveitamento da área agrícola dos imóveis, vê-se através das Tabelas 69, 70 e 71 que, para o Brasil, como um todo, 27% da área aproveitável total dos imóveis estão ociosas. É interessante notar que a porcentagem da área aproveitável não explorada com relação a porcentagem da área total apresenta pequenas variações entre os grupos de área consideradas. Não é de estranhar que no grupo de área de 1.000 ha e mais é que se encontra 56% de toda área aproveitável não explorada. O segundo grupo de área mais ociosa é aquele entre 100 e 500 ha que possui 20% do total das terras ociosas o que é deveras surpreendente, pois como se sabe, é em geral este grupo de área que apresenta o melhor equilíbrio em termos de integração horizontal entre a produção vegetal e animal.

No seminário sobre Reforma Agrária na UNICAMP, Alberto Passos Guimarães, tratando da "estratégia concentracionista", imposta ao país a partir de 1968, fundamentada numa "modernização conservadora", isto é, na modernização tecnológica dos latifúndios mostra o seguinte paradoxo:

"enquanto, de um lado, o sistema latifundiário absorve a maior parte dos subsídios oferecidos pelos governos e inverte esses benefícios na ampliação do seu poder territorial (que se traduz também em poder político), de outro lado, a estrutura produtiva de nossa agricultura se desloca para os estabelecimentos menores, de dimensões não latinfundiárias, aos quais só alcançam parcelas ínfimas dos benefícios distribuídos" [1]

Justificando o paradoxo, Guimarães apresenta uma série de dados da Fundação IBGE para os quais faz os seguintes comentários: "para um crescimento, no grupo de estabelecimentos de menos de 100 ha, entre os anos de 1950 e 1970, de 2,2 vezes da área de pastagens, e de 2, 1 vezes na área das lavouras, o crescimento no grupo de 500 ha acima, foi de 1,2 vezes e 1,3 vezes, respectivamente nas áreas de pastagens e lavouras. Enquanto os estabelecimentos de menos de 100 ha tiveram o crescimento de 3 vezes da quantidade de arados e

[1] Guimarães, Alberto Passos - Subsídios para a Formulação de uma Estratégia Agrária. Reforma Agrária Ano VII, Nov/Dez 1977, nº 6, Brasília, DF.

BRASIL - INCREMENTO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DE 1950 a 1970

MEIOS DE PRODUÇÃO	GRUPOS DE ESTABELECIMENTOS					
	DE MENOS DE 100 ha			DE 500 ha ACIMA		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Pastagens (1000ha)	10,844	17,248	23,979	74,106	75,670	90,200
Lavouras (1000ha)	10,371	17,172	21,735	3,898	4,757	4,901
Arados (unidades)	521,143	801,420	1576264	68,404	48,615	84,729
Tratores "	1,238	23,849	80,418	4,493	17,248	37,281
NÚMEROS ÍNDICES						
Pastagens	100	159	221	100	102	122
Lavouras	100	166	210	100	122	126
Arados	100	154	302	100	71	124
Tratores	100	1,926	6,496	100	384	830

de 65 vêzes da quantidade de tratores, os estabelecimentos de 500 ha acima tiveram o crescimento, respectivamente, de 1,2 vêzes e de 8,3 vêzes. Portanto, o crescimento dos meios de produção foi nos vinte anos de intervalo censitário, acentuadamente maior no grupo de estabelecimentos não latifundiários do que no grupo de estabelecimentos latifundiários"[1].

Após fazer considerações sobre o caráter improdutivo, especulativo e nocivo do latifúndio, Guimarães conclui por uma estratégia apoiada na multiplicação da propriedade agrária, na transformação da estrutura ocupacional da agricultura. Quanto à atual estratégia, diz ele que tem "por objetivo a trans-/formação de uma maioria de latifúndios tradicionais em latifúndios "moderniza-/dos", mediante à injeção de certa dose de progresso técnico, para com eles formar-se um enclave capitalista, dentro da sombria paisagem, que continuaria inalterada, de uma estrutura agrária arcaica, geradora e mantenedora da miséria geral".[2]

Completando, ainda, seu pensamento sobre a improdutividade e nocividade do latifúndio, Guimarães apresenta o seguinte quadro e análise:

---

1 Idem, idem.

2 Idem, idem.

BRASIL - PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS NA PRODUÇÃO

(% sobre o total da produção nacional no ano de 1970)

PRODUTOS	GRUPOS DE ESTABELECIMENTOS	
	DE MENOS DE 100 ha	DE 500 ha ACIMA
Algodão em caroço	69,9	9,4
Amendoim em casca	88,3	2,3
Arroz em casca	54,8	18,3
Batata-inglesa	80,8	5,0
Cacau	52,2	11,0
Café	53,4	17,0
Cana-de-açúcar	22,6	48,2
Feijão	83,3	4,1
Laranja	60,1	15,5
Mandioca	88,1	2,6
Milho	75,4	0,8
Soja	69,7	11,0
Trigo	49,5	18,7

FONTE: Censo Agrícola.

"Observa-se que os produtos destinados ao consumo interno, como a batata-inglesa, o feijão, a mandioca e o milho, foram praticamente expulsos da economia latifundiária, que permitiu o seu cultivo nas pequenas lavouras de seus colonos ou moradores até quando interessou ao latifúndio mantê-los ao seu alcance, como reserva cativa de mão-de-obra barata. Entre os produtos tradicionais, a cana-de-açúcar foi o único a conservar posição destacada como lavoura latifundiária. Nos produtos de exportação, antigos ou novos, o sistema latifundiário apenas consegue guardar para si algumas quotas de certo modo significativas, mas não predominantes."

"Todavia, o que os dois quadros deixam perceber com a maior clareza é o caráter parasitário dos latifúndios que estão sendo transformados, com raras exceções, em colossais fundos de terras para fins especulativos, mantidas incultas à espera de maior valorização, algumas delas com frações irrisórias de culturas de testada, com a intenção de habilitar seus proprietários ao recebi-/ mento de subsídios".

"A estratégia agrária atualmente em vigor foi implantada à altura de 1968 e resultou de uma guinada drástica nos rumos anteriormente traçados na política e na economia de nosso país. Na realidade, ela representou uma ruptura com a política econômica da primeira fase do regime implantado em 1964, quando este postulava (ver PAEG, 1965) a expansão do mercado interno, a continuidade da substituição de importações (esgotada, diga-se de passagem, principalmente -

pela queda do poder aquisitivo das massas rurais) e, como solução para o campo, a reforma agrária. O segundo projeto estratégico, implantado a partir de 1968, passou a considerar como metas prioritárias não mais a reforma agrária mas o fortalecimento da empresa rural; não mais o prosseguimento da substituição de importações, mas a expansão a qualquer custo das exportações".

"Tanto o primeiro como o segundo projeto estratégico tiveram antecedentes externos decisivos para a vida das nações latino-americanas. A primeira estratégia do regime de 1964 havia surgido sob o clima otimista e renovador prevalecente em todos os países americanos durante a década de 1960, do qual se fez eco a reunião da Punta del Este realizada em 1961. Aí nasceu, e foi elevada a primeiro plano, a fórmula ideal para amainar as tensões sociais então existentes, ou seja, a necessidade da implantação de reformas agrárias. Com esse espírito não tardaram a aparecer leis, promulgadas nos anos seguintes, sucessivamente na Venezuela, no Chile, Colômbia, Nicarágua, Costa Rica e República Dominicana. No Brasil, o Estatuto da Terra e a emenda constitucional que lhe dava meios práticos de execução datam de 1964".

Quanto a participação regional no aproveitamento da área agrícola dos imóveis rurais do Brasil observa-se ser a região Centro-Oeste aquela que apresenta maior índice de área aproveitável e ainda de maior ociosidade em relação a área total, isto é, 41%. Também em termos de ociosidade a Região Nordeste apresenta uma participação bastante significativa, 31%, enquanto que as regiões Sudeste e o Sul apresentam apenas 8% de participação cada uma - ver Tabela 72.

A Tabela 73 diz respeito ao aproveitamento da área agrícola dos imóveis rurais somente quanto a área agrícola aproveitável do Brasil por grupos de área. Nela observa-se:

a) Que o Nordeste nos grupos de áreas compreendidos entre 50 e 1.000 ha apresenta altos índices de área aproveitável não explorada. Entretanto, quanto ao total desta categoria de área tem uma participação média menor (8%) que a região Centro Oeste, que é de 11%. Nesta última região, o maior índice encontra-se nas propriedades maiores de 1.000 ha;

b) Que em relação à área aproveitável explorada, o Nordeste apresenta seu maior índice nos estabelecimentos menores de 5 ha, enquanto que no Sudeste está no grupo de 50 a 100 ha e, na região Sul, na faixa compreendida entre 10 e 25 ha. Para o Brasil, como um todo, o maior índice está na faixa de até 10 ha, isto é, 83%.

Finalmente, a Tabela 74 diz respeito a participação de cada região no total do Brasil em termos de: área aproveitável, área agrícola explorada

pela queda do poder aquisitivo das massas rurais) e, como solução para o campo, a reforma agrária. O segundo projeto estratégico, implantado a partir de 1968, passou a considerar como metas prioritárias não mais a reforma agrária mas o fortalecimento da empresa rural; não mais o prosseguimento da substituição de importações, mas a expansão a qualquer custo das exportações".

"Tanto o primeiro como o segundo projeto estratégico tiveram antecedentes externos decisivos para a vida das nações latino-americanas. A primeira estratégia do regime de 1964 havia surgido sob o clima otimista e renovador prevalecente em todos os países americanos durante a década de 1960, do qual se fez eco a reunião da Punta del Este realizada em 1961. Aí nasceu, e foi elevada a primeiro plano, a fórmula ideal para amainar as tensões sociais então existentes, ou seja, a necessidade da implantação de reformas agrárias. Com esse espírito não tardaram a aparecer leis, promulgadas nos anos seguintes, sucessivamente na Venezuela, no Chile, Colômbia, Nicarágua, Costa Rica e República Dominicana. No Brasil, o Estatuto da Terra e a emenda constitucional que lhe dava meios práticos de execução datam de 1964".

Quanto a participação regional no aproveitamento da área agrícola dos imóveis rurais do Brasil observa-se ser a região Centro-Oeste aquela que apresenta maior índice de área aproveitável e ainda de maior ociosidade em relação a área total, isto é, 41%. Também em termos de ociosidade a Região Nordeste apresenta uma participação bastante significativa, 31%, enquanto que as regiões Sudeste e o Sul apresentam apenas 8% de participação cada uma - ver Tabela 72.

A Tabela 73 diz respeito ao aproveitamento da área agrícola dos imóveis rurais somente quanto a área agrícola aproveitável do Brasil por grupos de área. Nela observa-se:

a) Que o Nordeste nos grupos de áreas compreendidos entre 50 e 1.000 ha apresenta altos índices de área aproveitável não explorada. Entretanto, quanto ao total desta categoria de área tem uma participação média menor (8%) que a região Centro Oeste, que é de 11%. Nesta última região, o maior índice encontra-se nas propriedades maiores de 1.000 ha;

b) Que em relação à área aproveitável explorada, o Nordeste apresenta seu maior índice nos estabelecimentos menores de 5 ha, enquanto que no Sudeste está no grupo de 50 a 100 ha e, na região Sul, na faixa compreendida entre 10 e 25 ha. Para o Brasil, como um todo, o maior índice está na faixa de até 10 ha, isto é, 83%.

Finalmente, a Tabela 74 diz respeito a participação de cada região no total do Brasil em termos de: área aproveitável, área agrícola explorada

e a área agrícola não explorada. As participações mais significantes em todas as categorias são as do Centro Oeste devido ao volume de terras já apropriadas em imóveis rurais.

Nela se observa ainda que tanto para o Nordeste como também para o Sudeste e Sul os incríveis índices da área aproveitável explorada estão no grupo de área de 100 a 500 hectares, destacando-se principalmente no Sudeste (9%) e Nordeste (7%). Note-se, também, que no grupo de área superior a 1.000 ha tanto o Nordeste como o Sudeste apresentam índices significativos, o que, sem dúvida alguma, é devido ao cultivo da cana-de-açúcar em ambas as regiões onde ocupam imensas áreas.

2.2. Distribuição da Força de Trabalho

A estrutura fundiária tem no processo da formação dos trabalhadores agrícolas influência considerável, visto que condiciona as formas de trabalho assalariado e, predominantemente, formas não asslariadas de trabalho parceria, cambão, fôro, etc.

Os dados censitários da Tabela 75 e seus correspondentes, números índices, (Tabelas 76, 77 e 78) mostram, entre outras coisas, o seguinte:

a) o pessoal ocupado no setor agrícola cresce em todas regiões do país com exceção do Sudeste, entre os censos de 1960 e 1970. Houve para aquela região um decréscimo não somente em termos relativos, mas também absoluto. Enquanto a população agrícola ativa (PAA) crescia no Brasil, em 32% entre 1950 e 1970 na região Sudeste a PAA apresentava para o mesmo período uma queda de 2%. Justifica-se o fenômeno pelo notável processo de modernização da agricultura - induzido pela industrialização-urbanização por que vem passando a agricultura - daquela região nas últimas décadas. É provável que tal processo tenda a intensificar-se, mais ainda, na década de 70-80. Por outro lado é surpreendente o crescimento de 81% na PAA da região Sul, isto porque, depois do Sudeste é esta região a que apresenta os melhores índices de industrialização e urbanização do país;

b) A região Nordeste possui o maior contingente da PAA; da população menor de 10 anos; da população não economicamente ativa e da população rural no total do Brasil. Estas participações oscilam nos censos sempre em torno de 40% (Tabela 78). É importante notar que a região Nordeste apresenta uma diminuição relativa (mas não absoluta) de sua população rural entre os censos de 1950 e 1960. A desaceleração do crescimento da população rural naquela década refletiu os intensos fluxos migratórios tanto intra-regionais - no sentido cam

po-cidade - quanto inter-regionais tanto no sentido urbano-rural quanto rural-rural[1].

c) Também, no Sudeste se observa um declínio de 7% na população - rural, em 1970, quando comparado ao censo de 1950. Entretanto, este decréscimo foi muito mais agudo na década 60-70, isto é, da ordem de 15%. Nota-se ainda - que houve uma maior intensificação da diminuição da população não economicamente ativa, inclusive, em termos de Brasil. Acredita-se que este brusco decréscimo entre os censos de 1960 e 1970 é devido mais às modificações nos critérios - dos censos que mesmo a algum fenômeno sócio-econômico capaz de provocar uma diminuição tão vertiginosa como os apresentados pelos dados censitários.

As informações das Tabelas 79, 80, 81, 82, 83 e 84, sobre o pessoal ocupado por grupos de área e categoria de emprego, para as diversas regiões e para o Brasil, refletem os efeitos negativos da distribuição da terra no emprego da força-de-trabalho.

Estes efeitos se apresentam em todos os censos e em todas as regiões brasileiras, particularmente, nas periféricas como é o caso do Nordeste. Estes efeitos negativos podem ser resumidos no seguinte:

a) Na alta concentração da força de trabalho nos minifúndios e pequenos estabelecimentos;

b) Na incapacidade dos estabelecimentos maiores de 500 ha em absorver força de trabalho, isto é, pelo caráter extensivo de suas atividades agrícolas, particularmente pecuária de corte, que não dão margem a maiores oportunidades de emprego à população agrícola ativa.

As Tabelas 88, 89 e 90 correspondentes aos censos de 1950, 1960 e 1970, evidenciam a situação marginal da região Nordeste em relação ao Brasil, ou seja, tendência a aumentar cada vez mais o número de não remunerados com acen-/ tuada concentração cada vez maior através dos censos, nos minufúndios. Nas Tabelas citadas vê-se para os grupos de área menores de 5 ha que o número de não remunerados em relação ao total do Brasil era de 8%, em 1950, e passou a ser de 13 e 18%, respectivamente, aos censos de 1960 e 1970. Contrariamente, ao Nordes

---

[1] Há fatores tanto de expulsão quanto de atração que condicionam estes fluxos migratórios. Este tema será objeto de investigação em relatório específico desta pesquisa. Nêle estudar-se-á as migrações como causa e consequência - dos desequilíbrios intra e inter-regionais. Para uma apreciação sumária deste fenômeno cf. CME-PIMES, Estado Atual e Evolução Recente das Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, Relatório nº 01, Capítulo 3, - pp. 214-222, Recife.

te, os não remunerados das regiões Sudeste e Sul concentravam-se nos estabelecimentos superiores a 20 ha,[1] Note-se,ainda, que esta categoria de trabalhadores' sem renda própria tem no Nordeste uma participação que variou entre os censos ' citados de, respectivamente, 22, 28 e 36%. É interessante que no Sudeste esta - categoria manteve idêntica participação nos três anos censitários. Como as regiões Norte e Centro-Oeste representam ainda vazios demográficos quando comparados aos totais do Brasil não têm representação significativa. Esta é a razão - porque as participações percentuais das categorias de pessoal ocupado são geralmente inferiores a 1%.

As Tabelas 91, 92, 93 e 94 dizem respeito ao pessoal ocupado distribuído por categorias e suas respectivas participações no Brasil por regiões' relativas ao censo de 1970. Observa-se que a região Nordeste possui uma PAA cerca de 2 vêzes maior que a PAA do Sudeste e do Sul. Entretanto a estrutura desta PAA é qualitativamente diferente daquela verificada no Sudeste e Sul tanto é assim que enquanto se evidencia para o Nordeste uma forte participação das categorias de arrendatários, ocupantes e não remunerados, para o Sudeste a maior' participação está entre os empregados permanentes, temporários e parceiros. Já a região Sul, contraditoriamente, apresenta uma surpreendente participação relativa entre os trabalhadores sem renda própria que mesmo em termos absolutos são duas vezes maior que os do Nordeste - ver Tabela 92.[2]

Quando observado de outros ângulos (Tabela 93) vê-se indiscriminadamente para todas as regiões brasileiras, com a exceção do Sudeste, uma participação da categoria de responsáveis e membros não remunerados da família superior a 70% da PAA.

Quando o fenômeno é enfocado a partir da relação do total da PAA' para o Brasil vê-se que o grosso daquela categoria está na região Nordeste cuja participação foi, em 1970, da ordem de 36% - ver Tabela 94.

Utilizando-se informações do Recadastramento do INCRA de 1972 procura-se estabelecer por grupo de áreas a relação mão-de-obra por hectare (ver -

---

1 É importante distinguir que no Nordeste os não remunerados fazem parte dos - minifúndios, ou seja, constituem temporariamente aquilo que se chama "bóia ' fria" que incorpora o trabalho de família quando trabalho por tarefa. No Sul os não remunerados encontram-se em geral, em empresas de economia familiar.

2 Explica-se esta surpreendente participação de não remunerados na região Sul' pelo caráter da propriedade familiar. Convém salientar que o pessoal não remunerado da família naquela região apresenta aspectos qualitativos bastante' distintos dos computados para a região Nordeste.

Tabelas 95, 96, 97, 98, 99 e 100). As informações do INCRA, a nível de propriedade, confirmam, portanto, as formas fundamentais dos efeitos negativos da distribuição da terra no emprego da força-de-trabalho anteriormente identificada - ao nível de estabelecimentos agrícolas. Assim sendo as Tabelas supramencionadas demonstram uma elevada concentração da força-de-trabalho nos minifúndios e pequenas propriedades e a escassa oportunidade de emprego nas propriedades superiores a 500 hectares.

A Tabela 101 demonstra em termos relativos a participação da área explorada e da PAA por estratos de área das grandes regiões brasileiras na área explorada e na PAA do Brasil. A primeira vista observa-se o fato de ser o Nordeste a única Região onde a participação da PAA, em todos os estratos de área, é superior a participação da área explorada. Para o Sudeste a relação é inversa até o estrato de 50 a 100 hectares; enquanto que, na região Sul, somente no estrato de 100 ha e mais. Entretanto, igualmente para as três regiões, em seu total, a participação da PAA apresenta-se maior que a da área explorada.

Ainda para a região Nordeste é marcante a participação da PAA nos estratos de área representativos dos pequenos estabelecimentos e minifúndios.

2.3. Política de Colonização

No Brasil, após a Segunda Guerra Mundial foi criada para efeito de cuidar da política de colonização e reforma agrária a Comissão Nacional de Política Agrária que teve vida efêmera, pois com o suicídio do Presidente Vargas, em 1954, foi extinta juntamente com o Conselho Nacional de Imigração e Colonização, cujas tarefas foram delegadas ao novo órgão denominado Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

Na década dos 60, de grandes debates em torno da questão agrária brasileira, o Governo Federal criou um grupo de trabalho dirigido pelo Senador Milton Campos. Com base nos resultados do documento apresentado pelo citado grupo de trabalho foi criado, em 1962, o Conselho Nacional de Reforma Agrária cujos objetivos era planejar e preparar terreno para uma reforma agrária além de coordenar as atividades do INIC, do Serviço Social Rural e do BNCC. Este Conselho durou apenas oito meses sendo substituído pela Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) que absorveu todas as instituições acima citadas. Subordinada ao Ministro da Agricultura as atribuições da SUPRA eram promover o desenvolvimento agrícola, e planejar e executar a reforma agrária. A SUPRA, por sua vez, teve uma duração bastante curta, pois em abril de 1964, após a deposição do Presidente Goulart, deixou de existir.

Em novembro de 1964, o Mal. Castelo Branco homologava a lei conhecida como Estatuto da Terra a partir da qual todas as ações subsequentes à política de estrutura agrária e colonização estariam submetidas.

Para tanto, o Governo criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento de Desenvolvimento Agrícola (INDA) que posteriormente, em 1970, foram fundidos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (INCRA).

Far-se-á uma rápida avaliação dos programas oficiais de colonização ao longo da rodovia Transamazônica, sobremodo na área de Marabá, ao Sul do Pará; em Rondônia e no Maranhão (região ao Alto Turi).

2.3.1. Programas oficiais de Colonização ao longo da Transamazônica.

A orientação, a partir de 1970, da política de fronteira na Amazônia, decorre, como já foi assinalado no capítulo 1, da necessidade de promover a integração do Nordeste, com excedentes relativos de população, à Amazônia, com excedentes relativos de terra. O programa foi deflagrado logo após a seca de 1970 e contemplava a ocupação da Amazônia por pequenos produtores que se fixariam às margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, a serem construídas com recursos do então recém-criado Programa de Integração Nacional (PIN), que absorveu 30% dos incentivos fiscais.

A ocupação destas áreas de fronteira por uma agricultura de base familiar permitiria incrementar a produção nacional de alimentos, ademais de promover o acesso a terra de excedentes populacionais oriundos, sobremodo, do Nordeste. Por conseguinte, além de ocupar vácuos demográficos, a colonização na fronteira amazônica diminuiria a pressão pela reforma agrária nas áreas saturadas do Nordeste e induziria a uma mais acelerada expansão do produto agrícola, sobremodo alimentos.

O INCRA foi incumbido de implementar a política de colonização para a área e para tal, concebeu uma estrutura na qual um conjunto de centros administrativos e residenciais se localizariam em intervalos regulares ao longo da Transamazônica. A unidade residencial seria a agrovila, destinada a abrigar cerca de 50 a 60 famílias. Este pequeno núcleo urbano deveria contar com um centro administrativo, posto de saúde, escola primária, pequeno comércio e mesmo um campo de futebol. Um segundo núcleo, hierarquicamente superior na organização urbana, seria constituído pela agrópolis, que se localizaria ao centro de 20 agrovilas e deveria conter uma cooperativa, banco, correios e escola secundária. A maior unidade modular, contudo, seria a rurópolis, que se localizaria a cada 140 quilômetros ao longo da rodovia. Esta, abrigaria um aeroporto, um hospital, um centro de assistência técnica e algumas agro-indústrias. Ademais, os colonos receberiam habitação, lotes de 100 hectares, salários por seis meses e assistência médica e educacional para suas famílias. A CIBRAZEM, compraria dos colonos a produção de arroz a um preço garantido pela CFP e estocaria a mercadoria. A COBAL forneceria alimentos a baixo custo aos colonos e o Banco do Brasil e a ACAR, respectivamente, forneceriam créditos a baixas taxas de juros e assistência técnica aos agricultores. A SESP e SUCAM controlariam os aspectos médico-sanitários, sendo a última, órgão responsá

vel pela erradicação da malária. A meta foi a de assentar cem mil famílias no período 1971-74.

Após três anos de implantação, estes projetos que se localizaram em Itaituba, Altamira e Marabá foram desativados sob a alegação de fracasso, e a estratégia governamental voltou-se para o privilegiamento da grande empresa agrícola, tornando-se a Amazônia, área de penetração da fronteira capitalista em vez da fronteira "camponesa". A primeira fronteira denominada por alguns economistas como "Big Man's frontier", é caracterizada por grandes propriedades rurais em detrimento de uma agricultura de base familiar.[1] Wood e Schmink em trabalho recente, demonstram que os baixos níveis de produção, sobremodo nos primeiros anos do projeto, ocorreram em decorrência da ineficaz administração das instituições responsáveis pela implementação da política e de erros que se colocam no âmbito da assistência técnica pelo pessoal de campo.[2] Ademais, os mesmos autores destacam que a baixa produtividade dos colonos foi um argumento bastante conveniente em favor da ocupação da Amazônia por grandes empreendimentos capitalistas, para os quais se mobilizaram grupos de interesse localizados no Centro-Sul do país. O escopo do estudo de Wood e Schimink é a área de Marabá e constitui uma extensão de uma pesquisa mais ampla nesta mesma área realizada pelo CEDEPLAR.[3]

À meta de assentar 100.000 famílias no período 1971-74, o INCRA defrontou-se no último ano do período com apenas 5,7 mil famílias localizadas nos três projetos, já citados, ao longo da Transamazônica. Ademais, toda a infra-estrutura de apoio não emergiu como planejado. As agropólis e rurópolis não foram construídas e as agrovilas não se mostraram adequadas, dada a distância das mesmas dos lotes dos colonos, o que levou estes últimos a abandoná-las e a localizarem residência nos seus locais de trabalho. Ademais, à exceção de alguns poucos colonos na região de Altamira, os de Marabá não receberam nem habitação nem os recursos de manutenção por seis meses que objetivavam reter, no período crítico de implantação, os colonos na área. A assistência médica e educacional também evidenciaram-se pouco adequadas às necessidades das famílias, embora o aspecto mais comprometedor ao sucesso do programa tenha advindo dos sistemas de apoio à produção e comercialização da produção agrícola, sobremodo arroz, que se constitui no mais importante produto entre os que foram cultivados na área (feijão, milho e mandioca). Um exame

---

1 Cf. Martin T. Katzman, Cities and Frontiers in Brazil: Regional Dimensions of Economic Development. Harvard University Press, Cambridge, MASS., 1977, especialmente o capítulo 2 "The Brazilian Frontier in Comparative Perspective", pp.10-30.

2 Charles Wood e Marianne Schmink, "Blaming the Victim: Small Farm Production in an Amazon Colonization Project". Trabalho apresentado ao Interciencia Association Symposia na série sobre "Nutrição e Agricultura: Estratégias para a América Latina" como parte do Encontro Anual da American Association for the Advancement of Science, Washington, D.C., Fevereiro de 1978, mimeo.

3 Pesquisa inédita e ainda não publicada do CEDEPLAR

detalhado dos problemas enfrentados na produção e comercialização do arroz, encontra-se no trabalho de Wood e Schmink já citado.[1] A seguir, far-se-á um sumário das adversidades enfrentadas pelos colonos e que decorreram em sua maior parte da incapacidade institucional e administrativa das agências governamentais que atuavam na área.

A primeira dificuldade, logo no início do projeto (1972), decorreu da introdução de uma variedade de semente que não se adaptou a área, o que levou a níveis de produtividade 50% abaixo da média. Estes baixos níveis de rendimento por hectare propiciaram elevadas perdas de renda monetária aos colonos que não puderam pagar seus débitos bancários e, por conseguinte, não se habilitaram a contrair novos empréstimos que seriam investidos para a próxima colheita. Apesar do INCRA ter assumido parte dos débitos de alguns colonos, as dificuldades foram de tal monta que a taxa de evasão foi muito alta neste período. Aqueles que permaneceram, perderam confiança no INCRA e ACAR (agora Embrater) e uma certa relutância em recorrer ao crédito bancário nas próximas colheitas. A produção de arroz nos anos seguintes, com a introdução de variedade de semente mais adequada, elevou-se de maneira substancial, passando de 2,25 milhões de Kg em 1972/73 para 9,7 milhões de Kg em 1974/75.

Com o aumento da produção, um novo estrangulamento surgiu no âmbito dos transportes. De início os caminhões do INCRA penetravam nas estradas vicinais para coletar e transportar o arroz para os armazens. No entanto, poucas estradas de acesso foram completamente construídas e os colonos localizados em lotes mais distantes da rodovia, tiveram que transportar por conta própria sua produção para a Transamazônica. Em 1976, o INCRA restringiu a coleta à rodovia e os colonos tiveram de financiar por conta própria o deslocamento da produção para a estrada, tanto através de caminhoneiros quanto por meio de mulas, onde custos adicionais seriam incorridos para o transporte até os armazens da CIBRAZEM.

A CFP determinou um preço mínimo. Nos anos em que o preço oferecido por beneficiadores foi superior ao da CFP, os colonos preferiram vender a sua produção aos primeiros, o que manteve os armazens da CIBRAZEM sub-utilizados. Posteriormente com o aumento da produção, o preço pago pelo setor privado situou-se abaixo do da CFP e, em 1975, os armazens foram plenamente utilizados na sua capacidade. Como o escoamento foi lento, estes armazens não se encontravam vazios para receber a colheita do ano seguinte, o que engendrou um sério ponto de estrangulamento no sistema de comercialização da produção. Para agravar a situação, um colapso no sistema de transporte até Belém, levou a que a CIBRAZEM descontinuasse o transporte da produção para os armazens, que já se encontravam lotados, e a acei-

1 A descrição que se segue, a respeito dos sistemas de apoio a produção e comercialização do arroz na área de Marabá, foi sumariada a partir dos trabalhos de Wood e Schmink.

tar apenas a entrega direta dos colonos que teriam de arcar com todas as despesas de transporte e estocar as sacas de arroz fora dos armazens. Para ordenar o processo de recebimento do arroz, a CIBRAZEM recorreu a um sistema de fila, o que levou alguns colonos a ter de esperar cerca de um mês entre a entrega da mercadoria e o pagamento pela CIBRAZEM. A lentidão deste processo levou os colonos a receber com atraso suas rendas, aliás, sua única fonte de renda monetária, sendo que muitos foram forçados a vender sua produção para os beneficiadores privados a um preço bem baixo do oficial para poder pagar os trabalhadores alugados, comprar sementes e equipamentos e fazer face as suas necessidades de consumo. O atraso no pagamento pela CIBRAZEM, para aqueles que resolveram arcar com o ônus da espera, para se beneficiar do preço oficial, significou custos financeiros adicionais sob a forma de juros decorrentes do atraso no pagamento de seus débitos bancários e tiveram postergados financiamentos adicionais até que seus débitos fossem eliminados. Isto nos leva a examinar a modalidade e o mecanismo do crédito fornecido aos colonos. Crédito só é concedido àqueles que detêm título de propriedade. Contudo, em 1976 o INCRA só tinha concedido 50 títulos para um total de 1500 famílias na área de Marabá. Este requerimento foi posteriormente substituido por uma licença de ocupação, mas que se restringia apenas ao financiamento das colheitas anuais, não podendo os colonos, desprovidos do título de propriedade, habilitarem-se ao crédito para investimento, o que permitiria diversificar a sua produção para culturas mais permanentes e aumentar a sua capacidade produtiva via investimentos em máquinas e equipamentos. Esta limitação, inibiu a diversificação da produção e agravou os estragulamentos decorrentes da ênfase em um único produto, isto é, o arroz. Ademais, apenas 10% dos colonos teve acesso ao crédito sob a supervisão da ACAR, mesmo em condições limitadas, como já foi mencionado acima. Além do custo do crédito representado pelos juros deve-se adicionar o custo implícito na obtenção do crédito vez que estudo realizado na área de Altamira, indicou que um colono dispende - entre 17 e 30 homens - dia para preencher o requerimento de crédito, tê-lo aprovado pelo banco, e para deslocar-se para receber as parcelas do empréstimo e ir finalmente pagar o débito.[1] Este processo pode levar o colono a gastos que montam a cerca de 50% do empréstimo obtido, o que é equivalente a taxas de juros que variam entre 33 e 50% sobre o valor do crédito bancário.[2] Esta alta incidência de custos na obtenção do crédito levou a que muitos colonos desistissem de obter financiamento bancário e passassem a vender a sua produção "na folha" a intermediários que provêem os colonos com insumos, equipamentos e recursos para manutenção de suas famílias. O preço oferecido pelos intermediários situava-se abaixo do da CFP e dos beneficiadores privados em cerca de 50%.

Dados coletados por Otávio Velho em 1972 e comparados com novas estimativas feitas por Wood e Schmink mostram os custos incorridos e a renda obtida

---

1 Citado em Wood e Schmink, op. cit. p. 14

2 O mesmo fenômeno de elevados juros implícitos ocorre nas áreas rurais nordestinas.

no cultivo de um hectare de arroz (saca de 20 Kg). Os dados evidenciam pequena renda líquida (Cr$ 118,30 a preços de 1976) quando o arroz é transportado pelo INCRA e vendido ao preço ditado pela CFP e um prejuízo de Cr$ 821,70 por saca de 20 Kg quando o transporte é privado e o arroz é vendido diretamente para as indústrias de beneficiamento.[1]

O análise acima evidencia que os baixos níveis de produtividade alcançados devem ser atribuidos ao inadequado financiamento dos sistemas destinados a apoiar a produção e comercialização da produção e não a inviabilidade de uma colonização por uma agricultura de base familiar e de baixa renda. Tanto que, em 1975 e 1976, os níveis de produção dos colonos dirigidos e espontâneos foram bastante significativos atestando a sua capacidade produtiva, apesar dos estrangulamentos já citados. Contudo, os resultados deste programa têm sido avaliados negativamente e a culpa tem sido atribuída aos colonos em vez de se avaliar criticamente o papel das instituições governamentais que apoiaram o programa como um todo. Este aparente fracasso no programa de colonização dirigida serviu de pretexto, no período que testemunhou a mudança do I para o II PND, para se alterar a política de desenvolvimento da Amazônia que iria favorecer agora a ocupação daquela área pela grande empresa capitalista. Segundo relato de Wood e Schmink um encontro de empresários do Centro-Sul realizado em 1973, antecipou mudanças que seriam consolidadas no II PND através da criação do Polomazônia. Justificando a mudança na orientação da política o Ministro de Planejamento argumentou na ocasião que "a necessidade de evitar uma ocupação predatória, com o consequente processo de desmatamento, e a manutenção do equilíbrio ecológico, leva-nos a convidar a grande empresa para assumir a tarefa de desenvolver a região." [2]

O recém-criado Polomazônia visualiza a região como uma fonte de matérias primas vegetais e minerais e de produtos industrializados regionalmente para os mercados internos e internacionais. O INCRA obviamente aceitou a nova estratégia e iniciou o processo de ocupação via grande empresa. A SUDAM, na regionalização do II PND para a Amazônia (IIPDA) afirma textualmente que a "indiscriminada migração para a região de grupos pobremente educados, desprovidos de capital e que empregam a mais rudimentar tecnologia, longe de contribuir para o desenvolvimento da Amazônia, só agravaria os problemas existentes." [3]

Mudou-se, por conseguinte, a ênfase da política que se inicialmente objetivava absorver os excedentes populacionais de outras regiões, sobremodo o Nordeste, passa agora a incentivar a penetração de modernas relações capitalistas (e

---

1 Wood e Schmink, op. cit. p. 16 apresentam uma tabela em que os dados coletados por Otávio Velho, em 1969, são comparados com os levantados pelos autores em 1976.

2 Wood e Schmink citando Schmink em outro trabalho. Cf. Wood e Schmink, op. cit. p. 19.

3 Citado em Wood e Schmink, op. cit. p. 19

em casos frequentes só de caráter especulativo) em áreas esparsamente povoadas da fronteira amazônica. A diretriz básica do PIN fracassa; na medida em que, se desengaja a política de fronteira na Amazônia dos problemas fundiários e de excedentes de população nas áreas saturadas do Nordeste e, na medida em que, se substitui uma política de "ocupação", baseada em parte, em preocupações sociais, por uma em que prevalecem objetivos puramente econômicos.

Convém salientar que mesmo antes da introdução do PIN, os incentivos fiscais na Amazônia já privilegiavam a grande propriedade agro-pecuária que se estabeleceu com modernas relações capitalistas de produção. O PIN evidenciou uma mudança de ênfase, que à luz do aparente fracasso de uma colonização de base familiar, fez renascer com mais impulso e consolidar com mais força, uma estratégia de ocupação baseada na grande empresa.

A abertura da Transamazônica permitiu o acesso a vastas áreas que atraíram dois grupos que passaram a competir em desigualdade de condições pela posse e/ou propriedade das novas terras: o de nordestinos pobres atraídos pela propaganda do programa de colonização e que afluíram, com intensidade superior a capacidade de absorção do INCRA, para estas áreas se apossando de qualquer lote de terra disponível, e, o de empresários do Centro-Sul que pretendiam acumular riquezas tanto pela especulação com terras quanto pela exploração de empreendimentos pecuários. A expansão da fronteira capitalista que se apropriou com a ajuda dos incentivos governamentais de grandes quantidades de terra se chocou direta, e em alguns casos, violentamente com a fronteira "camponesa" na medida em que as propriedades adquiridas estavam já ocupadas por pequenos produtores (posseiros). A emergência de conflitos fundiários surge como mais um pretexto em favor de uma ocupação mais racional e menos predatória. Wood e Schmink evidenciam que a associação da ocupação predatória aos pequenos produtores (proprietários ou posseiros) foi uma decorrência do conflito de terras e da maneira como os conflitos foram resolvidos, usualmente em favor dos grandes proprietários que tinham a lhe beneficiar uma circularidade legal nos regulamentos do IBDF.[1]

Convém ressaltar que o confronto entre a meta desejada e a alcançada (cem mil contra 5,7 mil) no período 1971-74 foi também utilizado como argumento para indicar o fracasso do programa. Porém, cabe destacar que a meta desejada não só foi ambiciosa mas pareceu se situar mais no âmbito da retórica política do que na esfera das possibilidades concretas. Ademais, os autores citados chamam a atenção para o fato de que um programa de colonização de tal complexidade e magnitude não poderia ser avaliado em tão curto espaço de tempo. Neste sentido, quando a produção agrícola começou a se expandir rapidamente após 1974, o programa teve o seu fim decretado, alijando a agricultura familiar como força majoritária e preponderante nos planos de ocupação e desenvolvimento da região Amazônica.

---

1 Wood e Schmink, op. cit. pp. 23-24

Ainda no que diz respeito a colonização na fronteira Amazônica, Katzman[1] afirma que "apesar do objetivo explícito de colonizar a Amazônia, há considerável evidência de que o governo brasileiro visualiza a população (no original em inglês: "people") como um obstáculo em vez de um ativo para o desenvolvimento. Os incentivos fiscais e os programas de construção de estradas têm geralmente trazido empresários de fora da região em conflito com a população nativa e migrante. Muitos pecuaristas atraídos pelos incentivos fiscais encontram, o que eles consideram como suas terras, ocupadas por posseiros cujos reclamos são invariavelmente desprezados pelo governo. Os projetos pecuários que penetram nas regiões da borracha desmataram as áreas e expulsaram trabalhadores. A penetração de companhias multinacionais de mineração em Rondônia destituíram milhares de garimpeiros de seu meio de sobrevivência. Finalmente, o governo tem respondido as críticas decorrentes da penetração de estradas através de reservas indígenas argumentando que "índios não podem bloquear os caminhos do desenvolvimento".[2]

Katzman, ainda argumenta que "em termos tecnológicos as possibilidades de sucesso dos programas de colonização são menores do que dos projetos pecuários e de mineração, na medida em que processos de mineração são praticamente universais, enquanto as técnicas de criação de gado dos planaltos tropicais do Brasil podem ser transferidos para as planícies equatoriais. Ademais, os custos administrativos de se estabelecerem empreendimentos pecuários e de mineração são menores do que colonizar terras para centenas de milhares de pessoas. A menos que o governo esteja fortemente viesado para a mobilização das massas, os planejadores preferem evitar projetos que envolvam os problemas psicológicos e políticos que emergem ao se lidar com grande número de pessoas".[3]

2.3.2. - Programa de Colonização do Alto Turi

No documento do GTDN, uma das diretrizes que consubstanciava a estratégia de desenvolvimento para o Nordeste, consistia no deslocamento dos excedentes de população das zonas semi-áridas nordestinas para a pré-amazônia maranhense, que se constituia na frente de expansão dentro do Nordeste e uma área de integração com a região amazônica. O programa iniciado em 1962, e nos seus primórdios administrado pela SUDENE, visava a colonização daquelas terras por uma agricultura familiar de baixa renda que se dedicaria a produção de alimentos. A análise do GTDN identificava a pobreza rural associada a substancial fração da população desprovida de terra como problemas fundamentais que poderiam ser atenuados com a emigração para a Amazônia. Com este objetivo a SUDENE iniciou a colonização de três milhões de hectares no Maranhão onde pretendia assentar um milhão de pessoas. Para aquela área foram transportadas, inicialmente, mil famílias a um custo unitário de Cr$ 18,000 por família[4]. Este contingente de migrantes iria se localizar em 17 nú

1 Katzman, op. cit. p. 83

2 Idem, Idem

3 Idem Idem

4 Idem, Idem, pp. 78-79

cleos. Contudo, com apenas dois anos após a sua implantação, o programa de colonização do Alto Turi foi considerado um fracasso de parte da política de desenvolvimento regional. Entre as principais causas deste fracasso identificou-se deficiências na infra-estrutura de estradas e nos canais de comercialização, o que levou os colonos a imergirem numa economia de subsistência[1].

Caracterizando o gradual abandono do projeto, a SUDENE tinha orientado até 1972, apenas 844 famílias na área. Após aquele ano, a administração do projeto passou para a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), subsidiária da própria SUDENE e empresa de economia mista. Sob a responsabilidade da COLONE encontra-se desde 1972 uma área de 939.000 hectares na região do Alto Turi, menos de um terço da área originalmente concedida para o antigo Projeto de povoamento do Maranhão. A região é cortada pela BR-316 que liga Belém a São Luiz do Maranhão e estima-se que deve conter aproximadamente (setembro de 1977) 130.000 habitantes. A expansão demográfica na área tem sido acelerada, sobremodo à margem da BR-316, onde pequenos núcleos urbanos têm crescido com rapidez de 1970 para cá.

O programa conta atualmente com 2.200 famílias definitivamente assentadas em lotes de 50 hectares que se destinam ao cultivo de culturas de subsistência, pimenta do reino e pecuária. Além destas, mais 1.000, segundo informações da COLONE, podem ser consideradas assentadas pelo processo de regularização fundiária que incorpora colonos espontâneos a colonização dirigida[2]. Contudo, documento da COLONE atesta "que desde o início de sua atividade no projeto, a COLONE tem enfrentado sérios entraves de ordem financeira, jurídica e institucional para a consecução de seus objetivos". Especificamente, nunca lhe foi possibilitada a obtenção de recursos necessários ao cumprimento dos seus cronogramas, o que resultou na deterioração da qualidade dos assentamentos até hoje realizados. Isso ocorreu notadamente quanto à incompleta realização das inversões em infra-estrutura, necessária às condições exigidas para o desenvolvimento pleno da atividade de exploração dos lotes por parte dos colonos. Naturalmente (...) outros percalços existem, tais como os que motivaram exaustivas e as vezes infrutíferas negociações inerentes a problemas fundiários, creditícios e de outras ordens, reveladores do frágil apoio institucional proporcionado a companhia no período de consecução de metas que, paradoxalmente, constam nos planos oficiais de desenvolvimento[3].

Cabe destacar que dos 939.000 hectares da área do projeto, aproximadamente 154.000 hectares então ocupados pelos núcleos de colonização na fórmula do planejamento físico, onde cada família recebeu 50 hectares para ex

---

(1) Katzman, op. cit., pag. 79

(2) Relatório sobre a COLONE, mimeo, sem data

(3) Idem, pag. 2

ploração econômica e residência. O restante da área tem sido objeto de ocupação espontânea, onde predomina a cultura do arroz por métodos primitivos de "derruba e queima". Apenas parte dessa ocupação espontânea foi objeto de regularização fundiária. A disputa pela posse da terra é intensa, e, dados publicados pela COLONE evidenciam a intensidade da ocupação abusiva que é refletida nos seguintes elementos[1]: (a) 31% das posses são da classe "até 2 ha" (pequenos posseiros), e representam 1% da área total das posses; (b) 5% são da classe "de 40 a 50 ha" e representam 8% da área (médios posseiros) e (c) 0,75% são da classe "de mais de 400 ha" e representam 34,3% da área (grandes posseiros). Ademais, (a) 89% do total das posses pertencem à faixa de 0 a 50 ha o representam 28% da área total das posses e (b) as posses de áreas maiores de 50 ha. correspondem a 11% do total e representam 72% da área de ocupação abusiva.

É evidente, a partir destes dados, o alto grau de concentração fundiária nas terras apropriadas pela colonização espontânea do Alto Turi. Segundo documento da COLONE, na medida em que, seu cronograma de assentamento dos colonos no modelo econômico de 50 hectares atrasou, deu-se margem a invasão de terras, inicialmente por minifundiários e posteriormente por aspirantes a latifundiários, em sua maioria de fora da região, e que foram atraídos pelas riquezas locais. Convém ressaltar que, além dos empreendimentos pecuários abusivos que se localizaram na área e que não hesitam em expulsar o pequeno posseiro quando este se constitue em entrave para a expansão da pecuária extensiva, existem aqueles que se apropriam da terra com fins puramente especulativos. Esta situação levou a COLONE a se envolver em questões jurídicas cuja resolução se deu a prazos longos, o que reflete o seu frágil respaldo institucional para fazer valer seus direitos sobre a terra. Mais recentemente tem surgido grilagem na área, processada por empresa organizada, e localizada na sub-área III, no limite com o Pará[2]. Esta sub-área, considerada como de expansão, é detentora de grandes riquezas florestais e tem sido objeto de intensa ocupação espontânea na medida em que é a menos densamente povoada.

Esta particular área, assim como fração substancial da sub-área II, apresenta problemas ainda mais sérios do que aqueles verificados para os projetos de colonização ao longo da Transamazônica. De fato, os colonos espontâneos, sobremodo os da sub-área III, nada possuem a não ser seus lotes de 50 ha. A ausência de infra-estrutura de estradas, armazenamento e transporte é quase absoluta. Ademais, não existe assistência técnica, preço garantido pela CFP, infra-estrutura de comercialização e nem apoio creditício, vez que esta população não se encontra inserida ainda no modelo econômi

---

(1) Idem, pp. 4-5

(2) Idem, pag. 5

co. A deficiência no provimento dos serviços de saúde e educação é acentuada, tendo os colonos que se deslocar muitos quilômetros para atingir os postos de saúde e hospital, este último com localização somente em Zé Doca. O arroz é vendido a beneficiadores privados ou a caminhoneiros e é comum a venda da produção "na folha" a intermediários. Os custos de transporte do sítio dos colonos para as margens da BR-316 é feita pelos próprios produtores que pagam elevados custos a caminhões - quando estes conseguem penetrar nas picadas ou a proprietários de animais de transporte.

Por conseguinte, o nível de renda é extremamente baixo e os pequenos produtores, apesar dos esforços e do estímulo da COLONE, que nada pode fazer por falta de recursos, se encontram desprovidos de qualquer tipo de assistência dos órgãos e empresas governamentais que têm responsabilidade definidas na área do desenvolvimento rural. A única fonte de renda monetária destes colonos é derivada da venda do arroz, cuja produção e comercialização se dão em condições muito precárias. Nesta condição de fragilidade econômica eventos, tais como incapacidade temporária do chefe de família por motivos de saúde, tem efeitos catastróficos sobre a renda familiar, que além de financiar precariamente as despesas de consumo, tem que gerar um excedente para poder garantir a colheita seguinte.

Nos núcleos que estão operando dentro do planejamento físico (modelo econômico de 50 ha) a condição dos pequenos produtores é mais satisfatória na medida em que o aparato institucional, embora precariamente, e, com deficiências semelhantes àquelas apontadas para a área de Marabá, atende aos colonos já assentados.

Quando do trabalho de campo realizado pela equipe do CME - PIMES, em janeiro - fevereiro de 1978, observou-se casuisticamente que a maioria dos colonos eram oriundos do Maranhão, Ceará, Piauí e Paraíba. Cada uma das famílias tinha experimentado diversas mudanças de local até se localizarem na área. As "mudas" (mudanças no palavreado local) atingiam às vezes, a enorme cifra de mais de dez, para um chefe de família de idade madura.

A principal causa deste constante deslocamento populacional foi identificada na expansão pecuária que expulsa constantemente pequenos proprietários, minifundistas e parceiros, em sua avidez por mais espaço. O processo de expulsão varia da compra, por pressão, da posse da terra até a violência armada. É comum também a disseminação por pecuaristas de sementes de capim "colonião" na propriedade em disputa, forçando o pequeno agricultor a vendê-la ao pecuarista, na medida em que, tendo crescido o capim a área não se presta mais ao cultivo de lavouras de subsistência.

A região do Alto Turí já se constituiu e ainda se constitui, apesar da redução de sua área colonizável, em um dos maiores projetos de colonização para agricultores de baixa renda do país. A análise acima atesta

que colonização destinada a beneficiar pequenos agricultores tem uma baixa prioridade de execução, embora nos objetivos do governo, apareça com destaque, podendo o viés ser atribuído mais ao ineficiente apoio governamental, inclusive na operacionalização de políticas já concebidas, do que aos próprios colonos, haja vista os poucos significativos ganhos derivados destes projetos tanto no plano econômico quanto social. Sem um forte e decisivo apoio governamental não se pode transformar párias rurais em médios agricultores, em curto espaço de tempo.

Atestando a falta de apoio governamental, a COLONE afirma em um de seus documentos que "em têrmos financeiros, o que caracterizou o período de administração do PCAT (Projeto de Colonização do Alto Turi) pela COLONE foram os insuficientes e permanentemente atrasados aportes de recursos necessários à consecução das metas previstas". Levantamento efetuado recentemente, a partir dos valores contidos nos planos operativos da Companhia, dimanam nos seguintes resultados expressos como percentuais dos recursos previstos: 16% em 1973, 24% em 1974, 39% em 1975, 40% em 1976 e 9% até o mês de agosto de 1977. Em média, desde 1973, apenas 29% dos recursos previstos foram efetivamente obtidos[1].

Sob condições tão precárias não é de estranhar que muitos dos colonos tenham desistido dos seus lotes e penetrado fronteira adentro em busca de novas terras e de melhores oportunidades econômicas. O aparente fracasso destes programas não pode ser imputado aos colonos, pois, a estes, faltou o apoio governamental necessário para melhorar a sua condição de vida.

2.3.3. - A Colonização Oficial em Rondônia

Com a construção da BR-364 que liga Porto Velho a Cuiabá, o território de Rondônia tornou-se importante polo de atração econômica numa fase em que se intensificava a ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte. A descoberta de terras férteis e virgens atraiu substanciais fluxos migratórios para o território, levando o INCRA a estabelecer naquela área programa de colonização dirigida que se iniciou pela implantação do Projeto de Colonização Integrado de Ouro Preto. Anteriormente, quando as condições de acesso eram particularmente difíceis, os poucos migrantes que se destinavam a região se ocupavam da mineração de cassiterita.

Com a abertura da BR-364 e a difusão de informações a respeito da disponibilidade de terras de boa qualidade no território, intensos fluxos migratórios deslocaram-se para Rondônia tendo, como origem Paraná (57,3%), Mato Grosso (30,1%), Espírito Santo (8,3%), Minas Gerais (2,5%) e outros Es

---

(1) Idem, pag. 6.

tados (1,8%)[1]. Os fatores de expulsão residem na mecanização das lavouras de trigo, do arroz e da soja no sul do país, pecuarização em áreas dantes destinadas a lavouras e a elevação do preço da terra em Estados do sul decorrentes, sobremodo, da expansão da soja que gera um processo de latifundização. A conjugação destes fatores de expulsão à maior acessibilidade às terras virgens e férteis de Rondônia, deslocou para esta área um intenso fluxo migratório agravado pela propaganda mistificadora nos locais de origem, realizada por falsos corretores e empresas de ônibus.

A imigração foi tão volumosa e acelerada, sobremodo a partir de 1973, que o INCRA perdeu o controle da situação, na medida em que já não havia como absorver, no mesmo ritmo de chegada, o crescente número de migrantes. Por conseguinte o INCRA teve que se defrontar com uma ávida procura por terras por parte dos migrantes que à abertura de cada nova estrada invadia as suas margens no afã de se apropriar desordenadamente das terras, então, tornadas acessíveis[2]. De fato, a procura de terras é a principal causa dos deslocamentos populacionais para Rondônia. Dados coletados pelo posto de Seleção e Encaminhamento de Vilhena evidenciam que 83,5% dos chefes de famílias declararam a aquisição de terras como a principal razão para o seu deslocamento para Rondônia[3].

Dado este intenso fluxo migratório e suas causas, as invasões de terras e os conflitos fundiários tornaram-se frequentes na área. Ademais, o Território, com uma precária infra-estrutura física e social, tem suportado uma substancial pressão demográfica para a qual não está preparado. Neste contexto, o Ministério do Interior, em 1977, passou a desestimular a migração para o território através de propaganda nos principais lugares de origem dos migrantes e uma discreta triagem (baseada na verificação de documentos) foi estabelecida pelo Governo em ponto localizado ao Sul da BR-364 que dá acesso ao Território via Vilhena, núcleo urbano que experimentou uma rápida expansão desde 1970.

Os principais núcleos de colonização situam-se na área de Colorado, Vila Rondônia, Ariquimenes, Jy - Paraná, Ouro Preto, Cacoal e Pimen

(1) Dados fornecidos gentilmente pela Secretaria Geral do Ministério do Interior e coletados pela MINAGRI/INCRA no Posto de Triagem de Vilhena.

(2) Quando do início da construção da RO-2, que liga Costa Marques, na fronteira boliviana com a BR-364, as obras que foram começadas a partir da BR-364 tiveram que ser deslocadas para o outro extremo, na fronteira com a Bolívia, devido às invasões de terra logo iniciadas após a derruba dos primeiros quilometros da estrada (observação colhida quando da viagem de pesquisador do CME-PIMES a área em novembro de 1977).

(3) "A Estrada, o Garimpo e a Aventura Explodiram as Artérias de Rondônia", em Interior (Revista Bimestral do Ministério do Interior), III, nº19, (set.-out., 1977), pp. 29-38. Os dados citados no texto constam da Tabela no citado trabalho.

ta Bueno. Colorado D'Oeste, a 90 km de Vilhena, é o núcleo populacional de apoio ao Projeto Integrado de Colonização Paulo de Assis Ribeiro. Nesta área, em 1977, fontes governamentais afirmam que o INCRA demarcou 4.100 lotes, de cem hectares cada um, nos quais 1790 famílias foram assentadas até agosto daquele ano.[1] Nesta área, a inquietação social é permanente, advinda não só da insuficiente infra-estrutura de transportes, saúde, educação, abastecimento, mas também da presença de invasores apoiados por grileiros do Sul do país que penetram na área do projeto através do rio Coxibi. Esta talvez seja a área de maior tensão social no território.

Em Pimenta Bueno às margens da BR-364 o INCRA defronta-se com problemas de invasão de terras indígenas (a dos Suruís) realizada por grupos de empresários do Centro-Sul, que atuam na área desde 1967, inclusive com "apoio governamental" já que o grupo de invasores, oriundos principalmente de Andradina (SP) detinha alguma experiência em colonização no Paraná. Em consequência, os grileiros já venderam cerca de um milhão de hectares de terras indígenas[2].

Existem três tipos de ocupantes de terras, e estes caracterizam o problema fundiário do território: o legítimo posseiro que chegou ao lugar depois dos índios, o licitante portador do título do INCRA e os grileiros, geralmente grupos organizados, que se apropriam, inclusive, por meios violentos de terras para fins especulativos. Os grileiros provocam inclusive devastação ecológica na medida em que a invasão de terras é feita por dezenas de "peões" armados de moto-serras que além de derrubar a mata de forma indiscriminada, provocam incêndios capazes de destruir florestas inteiras.

Em Jy - Paraná, Cacoal e Vila Rondônia os problemas não são muito distintos: a ocupação é desordenada, predatória e caracterizada pela rapace atividade dos "grileiros". O PIC Ouro Preto merece ser destacado na medida em que foi o projeto pioneiro no território, emergindo da necessidade de solucionar o problema de 300 famílias que ocupavam uma área de colonização privada.

A partir daí disseminou-se a informação de que o governo estaria distribuindo terras mais férteis do que as do Paraná, deflagrando-se a seguir com o acesso provido pela BR-364, os intensos fluxos migratórios, que alcançaram em 1976, nos meses de estiagem (Julho - agosto), a ordem de seis mil pessoas por mês dos quais dois terços utilizam o caminhão. Pesquisador do CME - PIMES, observou no posto de triagem de Vilhena, em novembro de 1977, que em três dias consecutivos cerca de 120 pessoas penetraram no território. Cabe destacar que este número é sub-estimado, vez que não se consegue detectar as entradas clandestinas e aquelas que se realizam entre as 21 e 6 horas da manhã do dia seguinte, horário em que o posto se encontra

1 Idem, pag. 32.

2 Idem, ibidem

fechado.De qualquer maneira passaram pelo posto de triagem de Vilhena, em 1976, cerca de 3.000 famílias[1].Há indicações de que,apesar do desestímulo do MINTER a novas migrações,o fluxo de pessoas com destino ao território não tem diminuído substancialmente.

Há de destacar a ocupação predatória,sobretudo por parte dos grileiros,vez que nas sete áreas de colonização do INCRA aos licitantes só é permitido derrubar parte dos cem hectares a que têm direito.Aos grileiros não interessa preservar a floresta,em particular as madeiras de lei,desde que o maior interesse se situa em "limpar" a área na expectativa de receber indenização.

Recentemente (novembro de 1977),o território que só tinha dois municípios (Porto Velho e Guajará-Mirim)recebeu mais cinco(Ariquimenes,Jy-Paraná,Cacoal,Pimenta Bueno e Vilhena).Ao propor a criação destes municípios, o Ministro do Interior na exposição de motivos que acompanha o Projeto da Lei Orgânica encaminhado ao Congresso,considerou "o fluxo migratório crescente, o problema fundiário,a necessidade de disciplinar a ocupação de vastas áreas e o dever de assistir,de forma mais direta e eficaz,às populações que constantemente para lá se dirigem"[2].

Com solos férteis a produção agrícola tem sido substancial apesar da precária infra-estrutura de apoio a produção e comercialização da produção. Os principais cultivos têm sido mandioca, arroz,cacau,feijão,milho e mais recentemente café e soja.

O escoamento da produção agrícola tem se constituído em sério ponto de estrangulamento, dada a inadequada rede de estradas e de sistema de armazenamento.Ademais, garantia de preços mínimos, crédito bancário e assistência técnica têm atingido, segundo observa-se na área, a uma fração pouco significativa dos pequenos produtores. Por conseguinte, as deficiências nos sistemas de apoio a produção e comercialização dos cultivos, não se mostram diferentes daquelas identificadas para as áreas de colonização da Transamazônica e do Alto Turí, não sendo de estranhar que em breve o programa de Rondônia venha a ser caracterizado como outro grande fracasso na experiência de colonização dirigida para pequenos produtores.

Finalmente cabe destacar que o programa de colonização em Rondônia detem um traço peculiar que o diferencia significativamente dos da Transamazônica e Alto Turí. Os colonos são, em maioria quase absoluta, oriundos do Sudeste e sobremodo do Sul do país, enquanto os dos demais projetos continham fração substancial de nordestinos. As diferenciações,contudo, não se esgotam na procedência dos migrantes e se estendem a natureza e experiência dos mesmos.

Fração não desprezível dos migrantes foram pequenos proprietários nos seus locais de origem e já tinham uma razoável experiência no trato dos negócios agrícolas por métodos não tradicionais ou primitivos.Alguns colonos venderam suas propriedades, que nos seus lugares de procedência os caracterizavam

(1) Estas 3.000 famílias equivalem, segundo dados fornecidos pela Secretaria Geral do Minter, a cerca de 17.500 pessoas só em 1976. A família média se constituindo, por conseguinte, em 5,8 pessoas.

(2) "A Estrada, o Garimpo ...", op. cit., 37.

como de classe média rural e se destinaram a Rondônia a procura de melhores oportunidades econômicas.

Observação casuística na área permitiu detectar que muitos dos colonos trouxeram dos seus locais de origem recursos sob a forma de dinheiro(em geral obtido pela venda de suas propriedades),e de bens(caminhões e outros veículos)além de transportar seus bens(mobília e bens duráveis)para o novo local de residência.Estes aspectos não se apresentam nos colonos espontâneos e dirigidos tanto ao longo da Transamazônica quanto no Alto Turí,que se caracterizam por extrema pobreza e menor preparo no trato dos negócios agrícolas.

Em sumário,a ocupação de áreas de fronteira pela agricultura familiar não tem recebido suficiente atenção por parte das políticas governamentais atuais que tem privilegiado mais a grande empresa agrícola,na suposição de que esta aportaria pela sua tecnologia e escala de produção,substanciais benefícios ao desenvolvimento do país.Contudo,a experiência recente parece indicar que a grande empresa não tem contribuído substancialmente para a produção de alimentos,para uma melhor distribuição da propriedade fundiária e da renda rural e para absorver mão-de-obra.Não se está argumentando aqui no sentido de se descartar completamente a grande empresa rural do processo de desenvolvimento agrícola do país.Por certo,ela tem um certo papel a desempenhar na modernização do campo e na promoção do crescimento da agricultura nacional.Entretanto,tal fato não deve obliterar a importância tanto social quanto econômica de se propiciar nas áreas de fronteira,ocupação produtiva para a agricultura familiar pois ela também possui um importante papel a cumprir neste processo.Ademais,observe-se que no caso brasileiro 43 milhões de pessoas vivem direta ou indiretamente de atividades agrícolas que, ou estão se modernizando rapidamente ou estão ainda estagnadas.[1] Em ambos os casos os excedentes de população tendem a se deslocar à procura de novas oportunidades econômicas. As cidades de grande porte já estando congestionadas, uma opção natural seria o deslocamento destes excedentes para as regiões de fronteira. Contudo, uma má condução da política e/ou privilegiamento à grande empresa agrícola poderá fechar a fronteira para estes excedentes. As repercussões a longo prazo desta política devem ser objeto de muita reflexão. A prevalência de critérios puramente econômicos sobre os sociais e a prioridade concedida à eficiência em vez da equidade poderá trazer sérios custos sociais para a nação.

2.4. O Problema da Terra - Instrumento de Política Fundiária e Realidade

Em 30 de novembro de 1964 era promulgada a Lei nº4504 que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Esta Lei Brasileira de Reforma Agrária está dividida em quatro grandes Títulos:

a) Disposição Preliminares;
b) da Reforma Agrária;
c) da Política de Desenvolvimento Rural;
d) das Disposições Gerais e Transitórias.

No Título I, o Capítulo I, Princípios e Definições compreende:

O Art. 1º que define Reforma Agrária como um conjunto de medidas que visam promover melhor a distribuição da terra e política agrária como um

(1) Estimativa da FIBGE para 1975

conjunto de providências de amparo à propriedade e de estímulo à produção, em harmonia com o processo de industrialização do País.

O art. 2º fixa os limites mínimos da utilização da terra para desempenhar sua função social e o que incumbe ao Poder Político, para favorecer êsse objetivo, inclusive no que diz respeito às terras ocupadas pela população indígena.

O art. 3º assegura a reunião de propriedades em condomínios e cooperativas, mediante aprovação do INCRA (na época da promulgação da lei IBRA-Instituto Brasileiro de Reforma Agrária).

O art. 4º define: imóvel rural, propriedades familiares, módulo rural, minifúndio, latifúndio, empresa rural, parceleiro, cooperativa integral de reforma agrária, colonização.

O desembargador Osny Duarte Pereira estudando a lei 4.505 - Estatuto da Terra - fez, entre outras, as seguintes observações:(1)

a-) que o Estatuto "para ser aprovado, teve de incluir tais concessões que em grande parte, suprimiu seus efeitos fundamentais";(2)

b-) que sendo uma "Lei imposta de cima para baixo e não lei conquistada de baixo para cima, ostenta as marcas das forças políticas que a concederam";

c-) que por ser "a mais longa lei agrária do mundo", 128 artigos e não podendo ser lida, entendida e assimilada por pessoas comuns limita-se apenas a ser interpretada por intelectuais "dotados de experiência brasileira no trato de leis, da agricultura, da pecuária, do direito civil, administrativo, fiscal, financeiro, comercial e bancário".

d-) que sendo apenas "fruto de competições de interesses, o Estatuto da Terra não se elaborou sob um pensamento central, harmônico" e, por isso mesmo, "enxertou" assuntos alheios ao problema agrário quando "disciplina por exemplo, entre outros assuntos, matéria de turismo, de agência de vendas de bilhetes de viagens".

e-) que "não se deu, em aspectos importantes, a elasticidade necessária a um país de dimensões continentais, de variados costumes e de multiforme estrutura rural";

f-) que " o Estatuto da Terra evita cuidadosamente a participação na execução da reforma agrária e concentra todo poder político na direção central do IBRA", hoje, INCRA;

g-) que na parte importantíssima de tributação rural criasse "dificuldades -

---

1 Pereira, Osny Duarte - O Estatuto da Terra: Revista Civilização Brasileira, nº1, pags. 24-44 março de 1965 - Rio de Janeiro.

2 Concessões do tipo destinada a possibilitar o pagamento de terra desapropriadas, para fins de Reforma Agrária.

em calcular o imposto territorial rural a ser cobrado dos proprietários de terra. Nada menos de 42 artigos, parágrafos e incisos dedicam-se a explicar o complicado cálculo do imposto".

h) Que "no Estatuto da Terra o problema angustiante das florestas não recebeu uma palavra de alento", isto é, desconhecendo as florestas" e como o Código Florestal é extremamente impreciso, todo o terreno improdutivo poderá ser classificado como floresta constituída, ou em formação, e escapar de qualquer tributo".

i) Que com respeito à colonização "o Estatuto prevê a constituição de empresas de colonização pelos atuais latifundiários que desejam eles próprios, parcelar suas áreas".

j) Que na parte de assistência e proteção à economia rural" a lei desceu a tais *pormenores* que, *se a prática revelar a inadequadação dos métodos de trabalho* estabelecidos, a administração ficará paralizada e impossibilitada de eleger outros, mais racionais, durante, talvez, anos inteiros. Isto porque são conhecidas as dificuldades de obter do Parlamento leis em prazo curto. Matérias de simples ordem de serviço, reguláveis por portarias das entidades, ficaram cristalizadas em texto de lei substantiva";

l) Que no art. 125 das disposições Gerais e Transitórias o Estatuto vai em socorro dos latinfúndios quando" isenta de pagamentos do imposto sobre lucro imobiliário as transmissões de imóveis rurais, realizados com o objetivo de eliminar o latifúndio".

m) Que, finalmente, "o Estatuto da Terra apresenta-se muito mais como uma reunião de privilégios e de antídotos a qualquer divisão da grande propriedade, do que como uma reforma, decidida a alterar a estrutura fundiária do país. *A maioria das disposições de cunho reformista foi cuidadosamente neutralizada* por disposições contrárias ou contemporizadoras, enquistadas logo adiante".

Jorge Coelho et alii comentando a regulamentação do Estatuto da Terra em trabalho feito para o DAA/SUDENE diz textualmente: "os decretos de regulamentação não explicitaram alguns aspectos, sendo um dos mais importantes o tamanho da propriedade individual a ser mantida e/ou permitida após a promulgação da Lei. Esta, apesar de prever a extinção do latifúndio e do minifúndio, não determina o tamanho que deveria ter a propriedade agrícola. A lei 5.868, de 12 de dezembro de 1972, estabelece em seu artigo 6 que a área do imóvel rural deverá ser maior que 1 ha. Indefinições quanto ao tamanho da propriedade suscitam controvérsias e servem de argumento para os anti-reformistas. Por outro lado, alegações sôbre fatores técnicos e climáticos tendem a distorções sobre o potencial econômico das unidades de produção que, estimadas dentro dos critérios de módulos, poderão conduzir à formação de novos latifúndios ou à sua manutenção,

incoerência esta dos próprios objetivos da Lei 4.504 e de uma Reforma Agrária[1].

Das críticas feitas ao Estatuto da Terra depreende-se que a citada lei tornou-se inócua e frustante. De fato, este instrumento legal não tem sido capaz de modificar a estrutura agrária brasileira de modo a tornar a agricultura mais eficiente em termos produtivos nem em transformar os padrões de pobreza rural fortemente associados à concentração da propriedade da terra. No que diz respeito a colonização, este instrumento legal também tem sido inefi-/caz em todo o país, mas sobremodo em áreas de fronteira, onde a disputa pela posse da terra - como foi referido no capítulo anterior, seção 1.2.1 tem atingido considerável clima de tensão. A título de exemplo, reproduz-se abaixo trechos de uma enquete realizada pelo Jornal do Brasil em todo o território nacional. Não deve passar despercebida a tensão generalizada decorrente de disputas pela posse da terra em todas as regiões brasileiras.

2.4.1. Região Norte

No Estado do Amazonas "há problemas entre grandes proprietários em Manicoré e Lábrea. Também em Itacoatiara, sede da Pastoral de Terra e em Manaus". "A Região de Rio Negro atingida pela Perimetral Norte é problemática. Reservas dos Waimiri-atroarie dos Arara foram atingidos pela Manaus-Caracarai e pelo Projeto Cotrijui. A União por intermédio do Ministério da Justiça, identificou extensas áreas de terras públicas fraudulentamente transferidas a particulares e reclama, em Borba, à margem de Manaus e Porto Velho, em Lábrea milhões de hectares que somados a outras terras igualmente fraudadas no Acre, Pará e Maranhão, totalizam 12 milhões de hectares".

- Amapá, Roraima e Rondônia. "Os dois primeiros territórios têm áreas de tensão em terras férteis às margens dos rios, mas não tantas como Rondônia (conflitos armados em Cocoal e outras áreas) que recebe, diariamente de 80 a 90 famílias e a média mensal de 100 ônibus".

- Pará. " Todo o Sul do Estado é uma área crítica, como bem demonstram os incidentes em Conceição do Araguaia, Marabá, Santana do Araguaia etc., ali o INCRA faz um esforço para restabelecer a confiança dos empresários na titulação oficial. O Instituto de Terras do Pará, que recentemente teve seu

---

1 Coelho Jorge et alii - Nordeste - Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - mimeografado - SUDENE - Recife 1978.

nome envolvido em irregularidades assim como a Companhia Maranhense de Colonização-COMARCO e a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato-Grosso - CODEMAT há duas semanas voltaram a vender terras".

2.4.2. Região Nordeste

Maranhão, "Da Pré-Amazonia maranhense ao litoral há conflitos e disputas. Em 18 municípios entre os quais Santa Luzia, Santa Inês, João Lisboa, Pindaré-Mirim, Imperatriz e Monção existem problemas, além de povoados nos municípios de Amarante e Pedreiras. Intrusos brancos, em número de 1.500, acham-se na reserva dos Índios Krikati, em Montes Altos".

No Piaui, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas os problemas de tensão apresentam-se em casos isolados conforme informa o Jornal do Brasil, isto é; problema com o DNOCS que alijou 10 famílias de colonos no projeto de Irrigação do Tauá, no Ceará; o problema da disputa pela posse de 13 mil hectares no município de Salgado de São Félix na Paraíba; o caso do Engenho Novo, no município de Goiana, Pernambuco, onde o INCRA promete solução para uma luta de posseiros que já dura dois anos e outros casos de menor monta.

No caso de Sergipe a tensão é enorme em todo Baixo-Médio São Francisco particularmente contra a CODEVASF empresa pública ligada ao Ministério do Interior.

Segundo, ainda, o Jornal do Brasil no Estado da Bahia "conforme dados da comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa que investiga a questão de terras, as tensões e disputas se estendem a 58 municípios, em cujas jurisdição se abrigam distritos, fazendas e povoados além de duas rodovias (BR-324 e BR-425). Esse volume de áreas litigiosas faz da Bahia a região do Nordeste mais tensa.

Os casos mais conhecidos: Várzea do Boi, em Queimados, Araci, Santa Luz, Quijingue e Cansação, no Nordeste do Estado; Camamu (Conflito com a Firestone); Barra do Choca (matas de pau-brasil, em conflitos com uma agropecuária); um grupo de 13 municípios no extremo sul do Estado, liderados por Porto Seguro, Santa Rita de Barreiras; no Além São Francisco, Caetité, Malhada e Riacho de Santana (conflito entre fazendeiros e posseiros); Livramento de Nossa Senhora (área requerida, pelo DNOCS, em conflito com centenas de famílias desapropriadas por um projeto de irrigação). Tais tensões abrangem colonos, posseiros, pequenos proprietários em luta com fazendeiros agropecuários, agropastoris, empresas multinacionais, mineradores e a União".

2.4.3. Região Sudeste

Nesta Região os conflitos afloram mais no Estado de Minas Gerais e São Paulo, no primeiro "um velho problema sem solução é o da Fazenda Ramalho - (Norte do Estado), O caso mais grave e que poderá ter uma solução judicial ainda este ano é o da Fazenda Saudade, em Teófilo Otôni, ao Norte. Os colonos que trabalham e vivem ali desde os anos 40, ajuizaram contra os proprietários, para garantir o direito de permanecer nas terras - uma área de 7 mil hectares.Em Belo Horizonte, registram-se tensões na Vila N.S. de Copacabana".

No segundo (São Paulo) o caso mais grave de tensão "é um conflito entre posseiros e proprietários no Mirante do Paranapanema, Região de Presidente Prudente".

2.4.4. Região Sul

Todos os Estados dessa Região apresentam problemas de terra. No Paraná "uma guerra civil que vem de 20 anos, assim o Bispo de Palmas D. Sartori' classificou na CPI da Assembléia Legislativa sobre terras,os conflitos, alguns sangrentos, em várias regiões do Estado. O mais grave, ainda sem solução, é o da Gleba Tormenta (6.802 ha) entre a Estrada de Ferro SP-RS, municípios de Cascavél e Capitão Leônidas Marquês, Colônia Tormenta e Rio das Antas, Arroio Pilarzinho e Rio Andrade".

Em Santa Catarina a situação mais grave é a de São Joaquim. "A tensão faz iminente um conflito armado nesse município (...) famílias que querem' a posse de uma fazenda de 10 milhões 215 mil metros quadrados, em litígios desde o início do século. Há tensões, ainda, entre indígenas e posseiros, no município de Xanxerê, no Oeste do Estado. Ao Sul, litígios em Laguna, Imbituba e Sombrio. Na região de Sombrio, o ex-prefeito de Jaguaruna (...) se diz proprietário de uma faixa de mais de 30 Km de praia".

Finalmente, no Rio Grande do Sul "sete reservas indígenas têm problemas com posseiros invasores, muitos dos quais já estão há anos nos toldos - de Guarita (município de Tenente Portela, Miraguaí e Redentora), Cacique Double (município do mesmo nomé), Ligeiro (em Tapejara) e Votouro (município de Valentim e Erexim). Onde há mais conflitos é na reserva de Nonai (município do mesmo nome), área de 14 mil hectares de terra indígenas, que o ex-interventor Cordeiro de Farias transformou em reserva florestal".

2.4.5. Região Centro-Oeste

Nesta Região somente o Distrito Federal não apresenta grandes con' flitos. No Estado de Goiás "a tensão envolve diferentes regiões do Estado. No momento os casos mais graves ocorrem em Xambioá (a comarca ainda não foi instalada), Araguatins e Novo Acordo. O Estado e a União já recuperaram, nos últi-/

mos cinco anos, para o domínio público, 12 milhões de hectares (18,13% do território Goiano), que estavam em mãos de falsos proprietários".

Já no Estado de Mato-Grosso "a luta armada comumente assinala o grau de tensões pela posse da terra no Leste, Centro-Oeste, Norte ou Sul. Desde terras de invasão, de alienação ilegal, de apropriação indébita, até indígenas. Os conflitos têm nomes conhecidos: Pontes, Lacerda, Caceres, Diamantino, São Félix do Araguaia, Alto Araguaia, Barra do Graças, Luciara, Novo Paraíso, Arenápolis, Rondonópolis, Rio Ruluene e Rio Guaporé".[1]

2.4.6. Síntese

Das tabelas que acompanham este capítulo e também do conhecimento que se tem da questão agrária brasileira que é objeto do que se poderia chamar' política de estrutura agrária, colonização e emprego pode-se concluir que:

a) as análises das Tabelas citadas neste capítulo confirmam as assertivas de Sá Junior, Graziano e Guimarães, segundo as quais "as menores propriedades aumentaram sua participação relativa no número de pessoas ocupadas na agricultura, diminuiram seu tamanho médio e área média por pessoa ocupada e ainda aumentaram a percentagem da área de lavouras em relação a área total numa tentativa, talvez, de reduzir ao mínimo possível a área inaproveitada desses estabelecimentos". Note-se que toda esta assertiva fundamenta-se nos dados ao nível de macrorregiões brasileiras;

b) as reflexões emitidas durante o desenvolver deste capítulo levam os leitores a concluir que de fato não existe para nenhuma macrorregião brasileira e muito menos para o Brasil como um todo, aquilo que se pudesse chamar ou diagnosticar como uma política de estrutura agrária, colonização e emprego. O que existe é um emaranhado de leis e agentes desarticulados e sem objetivos precisos para decidir sobre aqueles problemas que dizem respeito à estrutura fundiária, à colonização e ao emprego da força de trabalho no meio rural ;

c) do monopólio da propriedade privada da terra e do monopólio do capital para financiamento e compra da produção resultam em todas as macrorregiões brasileiras e, mais intensivamente, no Nordeste.

---

1 Todas as partes entre Aspas (a partir de 2.4.1) foram extraídas da reportagem do Jornal do Brasil de 09 de abril de 1978, sob o Título "Questões de Terras no Brasil Atingem Estado de Crise".

- miséria dos trabalhadores agrícolas, minifundistas e pequenos proprietários e de suas respectivas famílias;
- baixo nível tecnológico no processo de produção que resulta num baixíssimo índice de produtividade do trabalho e da terra;
- baixo padrão cultural e político da população rural.

d) os efeitos econômicos e sociais de uma estrutura fundiária fundamentada em forte monopólio da propriedade da terra pode, sem dúvida, serem resumidos na seguinte passagem de um estudo das Nações Unidas:

"Em muitos países, a estrutura agrária, e em particular os sistemas de posse da terra, impedem que se eleve o nível de vida dos pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, e são um obstáculo ao desenvolvimento econômico, tanto porque impedem a expansão do abastecimento de alimentos como porque fazem com que a agricultura - geralmente a principal atividade econômica do País se estagne. Entre os marcos da estrutura agrária que têm os efeitos mais desastrosos figura a dimensão anti-econômica das propriedades; a defeituosa distribuição da terra, com a concentração de latifúndios insuficientemente explorados, enquanto que grande parte da população rural carece de rendas elevadas; a insegurança da posse, característica de muitos sistemas de posse da terra; as dívidas e a falta de adequadas facilidades de crédito para o pequeno agricultor a ausência de um título fixo de propriedade e a insuficiência de água; as economias das plantações, que oferecem baixos salários e nenhuma participação na direção, aos cultivadores; as políticas fiscais que impõem cargas indevidas aos pequenos agricultores e aos trabalhadores rurais; e, em geral, uma deficiente série de incentivos para o aumento constante da produção agrícola".[1]

e) finalmente, cabe lembrar que um dos instrumentos mais importante para uma política de estrutura fundiária, colonização e emprego é o cadastro rural. Entretanto, no Brasil o cadastro rural é simplesmente declarativo, ou seja, registra apenas as declarações dos proprietários de terras sem qualquer elemento de comprovação que se possa estabelecer de fato bases técnicas para a valiação de propriedades. Também peca o cadastro rural em não identificar (mesmo por amostragem, mapeamento ou fotografias aéreas) e fixar os limites das propriedades. Um cadastro rural autêntico não pode se omitir de um mapeamento para a localização das propriedades e um levantamento da capacidade de uso dos solos para que se possa determinar os seus valores para subsidiar nesses aspectos a política de tributação sobre as terras.

---

1 Myrdal Gunnar, Perspectivas de uma Economia Internacional, Editora Saga, GB, 1967, pág. 318, citando a publicação da ONU "Reforma Agrária, Defeitos da Estrutura Agrária que Impedem o Desenvolvimento Econômico", New York, 1951, pág. 89.

3. POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

Neste capítulo, procura-se verificar os efeitos espaciais da política de produção e produtividade e, faz-se breves comentários sobre os aspectos gerais da política de pesquisa e de extensão rural. Quanto a esta última, infelizmente não se apresenta de forma quantitativa os seus rebatimentos espaciais, devido ao fato de só agora, na década dos 70, terem sido criadas pelo Ministério da Agricultura as empresas públicas EMBRAPA (Empresa de Pesquisa Agropecuária) e EMBRATER (Empresas Brasileiras de Extensão Rural).

Convém salientar, de início, um problema metodológico que se apresenta também no capítulo anterior, embora neste se revele mais claramente. O objetivo deste capítulo é estudar os rebatimentos regionais das políticas que atuam sobre a produção e produtividade na agricultura brasileira. Para tal, faz-se uso de um conjunto de indicadores que revelam os diferenciais inter-regionais de produtividade da terra e no uso de alguns recursos físicos que são determinantes tanto do rendimento da terra, quanto do trabalho. O problema reside, em primeiro lugar, no fato de que não existe no sistema nacional de planejamento agrícola uma política com esta denominação. Este título sumário reúne a atuação de órgãos governamentais e empresas públicas que executam programas, com o objetivo de aumentar os níveis de eficiência da agricultura brasileira. Em segundo lugar, e com mais relevância, situa-se o fato de se estar admitindo, para efeitos de análise, que os diferenciais regionais nos indicadores utilizados sejam devidos fundamentalmente à incidência espacialmente diferenciada desses órgãos e empresas públicas que se constituem nos instrumentos para a implementação dessa política. Contudo, a diferenciação regional nos níveis de produtividade e no uso de alguns recursos (insumos modernos, máquinas e implementos agrícolas), deve-se não só a políticas que atuam sobre estas variáveis, mas também a elementos naturais tais como fertilidade dos solos e a mecanismos de mercado. Por exemplo, o uso de alguns recursos físicos (fertilizantes e máquinas) está associado ao nível de modernização da agricultura induzida pelo processo de industrialização - urbanização que é bastante diferenciado entre as diversas regiões brasileiras. Conclui-se que, parte dos ganhos de produtividade e maior uso de modernos meios de produção agrícola, são de natureza espontânea no sentido de que não foram diretamente resultado da ação governamental. Por conseguinte, sendo metodologicamente impossível decompor as variações inter-regionais nos indicadores, que são devidas à atuação governamental e a elementos naturais ou espontâneos, supõe-se para efeitos de análise, que os diferenciais observados

refletem sobremodo a incidência espacial dos órgãos e empresas públicas que agem sobre estas variáveis.

Ao se analisar os níveis de produtividade e os fatores a eles associados, tais como uso de insumos modernos (fertilizantes, adubos, defensivos, etc) e de máquinas e implementos agrícolas, não deve passar despercebido que a maioria destes meios de produção tem origem no setor industrial e, em parte, são importados do exterior. De fato, para alguns destes itens a dependência a fornecedores estrangeiros tem aumentado a pressão sobre a balança comercial do país, que em uma situação de escassez crônica de divisas, não se constitui em elemento de somenos importância. Por outro lado, há de se considerar que substancial fração da oferta doméstica de modernos meios de produção para a agricultura, está sob o controle de grupos multinacionais.

Contudo, o fato mais importante a destacar é que o incentivo ao maior uso destes recursos produtivos, além de se constituir em requisito essencial para a modernização da agricultura, é funcional aos interesses da grande indústria e, por conseguinte, aos das empresas multinacionais que operam no setor na medida em que a agricultura se constitui em importante mercado para estes meios de produção de origem industrial. Ademais, convém mais uma vez ressaltar que esta funcionalidade tem sido muitas vezes destacada nos planos nacionais de desenvolvimento a partir do Plano Decenal como diretriz importante, tanto da estratégia de desenvolvimento industrial quanto do agrícola. Esta é mais uma área em que convergem, sob a égide da integração econômica, os interesses da indústria com os da agricultura, embora deva se qualificar que são basicamente a média e grande propriedade rural que tendem a se integrar neste processo por possuir tanto escala e sobremodo recursos financeiros, estes propiciados em boa parte pelo crédito subsidiado do setor público.

3.1 COMPORTAMENTO DA PRODUTIVIDADE

Procura-se aqui verificar os níveis de eficiência da produção agrícola, por macrorregião, através dos rendimentos médios por hectare dos principais cultivos brasileiros.

As Tabelas de 1 a 12 apresentam, por regiões e Brasil, o rendimento médio por hectare dos principais cultivos e seus correspondentes índices evolutivos. Observa-se das Tabelas supramencionadas o seguinte:

a) Que de uma maneira bastante geral há ganhos de produtivi-

dade em todas as regiões à exceção do Nordeste. Claro está que os ganhos de produtividade apresentados para os cultivos do Sudeste e Sul do Brasil são devidos, principalmente, ao processo de modernização do setor agrícola, enquanto que os apresentados para o Centro-Oeste e Norte podem ser atribuídos mais à incorporação de terras virgens, portanto, dotadas ainda de grande fertilidade natural. Esta fertilidade natural, entretanto, não é suficiente para que os rendimentos médios por hectare apresentados para aquelas regiões sejam superiores à média brasileira, salvo pequenas exceções como é o caso de citros no Norte e mandioca no Centro-Oeste;

b) Que os melhores índices de rendimento médio por hectare para a maioria dos cultivos, encontram-se nas regiões Sudeste e Sul em função das melhorias biológicas nas variedades cultivadas, bem como de uma bem maior utilização de fertilizantes químicos e orgânicos, defensivos, aperfeiçoamento de práticas de cultivos, etc;

c) Que no caso particular do Nordeste segundo Pastore, Alves e Rizzieri, os ganhos de produtividade são menores, por a região estar "diante de uma agricultura que ainda não conseguiu encontrar os caminhos de seu progresso técnico,[1] este, analisado sob os critérios de aumento da produção por unidade de área ou de relação área/homem;

d) Que no caso das regiões Sudeste e Sul, do Brasil é provável que os ganhos de produtividade derivem também, principalmente nas áreas saturadas, de pressões para o desenvolvimento de tecnologias poupadoras de terra e que, possivelmente, o mercado está indicando a necessidade de se iniciarem investimentos mais pesados na geração de técnicas aumentadoras da produção por unidade de área.[2]

Ademais, em função da: a) deficiente situação alimentar da maioria absoluta da população brasileira; b) necessidade de estimular a industrialização de bens de consumo que requerem matérias-primas agrícolas; c) ampla margem para substituir importações agrícolas; d) insuficiente distribuição da renda e seu caráter altamente concentrado, procura o Governo dar ênfase à política de produção e produtividade, na tentativa de aumentar a superfície agrícola cultivada, de elevar a eficiência produtiva da agri

1 Affonso Celso Pastore et alii - A Inovação Induzida e os Limites à Modernização na Agricultura Brasileira. Revista de Economia Rural SOBER, Ano IX, Tomo I, 1976.

2 Idem, Idem.

cultura de adotar tecnologias tanto substitutivas de terras como de força-de-trabalho e de reduzir as perdas das colheitas.

Pese a atenção dada aos programas supraditos, nota-se pelos dados das Tabelas 1 a 12 que as respostas ainda são modestas e os desníveis regionais substanciais talvez, devida a pouca ênfase dada aos programas de organização social da produção que levassem em conta, sobremodo nas regiões periféricas: a) as mudanças dos processos de produção; b) as modificações das atitudes e comportamento dos agricultores; c) a natureza dos estabelecimentos agrícolas individuais; e d) as relações custo-benefícios dos negócios agrícolas individuais.

A este respeito, convém lembrar que as mudanças acima só têm viabilidade quando se elabora e se implementa uma política de produção e produtividade, na qual os aceleradores de desenvolvimento agrícola (educação, crédito, associativismo, melhoramento de terras e plenejamento) devem estar devidamente interados com os elementos essencais de desenvolvimento agrícola que são os mercados, os transportes, os incentivos, ademais das políticas que se consubstanciam na inovação tecnológica da agricultura e na distribuição local de insumos modernos. A experiência e o conhecimento empírico das macrorregiões brasileiras mostram que tal situação inexiste nas regiões periféricas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nem mesmo o Ministério da Agricultura e muito menos as instituições responsáveis pelo desenvolvimento agrícola, nos Estados daquelas regiões, funcionam neste sentido. O que se vê é uma sobreposição dos aceleradores do desenvolvimento agropecuário sobre os elementos essenciais de desenvolvimento agrícola, o que, sem dúvida, leva à frustação da política em epígrafe.

Infelizmente, não se dispõe de dados sobre indicadores que permitissem analisar os efeitos da política de produção e produtividade sobre os rebanhos pecuários.

Estes indicadores deveriam se referir à produção média de leite por animal, rendimento de carcaça, desfrute, taxas de fertilidade e mortandade de bezerros, cabeças/ha, cabeças/habitantes, peso médio da carcaça, etc.

A existência dos indicadores acima citados, sem dúvida alguma, apresentaria diferenças regionais onde, certamente, os índices mais significativos corresponderiam às regiões Sudeste e Sul, e consequentemente, aqueles abaixo da média nacional se situariam nas regiões periféricas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

3.2. USO DE MÁQUINAS

Com respeito ao processo de substituição de trabalho vivo por trabalho pretérito, ou seja, mecanização agrícola, pode-se ver nas tabelas 13 a 21 as tendências e participações regionais. Utiliza-se também os indicadores hectare de área cultivada por trator e arado, além de hectares de lavouras permanentes e temporárias por trator e arado. Das tabelas supraci tadas depreende-se o seguinte:

a) Que em todos os censos, a Região Sudeste concentra mais de 50% de todos os tratores do Brasil. Adicionando-se a participação da Região Sul à do Sudeste vê-se que, em 1950, a participação de ambas as regiões no total do país era de 92% e, em 1970, de 89%;

b) Pese ter havido, no Nordeste, um aumento da ordem de 1514% no número de tratores entre os censos de 1950 e 1970, este aumento não foi suficiente para elevar a participação do Nordeste no total brasileiro que declinou de 5% em 1950 para 4% em 1970;

c) As diferenças regionais nos índices de área cultivada por trator e de área de lavoura cultivada por trator são substanciais. Observa-se, nas tabelas, que os dados das regiões Sudeste e Sul, quando comparados com os do Brasil, estão muito acima da média, enquanto que os do Nordeste se apresentam bem abaixo.

As diferenças inter-regionais, quanto ao uso de máquinas agrícolas, condicionam as diferenças regionais nos rendimentos por unidade de área e, principalmente, as relativas à produtividade do trabalho.

3.3. USO DE FERTILIZANTES

Adicione-se, ainda, às desigualdades regionais na mecanização da agricultura, o uso de insumos modernos, particularmente, fertilizantes que, como se depreende das tabelas 22 a 30, encontra-se altamente concentrado nos Estados das regiões Sudeste e Sul. Infelizmente, os dados da ANDA sobre fertilizantes não obedecem à regionalização oficial da Fundação IBGE - contudo, pode-se observar que são os Estados do Sul e Sudeste que utilizam aproximadamente 85% dos fertilizantes químicos do Brasil. Os 15% restantes são utilizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Nas tabelas 22 a 25, que apresentam os cultivos que absorvem

mais de 90% da totalidade de fertilizantes no Brasil, pode-se deduzir que:

a) A Região Sudeste e Sul apresentam índices altamente satisfatórios quanto ao uso de fertilizantes, isto é, coeficientes semelhantes àqueles encontrados em alguns países desenvolvidos. Tanto é assim, que o coeficiente área total cultivada/área adubada é para o Sudeste igual a 2 e para o Sul igual a 3. O valor deste coeficiente é 11 para as regiões Nordeste e Centro-Oeste. Em outras palavras, os coeficientes para as duas primeiras regiões são aproximadamente 3 vezes maiores que o das segundas. A Região Norte dispensa quaisquer comentários, pois nela não há praticamente uso de fertilizantes;

b) Os produtos cujas áreas são totalmente adubadas no Brasil (cana-de-açúcar, batata inglesa e trigo), são cultivados no Sudeste e Sul, à exceção de cana-de-açúcar que também é cultivada no Nordeste;

c) O coeficiente área total cultivada/área adubada para o Brasil é igual a 4, isto é, um pouco acima do verificado para o Sul. Este coeficiente reflete a desigualdade espacial no uso de fertilizantes, na medida em que o coeficiente nacional é quase 3 vezes superior ao verificado para o Nordeste e Centro-Oeste[1]. Em outras palavras, enquanto para o Brasil a relação área adubada/área total cultivada (para os cultivos citados nas mencionadas tabelas) é de 0,25, para o Sudeste 0,50, para o Sul 0,33 para o Nordeste e Centro-Oeste 0,09;

d) Os cultivos que apresentam maior área adubada no Brasil em termos absolutos, são pela ordem; milho, trigo, cana-de-açúcar, arroz e soja que somam 87% do total da área adubada em todo o País. No Nordeste, só a cana-de-açúcar é responsável por 72% de toda a área de lavoura adubada. É interessante notar que na Região Centro-Oeste, é o arroz que compreende 72% de toda área de lavoura adubada.

As Tabelas 26 a 30, apresentam os dados da ANDA (Associação Nacional de Difusão de Adubos) que como se disse anteriormente apresenta suas informações segundo zoneamento próprio, isto é, diferente daquele utilizado pela Fundação IBGE.

---

1 Note-se que o coeficiente ótimo é igual a unidade. Portanto, quando se fala que tal coeficiente é tantas vezes maior ou menor, pensa-se na ordem inversa.

3.4. SISTEMA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

Por pesquisa agronômica, conceitua-se os procedimentos destinados a conseguir as informações necessárias à identificação de objetos ou fenômenos de origem agrícola em termos de suas estruturas, suas relações ou a elaboração de novas técnicas de pesquisa. Já a experimentação agrícola, representa o uso de uma técnica nas operações de pesquisa agronômica e, portanto, não deve ser confundida com esta.

A política de pesquisa agrícola no Brasil, nunca esteve adequada à realidade. Não reunia recursos financeiros e humanos na quantidade e qualidade demandadas para a identificação satisfatória das necessidades de processos de produção e de distribuição de produtos agrícolas. Além do mais o impulso, a direção e o sentido da pesquisa agropecuária, no Brasil, sempre esteve concentrada na Região Sudeste ou, precisamente, no Estado de São Paulo.

Somente a partir de 1973 foi que o Governo Federal modificou radicalmente a política de pesquisa agropecuária, com a criação e institucionalização da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Até então toda a pesquisa agropecuária no Brasil, no âmbito federal, estava sobre a égide do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA) do Ministério da Agricultura. Vale salientar que das várias unidades de pesquisa do Governo Federal, apenas 4 se localizavam no Nordeste (IPEAL, IPEANE, CEPEC e DNOCS). O DNPEA possuía, no Brasil 9 (nove) Institutos de Pesquisas, um Centro de Tecnologia Alimentar e 82 (oitenta e duas) estações experimentais.

Segundo Tollini, em 1973, "O programa de pesquisa do DNPEA previa a execução de trabalhos em quase mil subprojetos de pesquisa. Desse total, 39% estão na área de fitotécnica, 22% na área denominada de pesquisas básicas, 15% na área de zootécnica, 14% na área de pedagogia, 7% na área de zoopatologia e 3% na área de tecnologia (química dos vegetais e tecnologia de alimentos)[1]. Do exposto, vê-se que de uma maneira geral, o DNPEA relegava a segundo plano as preocupações de natureza econômica.

Ainda, segundo Tollini a totalidade das unidades de pesquisas estaduais, naquele ano de 1973, e seus respectivos pesquisadores se concentravam no Estado de São Paulo, cujo "investimento de recursos por pesquisadores era, até recentemente, mais de uma vez e meia o que o DNPEA investia"[2], em todo o Brasil.

---

1 Tollini, Hélio, O Planejamento da Pesquisa Agropecuária Conceitos e Prática. XV Congresso Internacional de Economistas Agrícolas. São Paulo, agosto de 1973.

2 Idem.

A criação e institucionalização recente da EMBRAPA prevê a existência, a níveis nacional e regional de conselhos de pesquisa agropecuária, que terão a responsabilidade de elaborar diretrizes para a política de pesquisa, como também, os planos indicativos nacional e regional. Convém ressaltar, que a EMBRAPA é uma empresa pública com a necessária flexibilidade administrativa e financeira para resolver e coordenar os problemas de pesquisa agropecuária entre as inúmeras instituições atualmente dedicadas a essas atividades.

Espera-se da EMBRAPA, que articule e planeje a pesquisa agropecuária com a política global de desenvolvimento econômico, inclusive, no sentido de diminuir as desigualdades regionais no setor agrícola.

Vale dizer que a EMBRAPA surgiu da necessidade de se promover, no Brasil, um melhor uso dos seus escassos recursos para pesquisa agrícola. Por outro lado, deve a EMBRAPA agilizar o processo de produção de tecnologias agrícolas e, na medida que funcionar em estreita colaboração com os serviços de extensão e assistência técnica, pode também contribuir para reduzir as desigualdades inter e intra-regionais, no setor.

Em um interessante ensaio Pastore, Alves e Rizziere[1] demonstram que "o grosso do crescimento da produção agrícola no Brasil foi devido basicamente à expansão da área cultivada e do trabalho". Na década 1950/1960, 70% foi determinado por uma pura e simples expansão da área cultivada e 30% determinado por um aumento da produtividade da terra, ou seja, resultante da aplicação de tecnologias químicas e biológicas tais como: fertilizantes, calcário, novas variedades, etc." A análise dos autores supra citados, indica ainda profundas diferenças regionais, destacando que já na década 1950-1960 a grande parte do crescimento agrícola do Estado de São Paulo descansava nos ganhos de produtividade da terra e do trabalho, obtidos pela utilização de técnicas substituidoras de mão-de-obra (mecanização) e de intensidade de produção (uso de fertilizantes, sementes melhoradas e melhoramentos de terras). Mostraram também que naquele Estado a escassez relativa de terra e trabalho, induziram pesquisas agrícolas enquanto que o resto do País continuou a utilizar mais terra e mão-de-obra, ou seja, os fatores abundantes.

---

1 Pastore, Affonso Celso et alii. - A inovação Induzida e os Limites à Modernização na Agricultura Brasileira. Anais da XII Reunião Anual da SOBER. Ano XIV, Tomo I - 1976, Revista de Economia Rural.

A EMBRAPA, dentro de sua política de descentralização operativa, atua em estreita integração com os Centros Nacionais de Pesquisas e Unidades de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual (UEPAE's) e Territorial (UEPAT's). Existem 15 Centros já instalados, dos quais 4 localizam - se no Nordeste (Sobral-CE, Campina Grande-PB, Cruz das Almas-BA e Petrolina - PE). As UEPAE's são ligadas às Empresas Estaduais de Pesquisa, passando a EMBRAPA a atuar indiretamente, através da ação coordenadora que lhe compete. São em número de 24, sendo 9 no Nordeste (Bacabal-MA, Paeajus-CE, Cruzeta-RN, Itapirema-PE, Barreiras-BA, Alagoinha-PB, Penedo-AL e Quissamã-SE).

Ademais não seria inconveniente que ainda neste item se fizesse algumas considerações sobre pesquisas em administração rural e economia da produção, nas distintas regiões brasileiras.

Para tanto recorreu-se à publicação do Ministério da Agricultura intitulado "Pesquisa sobre o Desenvolvimento Agrícola no Brasil" de Schuh, que contém um interessante inventário dos trabalhos realizados com relação à agricultura brasileira. Nas compilações de trabalho por região, as obras inventariadas por Schuh se constituíram de:

a) Materiais publicados - através de órgãos oficiais ou semi-oficiais;

b) Livros;

c) Artigos publicados em revistas profissionais;

d) Material preparado por ou para organizações internacionais;

e) Trabalhos avulsos, três dissertações e relatórios;

f) Pesquisas em andamento.

A este respeito Teixeira Filho[1], fundamentado nas informações de Schuh, realizou uma pesquisa pormenorizada cujos resultados procura-se sintetizar a seguir:

---

[1] - Teixeira Filho, A.R. - Análise e Avaliação das Pesquisas em Administração Rural e Economia da Produção no Brasil: Revista de Economia Rural Volume V nº 5 - junho de 1974 - SOBER.

DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS EM ECONOMIA RURAL NO BRASIL

CLASSE[1]	PERÍODO					
	Antes de 50	50-55	56-60	61-65	66-70	71-72
1	2	5	7	22	15	2
2		8	23	58	62	4
3			8	6	16	1
4		4	53	23	57	1
5		2	25	42	29	4
6		2	5	10	13	
7	2	3	12	23	18	6
8		1	6	10	17	
9	3	12	18	14	16	1
10				4	2	1
11				2	2	
12				7	6	
13	1	2	4	3	5	
14		1	2	11	15	4
15	2	5	22	32	53	3
16			5	9	10	

FONTE: Informações contidas no apêndice A de Schuh. op. cit. págis. 122 - 218 citado por Teixeira Filho.

(1) 1 - Uso da terra e Água; 2 - Administração e Organização de Propriedades Agropecuárias: 3 - Financiamentos: 4 - Oferta e Procura: 5 - Comercialização: 6 - Mercado Internacional: 7 - Organização e Vida Rural: 8 - Política Agrícola: 9 - População e Mão-de-Obra Rural: 10 - Valores, Atitudes e Motivação: 11 - Mecanização Agrícola: 12 - Indústria Rural: 13 - Estatística Agrícola e Metodologia da Pesquisa: 14- Extensão, Educação e Inovação: 15 - Desenvolvimento Econômico e Agrícola: e 16 - Referências Gerais.

Este mesmo inventário sobre pesquisas agropecuárias ou de economia rural, pode ser distribuído por macrorregiões para os mesmos períodos da seguinte maneira:

DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS EM ECONOMIA RURAL POR MACRORREGIÕES BRASILEIRAS

CLASSE (1)	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	S U L	CENTRO OESTE	TOTAL
1	2	14	32	4	8	60
2	2	15	133	19	9	178
3	-	11	18	6	-	35
4	2	32	170	10	3	217
5	-	20	76	2	-	98
6	-	2	17	2	-	21
7	3	13	47	7	3	73
8	2	14	22	3	1	42
9	-	10	41	4	6	61
10	-	1	5	5	1	12
11	-	-	4	-	-	4
12	1	2	6	-	-	9
13	-	3	12	2	2	19
14	-	3	32	15	-	50
15	2	26	55	13	8	104
16	2	11	10	3	1	27
T O T A L	16	177	680	95	42	1.010

FONTE: Informações contidas no Apêndice A de Schuh, op. cit.

(1) 1 - Uso de terra e Água: 2 - Administração e Organização de Propriedades Agropecuárias: 3 - Financiamentos: 4 - Oferta e Procura: 5 - Comercialização: 6 - Mercado Internacional: 7 - Organização e Vida Rural: 8 - Política Agrícola: 9 - População e mão-de-obra Rural: 10 - Valores, Atitude e Motivação: 11 - Mecanização Agrícola: 12 - Indústria Rural: 13 - Estatística Agrícola e Metodologia da Pesquisa: 14 - Extensão, Educação e Inovação: - 15 - Desenvolvimento Econômico e Agrícola: e 16 - Referências Gerais.

Os dados acima comprovam que o Sudeste detinha 67% de todas as pesquisas sobre economia rural realizadas no Brasil, enquanto coube ao Nordeste, o segundo lugar com 17%.

Segundo Teixeira Filho "o inventário faz referências a cerca de 800 trabalhos. Dado ao fato de que frequentemente uma obra pode pertencer a mais de uma classe, os totais apresentados poderão frequentemente ultrapassar aquele número.[1]

3 . 5 - SISTEMA BRASILEIRO DE EXTENSÃO RURAL - SIBER

Os serviços de extensão agrícola e de assistência técnica foram introduzidos no Brasil, pela Associação Internacional Americana em Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo no ano de 1948, e pela ACAR no Estado de Minas Gerais em 1949, O surgimento desses serviços foram praticamente transportados dos Estados Unidos, para o Brasil e visavam a "estabelecer um Programa de Assistência Técnica e Financeira que possibilitasse a intensificação da produção agrícola e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural".

A partir de 1953, com o acordo Brasil-Estados Unidos, foi criado o Escritório Técnico de Agricultura (ETA) através do qual se criou a ASCAR, a ACARPA, a ACARRESC e, em 1954, por iniciativa do BNB criaram-se as ANCARs nos estados nordestinos, e em 1956, era criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) que constituiu o Sistema Brasileiro de Extensão Rural.

A partir de sua origem, totalmente exógena, aplicada a uma realidade muito diferente, o serviço de extensão agrícola foi obrigado a optar por uma variada gama de programas. Assim é que, no Nordeste, a ênfase coube aos aspectos sociais enquanto que, no Sul, foram os aspectos técnicos e econômicos que predominaram. Outro ponto crítico no sistema de extensão da ABCAR era o do público a ser atendido pela extensão que, para uns, era o pequeno produtor, para outros, todos os tipos de produtores, e, ainda havia alguns que achavam que deveria se começar pelo meio urbano.

Após uma séria e eficiente avaliação do serviço de extensão e assistência técnica prestado pelo sistema ABCAR, o Ministério da Agricultura resolveu criar a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER), que substiuiu todo o sistema ABCAR, com o papel definitivo de, complementar e modernizar o comportamento dos diversos órgãos públicos engajados no processo de desenvolvimento rural.

---

[1] - Teixeira Filho A. R. : Idem, Idem.

Com respeito aos aspectos espaciais, espera-se que o sistema da EMBRATER possa dar maior aproveitamento aos recursos naturais, humanos e financeiros disponíveis no sentido de atenuar as desigualdades bem como, acabar de uma vez por toda, com o paralelismo de ação entre as diferentes instituições governamentais que lidam com o setor agrícola.

No Nordeste a EMBRATER contava, em 1975, com cerca de 1.822 técnicos, na região, representando cerca de 1 técnico para cada 1.900 famílias agrícolas, 1.8 técnicos por município atendido (1.004), e 0,75, em relação ao total de municípios da região. Considerando que ao nível atual de assistência, são orientados cerca de 40 produtores-proprietários por técnicos, infere-se a quase inexistência do serviço no meio rural nordestino. Acresça-se a isto a forma de prestação de assistência técnica atualmente conduzida pelo SIBER no Nordeste, o que o impossibilita de exercer ação com vistas à modernização do setor, em que pese os esforços realizados para sua reestruturação através da criação da EMPRATER. Desta forma o SIBER Nordeste conseguiu apenas orientar 1% dos produtores da Região, e a 0,4% do total da área dos imóveis cadastrados pelo INCRA.

Com respeito aos agentes de extensão, dispõe o sistema EMBRATER de aproximadamente 6.500 técnicos operando em todo o meio rural brasileiro. Significa dizer que possui o sistema, um técnico para aproximadamente, cada 2.500 pessoas ativas na agricultura. Comparando este dado com o dos Estados Unidos ou de outros países desenvolvidos, chega-se-á à conclusão de que o número de técnicos deveria ser 6 a 7 vezes maior. Daí a necessidade de se cuidar fundamentalmente na qualidade, destreza, eficácia e eficiência desses técnicos para superar as limitações de recursos financeiros e número reduzido de técnicos.

3.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que as disparidades inter-regionais nos níveis de produtividade e no uso de modernos meios de produção agrícolas, são substanciais e se assemelham aos desníveis descritos no estudo sobre as desigualdades espaciais no processo de industrialização, que foram descritos tanto no Relatório nº 1, quanto na parte I do presente documento. Aliás, estes dois níveis de disparidades guardam entre si uma certa articulação lógica na medida em que, por exemplo, estudos isolados evidenciam que os maiores ganhos de produtividade na agricultura, localizam-se com frequência na periferia dos principais centros industriais e de serviços das macrorregiões

brasileiras, refletindo o fato de que, maiores níveis de eficiência produtiva no setor agrícola, estão associados a maior diversificação industrial e urbana que transmitem para as áreas rurais periféricas, a localização destes centros, impulsos modernizadores.

Ademais, estando associada às indústrias voltadas para o setor agrícola, a implementação de programas públicos que visem a aumentar a eficiência produtiva da agricultura brasileira não está desvinculada da repartição da atividade espacial industrial, condicionada tanto por elementos espontâneos quanto pelos efeitos diretos e indiretos da política econômica.

No que diz respeito ao uso de fertilizantes, supõe-se que a diminuição do grau de dependência do setor aos fornecedores internacionais e a maior intensificação de pesquisas industriais domésticas, possa elevar os rendimentos da terra apresentados nas Tabelas de 1 a 12. Por outro lado, uma maior disseminação espacial dos programas de apoio à elevação da produtividade, tenderá a reduzir as disparidades regionais observadas.

É importante que se leve em conta na política de produção e produtividade, que o aumento da produtividade do trabalho, é resultado da introdução de máquinas e implementos agrícolas no sistema produtivo. Mesmo aceitando que há alguma pressão "dentro da própria agricultura" no sentido de "levar" os empresários ao uso de máquinas, restam problemas de ordem técnica e agronômica a serem estudados, pois muitas das máquinas e implementos que se encontram no mercado, não foram dimensionados em função do clima e solos encontrados nas diferentes macrorregiões do país. Para tanto, basta lembrar que a maior parte da superfície da Região Nordeste está coberta por solos rasos e expostos à ação destruidora de agentes climáticos rigorosos, particularmente onde as condições topográficas favorecem à erosão. Um descaso do problema em tela pode gerar danos substanciais a esta última região.

Finalmente, cabe destacar outros obstáculos diretos e indiretos a uma maior disseminação espacial de modernas técnicas na agropecuária do país, na medida em que estão associadas aos diferentes níveis de renda e prosperidade das diversas regiões brasileiras. Neste particular, quanto mais pobre a região, mais difícil se torna romper o patamar dos baixos níveis tecnológicos que caracterizam boa parte dos espaços agrícolas, localizados nas regiões periféricas. Entre estes obstáculos cabe destacar: (a) a existência de substancial contingente de pessoas em áreas rurais desprovidas de terra e sob condições amplas de subutilização e sub-remuneração de sua força de trabalho; (b) altos preços dos insumos modernos, máquinas e im-

plementos agrícolas, que os tornam inacessíveis aos agricultores de baixa renda; (c) baixo nível cultural da população rural e ativa na agricultura, que não permite o uso adequado das centenas de formulações de fertilizantes e defensivos, além da manipulação eficaz de diferentes tipos de máquinas.

4 - POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

A Lei nº 4.829 atribui ao Banco Central do Brasil, dar cumprimento às deliberações do Conselho Monetário Nacional (CMN) aplicáveis ao crédito rural, dirigindo, coordenando e fiscalizando a sua execução. Segundo a mesma lei, são financiadores do crédito rural os órgãos componentes do Sistema Nacional de Crédito Rural quais sejam:

a) Básicos - Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco Nacional de Crédito Cooperativista;

b) Vinculados - para fins da Lei nº 4.504, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, também são considerados vinculados aos bancos estaduais de desenvolvimento e fomento além dos bancos privados, caixas econômicas, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito, financiamento e investimento;

c) Articulados - São os órgãos oficiais de desenvolvimento regional e entidades de prestação de assistência técnica, cujos serviços as instituições financeiras venham a utilizar em conjugação com o crédito mediante convênios ratificados como o Banco do Central.

Neste capítulo procura-se estudar os efeitos espaciais do crédito rural em seus vários aspectos, isto é: financiamento de custeio, empréstimos de investimentos, créditos de comercialização e financiamento de preços mínimos.

4.1 - DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL

A repartição regional do crédito rural é a seguir analisada. Observa se, que a política de financiamento à produção agrícola é importante instrumento de ação do setor público, desempenhando papel de relevo no desenvolvimento regionalmente diferenciado da atividade agropecuária.

A Tabela 1, por exemplo, ilustra a participação em termos absolutos e relativos do volume total de crédito rural, na série histórica 1969 a 1977, nas diferentes regiões do País. Dela, depreende-se que naquele período, a participação do Sudeste foi sempre superior as das demais regiões, sempre secundada pela Região Sul. Nota-se, que a participação média do Sudeste em todo o período foi da ordem de 43% no total do crédito, e, para a Região Sul, 33%. Os 24% restantes ficaram, em

termos médios, respectivamente, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em torno de 3, 13 e 11%. É difícil com base nos dados apresentados pela Tabela 1, se diagnosticar uma tendência evolutiva, isto porque, as variações ora para mais, ora para menos, parecem refletetir as oscilações que se dão em função do comportamento dos produtos agrícolas exportáveis(os maiores absorvedores de crédito).

A Tabela 2 mostra o valor de crédito total no período 1970 - 1975, em relação ao número de estabelecimentos agrícolas e população agrícola ativa (PAA) de cada região brasileira. Aí, as desigualdades regionais quanto à distribuição do crédito rural se sobressaem em grandes proporções, ou seja:

a) comparando o Sudeste com o Nordeste vê-se que a primeira Região, em 1970, recebia 11 vezes mais crédito em relação ao número de estabelecimentos que a segunda. Esta diferença diminui, em 1975, para 8 vezes, porém em um volume de crédito bem superior;

b) até mesmo a região Centro-Oeste, apresenta-se em situação bem mais privilegiada que o Nordeste, Norte e Sul do Brasil. Este fato se dá pela expansão da economia do Estado de São Paulo na direção do Sul do Estado de Mato Grosso e Goiás, onde também tem grande influência o posicionamento de Brasília que, sem dúvida alguma, tem contribuído para a incorporação e integração do Centro-Oeste na economia Nacional. Grande influência para melhorar a situação relativa da Região Centro-Oeste tem o programa nacional de aproveitamento dos cerrados;

c) os rebatimentos regionais diferenciados da política de crédito rural evidenciam-se ainda mais ao comparar o volume de crédito com a população ativa no setor agrícola. Assim, verifica-se que enquanto o Nordeste, em 1970 absorvia 19 centavos (Cr$ 0,19) do volume de crédito rural por pessoa ativa, o Sudeste recebia Cr$ 1,31 ou seja, 7 vezes mais do que a Região Nordeste. Em 1975, quanto ao valor do crédito/nº de estabelecimento a situação tornou-se mais grave. Enquanto que o Nordeste passava para Cr$ 4,84 o Sudeste ascendia para a cifra de Cr$ 38,50, isto é, 8 vezes mais do que o Nordeste.

4.2 - O CRÉDITO RURAL E SUA RELAÇÃO AO PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA

A grosso modo os dados das Tabelas 3 a 7 demonstram que a relação crédito rural sobre produto bruto da agricultura cresce de ano para ano em termos regionais e, consequentemente, em termos nacionais. Delas podem-se ainda inferir:

a) que espacialmente as regiões Norte e Nordeste são altamente discriminadas pela política nacional de crédito rural. Tanto é assim que ambas as regiões, em toda a série histórica explícita nas tabelas supramencionadas, apresentam a relação crédito rural/produto da agricultura muito inferior as das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste;

b) que a Região Centro-Oeste teve no ano de 1975, um volume de crédito superior mesmo ao produto da agricultura. - ver Tabela 7. Acredita-se que os dados refletem a ação do POLOCENTRO, porquanto, o grande incremento observa-se a partir da implementação daquele programa. Ao se considerar que o POLOCENTRO é um programa mais voltado para objetivos nacionais do que regionais, não é de se estranhar que tenha recebido tal privilegiamento por parte da política de crédito.

c) que o produto bruto da agricultura nordestina apresenta-se sempre pouco inferior ao das regiões Sudeste e Sul, enquanto a relação entre crédito rural e produto bruto da agricultura situa-se, no Nordeste, em torno de 21% e no Sudeste e Sul em cerca de 47 e 45%, respectivamente.

A Tabela 9, evidencia o percentual do crédito rural em relação ao PBA segundo regiões, para o ano de 1976, e reflete bem a discriminação acima mencionada, quando apresenta a diferença sobre a média, isto é, enquanto o Sudeste e Sul apresentam respectivamente 3 e 11 positivos, o Nordeste e Norte tem uma diferença negativa de 28 e 9, respectivamente.

Para sanar quaisquer dúvidas sobre a discriminação da política de crédito rural em relação as regiões periféricas do Norte e Nordeste, elaborou-se a Tabela 9, na qual se verifica, em todo o período, que os coeficientes de participação PBA/Crédito Rural, para aquelas regiões são sempre superiores a unidade enquanto que o contrário ocorre para o Sudeste. Observa-se, ainda, que a partir de 1972 passa o Sudeste a repartir com o Sul e Centro-Oeste parte de sua hegemonia em torno do crédito rural.

Em seu conjunto, as Tabelas de 7 a 9, além de ilustrarem a perversidade da política de crédito rural para com as regiões Norte e Nordeste sugere que tal instrumento de política, pela sua essência, quando comparado a estrutura fundiária do Nordeste, fundamentada em forte monopólio da propriedade privada da terra, leva sem dúvida a uma mais desigual distribuição da renda e da riqueza no campo. Isto porque, o crédito no Brasil, é um instrumento voltado para mudanças tecnológicas.

4.3 - APLICAÇÃO DO CRÉDITO RURAL POR ATIVIDADE AGROPECUÁRIA SEGUNDO AS REGIÕES

Para melhor apresentar os aspectos da política de crédito rural segundo os cultivos e rebanhos pecuários, apresenta-se neste item os estudos sob a ótica macrorregional.

4.3.1 - Região Norte

Para a região Norte observa-se, através das Tabelas 10 e 11 que os financiamentos para a lavoura são um pouco maiores do que para a pecuária. Entre os cultivos, o que mais recebe crédito é o arroz cuja variação média está em torno de 12% durante os 7 anos da série histórica. Vê-se também, nas tabelas citadas acima grande participação da rubrica "outros produtos agrícolas".

Quanto a produção animal a pecuária bovina absorve quase que a totalidade do crédito pecuário. Entretanto, é deveras surpreendente que nas mencionadas tabelas não conste para os anos 1974, 1975 e 1976 nenhuma importância destinada ao financiamento da pecuária bovina. Acredita-se, que o fato se deu por mudanças de critérios na obtenção dos dados. Tanto é assim que, a partir dos anos que não aparecem aquelas informações na rubrica bovinos, e outros bovinos, elas aparecem na de bovino de carne.

Desta forma, conclui-se que é a pecuária bovina aquela atividade da produção animal que mais recebe crédito na grande Região Norte.

Vale salientar que esta Região, conforme se observou na Tabela 9, tem uma ínfima participação quanto ao volume de crédito total, mas também uma baixa relação crédito/PBA. Residem no fato de a região se constituir em um imenso espaço vazio e de se encontrar desvinculada dos mercados nacional e internacional de produtos agrícolas, os motivos desta discriminação creditícia. Por outro lado os problemas de titulação de terras, bem como a produção de baixa renda devem contribuir para o descaso de crédito rural para esta região por parte da CONCRED (Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural).

4.3.2 - Região Nordeste

Esta Região, cuja participação no PBA nacional oscilou no período 1969 a 1976 entre 22 e 26%, tem na produção vegetal a maior apropriação do crédito agropecuário. Entre as lavouras, é a cana-de-açúcar, o algodão e o cacau que absorvem a quase totalidade do crédito agrícola. Como se sabe, a cana-de-açúcar e o ca

cau se constituem, no Nordeste, naquilo que se convencionou chamar de cultivo de rico e sua base fundiária, é a grande propriedade. Quanto ao algodão, por ser produ zido também por agricultores sem terra e pequenos proprietários, supõe-se que os volumes de crédito evidenciados na Tabela 12 sejam destinados aos grandes proprietários e latifundiários que, como bem se sabe, transferem a juros, geralmente, extorsivos, estes recursos aos agregados, moradores e/ou foreiros.

É interessante notar, que além de o Nordeste ser desfavoravelmente discriminado pela política de crédito rural nacional, esta política tem excluído do acesso ao financiamento agrícola, mais de 80% das famílias rurais, isto é, aquelas famílias desprovidas do meio básico de produção agropecuária que é a terra. Pode-se assegurar, sem incorrer em erro, que somente 6% das famílias rurais do Nordeste são ou tem condições de recorrer ao instrumento de crédito para financiamento de suas atividades agrícolas, comprovam esta afirmativa a pesquisa da SUDENE/BIRD intitulada "Economia Agrícola do Nordeste - Diagnóstico Parcial e Perspectivas", assim como, o recente documento da unidade Regional de Planejamento Agrícola do Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE.[1]

Por outro lado, no que diz respeito à produção animal, foi a pecuária bovina de corte e leite que absorveu, em média, no período de 8 anos, cerca de 88% do crédito pecuário. Como se sabe, a pecuária bovina também se constitui em atividade principal das grandes propriedades e dos latifúndios do Nordeste. Não é aleatório que o documento da SUDENE, citado pelo Diário de Pernambuco,[2] após relatar que as intervenções das políticas de incentivos, prestação de serviços, crédito e assistência técnica restringe-se às grandes empresas e latifúndios, tenha concluído que "não causaram nenhuma melhoria relevante no setor agrícola. Pelo contrário, tem tido o efeito de concentrar a renda no campo, onde 1% dos proprietários se beneficia".

Pese o relativamente alto coeficiente entre o crédito rural e o PBA, a Região Nordeste é, como se viu através dos dados das Tabelas 3 a 9, altamente discriminada pela política nacional de crédito rural.

4.3.3 - Região Sudeste

Constituindo-se no centro hegemônico da economia do país, a Região Sudeste é a mais bem aquinhoada pelo crédito rural.

---

1 Documento Interno e Inédito da SUDENE

2 Além da consulta aos documentos veja-se também a reportagem do Diário de Pernambuco de 23.04.78 intitulada "A Auto-Crítica da SUDENE págs. D.4 e D.5.

Além do fato de ser altamente privilegiada pela política nacional de crédito rural, as aplicações de crédito por atividades, (ver Tabelas 14 e 15) apresentam uma configuração semelhante à de qualquer país ou região desenvolvida. Nesta região é evidente a não concentração de uso do crédito em uma, duas ou três atividades de ricos, como é o caso da Região Nordeste. Até mesmo o crédito pecuário é menos concentrado do que nas regiões periféricas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

4.3.4 - Região Sul

Privilegiada pela presença dos mercados do Sudeste, por ser dotada de clima e solos de boa qualidade e, principalmente por deter uma estrutura fundiária menos concentrada, a Região Sul apresenta uma configuração na apropriação do crédito tão boa quanto aquela observada para a região Sudeste.

As Tabelas 16 e 17 atestam que a distribuição de crédito por atividades, tanto na produção vegetal quanto na produção animal, se dá em grandes concentrações. Não há dúvida, que este quadro guarda estreita vinculação com a distribuição da terra naquela região.

4.3.5 - Região Centro-Oeste

Pela sua situação periférica e sua estrutura fundiária, fundamentada em forte monopólio da propriedade, a Região Centro-Oeste apresenta uma distribuição de crédito também concentrada e baseada na grande propriedade e latifúndios. Portanto, o arroz, o milho e algumas vezes o algodão absorvem a quase totalidade do crédito destinado à produção vegetal. Ver Tabelas nºs. 18 e 19.

O crédito destinado à produção animal é quase que totalmente absorvido pela pecuária bovina de corte. Sua participação no PAB do Brasil é três vezes menor do que a da Região Nordeste, com a ressalva entretanto de ter quase a mesma participação no crédito rural do país. (ver Tabela 9.)

4.3.6 - Síntese do Brasil

As Tabelas 20 e 21 mostram, em números absolutos e relativos, a aplicação do crédito rural no país, Por serem as regiões Sudeste e Sul as que, em média, recebem 88% do total do crédito rural brasileiro, os dados para o país, como um todo, apresentam uma configuração de distribuição do crédito semelhante ao daquelas macrorregiões tanto no que diz respeito à produção vegetal quanto à animal.

As Tabelas 22 e 23 sintetizam, por regiões, a distribuição do crédito por atividades agropecuárias. Destas se depreende, que nas regiões Norte e Centro-Oeste, em geral, o volume do crédito destinado às lavouras é igual ou pouco superior àquele destinado aos rebanhos, particularmente, a pecuária bovina. Para as regiões Nordeste e Sudeste observa-se em toda a série histórica, que o crédito destinado a produção animal é sempre superior àquele destinado às lavouras. O fenômeno da pecuarização tanto na fronteira interna quanto externa tem sido reforçado, por conseguinte, pelas políticas oficiais de crédito que têm destinado, como se observou acima, a maior fração dos financiamentos rurais nas regiões Norte, Nordeste, e Centro-Oeste à expansão da pecuária, que não só é fraca absorvedora de mão-de obra mas se constitui em atividade que exige grandes espaços. Ademais, a pecuarização vem ocupando áreas de lavoura, e, nas zonas de fronteira, tem sido um dos elementos determinantes da expulsão de posseiros e da força de trabalho que pioneiramente tinha ocupado aqueles espaços. Portanto, o privilegiamento dos empreendimentos pecuários tem levado: (a) a pouca absorção de mão-de-obra; (b) a expansão da grande propriedade, e, consequentemente, ao reforço da concentração da riqueza e renda rural tanto em áreas de ocupação mais antiga quanto em áreas de expansão da fronteira agrícola; (c) a utilização de terras cujo melhor uso alternativo seria para as lavouras, sobremodo aquelas que poderiam ser destinadas a abastecer o mercado interno; (d) ao estabelecimento de conflitos fundiários em áreas de fronteira e em decorrência; (e) a deslocamentos para novas áreas, da frente demográfica que se vê pressionada pela expansão da pecuária a procurar fronteira adentro nova fixação. A região Sul é a única que apresenta fração de crédito destinado às lavouras substancialmente maior do que o destinado à produção animal.

As Tabelas 24 a 27 mostram, em termos absolutos e/ou relativos, a distribuição do crédito rural no Brasil segundo à finalidade e agentes distribuidores. É patente para todos os anos do período e para todas as finalidades, que são os bancos oficiais federais, os responsáveis por mais da metade do volume de crédito rural, secundados pelos bancos privados e bancos oficiais estaduais. Convém observar, que o grosso do crédito rural se destina a custeio, cabendo a investimentos a parte ínfima quando comparado com o crédito comercial mais custeio. Segundo a Tabela 27 que apresenta um período menor do que as outras, observa-se que os bancos oficiais federais e estaduais são responsáveis por mais de 65% da distribuição de crédito do país. No caso particular do Nordeste, estes respondem por mais de 95% da totalidade do crédito regional.

A Tabela 28 ilustra com números absolutos e relativos a participação do crédito rural brasileiro por macrorregiões. Finalmente a Tabela 29 diz respeito unicamente à distribuição do crédito pelo Banco do Brasil, principal agente, que como se vê, discrimina as Regiões periféricas do Norte e Nordeste.

4.4 - APLICAÇÃO DO CRÉDITO PARA FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

A política de financiamento de preços mínimos, visa proteger a renda agrícola, eliminar riscos de preços enfrentados pelo produtor bem como aumentar a produção da agricultura. Não cabe aqui maiores pormenores do conceito acima citado porquanto, a preocupação deste capítulo é investigar os efeitos espacialmente diferenciados dessa política.

Neste mister, elaborou-se um conjunto de tabelas com a pretensão de viabilizar e quantificar os efeitos diferenciados da política de financiamento de preços mínimos por macrorregiões brasileiras.

4.4.1 - Região Norte

As Tabelas 29 e 30, mostram os cultivos objeto da política de financiamento de preços mínimos na Região Norte, sob a forma de produção total e financiada, em termos físicos e de valor, respectivamente . Delas se depreende que esta região possui muito poucos produtos atendidos por esta política, e mesmo assim de maneira pouco significativa. Comprova esta assertiva os coeficientes encontrados na Tabela, 29 assim como as próprias quantidades financiadas e seus respectivos valores. Pela pouca expressão nesta região desta política, é desnecessário maiores comentários.

4.4.2 - Região Nordeste

Comparada com o Nordeste as Regiões Sudeste e Sul do país, como se verá mais adiante, absorvem a quase totalidade dos recursos para financiamento de preços mínimos.

Na Região Nordeste observa-se que a política de financiamento de preços mínimos talvez seja mais discriminatória do que a política de crédito rural. Os coeficientes da Tabela 31 refletem muito bem o descaso dos implementadores dessa política na Região Nordeste, talvez, a Região que mais necessitasse de atenção pelo seu nível de descapitalização.

Atesta também o descaso do governo, o fato de certos produtos como a mamona, cuja produção é em geral bem maior no Nordeste, ter recebido menor financiamento do que no Sudeste. Veja-se um exemplo numérico: em 1970 o Nordeste produziu 208 mil toneladas de mamona contra 75 mil do Sudeste, isto é, 2,7 vezes mais. Contudo os dados das Tabelas 31 e 33 evidenciam que enquanto o Nordeste te

ve 401 toneladas financiadas, os produtores do Sudeste eram beneficiados em 11.606 toneladas, ou seja 30 vezes mais do que o Nordeste. Comparando-se ainda as citadas tabelas, vê-se que, em geral, os financiamentos para o Sudeste são quase sempre acima de 10% da produção ou do valor, enquanto que no Nordeste, em nenhum ano objeto do período em estudo, identificou-se um produto que tivesse pelo menos 10% da produção financiada, exceção única para o agave no ano de 1969 quando a CFP financiando 11% do valor da produção de agave no Estado da Bahia, provocou um forte "dumping" no Estado da Paraíba o que gerou enormes prejuízos aos produtores paraibanos, pois a produção financiada no Estado da Bahia foi colocada para venda nas indústrias de celulose da Paraíba e Pernambuco, provocando queda dos preços naqueles Estados.

4.4.3 - Região Sudeste

A política de financiamento de preços mínimos atende sobremodo aos reclamos dos agricultores da Região Sudeste. Nesta região o atendimento é satisfatório embora fosse esta a região, que menos precisasse da ação desta política quando comparada com o Nordeste.

A soja é o cultivo de suma importância da política tendo, respectivamente, para os anos de 1968 a 1973, segundo a Tabela 33, 57, 43, 54 e 57% de sua produção financiada, o que corresponde em termos de valor, nos mesmos anos a 37,31 46, e 34% do total do valor da produção.

Enquanto que, no Nordeste (ver Tabela 32) os recursos da política de preços mínimos se concentra em uns poucos produtos, na Região Sudeste ela é bem mais diversificada cobrindo pelo menos significativamente 5 cultivos, isto é, algodão, arroz, amendoim, milho e sòja, além de atender aqueles cultivos cujo maior volume de produção se dá no Nordeste como é o caso, já citado, da mamona.

4.4.4 - Região Sul

A análise dos dados relativos à política de financiamento de preços mínimos parece indicar que essa política atende quase que exclusivamente aos produtores agrícolas das regiões Sudeste e Sul. Pela estrutura de distribuição dos recursos bem como pela diversificação dos mesmos, atesta-se a assertiva supramencionada. Há por exemplo uma grande semelhança na estrutura de financiamento nestas duas regiões (vide as Tabelas 33 e 35). Igualmente ao Sudeste, no Sul do País a política de preços mínimos dá ênfase aos cultivos do algodão, arroz, milho e soja. Em termos bem gerais a Região Sul detém a hegemonia da política de financiamento de preços mínimos.

4.4.5 - Região Centro-Oeste

Dentre as macrorregiões periféricas do país, a Região Centro-Oeste é a mais beneficiada pela política de crédito rural e, também, pela de financiamento de preços mínimos. Entretanto, nela os recursos se concentram basicamente no arroz, e eventualmente, no milho. O fato do Centro-Oeste apresentar melhor situação do que o Norte e Nordeste, não significa que haja igualdade nesta região quando comparado aos financiamentos de preços mínimos para as regiões Sudeste e Sul. Os dados sobre a aplicação da política de financiamentos de preços mínimos encontram-se nas Tabelas 37 e 38.

4.4.6 - Síntese para o Brasil

Visualizados os efeitos da política de financiamento dos preços mínimos nas diversas macrorregiões, procura-se agora estudar os dados relativos ao Brasil como um todo e a participação regional nos totais do Brasil. Para tanto elaborou-se as Tabelas 39, 40 e 41, cuja configuração estrutural dos financiamentos para o Brasil refletem praticamente aqueles das regiões Sul e Sudeste.

Na Tabela 40 observa-se que o peso dos financiamentos situa-se naqueles produtos do Sul e Sudeste, ou seja; soja, milho, arroz e algodão.

Já a tabela 41 ilustra em termos quantitativos, a discriminação da política de financiamento de preços mínimos em relação as regiões periféricas do Norte e Nordeste. Pese a significativa participação da Região Nordeste na produção total do Brasil, em média 28%, (salvo 1970, quando foi assolada por terrível seca), esta região nunca chegou a ter 10% do total de sua produção financiada. Por outro lado, a Região Sul cuja participação na produção total do Brasil foi, em média, de 34% teve também, em média, 31% de sua produção atendida por financiamentos daquela política. Para o Sudeste, a comparação com o Nordeste é mais discriminatória para esta última pois enquanto o Sudeste apresenta uma participação no PBA em geral menor do que o Nordeste, teve, em média 31% de sua produção atendida pela política de preços mínimos, contra apenas 6% da do Nordeste.

Resumindo, pode-se deduzir que a Tabela 41 ilustra bem os efeitos especialmente diferenciados da política de preços mínimos no que toca às regiões periféricas do Norte e Nordeste e, consequentemente, o que tem contribuído por certo para a intensificação das desigualdades regionais no setor agrícola.

4.5 - SUMÁRIO

As tabelas apresentadas para a análise da política de crédito rural no Brasil, bem como para a política de financiamento dos preços mínimos evidenciam que ambas as políticas tem contribuído para agravar as desigualdades regionais de desenvolvimento no setor agropecuário, e por conseguinte, as disparidades interregionais de maneira global.

Não deve passar despercebido ainda, que para o financiamento dos preços mínimos não se estudou as proteções de preços propiciadas aos "cultivos de ricos" ou lavouras de exportação tais como: cana-de-açúcar, café e cacau, que recebem a tutela, respectivamente, do IAA, IBC e CEPLAC. Nestes casos, ter-se-ia um quadro muito mais grave do que o apresentado contra as regiões periféricas do Norte e Nordeste[1]. Os dados aqui apresentados não deixam dúvidas sobre os efeitos espacialmente diferenciados dessas políticas, sobretudo no que diz respeito as regiões Norte e Nordeste em relação às demais regiões do país.

---

1. Para uma análise dos efeitos espaciais da política de valorização do café, vide CME-PIMES, Efeitos Espaciais das Políticas Macroeconômicas e Setoriais do Governo Federal. Relatório nº 2 da Pesquisa sobre Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, Recife, Abril de 1978. Parte II, Seção II.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo procurar-se-á apresentar, de forma sintética e interativa, as principais conclusões que emergem dos capítulos anteriores. As conclusões, que se prestam a avaliação das políticas, são feitas de modo integrado devido a uma total interdependência entre as políticas estudadas. Na medida do possível tentar-se-á apresentar as conclusões seguindo-se os planos de influência que foram evidenciados no capítulo 1, particularmente, quanto às formas de organização econômica e social.

1) Nos estudos sobre o processo de concentração monopolista da propriedade da terra concluiu-se que:

a) a pequena e média propriedade rural absorve mais mão-de-obra do que a grande;

b) que a pequena e média propriedade apresentam produção por unidade de área maior do que a grande, e que

c) a pequena e média propriedade contribuem muito mais do que a grande para a produção de lavouras.

Por conseguinte, uma política governamental que fortaleça a grande propriedade não traria benefícios econômicos nem sociais, na medida em que não incrementa substancialmente a oferta para o mercado interno de alimentos e matérias-primas industriais, não absorve mão-de-obra e não propicia uma melhor distribuição da renda e da riqueza no campo. Os incentivos fiscais para o Nordeste, Amazônia e Centro Oeste têm se concentrado no privilegiamento da grande propriedade rural, quer esta se constitua de fato em empresa agrícola ou se destine (com maiores custos sociais) à pura especulação. Por outro lado, mesmo que em algumas áreas não exista uma política oficial que promova a grande propriedade, a ausência de controle governamental sobre o processo de transformações no campo, deixando que o arbítrio do mercado e interesses especulativos determinem uma maior concentração da propriedade privada da terra, representa uma omissão séria que necessita ser corrigida. Ademais, cabe destacar que o privilegiamento à grande propriedade vem ocorrendo sobremodo em áreas de fronteira onde a permanecer as ten

dências atuais reproduzir-se-á uma estrutura fundiária característica de áreas de mais antiga ocupação, onde se destaca o fenômeno da minifundização, funcional à reprodução da força de trabalho agrícola e aos interesses dos grandes proprietários rurais. Neste aspecto cabe destacar ainda que tal política tenderá a fechar a fronteira agrícola-demográfica à penetração produtiva e à fixação de excedentes populacionais gerados em áreas onde ou a modernização agrícola é intensa ou a pressão demográfica sobre a base de recursos naturais é excessiva (áreas de saturação), sobremodo se estas últimas não são suscetíveis a rápidas transformações tanto na sua estrutura fundiária quanto no seu nível de tecnologia. Outro ponto que merece destaque é a evidência de que tanto na fronteira interna quanto nas frentes pioneiras, tem havido, em decorrência da política de incentivos, uma intensa pecuarização, inclusive em áreas cujo melhor uso alternativo seria para lavouras. Sabe-se que a pecuária extensiva ocupa amplos espaços, absorve pouca mão-de-obra e poderá utilizar métodos que tornem os solos irreversíveis para a lavoura.

2) A constatação de que existe um clima generalizado de tensão em várias regiões do país, sobretudo em áreas de fronteira, decorrente do processo de ocupação de terras, revela uma completa falta de controle da ação governamental na condução do problema. Mais especificamente, reflete a incapacidade institucional do INCRA e a inadequação do Estatuto da Terra como instrumento de mudanças na estrutura agrária. Por outro lado, a condução da política de colonização pelo INCRA tem se caracterizado pela ineficácia, na medida em que,nas suas áreas de atuação, a ocupação tem sido desordenada, predatória e permeável a conflitos e violências na disputa pela posse da terra. A colonização não tem se constituído em prioridade de governo, apesar do fato inconteste do processo de ocupação demográfica e econômica, em áreas de fronteira, em um país de dimensões continentais como o Brasil e que ainda detêm nas suas áreas rurais, em rápida transformação, 43 milhões de pessoas se constitui em tema de maior relevância na medida em que ditará a natureza e a dinâmica de acumulação de fração substancial de seus solos agrícolas no médio e longo prazos. A maior ou menor concentração da propriedade da terra, a atuação ou perpetuação da pobreza rural, a maior ou menor capacidade de criação de empregos agrícolas, o grau com que a agricultura possa ser funcional aos interesses do processo de industrialização-urbanização através do fornecimento de excedentes, sobremodo alimentos e matérias-primas agrícolas, dependerá em boa parte da condução da política de colonização nas áreas de fronteira. Cabe destacar que a colonização não só é importante nas frentes de expansão. Ela se constitui em instrumento importante de mudanças na estrutura fundiária também na fronteira interna como bem o demonstra a experiência de algumas áreas em Sergipe, onde a criação de um Fundo de Terras viabilizou o acesso à terra de inúmeras famílias que participam de cooperativas naquele Estado.

3) A evidência de que nas áreas rurais encontra-se substancial fração da pobreza absoluta do país e o fato de que a modernização da agricultura,

e outros fatores associados, tem levado a uma crescente proletarização do trabalho agrícola, na medida em que tem se rompido os vínculos de posse ou propriedade dessa força de trabalho com a terra, leva à discussão de um tema que a literatura técnica tem denominado de agricultura de baixa renda. Em primeiro lugar as políticas governamentais favorecem,quase que exclusivamente, via mecanismo de crédito e incentivos, à média e grande propriedades,alijando destes benefícios, a pequena propriedade. Em segundo lugar, os agriculturoes de baixa renda não têm sido apoiados pela política de colonização que poderia favorecer seu acesso à terra em termos produtivos, de tal modo a transformá-los de párias rurais em pequenos e médios proprietários de base familiar. Os projetos de colonização privados por serem seletivos e venderem terras excluem automaticamente esta categoria da possibilidade de acesso à terra. Por outro lado, os projetos de colonização do INCRA não estão voltados para esta preocupação, havendo mesmo uma tendência para se criar mecanismos seletivos na incorporação dos colonos aos seus projetos. O maior projeto de colonização para agricultores de baixa renda no país, localizado na pré-amazônia maranhense na região do Alto Turi não tem recebido apoio governamental nem mesmo da SUDENE, que é a maior acionista da empresa que administra o projeto (COLONE). Por conseguinte, pergunta-se quais as alternativas para a ocupação produtiva desta classe? Ademais, cabe ressaltar que os programas oficiais que tentam atingir aos agricultores de baixa renda são restritos aos que têm vínculo de propriedade com a terra. Por conseguinte, ficam excluídos arrendatários, parceiros, moradores, trabalhadores temporários e assalariados permanentes que constituem substancial fração do contigente de pobres nas áreas rurais. Portanto, o problema da atividade de baixa renda não se exaure com programas de crédito e assitência técnica para aqueles que têm algum vínculo proprietário com a terra, mesmo os pequenos. É necessário que se estenda ao campo políticas de emprego, de previdência social e políticas sociais mais amplas, pelo menos semelhantes àquelas que beneficiam, embora precariamente, as áreas urbano-industriais do país.

4) Em adendo a problemática anterior verifica-se que há um processo de "pecuarização" em todas as macrorregiões do país altamente fomentado pelo sistema de crédito rural. Em outras palavras o que se vê é a substituição, no campo, de homens por gado bovino. O próprio sentido da "grilagem" e dos conflitos de terra apresentados neste trabalho descansam neste processo. Além do mais vale a pena salientar que a pecuária de corte, pelo seu caráter extensivo e pela forma como tem se desenvolvido no Brasil é uma atividade agrícola que apresenta características anti-sociais por se constituir em um negócio agrícola cuja essência está na: a) substituição do homem por gado bovino; b) menor rendimento por unidade de área; c) menor oportunidade de emprego por unidade de área; d) substituição de atividades não poupadoras de mão-de-obra.

É muito comum criticar-se a cana-de-açúcar por ser um cultivo, no Brasil, baseado em grandes propriedades fundiárias. Entretanto, quando se compara esta última com a pecuária de corte, pode-se facilmente depreender que a cana-de-açúcar é muito menos incômoda aos agricultores e assalariados agrícolas do que a pecuária de corte. Nota-se que sobre todos os aspectos a cana-de-açúcar / apresenta índices econômicos por unidade de área, superiores aos da pecuária de corte.

Entretanto, como se observou a partir da análise do crédito rural, esta atividade tem sido a mais beneficiada. Tal fato talvez seja o reflexo do pacto histórico, remanescente da colônia e império e também materializado na república que repousa na inviolabilidade da estrutura agrária no Brasil. Tanto é assim que a história da agricultura brasileira revela sempre uma aliança entre o capital, em suas várias modalidades e representações classistas, e a grande propriedade latifundiária. É talvez desta histórica aliança que se possa entender e apreender, através dos tempos, as grandes frustrações dos vários intentos de redefinição da propriedade fundiária no Brasil.

5) A construção de extensas estradas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, que favoreceram a intensificação dos fluxos migratórios para estas áreas, tem provocado problemas de escassez de mão-de-obra no Sul e Sudeste, ao mesmo tempo em que se expande a fronteira agrícola, dando margens a que o governo não aloque substanciais recursos para investimentos na área de pesquisa capazes de economizar terras, ou seja, em semente e mudas melhoradas assim como, melhoramentos de solos e uso de insumos modernos. Este tipo de pesquisa que visa desenvolver uma tecnologia substitutiva de terras e não de força de trabalho, deveria ser, para a Região Nordeste, a essência da política de produção e produtividade. Já para o Sul e Sudeste, as políticas de mão-de-obra deveriam estar associadas a tecnologias substitutivas de mão-de-obra, isto é, aquelas que se referem a mecanização agrícola e afetam diretamente tanto a produtividade do trabalho como a redução dos custos de produção ao nível da unidade agrícola.

6) A constatação de uma consciência reflexa sobre os problemas agrários brasileiros tem levado o governo a tomar, de forma mimética, uma série de medidas de política com vistas ao chamado processo de modernização da agricultura. O caráter ingênuo dessa consciência está em reduzir toda a questão agrária à adoção de nova tecnologia, daí ser esta questão sempre apresentada nos planos de governo como prioritária. Por esta razão é que a pretensa "modernização da agricultura" é beneficiada e incentivada por diversas medidas dos governos federal e estadual como por exemplo: facilidades de crédito, incentivos à exportação, criação e melhoria de transportes, armazenagem, garantia de preços mínimos, financiamentos a longo prazo, etc., sem quaisquer referências a questão central da alta concentração da propriedade privada da terra.

Se o trabalho, durante o ano agrícola, não se traduz, para as famílias rurais, em excedentes monetários de significação, sabe-se que não será possível implementar programas de transformação tecnológica com base na introdução de novas práticas de manejo e insumos modernos, que permitam graduais melhoramentos nos níveis de produtividade física da agricultura. É objetivamente sabida e diagnosticada a inviabilidade de desencadear-se, em regiões periféricas, processos maciços de transformação tecnológica face à precária posição financeira dos pequenos proprietários e dos estabelecimentos vinculados a sistemas de parceria e arrendamento. Os programas de assistência técnica, de crédito rural e de insumos modernos carecem das condições mínimas de operação dada a ação convergente das esferas de influência anteriormente citadas, isto é: monopólio da propriedade privada da terra e absorção dos precários excedentes pertencentes aos produtores por parte dos comerciantes que constituem a rede de intermediação no meio rural.

Por outro lado, sabe-se, hoje, que o processo de modernização da agricultura, sem quaisquer diferenciações regionais e sociais, torna-se viável única e exclusivamente àquelas regiões e a aqueles proprietários de terras que dispõem de condições econômicas já privilegiadas e, que, como já se viu, têm sido os mais bem beneficiados pela política de crédito quase que totalmente voltada para garantias de reposição. Dentro deste contexto é de se supor que os agricultores em melhores situações econômicas empregarão menor número de assalariados e, consequentemente, concorrerão para aumentar a sub-utilização da força de trabalho agrícola e intensificação do êxodo rural-urbano. Desta forma a obsessão da modernização em termos de transplante de realidades exógenas, certamente levará a um fosso, cada vez maior, nas já acentuadas desigualdades regionais, mas também, entre as classes: de proprietários de terras e aquelas desprovidas deste principal meio básico de produção.

Ainda, com relação ao problema do emprego no setor agrícola cabe assinalar que apesar do Estatuto do Trabalhador Rural objetivar a melhoria das condições de vida da força de trabalho agrícola, tanto do ponto de vista econômico quanto social , parece estar contribuindo para menores oportunidades estáveis de emprego. Por esta razão deve-se, de imediato indagar: Até que ponto o monopólio da propriedade privada da terra, o processo de modernização e o Estatuto do Trabalhador Rural estão contribuindo para a formação de grandes massas de trabalhadores volantes ou "bóia fria" (proletarização rural) nas diferentes macrorregiões brasileiras?[1] Por estes e outros motivos é imprescindível que se denuncie e se reverta o processo de alienação com que são enfocados os problemas da agricultura bra-

1 Convêm se fazer estudos, sobre estas indagações, muito embora se saiba que o trabalho volante tem sua natureza na expansão do capital nas atividades agrícolas. Para sua existência é necessário, portanto, que de um lado exista o capitalista, proprietário de meios de produção, e do outro lado o trabalhador expropiado daqueles meios e detentor única e exclusivamente da sua força de trabalho para a venda ao primeiro.

sileira, que essencialmente estão dentro da consciência reflexa de desenvolver o setor a custo da melhoria do nível tecnológico, respeitando-se a atual situação de posse e uso da terra. Além desta errônea perspectiva, os atuais enfoques e políticas de governo estão, em geral, fundamentados num planejamento altamente centralizado o que, sem dúvida alguma, contribui para as desigualdades regionais , pois, na prática, os problemas das regiões periféricas são vistos a partir do ponto de vista do pólo hegemônico (Região Sudeste), entendido este como "o resultado da herança histórica e da redivisão regional do trabalho que a expansão capitalista no Centro-Sul comanda".[1]

7) Nas regiões periféricas, sobretudo o Nordeste, os estímulos de demanda provenientes dos centros urbanos ainda são relativamente frágeis devido a alta incidência de pobreza absoluta e relativa nas cidades. Por conseguinte, a demanda por alimentos ainda pode ser atendida por pequenos estabelecimentos e minifúndios que comercializam, sempre que possível, os excedentes gerados depois de atendidas as suas necessidades de consumo, para os mercados urbanos. Dados os ainda precários canais de comercialização e o monopólio da propriedade privada da terra, surgem os intermediários que absorvem os já reduzidos excedentes daqueles produtores utilizando-se para tal da concentração do capital financeiro. Fração substancial do excedente é, portanto apropriado no âmbito da circulação das mercadorias. Este sistema de intermediação faz com que, nos períodos de escassez de alimentos, o diferencial de preços dilua-se pelas numerosas etapas de intermediação entre o produtor e o consumidor final. "Dessa maneira, (argumenta Silva e Queda),[2] a distribuição repressiva da renda (do lado da demanda) e a estrutura de posse da terra conjugada à estrutura de intermediação (do lado da oferta) provêm condições para que o comportamento dos preços deixe de ser um estímulo aos produtores, via modernização das unidades de produção e "ou incorporação de nova tecnologia, para ser, ao contrário, um estímulo à manutenção (e mesmo proliferação) de formas de exploração "pré-capitalistas" para atender ao aumento da demanda do setor urbano decorrente do processo de urbanização.

As evidências empíricas alinhavadas no texto mostram que as políticas de modernização agrícola não atingem as unidades de produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, nem contribuem significativamente para a solução dos problemas de abastecimento dos grandes centros urbanos".

É a partir desta conclusão que a dicotomia básica da agricultura brasileira, anteriormente tratada, reflete-se no fato das pequenas propriedades pos-

---

1 Oliveira, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

2 Silva, Graziano e Queda, Oriowaldo: Comercialização e Abastecimento: Algumas Questões. Revista de Economia Rural ANO XV, Tomo I SOBER - Brasília, 1977

suirem uma produção por unidade de área bem superior ao das grandes propriedades às custas da expropriação e da miséria dos pequenos agricultores e minifundistas, pelo citado mecanismo dos mercados agrícolas.

8) Os estudos de política no setor agrícola evidenciam, como resultado da consciência reflexa da realidade nacional os seguintes despropósitos:

i) desconhecimento dos elementos essenciais da agricultura, (processo de produção, agricultor, estabelecimento agrícola e negócio agrícola), como ponto de partida e chegada para quaisquer estratégias de mudança;

ii) não se reconhece as diferenças fundamentais entre os elementos essenciais do desenvolvimento agrícola, (mercado, transporte, incentivos, inovações tecnológicas e distribuição local de insumos), e os aceleradores de desenvolvimento agrícola, (crédito, educação, associativismo, melhoramentos de terra e planejamento agrícola), na elaboração de políticas de ação para a modernização da agricultura. Chega-se mesmo ao descalabro de se dar ênfase aos aceleradores em vez dos elementos essenciais de desenvolvimento;

iii) ignora-se, também, a máxima necessidade de se diferenciar espacialmente toda e qualquer política agrícola em função dos condicionamentos de propriedade agrícola, nível cultural individual e processo de produção;

iv) insiste-se em desconhecer que o caminho "prussiano" de desenvolvimento agrícola, cuja variante brasileira é a modernização da agricultura a partir de "grandes empresas agrícolas" só é viável se for sustentada artificialmente por subsídios do governo, como são exemplos os projetos agropecuários do FINOR e FINAN.

9) É evidente a procedência da tese de Pastore et alii segundo a qual a "política de substituição de importações, ao proteger o setor industrial, gerou ineficiências que elevaram os custos de insumos agrícolas modernos, em termos de preços dos produtos agrícolas. (...) As políticas, visando baratear o custo do capital para a indústria dificultaram a exportação de produtos agrícolas, através da supervalorização da taxa cambial, de quotas de exportações, ou simplesmente pela proibição de exportação de produtos alimentícios, a fim de garantir "preços baratos" para os consumidores".[1] A este respeito Mendonça mostra que o custo doméstico de se produzir um dólar pela exportação de produtos agrícolas não tradicionais é bem inferior ao custo social da divisa, indicando os benefícios que a economia, como um todo, pode derivar de uma política cambial adequada, e de investi-

1 Pastore, Celso Affonso et alii. A Inovação Induzida e os Limites à Modernização da Agricultura Brasileira. Revista de Economia Rural, Ano XIV. Tomo I, 1976 SOBER, Brasília.

mentos visando os aumentos de produtividade no setor".[1]

As pesquisas podem e devem ser diferenciadas para as diversas macrorregiões brasileiras tendo-se em vista que o crescimento da produção agrícola pode ser realizado independentemente da mecanização agrícola, e, esta independentemente da tecnologia substitutiva de terras. Estudos recentemente realizados no Brasil mostraram "que em regiões localizadas existem pressões para o desenvolvimento de tecnologia poupadoras de terras, e que possivelmente, o mercado está indicando a necessidade de se iniciarem investimentos mais pesados, na geração de técnicas aumentadoras da produção por unidade de área".[2]

10) Em função da crise do balanço de pagamentos decorrente das pressões geradas pelo processo de industrialização, aliás, espacialmente bastante concentrado, tornou-se necessário expandir as exportações de modo a gerar as divisas necessárias para financiar a dinâmica de acumulação da indústria. A agricultura / foi, mais uma vez, convocada para exercer seu papel de geradora de divisas, acrescentado a sua pauta de produtos exportáveis cultivos não tradicionais em termos brasileiros tais como a soja. O resultado é que parte da substituição de atividades agrícolas (café por soja no Paraná, por exemplo) assim como a nova localização destas atividades se deu em função desta premência. Há dois aspectos a considerar neste tema. O primeiro, diz respeito à utilização de solos com o óbvio uso alternativo para a produção de lavouras para o mercado interno. O segundo, refere-se ao fato de a exportação de produtos agrícolas se realizar fundamentalmente pela grande empresa agro-pecuária que para se instalar recebeu generosos subsídios governamentais. A localização de novas e grandes unidades agropecuárias voltadas para a exportação tem se dado inclusive em áreas de fronteira. Articula-se esta nova alocação de atividades agrícolas com os problemas referenciados acima a respeito do privilegiamento da grande propriedade naquelas áreas. Por consequinte, para atender aos interesses da indústria impõe-se um ônus à agricultura e dita-se um padrão de ocupação de solos agrícolas que pode comprometer tanto a produção para o mercado interno quanto uma mais equitativa distribuição da propriedade da terra e da renda rural.

11) A evidência histórica é a de que a expansão da produção agrícola no Brasil tem se dado mais pela incorporação de novas áreas ou terras virgens, através da conquista da fronteira agrícola do que por melhorias no nível de produtividade. Deve-se, entretanto, contemplar também a incorporação ao processo produtivo daquelas terras já conquistadas porém fora do uso. Dispensa-se demonstração de que a conquista da fronteira induz, em geral, a um nível de capitalização excessivamente baixo quando comparado ao uso da força de trabalho e da terra, pelo caráter extensivo no uso desses recursos. Claro está que o maior nível de capita

1 Idem, Ibidem, interpretando Mendonça.

2 Idem, Ibidem.

lização na agricultura brasileira encontra-se nas áreas já incorporadas ao processo produtivo e que são adjacentes aos mercados das áreas metropolitanas e/ou grandes cidades das diferentes macrorregiões brasileiras.

As regiões Norte e Centro Oeste são aquelas que oferecem, agora, e ainda, para o futuro, condições promissoras para a expansão da fronteira agrícola e que por isso mesmo demandam um enfoque assim como instrumentos e mecanismos de ações, todo especial com vistas a evitar as formas predatórias de uso do solo e o desajuste ecológico por que passaram o Nordeste, Sudeste e Sul do país.

12) Cabe, ainda nestas conclusões citar Accioly Borges[1] quando diz que "é lícito pois afirmar que existem no Brasil rural 10 milhões dos chamados "sem terra", o que dá bem a medida da intensidade e gravidade do problema agrário. Entre os 2,6 milhões de proprietários, 2% possuiam mais de 50% da área total dos imóveis rurais. E se apenas considerarmos os 83 latifúndios com mais de 100 mil hectares cada um, veremos que eles detêm uma área superior às dos Estados de Sergipe, Alagoas, Rio de Janeiro e Espírito Sando, somadas. No setor minifundiário, os imóveis com menos de 5 hectares, em número de 581 mil (17% do total de propriedades rurais do país) só ocupam 0,4% da área total.

O índice de Gini, largamente utilizado para medir a concentração da propriedade fundiária em poucas mãos, acusa certa consistência através do tempo: 0,83 em 1940 e 0,84 em 1950, 1960, 1970 e 1972. Tal valor é dos mais elevados do mundo.

Nem o direito sucessório, que determina a partilha do imóvel entre os herdeiros, tem sido capaz de impedir o fenômeno da concentração fundiária, nem tampouco a proibição legal de divisão da propriedade em áreas inferiores ao módulo rural, isto é, a área mínima necessária ao sustento de uma família camponesa, tem impedido o avanço desmedido do minifundismo em certas regiões do país.

O Cadastro de Imóveis Rurais de 1972 desvendou ainda um fato chocante: há no país 199 mil imóveis com uma área conjunta de 42 milhões de hectares (11% da área total cadastrada) que se mantem totalmente inexplorados. Caso já se houvesse regulamentado a arrecadação dos bens vagos, prevista no Estatuto da Terra como uma das formas de acesso à propriedade da terra, poder-se-ia dar fim, sem ônus para o erário público, a essa inconcebível especulação imobiliária que persiste e se intensifica ano a ano, estimulada pela violenta alta dos preços imobiliários.

Ela é que levou os capitalistas paulistas a adquirir, fora do seu Estado, terras numa escala tal que sua área conjunta já representava em 1972 duas

1 Borges, Accioly Thomas Pompeu. A Evolução da Propriedade da Terra no Brasil. Seminário sobre Desenvolvimento Agrícola. FGV-EIAP. Rio de Janeiro, 15 a 19 de agosto de 1977.

vezes a área territorial do Estado de São Paulo, e é esta especulação ainda que induziu empresas multinacionais a comprar em Mato Grosso, Pará e Amazonas glebas imensas, cuja área somada, excede 1,5 milhões de hectares.

13) Para finalizar cabe comentar e citar alguns trechos da conferência de Brignol - integrante da equipe responsável pelo Sistema Nacional de Planejamento Agrícola - no Seminário sobre o Desenvolvimento Agrícola realizado na E.I.A.P. (Escola Interamericana de Administração Pública).[1]

Naquele evento Brignol além de criticar a consciência reflexa na interpretação dos problemas agrícolas, no Brasil, e tecer comentários sobre os aspectos históricos no desenvolvimento agrícola, vem ao encontro dos estudos aqui formulados, ao afirmar:

"Nas regiões Sul e Sudeste predomina a agricultura moderna, historicamente consolidada e, com raras exceções, o comportamento do processo adequou-se a dotação fatorial.

. Nessas regiões é gerado ao redor de 68% do produto agrícola, contanto com 18% da área total do país, sendo 7% no Sul e 11% no Sudeste. No que se refere à concentração populacional , possuem 49% do total da população rural brasileira, com 22% e 27%, para o Sul e Sudeste, respectivamente. Encontra-se nessas regiões o maior nível de urbanização e, assim, do total da população urbana, detêm 69%.

As regiões Norte e Centro Oeste, contribuem com apenas 8% do produto total do setor, mas possuem 64%, aproximadamente, da área do país, sendo 42% no Norte e cerca de 22% no Centro Oeste. Nessa abundância relativa de recursos naturais, vivem apenas 11% da população rural brasileira, sendo 5% e 6%, no Norte e Centro Oeste, respectivamente. Possuem reduzida urbanização, pois vivem em seu setor urbano apenas 7% da população urbana brasileira.

Finalmente, cabe abordar a região Nordeste, onde os problemas econômicos e sociais assumem maiores proporções, pois nela apresentam-se, também, graves distorções intra-regionais, sendo aí que o processo histórico contribuiu,mais intensamente, para a existência da dicotomia latifúndio-minifúndio, que reduziu o nível de vida relativo de expressivos estratos da população rural.

A agricultura nordestina, onde predomina o segmento tradicional, gera cerca de 24% do produto agrícola com 18% da área territorial brasileira, encon

---

1 Mendes Jr., Raul Brignol. O Marco Histórico no Desenvolvimento Agrícola. Seminário sobre Desenvolvimento Agrícola. EIA-FGV. Rio de Janeiro, 15 a 19 de agosto de 1977.

trando-se a metade em zona semi-árida. Vivem no campo 40% do total da população rural do país, concentra no setor urbano cerca de 24% do total da população urbana brasileira e seu produto agrícola atinge menos de 2/5 do correspondente às regiões Sul e Sudeste.

As causas que geram essas disparidades dificultaram o desempenho da agricultura nordestina, ocasionando, por um lado, a impossibilidade para que atinja, durante períodos mais longos, taxas de crescimento semelhantes à do Sul e Sudeste, agravando, no processo,as disparidades regionais e, por outro, contribuindo para o aumento das pressões sociais determinadas pelo baixo nível de vida e pelas condições de subemprego em que se encontram expressivos estratos populacionais, tanto rurais como urbanos.

A permanência de uma agricultura voltada para o mercado externo e a sobrevivência de uma agricultura tradicional ou de subsistência, ambas geradas como componentes de um mesmo processo, tendo a última uma importância que jamais foi desprezível no abastecimento de populações de baixa renda, é uma das questões a serem tomadas em consideração

Além destas constatações,Brignol sustenta que " as condições de financiamento da agricultura parcelar de susbsistência são caracterizadas por uma constante pressão dos preços sobre o excedente que ela engendra. O baixo nível de preços dos produtos agrícolas alimentícios se combina com uma forte liberação de mão-de-obra da agricultura, em geral, o que contribui para estabilizar os salários não agrícolas. Estes fatores levam a que o excedente gerado pela agricultura seja realizado nos setores não agrícolas".

Também vem ao encontro dos pontos de vistas emitidos neste trabalho a afirmativa de Brignol segundo a qual "a necessidade do equacionamento dos problemas de desenvolvimento agrícola num país que apresenta tamanha diversidade entre suas regiões e com diferentes tipos de aspirações de suas respectivas populações, exigem a formulação de diretrizes específicas para o desenvolvimento regional e administração descentralizada e diferenciada de seus principais instrumentos de política agrícola.

ANEXO ESTATÍSTICO

A N E X O A

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

LISTA DE TABELAS

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

TABELAS

1. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas da Região Norte. 1950-60-70-75..... A.01

2. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Norte. 1950-60-70-75..... A.02

3. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Norte. 1950-60-70-75..... A.03

4. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Condição Legal das Terras - Região Norte. 1950-60-70..... A.04

5. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Condição Legal das Terras - Região Norte . 1950-60-70- A.05

6. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Condição Legal das Terras - Região Norte. 1950-60-70. ..... A.06

7. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação área/Homem por Grupo de Área dos Estabelecimentos - Região Norte. 1950-60-70..... A.07

8. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Norte. 1972..... A.08

9. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Norte. 1972..... A.09

10. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Norte. 1972..... A.10

TABELAS Pág.

11. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Nordeste, 1950-60-70-75..... A.11

12. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Nordeste. 1950-60-70-75..... A.12

13 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Número e Área dos Estabelecimento Agrícolas - Região Nordeste. 1950-60-70-75-.. A.13

14 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Condição Legal das Terras - Região Nordeste. 1950-60-70..... A.14

15 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Condição Legal das Terras - Região Nordeste. 1950-60-70..... A.15

16 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Condição Legal das Terras - Região Nordeste. 1950-60-70 ..... A.16

17 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação Área / Homem por Grupo de Área dos Estabelecimentos - Região Nordeste . 1950-60-70..... A.17

18 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Nordeste. 1972..... A.18

19 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Nordeste. 1972..... A.19

20 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Nordeste . 1972..... A.20

TABELAS Pág.

21 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Sudeste. 1950-60-70-75..... A.21

22 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Sudeste. 1950-60-70-75..... A.22

23 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Número e Área dos Estabelecimento Agrícolas - Região Sudeste - 1950-60-70-75... A.23

24 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Condição Legal das Terras-Região Sudeste. 1950-60-70 A.24

25. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Condição Legal das Terras - Região Sudeste. 1950-60-70-75..... A.25

26 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Condição Legal das Terras - Região Sudeste. 1950-60-70..... A.26

27 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação Área/Homem por Grupo de Área dos Estabeleci - mentos - Região Sudeste . 1950-60-70..... A.27

28 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Sudeste. 1972..... A.28

29 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Sudeste. 1972..... A.29

30 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Sudeste. 1972..... A.30

TABELAS Pág.

31 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Sul. 1950-60-70-75..... A.31

32 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Sul. 1950-60-70-75..... A.32

33 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Sul. 1950-60-70-75..... A.33

34 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Condição Legal das Terras - Região Sul. 1950 -60-70.. A.34

35 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Condição Legal das Terras - Região Sul . 1950-60-70..... A.35

36 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Condição Legal das Terras - Região Sul. 1950-60-70..... A.36

37 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação Área/Homem por Grupo de Área dos Estabeleci - mentos - Região Sul. 1950-60-70..... A.37

38 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Sul. 1972..... A.38

39 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Sul. 1972..... A.39

40 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Sul . 1972..... A.40

TABELAS Pág.

41 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Centro-Oeste. 1950-60-70-75..... A.41

42 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Centro-Oeste. 1950-60-70-75..... A.42

43 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Centro-Oeste. 1950-60-70-75... A.43

44 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Condição Legal das Terras Região Centro-Oeste. 1950-60-70..... A.44

45 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Condição Legal das Terras Região Centro-Oeste. 1950-60-70..... A.45

46 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Condição Legal das Terras - Região Centro-Oeste. 1950-60-70..... A.46

47 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação Área/Homem por Grupo de Área dos Estabelecimentos - Região Centro-Oeste. 1950-60-70..... A.47

48 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Centro-Oeste. 1972..... A.48

49 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Centro-Oeste. 1972..... A.49

50 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Centro-Oeste. 1972..... A.50

TABELAS Pág.

51 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Número, Área e Área Média dos Estabelecimentos Agrícolas - Brasil - 1950-60-70-75..... A.51

52. Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Brasil - 1950-60-70-75..... A.52

53 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Brasil - 1950-60-70-75..... A.53

54 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Brasil Participação Regional - 1950..... A.54

55 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Brasil Participação Regional - 1960..... A.55

56 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Brasil Participação Regional. 1970 ..... A.56

57 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Brasil Participação Regional. 1975 A.57

58 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Repartição Regional, Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Brasil - 1950..... A.58

59 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Repartição Regional do Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Brasil - 1960..... A.59

60 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Repartição Regional do Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Brasil - 1970..... A.60

TABELAS Pág.

61 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Repartição Regional do Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Brasil - 1975..... A.61

62 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Condição Legal das Terras - Brasil.1950-60-70..... A.62

63 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual - Condição Legal das Terras- Brasil - 1950-60-70..... A.63

64 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo - Condição Legal das Terras - Brasil - 1950-60-70..... A.64

65 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Condição Legal das Terras - Participação Regional - 1950..... A.65

66 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Condição Legal das Terras - Participação Regional - 1960..... A.66

67 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Condição Legal das Terras - Participação Regional - 1970..... A.67

68 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação Área/Homem por Grupo de Área dos Estabelecimentos, Brasil 1950-60-70..... A.68

69 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Brasil - 1972..... A.69

70 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual do Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis. 1972..... A.70

TABELAS Pág.

71 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Distribuição Percentual do Aproveitamento da Área Agrícola Total dos Imóveis por Grupos de Área - 1972.. A.71

72 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis por Grupos de Área - Participação Regional - 1972..... A.72

73 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Área Aproveitável Total dos Imóveis - Participação Regional . 1972... ..... A.73

74 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Repartição Regional - 1972..... A.74

75 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Composição da População Rural por Regiões e Brasil - Censos de 1950,60 e 70 (1.000 pessoas)..... A.75

76 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Índice Evolutivo da População Rural Ativa, não Ativa e de Menores de 10 anos: Brasil e Macrorregiões - Censos de 1950-60 e 70..... A.76

77 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação da População Ativa, não Ativa e de Menos de 10 anos na População Rural do Brasil e Macrorregiões censos de 1950-60 e 1970..... A.77

78 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação Regional das Populações Rural, Ativa,não Ativa e de Menores de 10 anos, Brasil e Macrorregiões Censos de 1950-60 e 70..... A.78

79 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Pessoal Ocupado, Distribuído por grupos de Área e Categorias de Emprego - Região Norte, 1950-60-70..... A.79

TABELAS Pág.

80 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Pessoal Ocupado, Distribuído por Grupos de Área e Categorias de Emprego - Região Nordeste - 1950-60-70... A.80

81 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Pessoal Ocupado, Distribuído por Grupos de Área e Categorias de Emprego - Região Sudeste- 1950-60-70..... A.81

82 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Pessoal Ocupado, distribuído por Grupos de Área e Categorias de Emprego - Região Sul - 1950-60-70..... A.82

83 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Pessoal Ocupado, Distribuído por Grupos de Área e Categorias de Emprego - Região Centro-Oeste- 1950-60-70 A.83

84 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Pessoal Ocupado, Distribuído por Categoria e Grupos de Área Total, Brasil 1950-60-70..... A.84

85 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação do Pessoal Ocupado por Categorias e Grupos de Área das Regiões nos Totais de Grupos de Área do Brasil. Ano 1950..... A.85

86 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação do Pessoal Ocupado por Categorias e Grupos de Área das Regiões nos totais de Grupos de Área do Brasil. Ano 1960..... A.86

87 Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação do Pessoal Ocupado por Categorias e Grupos de Área das Regiões nos totais de Grupos de Área do Brasil. Ano 1970..... A.87

TABELAS

		Pag.
88	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação do Pessoal Ocupado por Categorias e Grupos de Área das Regiões nos Totais do Brasil. Ano de 1950.....	A.88
89	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação (em %) do Pessoal Ocupado por Categorias e Grupos de Área das Regiões nos Totais do Brasil - 1960.....	A.89
90	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação (em %) do Pessoal Ocupado por Categorias e Grupos de Área das regiões nos totais do Brasil 1970.....	A.90
91	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Pessoal Ocupado Distribuído por Categoria, Regiões : Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste - 1970...	A.91
92	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação do Pessoal Ocupado, Distribuído por Categorias. - 1970.....	A.92
93	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação no Brasil e em cada Macrorregião do Pessoal ocupado, Distribuído por Categorias - 1970.....	A.93
94	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação na População Agrícola Ativa do Pessoal Ocupado, Distribuído por Categorias - Brasil e Macrorregiões - 1970.....	A.94
95	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação Mão-de-Obra/Hectare, Por Estrato de Área, Região Norte - 1972.....	A.95
96	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação Mão-de-Obra/Hectare por Estrato de Área, Região Nordeste - 1972.....	A.96

TABELAS

		Pag.
97	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação Mão-de-Obra/Hectare por Estrato de Área Região Sudeste - 1972.....	A.97
98	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação Mão-de-Obra/Hectare por Estrato de Área, Região Sul - 1972.....	A.98
99	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação Mão-de-Obra/Hectare, por Estrato de Área, Região Centro-Oeste - 1972.....	A.99
100	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Relação Mão-de-Obra/Hectare por Estrato de área, Brasil - 1972	A.100
101	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Participação da Área Explorada e da População Agrícola Ativa por Estrato de Área, das Regiões na Área Explorada e na PAA do Brasil.- 1972.....	A.101
102	Política de Estrutura Agrária, Colonização e Emprego Projeto de Colonização no Nordeste do Brasil (1968)..	A.102

TABELA 1

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS NA REGIÃO NORTE

1950 - 1960 - 1970 - 1975

INDICADORES POR REGIÃO. / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO NORTE											
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (1 UNID.)				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (1 ha)				ÁREA MÉDIA (ha)			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
– 5	19.630	42.642	75.181	106.789	40.360	103.234	167.740	245.727	2,1	2,4	2,2	2,3
5 a 10	10.311	24.874	32.090	44.124	72.158	163.938	215.172	298.290	7,0	6,6	5,7	6,8
10 a 20	12.487	20.840	31.833	42.058	169.858	269.289	422.588	551.653	13,6	12,9	13,3	13,1
20 a 50	19.426	28.379	52.884	65.483	578.886	807.839	1.530.463	1.888.398	29,8	28,5	28,9	28,8
50 a 100	6.634	8.233	22.224	27.353	451.533	543.303	1.542.863	1.940.935	68,1	66,0	69,4	71,0
100 a 500	5.656	7.030	37.526	46.408	1.136.515	1.426.992	6.942.280	7.028.577	200,9	203,0	185,0	151,4
500 a 1000	1.529	1.232	1.852	2.379	1.075.645	828.392	1.226.627	1.566.895	703,5	672,4	662,3	658,6
1000 e +	2.366	2.012	2.362	2.758	19.582.992	19.310.099	11.134.418	16.247.496	8.276,8	9.597,5	4.714,0	5.891,0
sem declaração	188	2.999	5.193	163								
TOTAL	78.227	138.241	261.145	337.515	23.107.947	23.453.086	23.182.151	29.767.971	295,4	169,6	88,8	88,2

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1970 - tabela 1

Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário 1975 - tabela 1

A.01

TABELA 2

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO NORTE

1950 - 1960 - 1970 - 1975

GRUPOS DE ÁREA (ha) / INDICADORES POR REGIÃO	REGIÃO NORTE							
	NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	100	217	383	544	100	256	416	609
5 - 10	100	241	311	428	100	227	298	413
10 - 20	100	167	255	337	100	159	249	325
20 - 50	100	146	272	337	100	140	264	326
50 - 100	100	124	335	412	100	120	342	430
100 - 500	100	124	663	821	100	126	611	618
500 - 1000	100	81	121	156	100	77	114	146
1000 e +	100	85	100	117	100	99	57	83
Sem declaração	100	1.595	2.762	87				
T O T A L	100 *	177	334	431	100	101	100	129

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas, Região Norte 1950 - 1960 - 1970 - 1975

* TOTAIS dos Grupos de Área de 1950 = 100.

A.02

TABELA 3

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO NORTE

1950 - 1960 - 1970 - 1975

GRUPOS DE ÁREA (ha) \ INDICADORES POR REGIÃO	REGIÃO NORTE							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA DE ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	25	31	29	32	-	-	1	1
5 - 10	13	18	12	13	-	1	1	1
10 - 20	16	15	12	12	1	1	2	2
20 - 50	25	20	20	19	2	4	7	6
50 - 100	9	6	9	8	2	2	6	6
100 - 500	7	5	14	14	5	6	30	24
500 - 1000	2	1	1	1	5	4	5	5
1000 e +	3	2	1	1	85	82	48	55
Sem declaração	-	2	2	-				
T O T A L	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Norte 1950 - 1960 - 1970 - 1975

TABELA 4
POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO NORTE

1950 - 1960 - 1970

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS \ ANOS	REGIÃO NORTE					
	ESTABELECIMENTOS			ÁREA (ha)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Próprias	53.673	72.785	100.154	16.371.538	15.542.535	12.789.890
Arrendadas	4.628	18.476	36.619	5.628.833	6.055.426	3.863.885
Ocupadas	19.666	45.370	121.623	615.849	1.601.032	5.875.258
Terras mistas	260	1.610	2.749	491.727	254.093	653.112
TOTAL	77.867	138.241	261.145	23.107.947	23.453.086	23.182.145

FONTES: Censo Agropecuário, 1970 - Brasil, tabela 61
Censo Agrícola, 1960 - Brasil - tabela 11
Censo Demográfico e Econômico, 1950 - Brasil - tabela 23.

TABELA 5

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO NORTE

1950 - 1960 - 1970 - 1975

CONDIÇÃO DAS TERRAS	REGIÃO NORTE					
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PRÓPRIAS	69	53	38	71	66	55
ARRENDADAS	6	13	14	24	26	17
OCUPADAS	25	33	47	3	7	25
MISTAS	-	1	1	2	1	3
T O T A L	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - Região Norte 1950 - 1960 - 1970

A.05

TABELA 6

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO NORTE

1950 - 1960 - 1970

CONDIÇÃO DAS TERRAS	REGIÃO NORTE					
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PRÓPRIAS	100	136	187	100	95	78
ARRENDADAS	100	399	791	100	108	69
OCUPADAS	100	231	618	100	260	954
MISTAS	100	619	1.057	100	52	133
T O T A L	100	167	261	100	101	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - Região Norte 1950 - 1960 - 1970

A.06

TABELA 7

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO
RELAÇÃO ÁREA/ HOMEM POR GRUPO DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS REGIÃO NORTE

1950 - 1960 - 1970

INDICADORES REGIONAIS / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO NORTE (ha/HOMEM)											
	ÁREA TOTAL/POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA TOTAL (ha/H)			ÁREA TOTAL/PESSOAS PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS (ha/H)			ÁREA DE LAVOURA/POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA TOTAL			ÁREA DE LAVOURA/PESSOAS PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
– 5	0,7	0,7	0,7	38,6	70	188,9	0,3	0,4	1,4	18,1	44,0	403,7
5 a 10	1,9	2	1,8	59,6	148,6	338,3	0,6	0,6	1,0	17,1	45,5	185,1
10 a 20	3,7	3,5	3,5	102,4	268,5	480,8	0,6	0,8	0,5	18,2	57,8	63,2
20 a 50	7,9	7,1	7,5	215,2	354,5	480,8	0,8	0,9	0,2	20,8	45,0	10,7
50 a 100	14,4	14,7	18,2	293,0	454,6	812,9	0,9	1,2	0,3	17,8	37,6	13,5
100 a 500	33,9	36,0	61,7	275,8	515,7	1.939,7	1,1	1,3	0,1	9,0	19,3	3,6
500 a 1000	105,5	100,0	148,2	666,4	933,9	1.263,3	1,2	1,7	–	7,3	16,1	–
1000 e +	528,7	661,4	581,9	1.068,5	2.102,1	1.631,2	0,9	1,5	0,7	1,7	4,8	1,9
T O T A L	70,8	43,1	24,8	717,3	1.152,3	1.226,5	0,7	0,8	0,7	7,3	21,2	32,6

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário, 1970 - Tabelas 1, 10, 16
Censo Agrícola, 1960 - Tabelas 1, 6, 9
Censo Demográfico e Econômico 1950 - Tabelas 1, 8, 9

TABELA 8

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO NORTE

1972

INDICADORES POR REGIÃO / GRUPOS DE ÁREA			REGIÃO NORTE			
			ÁREA TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA (1.000 ha)
-	a	5	11	10	8	2
5	a	10	30	26	20	6
10	a	25	184	150	95	55
25	a	50	493	399	181	219
50	a	100	777	612	264	347
100	a	500	2.770	1.939	1.007	932
500	a	1000	2.197	1.300	918	383
1000	e	+	32.966	18.948	10.978	7.970
T O T A L			39.428	23.384	13.471	9.914

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais/ 1 - Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1972 - Tabelas 101 e 102

A.08

TABELA 9

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA ; COLONIZAÇÃO E EMPREGO
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO NORTE

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO NORTE			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
- 5	0,03	0,04	0,06	0,02
5 - 10	0,08	0,11	0,15	0,06
10 - 25	0,47	0,64	0,70	0,55
25 - 50	1,25	1,71	1,34	2,21
50 - 100	1,97	2,62	1,96	3,50
100 - 500	7,02	8,29	7,47	9,40
500 - 1000	5,57	5,56	6,81	3,86
1000 e +	83,61	81,03	81,49	80,39
T O T A L	100	100	100 (99,98)	100 (99,99)

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Norte, 1972

TABELA 10

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO NORTE

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO NORTE			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
- 5	100	91	73	18
5 - 10	100	87	67	20
10 - 25	100	82	52	30
25 - 50	100	81	37	44
50 - 100	100	79	34	45
100 - 500	100	70	36	34
500 - 1000	100	59	42	17
1000 e +	100	57	33	24
T O T A L	100	59	34	25

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Norte 1972

TABELA 11
POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO
NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO NORDESTE
1950-1960-1970-1975

INDICADORES POR REGIÃO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO NORDESTE											
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (1 UNID.)				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (1 ha)				ÁREA MÉDIA (ha)			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	329.803	696.418	1.239.640	1.388.280	785.003	1.489.739	2.258.869	2.494.431	2,4	2,1	1,8	1,8
5 a 10	119.877	176.706	259.985	263.045	858.925	1.256.176	1.810.618	1.827.258	7,2	7,1	7,0	6,9
10 a 20	109.005	154.063	217.622	217.044	1.535.438	2.128.904	2.998.338	2.980.575	14.1	13,8	13,8	13,7
20 a 50	124.735	178.754	231.031	234.623	3.905.718	5.524.836	7.145.894	7.266.386	31,3	30,9	30,9	31,0
50 a 100	66.097	88.366	112.250	115.397	4.590.059	6.090.430	7.736.358	7.933.733	69,4	68,9	68,9	68,8
100 a 500	75.472	92.567	111.988	116.186	15.760.695	18.899.100	22.551.175	23.288.655	209,1	204,2	201,4	200,4
500 a 1000	11.450	12.821	14.136	14.664	7.866.516	8.645.019	9.547.966	9.875.205	687,0	674,3	675,4	673,4
1000 a +	8.000	7.662	8.660	9.233	23.019.105	18.956.234	20.247.896	24.112.926	2.877,4	2.474,1	2.338,1	2.611,6
sem declaração	71	757	11.475	2.574								
TOTAL	844.510	1.408.114	2.206.787	2.361.046	58.341.459	62.990.438	74.297.114	79.779.169	69,1	44,7	33,7	33,8

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1970 - tabela 1
Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1975 - tabela 1

TABELA 12

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO NORDESTE

1950 - 1960 - 1970 - 1975

INDICADORES POR REGIÃO / GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO NORDESTE							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	100	211	376	421	100	190	288	318
5 - 10	100	147	217	219	100	146	211	213
10 - 20	100	141	200	199	100	139	195	194
20 - 50	100	143	185	188	100	141	183	186
50 - 100	100	134	170	175	100	133	168	173
100 - 500	100	123	148	154	100	120	143	148
500 - 1000	100	112	123	128	100	110	121	125
1000 e +	100	96	108	115	100	82	88	105
Sem declaração	100	1.066	16.162	3.625				
T O T A L	100	167	261	280	100	108	127	137

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Nordeste 1950 - 1960 - 1970 - 1975

TABELA 13

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA ; COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO NORDESTE

1950 - 1960 - 1970 - 1975

INDICADORES POR REGIÃO / GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO NORDESTE							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	39	49	56	59	1	2	3	3
5 - 10	14	12	12	11	1	2	3	2
10 - 20	13	11	10	9	3	3	4	4
20 - 50	15	13	10	10	7	9	10	9
50 - 100	8	6	5	5	8	10	10	10
100 - 500	9	7	5	5	27	30	30	29
500 - 1000	1	1	1	1	14	14	13	13
1000 e +	1	1	-	-	39	30	27	30
Sem declaração	-	-	1	-				
T O T A L	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Nordeste 1950 - 1960 - 1970 - 1975

TABELA 14

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS-REGIÃO NORDESTE

1950-1960-1970

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS \ ANOS	REGIÃO NORDESTE					
	ESTABELECIMENTOS			ÁREA (ha)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Próprias	657.346	943.505	1.224.311	54.993.724	57.525.013	65.456.447
Arrendadas	84.148	271.570	482.996	1.181.984	2.710.347	2.947.624
Ocupadas	96.216	175.750	467.238	1.640.716	1.410.273	4.409.692
Terras mistas	6.800	17.289	32.243	525.035	1.344.805	1.484.950
TOTAL	844.510	1.408.114	2.206.788	58.341.459	62.990.438	74.298.713

FONTE: Censo Agropecuário - 1970 - Brasil - Tabela 61
Censo Agrícola 1960 - Brasil - Tabela 11
Censo Demográfico e Econômico,1950 - Brasil - tabela 63.

TABELA 15

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO NORDESTE

1950 - 1960 - 1970 -

CONDIÇÃO DAS TERRAS	REGIÃO NORDESTE					
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PRÓPRIAS	78	67	56	94	91	88
ARRENDADAS	10	19	22	2	5	4
OCUPADAS	11	13	21	3	2	6
MISTAS	1	1	1	1	2	2
T O T A L	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - Região Nordeste 1950 - 1960 - 1970

TABELA 16

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO NORDESTE

1950 - 1960 - 1970

CONDIÇÃO DAS TERRAS	REGIÃO NORDESTE					
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PRÓPRIAS	100	144	186	100	105	119
ARRENDADAS	100	323	574	100	229	249
OCUPADAS	100	183	486	100	86	269
MISTAS	100	254	474	100	256	283
T O T A L	100	168	263	100	108	127

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - Região Nordeste 1950 - 1960 - 1970

TABELA 17

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO
RELAÇÃO ÁREA/ HOMEM POR GRUPO DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS REGIÃO NORDESTE

1950 - 1960 - 1970

GRUPOS DE ÁREA / INDICADORES REGIONAIS	REGIÃO NORDESTE (ha/HOMEM)											
	ÁREA TOTAL/POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA TOTAL			ÁREA TOTAL/PESSOAS PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS			ÁREA DE LAVOURA/POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA TOTAL			ÁREA DE LAVOURA/PESSOAS PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
- a 5	0,8	0,7	0,7	53,8	48,8	139,9	0,5	0,5	0,8	34,9	37,7	170,3
5 a 10	1,7	1,6	2,0	55,7	61,5	167,4	0,7	0,8	1,5	23,5	30,6	128,0
10 a 20	3,0	2,9	3,7	69,1	82,4	190,9	0,9	1,0	1,7	20,4	29,5	88,6
20 a 50	5,6	5,5	7,4	89,8	110,8	219,0	1,1	1,3	1,6	18,0	26,9	48,3
50 a 100	10,1	9,9	14,6	111,3	137,6	240,4	1,4	1,7	1,7	15,5	24,4	28,2
100 a 500	21,1	20,9	33,0	131,3	149,0	224,7	1,8	2,5	2,3	11,4	18,0	15,4
500 a 1000	39,1	40,7	61,2	152,8	194,3	193,2	2,3	3,3	1,6	9,0	15,9	5,2
1000 e +	110,2	117,4	147,5	347,2	557,0	491,5	3,3	4,8	1,8	10,5	22,9	6,0
T O T A L	13,4	9,5	9,8	155,6	167,3	248,7	1,2	1,3	1,3	14,1	23,2	33,7

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário, 1970 - Tabelas 1, 10, 16
Censo Agrícola, 1960 - Tabelas 1, 6, 9
Censo Demográfico e Econômico 1950 - Tabelas 1, 8, 19

TABELA 18

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO NORDESTE

1972

INDICADORES POR REGIÃO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO NORDESTE			
	ÁREA TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA (1:000 ha)
- a 5	565	533	434	98
5 a 10	1.008	932	705	227
10 a 25	3.464	3.150	2.199	951
25 a 50	5.168	4.649	3.032	1.617
50 a 100	7.962	7.046	4.426	2.620
100 a 500	26.042	22.388	14.100	8.288
500 a 1000	11.009	9.164	6.090	3.075
1000 e +	30.812	23.450	15.888	7.562
T O T A L	86.030	71.312	46.874	24.438

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais/ 1 - Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1972 - Tabelas 101 e 102

TABELA 19

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO NORDESTE

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO NORDESTE			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
- 5	1	1	1	-
5 - 10	1	1	2	1
10 - 25	4	4	5	4
25 - 50	6	7	6	7
50 - 100	9	10	9	11
100 - 500	30	31	30	34
500 - 1000	13	13	13	12
1000 e +	36	33	34	31
T O T A L	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Nordeste 1972

TABELA 20

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO NORDESTE

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO NORDESTE			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
- 5	100	94	77	17
5 - 10	100	92	70	22
10 - 25	100	90	63	27
25 - 50	100	90	59	31
50 - 100	100	88	55	33
100 - 500	100	86	54	32
500 - 1000	100	83	55	28
1000 e +	100	76	52	24
T O T A L	100	83	55	28

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Nordeste 1972

TABELA 21

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO
NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS- REGIÃO SUDESTE
1950-1960-1970-1975

INDICADORES POR REGIÃO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO SUDESTE											
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (1 UNID)				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (1 ha)				ÁREA MÉDIA (ha)			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
5	70.896	157.971	172.771	159.389	229.156	519.400	493.361	451.904	3,2	3,3	2,8	2,8
5 a 10	67.957	122.400	137.434	120.846	529.937	962.166	1.058.087	927.334	7,8	7,9	7,7	7,7
10 a 20	95.788	134.707	164.534	149.364	1.418.090	2.002.249	2.401.863	2.185.686	14,8	14,9	14,6	14,6
20 a 50	152.302	179.939	210.857	201.212	4.968.063	5.862.183	6.820.999	6.520.265	32,6	32,6	32,3	32,4
50 a 100	82.303	91.611	109.384	108.708	5.867.613	6.558.105	7.792.023	7.731.730	71,3	71,6	71.2	71,1
100 a 500	88.135	95.451	112.501	117.253	18.578.644	19.994.203	23.235.107	24.331.088	210,8	209,5	206,5	207,5
500 a 1000	11.587	12.139	13.332	14.395	8.140.368	8.524.047	9.254.521	9.961.950	702,5	702,2	694,2	692,0
1000 e +	8.196	7.738	7.746	8.837	21.652.358	19.132.312	18.444.042	20.745.595	2.641,8	2.472,5	2.381,1	2.347,6
sem declaração	94	27	359	1.037								
TOTAl	577.258	801.983	928.918	881.041	61.384.229	63.554.665	69.500.003	72.855.552	106,3	79,2	74,8	82,7

FONTE: IBGE -- Censo Agropecuário 1970 - Tabela 1

Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário 1975 - tabela 1

TABELA 22

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO SUDESTE

1950 - 1960 - 1970 - 1975

GRUPOS DE ÁREA (ha) / INDICADORES POR REGIÃO	REGIÃO SUDESTE							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	100	223	244	225	100	227	215	197
5 - 10	100	180	202	178	100	182	200	175
10 - 20	100	141	172	156	100	141	169	154
20 - 50	100	118	138	132	100	118	137	131
50 - 100	100	111	133	132	100	112	133	132
100 - 500	100	108	128	133	100	108	125	131
500 - 1000	100	105	115	124	100	105	114	122
1000 e +	100	94	95	108	100	88	85	96
Sem declaração	100	29	382	1.103				
T O T A L	100	139	161	153	100	104	113	119

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Sudeste 1950 - 1960 - 1970 - 1975

TABELA 23

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO SUDESTE

1950 - 1960 - 1970 - 1975

INDICADORES POR REGIÃO / GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO SUDESTE							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
– 5	12	20	18	18	1	1	1	1
5 – 10	12	15	15	14	1	2	2	1
10 – 20	17	17	18	17	2	3	4	3
20 – 50	27	22	23	23	8	9	10	9
50 – 100	14	11	12	12	10	10	11	11
100 – 500	15	12	12	13	30	32	33	33
500 – 1000	2	2	1	2	13	13	13	14
1000 e +	1	1	1	1	35	30	26	28
Sem declaração	–	–	–	–				
T O T A L	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Sudeste

TABELA 24

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS. REGIÃO SUDESTE

1950 - 1960 - 1970

ESPECIFICAÇÃO \ ANOS	REGIÃO SUDESTE					
	ESTABELECIMENTOS			ÁREA (ha)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Próprias	481.302	620.067	681.018	56.867.887	56.339.431	59.696.506
Arrendadas	68.617	153.778	150.718	2.074.768	3.593.354	3.808.081
Ocupadas	21.307	26.681	63.540	1.181.013	1.176.826	2.704.036
Terras mistas	10.305	23.881	33.669	1.612.924	3.352.982	3.272.327
TOTAL	581.531	824.407	928.945	61.736.592	64.462.593	69.500.950

FONTES: Censo Agropecuário, 1970, Brasil, tabela 61
Censo Agrícola, 1960, Brasil, tabela 11
Censo Demográfico e Econômico, 1950, Brasil, tabela 63.

TABELA 25

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO SUDESTE

1950 - 1960 - 1970 - 1975

CONDIÇÃO DAS TERRAS	REGIÃO SUDESTE					
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PRÓPRIAS	83	75	73	92	87	86
ARRENDADAS	12	19	16	3	6	5
OCUPADAS	3	3	7	2	2	4
MISTAS	2	3	4	3	5	5
T O T A L	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - Região Sudeste 1950 - 1960 - 1970

TABELA 26

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO SUDESTE

1950 - 1960 - 1970

CONDIÇÃO DAS TERRAS	REGIÃO SUDESTE					
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PRÓPRIAS	100	129	141	100	99	105
ARRENDADAS	100	224	220	100	173	184
OCUPADAS	100	125	298	100	100	231
MISTAS	100	232	327	100	208	203
T O T A L	100	142	160	100	104	113

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - Região Sudeste 1950, 1960, 1970

TABELA 27

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO
RELAÇÃO ÁREA/ HOMEM POR GRUPO DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS - REGIÃO SUDESTE

1950 - 1960 - 1970

INDICADORES REGIONAIS / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO SUDESTE (ha/HOMEM)											
	ÁREA TOTAL/POPULAÇAO ATIVA TOTAL			ÁREA TOTAL/PESSOAS PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS			ÁREA DE LAVOURA/POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA TOTAL			ÁREA DE LAVOURA/PESSOAS PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
- 5	1	1,3	1,1	43,0	38,0	30,8	0,7	1,0	2,4	31,1	30,2	68,4
5 a 10	2,5	2,4	2,5	61,2	53,2	74,7	1,5	1,5	3,5	37,0	34,3	105,7
10 a 20	3,7	3,7	4,2	62,0	59,4	95,9	1,7	1,7	3,1	28,4	27,4	72,1
20 a 50	6,3	6,7	8,1	67,0	71,6	118,0	1,9	2,0	2,3	20,9	21,8	33,4
50 a 100	9,8	11,4	14,8	70,5	80,7	124,6	2,1	2,3	2,0	14,8	16,3	16,6
100 a 500	16,6	20,4	29,9	62,4	80,3	116,7	2,3	2,7	2,0	8,5	10,8	7,8
500 a 1000	26,9	34,5	54,9	62,9	87,1	125,3	2,7	3,4	1,9	6,3	8,6	4,3
1000 e +	57,5	110,8	100,1	110,9	252,2	187,9	3,0	6,5	2,0	5,8	14,8	3,7
T O T A L	15,3	15,1	17,5	75,2	97,6	126,9	2,1	2,3	2,4	10,3	14,9	17,5

FONTE: Censo Agropecuário, 1970 - Tabelas 1, 10, 16
Censo Agrícola, 1960 - Tabela 1, 6, 9
Censo Demográfico e Econômico, 1950 - Tabelas 1, 8, 9

TABELA 28

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO SUDESTE

1972

INDICADORES POR REGIÃO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO SUDESTE			
	ÁREA TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA (1.000 ha)
- a 5	414	393	343	50
5 a 10	894	843	753	90
10 a 25	3.764	3.522	3.170	353
25 a 50	5.757	5.347	4.832	515
50 a 100	8.249	7.614	6.924	690
100 a 500	23.661	21.568	19.796	1.771
500 a 1000	9.246	8.223	7.555	668
1000 e +	19.475	15.534	13.679	1.855
T O T A L	71.460	63.044	57.052	5.992

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais/ 1 - Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1972 - Tabelas 101 e 102

TABELA 29

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO SUDESTE

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO SUDESTE			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
- 5	1	1	1	1
5 - 10	1	1	1	1
10 - 25	5	6	6	6
25 - 50	8	8	8	9
50 - 100	12	12	12	11
100 - 500	33	34	35	30
500 - 1000	13	13	13	11
1000 e +	27	25	24	31
T O T A L	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Sudeste 1972

TABELA 30

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO SUDESTE

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO SUDESTE			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
- 5	100	95	83	12
5 - 10	100	94	84	10
10 - 25	100	93	84	9
25 - 50	100	93	84	9
50 - 100	100	92	84	8
100 - 500	100	91	84	7
500 - 1000	100	89	82	7
1000 e +	100	80	70	10
T O T A L	100	88	80	8

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Sudeste 1972

TABELA 31

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS REGIÃO SUL

1950-1960-1970-1975

INDICADORES POR REGIÃO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO SUL											
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (1 UNID.)				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (1 ha)				ÁREA MÉDIA (ha)			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
5	32.635	115.602	274.814	228.519	97.175	368.866	856.920	712.006	3,0	3,2	3,1	3,1
5 a 10	50.752	126.520	264.051	233.929	366.712	917.326	1.911.441	1.691.003	7,2	7,2	7,2	7,2
10 a 20	121.739	213.720	327.031	296.526	1.706.185	2.955.218	4.522.009	4.116.684	14,0	13,8	13,8	13,9
20 a 50	174.587	236.098	279.633	263.918	5.242.828	7.050.190	8.287.366	7.901.814	30,0	29,9	29,6	29,9
50 a 100	52.847	63.471	67.521	69.632	3.614.146	4.335.580	4.597.591	4.738.364	68,4	68,3	68,1	68,0
100 a 500	37.587	41.824	48.690	51.504	7.619.362	8.376.573	9.972.682	10.575.792	202,7	200,3	204,8	205,3
500 a 1000	5.540	5.659	6.772	7.423	3.861.148	3.929.438	4.682.578	5.156.980	697,0	694,4	691,5	694,7
1000 e +	4.930	4.491	4.790	5.303	12.912.824	11.060.099	10.627.448	11.647.972	2.619,2	2.462,7	2.218,7	2.196,5
Sem declaração	6	230	707	1.339								
TOTAL	480.623	807.615	1.274.009	1.158.093	35.420.380	38.993.290	45.458.035	46.540.615	73,7	48,3	35,7	40,2

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário, 1970 - tabela 1

Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário,1975,tabela 1

TABELA 32

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO SUL

1950 - 1960 - 1970 - 1975

GRUPOS DE ÁREA (ha) \ INDICADORES POR REGIÃO	REGIÃO SUL							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	100	354	842	700	100	380	882	733
5 - 10	100	249	520	461	100	250	521	461
10 - 20	100	176	269	244	100	173	265	241
20 - 50	100	135	160	151	100	134	158	151
50 - 100	100	120	128	132	100	120	127	131
100 - 500	100	111	129	137	100	110	131	139
500 - 1000	100	102	122	134	100	102	121	134
1000 e +	100	91	97	108	100	86	82	90
Sem declaração	100	3.833	11.783	22.317				
T O T A L	100	168	265	241	100	110	128	131

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Sul 1950 - 1960 - 1970 - 1975

TABELA 33

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO SUL

1950 - 1960 - 1970 - 1975

GRUPOS DE ÁREA (ha) / INDICADORES POR REGIÃO	REGIÃO SUL							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	7	14	22	20	-	1	2	1
5 - 10	11	16	21	20	1	2	4	4
10 - 20	25	26	26	26	5	8	10	9
20 - 50	36	29	22	23	15	18	18	17
50 - 100	11	8	5	6	10	11	10	10
100 - 500	8	5	4	4	22	22	22	23
500 - 1000	1	1	-	1	11	10	10	11
1000 e +	1	1	-	-	36	28	24	25
Sem declaração	-	-	-	-				
T O T A L	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Sul 1950 - 1960 - 1970 - 1975

TABELA 34

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS- REGIÃO SUL

1950-1960-1970

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS \ ANOS	REGIÃO SUL					
	ESTABELECIMENTOS			ÁREA (ha)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Próprias	391.438	583.601	809.792	28.303.238	29.905.345	34.043.742
Arrendadas	24.475	113.997	298.036	2.461.826	3.610.424	5.095.470
Ocupadas	51.149	80.024	109.574	1.580.597	1.833.549	1.916.950
Terras mistas	13.561	29.993	56.607	3.074.719	3.643.972	4.401.873
TOTAL	480.623	807.615	1.274.009	35.420.380	38.993.290	45.458.035

FONTES: Censo Agropecuário, 1970 - Brasil - tabela 61

Censo Agrícola, 1960 - Brasil - tabela 11

Censo Agrícola - 1950 - Brasil - tabela 63

TABELA 35

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO SUL

1950 - 1960 - 1970

CONDIÇÃO DAS TERRAS	REGIÃO SUL					
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PRÓPRIAS	81	72	64	80	77	75
ARRENDADAS	5	14	23	7	9	11
OCUPADAS	11	10	9	4	5	4
MISTAS	3	4	4	9	9	10
T O T A L	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - Região Sul 1950 - 1960 - 1970

TABELA 36

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO SUL

1950 - 1960 - 1970

CONDIÇÃO DAS TERRAS	REGIÃO SUL *					
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (1)			AREA DOS ESTABELECIMENTOS (2)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PRÓPRIAS	100	149	207	100	106	120
ARRENDADAS	100	466	1.217	100	147	207
OCUPADAS	100	156	214	100	116	121
MISTAS	100	221	417	100	119	143
T O T A L	100	168	265	100	110	128

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - Região Sul 1950 - 1960 - 1970

(1) Número de estabelecimentos da região em 1950 = 100
(2) Área dos estabelecimentos da região em 1950 = 100.
*Totais e Grupos de Área de 1950 =100

TABELA 37

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

RELAÇÃO ÁREA/ HOMEM POR GRUPO DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, REGIÃO SUL

1950 - 1960 - 1970

INDICADORES REGIONAIS / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO SUL (ha/HOMEM)											
	ÁREA TOTAL/POPULAÇÃO ATIVA TOTAL			ÁREA TOTAL/PESSOAS PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS			ÁREA DE LAVOURA/POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA TOTAL			ÁREA DE LAVOURA/PESSOAS PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
- 5	1,2	1,3	1,3	46,5	87,0	167,1	0,8	1,0	2,4	31,8	70,1	309,0
5 a 10	2,6	2,5	2,5	168,9	129,3	217,2	1,5	1,6	3,7	95,9	86,3	324,4
10 a 20	4,4	4,1	4,1	218,0	149,6	241,7	1,9	2,1	2,5	96,3	76,4	148,5
20 a 50	7,6	7,2	7,9	192,2	136,0	248,6	2,4	2,6	1,5	60,2	48,6	46,1
50 a 100	14,3	13,1	16,8	205,4	128,7	213,8	2,7	3,1	2,3	38,7	30,1	28,9
100 a 500	30,3	25,6	43,6	158,2	108,9	169,1	2,8	4,1	5,6	14,5	17,3	21,6
500 a 1000	68,8	57,4	94,3	209,0	154,6	189,8	3,0	5,5	5,6	9,1	14,7	11,2
1000 e +	142,9	236,2	156,0	308,2	560,6	251,9	3,5	10,4	1,5	7,4	24,7	2,4
TOTAL	18,2	12,4	10,8	214,0	163,2	212,9	2,3	2,6	2,6	27,4	34,1	51,6

FONTE: Censo Agropecuário, 1970 - Tabelas 1, 10, 16
Censo Agrícola, 1960 - Tabelas 1, 6, 9
Censo Demográfico e Econômico - 1950 - Tabelas 1, 8, 9

TABELA 38

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO SUL

1972

INDICADORES POR REGIÃO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO SUL			
	ÁREA TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA (1.000 ha)
- a 5	538	497	409	88
5 a 10	1.442	1.316	1.107	209
10 a 25	7.544	6.756	5.509	1.247
25 a 50	6.880	6.100	4.814	1.286
50 a 100	5.301	4.792	3.845	947
100 a 500	11.475	10.598	9.196	1.402
500 a 1000	4.837	4.493	4.129	364
1000 e +	10.707	9.622	8.457	1.165
T O T A L	48.724	44.174	37.466	6.708

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais/ 1 - Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1972 - Tabelas 101 e 102

TABELA 39

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO SUL

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO SUL			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
- 5	1	1	1	1
5 - 10	3	3	3	3
10 - 25	15	15	15	19
25 - 50	14	14	13	19
50 - 100	11	11	10	14
100 - 500	24	24	24	21
500 - 1000	10	10	11	6
1000 e +	22	22	23	17
T O T A L	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Sul 1972

TABELA 40

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO SUL

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO SUL			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
- 5	100	92	76	16
5 - 10	100	91	77	14
10 - 25	100	89	73	16
25 - 50	100	89	70	19
50 - 100	100	90	72	18
100 - 500	100	92	80	12
500 - 1000	100	93	85	8
1000 e +	100	90	79	11
T O T A L	100	91	77	14

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Sul 1972

* Área total por grupos de área da região = 100.

TABELA 41

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

NÚMERO DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO CENTRO-OESTE

1950-1960-1970-1975

INDICAÇÕES POR REGIÃO. / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO CENTRO-OESTE											
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (1 UNID.)				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (1 ha)				ÁREA MÉDIA (ha)			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	5.697	16.478	37.836	43.802	18.806	54.891	120.242	142.753	3,3	3,3	3,2	3,2
5 a 10	3.275	13.180	25.823	27.852	26.369	103.941	191.011	209.913	8,0	7,9	7,4	7,5
10 a 20	5.576	15.607	27.418	27.644	85.630	237.323	397.890	403.775	15,4	15,2	14,5	14,6
20 a 50	15.077	40.395	49.679	46.168	502.221	1.320.030	1.639.952	1.550.905	33,3	32,7	33,0	33,6
50 a 100	10.461	18.501	30.470	32.381	784.171	1.383.481	2.232.822	2.394.791	75,0	74,8	73,3	74,0
100 a 500	23.610	35.847	56.137	62.109	6.136.763	8.700.083	12.956.996	14.431.280	259,9	242,7	230,8	232,4
500 a 1000	6.942	8.841	11.811	13.649	5.172.477	6.440.539	8.372.526	9.690.847	745,1	728,5	708,9	710,0
1000 e +	9.108	10.533	13.315	15.770	40.878.291	41.746.277	55.794.187	64.851.830	4.488,2	3.963,4	4.190,3	4.112,4
sem declaração	5	10	643	98								
TOTAL	79.751	159.392	253.132	269.473	53.604.728	59.986.565	81.705.626	93.676.094	672,2	376,3	322,8	347,6

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1970 - tabela 1

Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário 1975.

TABELA 42

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO CENTRO-OESTE

1950 - 1960 - 1970 - 1975

GRUPOS DE ÁREA (ha) / INDICADORES POR REGIÃO	REGIÃO CENTRO-OESTE							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	7	10	15	16	-	-	-	-
5 - 10	4	8	10	11	-	-	-	-
10 - 20	7	10	11	10	-	-	1	1
20 - 50	19	25	20	17	1	2	2	2
50 - 100	13	12	12	12	2	2	3	3
100 - 500	30	22	22	23	11	15	16	15
500 - 1000	9	6	5	5	10	11	10	10
1000 e +	11	7	5	6	76	70	68	69
Sem declaração	-	-	-	-				
T O T A L	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Centro-Oeste 1972

TABELA 43

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO CENTRO-OESTE

1950 - 1960 - 1970 - 1975

GRUPOS DE ÁREA \ INDICADORES POR REGIÃO	REGIÃO CENTRO-OESTE *							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	100	289	664	769	100	292	639	759
5 - 10	100	402	788	850	100	394	724	796
10 - 20	100	280	492	496	100	277	465	472
20 - 50	100	268	330	306	100	263	327	309
50 - 100	100	177	291	310	100	176	285	305
100 - 500	100	152	238	263	100	142	211	235
500 - 1000	100	127	170	197	100	125	162	187
1000 e +	100	116	146	173	100	102	136	159
Sem declaração	100	200	12.860	1.960				
T O T A L	100	200	317	338	100	112	152	175

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - Região Centro-Oeste, 1950 - 1960 - 1970 - 1975

* Totais dos Grupos de Área de 1950 = 100

TABELA 44

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE

1950-1960-1970

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS \ ANOS	REGIÃO CENTRO-OESTE					
	ESTABELECIMENTOS			ÁREA (ha)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Próprias	53.205	108.041	160.097	45.644.158	52.782.642	70.887.125
Arrendadas	5.121	18.050	38.136	1.975.278	1.938.405	2.234.773
Ocupadas	20.492	28.677	49.363	5.030.223	3.065.348	6.271.328
Terras mistas	933	4.624	5.536	955.069	2.200.170	2.312.397
TOTAL	79.751	159.392	253.132	53.604.728	59.986.565	81.705.623

FONTES: Censo Agropecuário, 1970, Brasil - tabela 61
Censo Agrícola 1960 - Brasil - tabela 11
Censo Econômico e Demográfico, 1950 - Brasil - Tabela 63

TABELA 45

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE

1950 - 1960 - 1970

CONDIÇÃO DAS TERRAS	REGIÃO CENTRO-OESTE					
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PRÓPRIAS	67	68	63	85	88	87
ARRENDADAS	6	11	15	4	3	3
OCUPADAS	26	18	20	9	5	7
MISTAS	1	3	2	2	4	3
T O T A L	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - Região Centro-Oeste 1950 - 1960 - 1970

TABELA 46

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - REGIÃO CENTRO-OESTE

1950 - 1960 - 1970

CONDIÇÃO DAS TERRAS	REGIÃO CENTRO-OESTE					
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (1)			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (2)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PRÓPRIAS	100	203	301	100	116	155
ARRENDADAS	100	352	745	100	98	113
OCUPADAS	100	139	241	100	61	125
MISTAS	100	496	593	100	230	242
T O T A L	100	200	317	100	112	152

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - Região Centro-Oeste 1950 - 1960 - 1970

(1) Número de estabelecimentos da região Centro-Oeste em 1950 = 100
(2) Área dos estabelecimentos da região Centro-Oeste em 1950 = 100

TABELA 47

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

RELAÇÃO ÁREA/ HOMEM POR GRUPO DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS REGIÃO CENTRO-OESTE

1950 - 1960 - 1970

INDICADORES REGIONAIS / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO CENTRO-OESTE (ha/HOMEM)											
	ÁREA TOTAL/POPULAÇÃO ATIVA TOTAL			ÁREA TOTAL/PESSOAS PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS			ÁREA DE LAVOURA/POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA TOTAL			ÁREA DE LAVOURA/PESSOAS PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
- 5	1,1	1,3	1,3	50,4	85,1	96,0	4,2	1,1	0,9	314,6	72,9	42,2
5 a 10	2,5	2,6	2,5	105,5	135,7	179,8	5,1	1,7	1,3	368,2	87,1	56,8
10 a 20	4,4	4,5	4,4	192,9	132,2	204,6	4,1	1,8	1,0	187,0	53,3	43,0
20 a 50	9,5	9,0	9,7	366,6	259,1	291,7	2,4	1,7	1,2	73,3	498,5	46,2
50 a 100	17,6	18,6	20,4	456,9	349,1	422,9	2,4	2,0	1,2	50,3	37,4	325,0
100 a 500	50,1	47,0	54,7	808,7	579,1	615,6	2,0	2,1	1,5	22,2	25,9	23,3
500 a 1000	121,1	120,9	141,2	1.307,5	951,2	871,6	1,1	2,4	1,5	7,1	19,3	16,5
1000 e +	530,2	470,4	609,9	2.636,3	2.152,3	1.833,7	0,4	2,3	2,6	1,3	10,6	12,8
T O T A L	139,0	87,8	88,0	1.717,8	1.122,1	1.071,6	1,6	1,9	2,6	31,5	25,0	19,5

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário, 1970 - Tabelas 1, 10, 16
Censo Agrícola, 1960 - Tabelas 1, 6, 9
Censo Demográfico e Econômico, 1950 - Tabelas 1,8,9

TABELA 48

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO CENTRO-OESTE

1972

INDICADORES POR REGIÃO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO CENTRO-OESTE			
	ÁREA TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA (1.000 ha)
- 5	28	27	21	6
5 a 10	74	71	59	12
10 a 25	520	493	373	119
25 a 50	1.177	1.098	830	268
50 a 100	2.302	2.112	1.522	590
100 a 500	14.228	12.667	9.016	3.561
500 a 1000	9.964	8.575	6.108	2.467
1000 e +	96.341	70.042	43.964	26.078
T O T A L	124.634	95.085	61.893	33.191

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais/ 1 - Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1972 - Tabelas 101 e 102

TABELA 49

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO CENTRO-OESTE

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO CENTRO-OESTE			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
- 5	-	-	-	-
5 - 10	-	-	-	-
10 - 25	-	1	1	-
25 - 50	1	1	1	1
50 - 100	2	2	2	2
100 - 500	11	13	15	11
500 - 1000	8	9	10	7
1000 e +	78	74	71	79
T O T A L	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Centro-Oeste 1972

TABELA 50

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REGIÃO CENTRO-OESTE

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	REGIÃO CENTO-OESTE			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
- 5	100	96	75	21
5 - 10	100	96	80	16
10 - 25	100	95	72	23
25 - 50	100	93	70	23
50 - 100	100	92	66	26
100 - 500	100	89	63	26
500 - 1000	100	86	61	25
1000 e +	100	73	46	27
T O T A L	100	76	50	27

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola dos Imóveis - Região Centro-Oeste 1972

* Área total por Grupos de Área = 100.

TABELA 51

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA ; COLONIZAÇÃO E EMPREGO

NÚMERO, ÁREA E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - BRASIL

1950 - 1960 - 1970 - 1975

GRUPOS DE ÁREA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTO (1 UNIDADE)				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (1 ha)				ÁREA MÉDIA (ha)			
	50	60	70	75	50	60	70	75	50	60	70	75
5	458.661	1.029.111	1.800.242	1.926.779	1.170.500	2.536.130	3.897.132	4.046.821	2,5	2,5	2,2	2,1
5 - 10	252.172	463.680	719.383	689.796	1.854.101	3.403.547	5.186.329	4.953.798	7,4	7,3	7,2	7,2
10 - 20	344.595	538.937	768.438	732.636	4.915.201	7.592.983	10.742.688	10.238.373	14,3	14,1	14,0	14,0
20 - 50	486.127	663.565	824.084	811.404	15.197.716	20.565.078	25.424.674	25.127.768	31,3	31,0	30,9	31,0
50 - 100	218.342	270.182	341.849	353.471	15.307.522	18.910.899	23.901.657	24.739.553	70,1	70,0	69.9	70,0
100 - 500	230.460	272.719	366.842	393.460	49.251.979	57.396.951	75.658.240	79.655.392	213,7	210,5	206,2	202,5
500 - 1000	37.048	40.692	47.903	52 510	26.116.154	28.367.435	33.084.218	36.251.877	704,9	697,1	690,7	690,4
1000 e +	32.600	32.436	36.873	41.901	118.045.570	110.205.021	116.247.991	137.605.819	3.621,0	3.397,6	3.152,7	3.284,1
sem declaração	364	4.023	18.377	5.211								
TOTAL	2.060.369	3.315.345	4.923.991	5.007.168	231.858.743	248.978.044	294.142.929	322.619.401	112,5	75,1	59,7	64,4

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1970 - Tabela 1

Sinopse preliminar do Censo Agropecuário 1975 - Tabela 1

TABELA 52

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - BRASIL

1950 - 1960 - 1970 - 1975

INDICADORES / GRUPOS DE ÁREA (ha)	BRASIL							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
- 5	100	224	392	420	100	217	333	346
5 - 10	100	184	285	274	100	184	280	267
10 - 20	100	156	223	213	100	154	219	208
20 - 50	100	137	170	167	100	135	167	165
50 - 100	100	124	157	162	100	124	156	162
100 - 500	100	118	159	171	100	117	154	162
500 - 1000	100	110	129	142	100	109	127	139
1000 e +	100	99	113	129	100	93	98	117
Sem declaração	100	1.105	5.049	1.432				
T O T A L	100	161	239	243	100	107	127	139

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - BRASIL 1950, 1960, 1970, 1975

* Totais dos grupos de área do Brasil em 1950 = 100

TABELA 53

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - BRASIL
1950 - 1960 - 1970 - 1975

INDICADORES / GRUPOS DE ÁREA (ha)	BRASIL							
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
– 5	22	31	36	38	1	1	1	1
5 – 10	12	14	15	14	1	1	2	1
10 – 20	17	16	16	15	2	3	4	3
20 – 50	24	20	17	16	6	8	9	8
50 – 100	10	8	7	7	7	8	8	8
100 – 500	11	9	7	8	21	23	26	25
500 – 1000	2	1	1	1	11	12	11	11
1000 e +	2	1	1	1	51	44	39	43
Sem declaração	–	–	–	–				
T O T A L	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - BRASIL 1950, 1960, 1970, 1975

TABELA 54

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - BRASIL - PARTICIPAÇÃO REGIONAL
1950

GRUPOS DE ÁREA \ REGIÕES	BRASIL - PARTICIPAÇÃO REGIONAL											
	ESTABELECIMENTOS						ÁREA					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
- 5	100	4	72	16	17	1	100	3	67	20	8	2
5 - 10	100	4	47	28	20	1	100	4	46	29	20	1
10 - 20	100	4	32	28	35	1	100	3	31	29	35	2
20 - 50	100	4	26	31	36	3	100	4	26	33	34	3
50 - 100	100	3	30	38	24	5	100	3	30	38	24	5
100 - 500	100	3	33	38	16	10	100	2	32	38	16	12
500 - 1000	100	4	31	31	15	19	100	4	30	31	15	20
1000 e +	100	7	25	25	15	28	100	16	20	18	11	35
Sem declaração	100	52	19	26	1	1						
T O T A L	100	4	41	28	23	4	100	10	25	27	15	23

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - BRASIL 1950, 1960, 1970, 1975

* Totais dos Grupos de Área do Brasil em 1950 = 100.

TABELA 55

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - BRASIL - PARTICIPAÇÃO REGIONAL

1960

GRUPOS DE ÁREA \ REGIÕES	BRASIL - PARTICIPAÇÃO REGIONAL											
	ESTABELECIMENTOS						ÁREA					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
- 5	100	4	68	15	11	2	100	4	59	20	15	2
5 - 10	100	5	38	27	27	3	100	5	37	28	27	3
10 - 20	100	4	28	25	40	3	100	4	28	26	39	3
20 - 50	100	4	27	27	36	6	100	4	27	29	34	6
50 - 100	100	3	33	34	23	7	100	3	32	35	23	7
100 - 500	100	3	34	35	15	13	100	2	33	35	15	15
500 - 1000	100	3	31	30	14	22	100	3	30	30	14	23
1000 e +	100	6	24	24	14	32	100	18	17	17	10	38
Sem declaração	100	74	19	1	6	-						
T O T A L	100	4	43	24	24	5	100	9	25	26	16	24

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - BRASIL 1950, 1960, 1970, 1975

* Totais dos Grupos de Área do Brasil em 1960 = 100.

TABELA 56

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - BRASIL - PARTICIPAÇÃO REGIONAL

1970

GRUPOS DE ÁREA / REGIÕES	BRASIL - PARTICIPAÇÃO REGIONAL											
	ESTABELECIMENTOS						ÁREA					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
- 5	100	4	69	10	15	2	100	4	58	13	22	3
5 - 10	100	4	36	19	37	4	100	4	35	20	37	4
10 - 20	100	4	28	21	43	4	100	4	28	22	42	4
20 - 50	100	6	28	26	34	6	100	6	28	27	33	6
50 - 100	100	6	33	32	20	9	100	7	32	33	19	9
100 - 500	100	10	31	31	13	15	100	9	30	31	13	17
500 - 1000	100	4	29	28	14	25	100	4	29	28	14	25
1000 e +	100	6	24	21	13	36	100	10	17	16	9	48
Sem declaração	100	28	62	2	4	4						
T O T A L	100	5	45	19	26	5	100	8	25	24	15	28

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - BRASIL 1950, 1960, 1970, 1975

* Totais dos Grupos de Área do Brasil 1970 = 100.

TABELA 57

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - BRASIL - PARTICIPAÇÃO REGIONAL

1975

GRUPOS DE ÁREA / REGIÕES	BRASIL - PARTICIPAÇÃO REGIONAL											
	ESTABELECIMENTOS						ÁREA					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
- 5	100	6	72	8	12	2	100	6	62	11	17	4
5 - 10	100	6	38	18	34	4	100	6	37	19	34	4
10 - 25	100	6	30	20	40	4	100	6	29	21	40	4
25 - 50	100	8	29	25	32	6	100	8	29	26	31	6
50 - 100	100	8	32	31	20	9	100	8	32	31	19	10
100 - 500	100	12	29	30	13	16	100	9	29	31	13	18
500 - 1000	100	5	28	27	14	26	100	4	27	28	14	27
1000 e +	100	6	22	21	13	38	100	12	18	15	8	47
Sem declaração	100	3	49	20	26	2						
T O T A L	100	8	47	17	23	5	100	9	25	23	14	29

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas, BRASIL 1950, 1960, 1970, 1975

* Totais de Grupos de Área do Brasil em 1975 = 100

TABELA 58

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

REPARTIÇÃO REGIONAL, NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - BRASIL - 1950

GRUPOS DE ÁREA \ REGIÕES	BRASIL - PARTICIPAÇÃO REGIONAL											
	ESTABELECIMENTOS						ÁREA					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
- 5	22	1	16	3	2	-	-	-	-	-	-	-
5 - 10	12	1	6	3	2	-	-	-	-	-	-	-
10 - 20	17	1	5	5	6	-	3	-	1	1	1	-
20 - 50	23	1	6	7	8	1	6	-	2	2	2	-
50 - 100	11	-	3	4	3	1	6	-	2	2	2	-
100 - 500	11	-	4	4	2	1	22	1	7	8	3	3
500 - 1000	2	-	1	1	-	-	12	1	3	4	2	2
1000 e +	2	-	-	1	-	1	51	8	10	9	6	18
Sem declaração	-	-	-	-	-	-						
T O T A L	100	4	41	28	23	4	100	10	25	26	16	23

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - BRASIL 1950, 1960, 1970, 1975

* Total do Brasil em 1950 = 100.

TABELA 59

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

REPARTIÇÃO REGIONAL DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - BRASIL - 1960

GRUPOS DE ÁREA / REGIÕES	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL											
	ESTABELECIMENTOS						ÁREA					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
- 5	32	1	21	5	4	1	1	-	1	-	-	-
5 - 10	14	1	5	4	4	-	-	-	-	-	-	-
10 - 20	17	1	5	4	6	1	3	-	1	1	1	-
20 - 50	20	1	5	6	7	1	7	-	2	2	3	-
50 - 100	9	-	3	3	2	1	8	-	2	3	2	1
100 - 500	8	-	3	1	1	1	23	1	8	8	3	3
500 - 1000	-	-	-	-	-	-	12	-	3	4	2	3
1000 e +	-	-	-	-	-	-	46	8	8	8	5	17
Sem declaração	-	-	-	-	-	-						
T O T A L	100	4	42	25	24	5	100	9	25	26	16	24

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - BRASIL 1950, 1960, 1970, 1975

* Total do Brasil em 1960 = 100

TABELA 60

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

REPARTIÇÃO REGIONAL DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - BRASIL - 1970

GRUPOS DE ÁREA / REGIÕES	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL											
	ESTABELECIMENTOS						ÁREA					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
- 5	37	1	25	4	6	1	1	-	1	-	-	-
5 - 10	14	1	5	3	5	-	2	-	1	-	1	-
10 - 20	19	1	6	4	7	1	3	-	1	1	1	-
20 - 50	17	1	5	4	6	1	10	1	2	3	3	1
50 - 100	6	-	2	2	1	1	9	1	3	3	1	1
100 - 500	7	1	2	2	1	1	24	2	7	8	3	4
500 - 1000		-	-	-	-	-	11	-	3	3	2	3
1000 e +		-	-	-	-	-	40	4	7	6	4	19
Sem declaração		-	-	-	-	-						
T O T A L	100	5	45	19	26	5	100	8	25	24	15	28

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - BRASIL 1950, 1960, 1970, 1975

* Total do Brasil em 1970 = 100.

TABELA 61

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

REPARTIÇÃO REGIONAL DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - BRASIL - 1975

GRUPOS DE ÁREA / REGIÕES	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL											
	ESTABELECIMENTOS						ÁREA					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
- 5	39	2	28	3	5	1	1	-	1	-	-	-
5 - 10	14	1	5	3	5	-	2	-	1	-	1	-
10 - 20	16	1	5	3	6	1	3	-	1	1	1	-
20 - 50	16	1	5	4	5	1	8	1	2	2	2	1
50 - 100	7	1	2	2	1	1	7	1	2	2	1	1
100 - 500	8	1	2	3	1	1	24	2	7	8	3	4
500 - 1000		-	-	-	-	-	11	-	3	3	2	3
1000 e +		-	-	-	-	-	44	5	8	7	4	20
Sem declaração		-	-	-	-	-						
T O T A L	100	7	47	18	23	5	100	9	25	23	14	29

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas - BRASIL 1950, 1960, 1970, 1975

* Total do Brasil em 1975 = 100.

TABELA 62

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - BRASIL

1950 - 1960 - 1970

	BRASIL					
	ESTABELECIMENTOS			ÁREA		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Próprias	1.636.964	2.227.999	2.975.372	202.180.545	212.094.966	242.873.710
Arrendadas	186.989	575.871	1.006.505	13.322.689	17.907.956	17.949.833
Ocupadas	208.830	356.502	811.338	10.048.398	9.087.028	21.197.265
Terras mistas	31.859	77.397	130.804	6.659.474	10.772.192	12.124.658
TOTAL	2.064.642	3.337.769	4.924.019	232.211.062	49.862.142	294.145.466

FONTES: Censo Agropecuário, 1970 - Brasil, Tabela 61

Censo Agrícola 1960 - Brasil - Tabela 11

A Página A.63 não consta do documento original.

TABELA 64

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO.
ÍNDICE EVOLUTIVO - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - BRASIL

1950 - 1960 - 1970

CONDIÇÃO DAS TERRAS	BRASIL					
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PRÓPRIAS	100	142	182	100	105	120
ARRENDADAS	100	308	538	100	134	135
OCUPADAS	100	171	388	100	90	211
MISTAS	100	243	411	100	162	182
T O T A L	100	162	238	100	108	127

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - BRASIL 1950, 1960, 1970

* Brasil, 1950 = 100

TABELA 65

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - PARTICIPAÇÃO REGIONAL

1950

CONDIÇÃO DAS TERRAS	BRASIL = PARTICIPAÇÃO REGIONAL											
	ESTABELECIMENTOS						AREA					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
PRÓPRIAS	100	3	40	30	24	3	100	8	27	28	14	23
ARRENDADAS	100	2	45	37	13	3	100	42	9	16	18	15
OCUPADAS	100	9	46	10	25	10	100	6	16	12	16	50
MISTAS	100	1	21	32	43	3	100	7	8	24	46	15
T O T A L	100	4	41	28	23	4	100	10	25	27	15	23

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - BRASIL 1950, 1960, 1970

TABELA 66

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - PARTICIPAÇÃO REGIONAL

1960

CONDIÇÃO DAS TERRAS	BRASIL - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL											
	ESTABELECIMENTOS						ÁREA					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
PRÓPRIAS	100	3	40	27	25	5	100	7	27	27	14	25
ARRENDADAS	100	3	47	27	20	3	100	34	15	20	20	11
OCUPADAS	100	13	49	8	22	8	100	18	15	13	20	34
MISTAS	100	2	22	31	39	6	100	2	12	31	34	21
T O T A L	100	4	42	25	24	5	100	9	25	26	16	24

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - BRASIL 1950, 1960, 1970

TABELA 67

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - PARTICIPAÇÃO REGIONAL

1970

CONDIÇÃO DAS TERRAS	BRASIL											
	ESTABELECIMENTOS						ÁREA					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
PRÓPRIAS	100	4	41	23	27	5	100	5	27	25	14	29
ARRENDADAS	100	4	48	15	29	4	100	22	17	21	28	12
OCUPADAS	100	14	57	9	14	6	100	28	21	13	9	29
MISTAS	100	2	25	26	43	4	100	6	12	27	36	19
T O T A L	100	5	45	19	26	5	100	8	25	24	15	28

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Condição Legal das Terras - BRASIL 1950, 1960, 1970

TABELA 68

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

RELAÇÃO ÁREA/HOMEM POR GRUPO DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, BRASIL 1950/60/70

GRUPOS DE ÁREA \ INDICADORES REGIONAIS	ÁREA TOTAL/POPULAÇÃO ATIVA TOTAL ha/H			ÁREA TOTAL/PESSOAS PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS na/H			ÁREA DE LAVOURA POP. AGRÍCOLA ATIVA TOTAL ha/H			ÁREA DE LAVOURA/PESSOAL PERMANENTES NOS ESTABELECIMENTOS . ha/H		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
5	0,8	0,8	0,8	50	50,2	98,9	0,6	0,6	1,3	33,1	39	156,9
5 - 10	2,1	2,0	2,3	66,9	71,7	146,2	1	1,2	2,7	33,4	41,6	176
10 - 20	3,6	3,5	4,0	89,9	92,4	172,4	1,4	1,6	2,4	34,6	40,8	102,7
20 - 50	6,6	6,6	7,9	102	107,7	191,8	1,8	1,9	1,7	27,5	31,4	41,4
50 - 100	11,1	11,6	15,7	105,3	115,0	193,7	1,9	2,2	1,9	18,2	22	23,2
100 - 500	21,7	23,6	37,1	103,1	122	197,5	2,1	2,8	2,4	10,1	14,3	12,7
500 -1000	42,6	48,2	74,9	127,4	161,7	208,7	2,5	3,5	2,1	7,4	11,8	5,8
1000 e +	149,4	220,9	232,4	350,1	696,6	531,3	3,0	5,3	1,5	7,0	16,7	3,5
TOTAL	21,1	16,3	16,7	163,3	185,7	254,6	1,7	1,9	1,9	13,4	21,2	29,2

FONTE: IBGE CENSO AGROPECUÁRIO, 1970, Tabela 1, 10, 16
Censo Agrícola , 1960 Tabelas 1, 6, 9.
Censo Demográfico e Econômico, 1950 - Tabelas 1, 8 e 9

TABELA 69

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - BRASIL

1972

GRUPOS DE ÁREA / INDICADORES POR REGIÃO	BRASIL			
	ÁREA TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA (1.000 ha)	ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA (1.000 ha)
- a 5	1.556	1.460	1.216	244
5 a 10	3.448	3.188	2.644	544
10 a 25	15.476	14.071	11.346	2.725
25 a 50	19.474	17.593	13.689	3.904
50 a 100	24.591	22.176	16.982	5.194
100 a 500	78.177	69.160	53.116	16.044
500 a 1000	37.252	31.755	24.798	6.957
1000 e +	190.301	137.595	92.965	44.630
T O T A L	370.275	296.998	216.756	80.242

FONTE: Estatísticas Cadastrais/ 1 - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Tabelas 101 e 102

TABELA 70

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	BRASIL			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
– 5	–	–	1	–
5 – 10	1	1	1	1
10 – 25	4	5	5	3
25 – 50	5	6	6	5
50 – 100	7	8	8	6
100 – 500	21	23	25	20
500 – 1000	10	11	11	9
1000 e +	52	46	43	56
T O T A L	100	100	100	100

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais/ 1 - Sistema Nacional de Cadastro Rural - 1972

TABELA 71

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA ; COLONIZAÇÃO E EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA TOTAL DOS IMÓVEIS POR GRUPOS DE ÁREA

1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	BRASIL			
	% DA ÁREA TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	% DA ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA	% DA ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
- 5	100	94	78	16
5 - 10	100	92	76	16
10 - 25	100	91	73	18
25 - 50	100	90	70	20
50 - 100	100	90	69	21
100 - 500	100	88	68	20
500 - 1000	100	85	66	19
1000 e +	100	72	49	23
T O T A L	100	80	58	22

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais/ 1 - Sistema Nacional de Cadastro Rural - 1972

TABELA 72

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS POR GRUPOS DE ÁREA - PARTICIPAÇÃO REGIONAL

1972

GRUPOS DE ÁREA			BRASIL																					
			ÁREA TOTAL						ÁREA APROVEITÁVEL						ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA						ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA					
			BRASIL	N	NE	SE	S	C.O	BRASIL	N	NE	SE	S	C.O	BRASIL	N	NE	SE	S	C.O	BRASIL	N	NE	SE	S	C.O
	-	5	100	1	36	27	34	2	100	1	36	27	34	2	100	1	36	28	33	2	100	1	40	21	36	2
5	-	10	100	1	29	26	42	2	100	1	29	27	41	2	100	1	27	28	42	2	100	1	42	17	38	2
10	-	25	100	1	22	24	49	4	100	1	22	25	48	4	100	1	19	28	49	3	100	2	35	13	46	4
25	-	50	100	2	27	30	35	6	100	2	27	30	35	6	100	2	22	35	35	6	100	6	41	13	33	7
50	-	100	100	3	32	34	22	9	100	3	32	34	22	9	100	1	26	41	23	9	100	7	51	13	18	11
100	-	500	100	4	33	30	15	18	100	3	32	31	16	18	100	2	27	37	17	17	100	6	51	11	9	23
500	-	1000	100	6	29	25	13	27	100	4	29	26	14	27	100	4	24	30	17	25	100	6	44	10	5	35
1000	e	+	100	17	16	10	6	51	100	14	17	11	7	51	100	12	17	15	9	47	100	18	17	4	3	58
T O T A L			100	11	23	19	13	34	100	8	24	21	15	32	100	6	22	26	17	29	100	12	31	8	8	41

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: INCRA - Estatísticas Cadastrais.

TABELA 73

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA , COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL DOS IMÓVEIS - PARTICIPAÇÃO REGIONAL

1972

GRUPOS DE ÁREA	BRASIL												
	ÁREA APROVEITÁVEL TOTAL	ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA						ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA					
	BRASIL	BRASIL	N	NE	SE	S	C.O	BRASIL	N	NE	SE	S	C.O
- 5	100	83	1	30	23	28	1	17	-	7	4	6	-
5 - 10	100	83	1	22	23	25	2	17	-	7	3	7	-
10 - 25	100	81	1	16	22	39	3	19	-	7	2	9	1
25 - 50	100	78	1	17	28	27	5	22	1	9	3	7	2
50 - 100	100	77	1	20	31	18	7	23	1	12	3	4	3
100 - 500	100	77	2	20	29	13	13	23	1	12	3	2	5
500 - 1000	100	78	3	19	24	13	19	22	1	10	2	1	8
1000 e +		68	8	12	10	6	32	32	6	5	1	1	19
T O T A L	100	73	4	16	19	13	21	27	4	8	2	2	11

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais/ 1 - Sistema Nacional de Cadastro Rural 1972

TABELA 74

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

APROVEITAMENTO DA ÁREA AGRÍCOLA DOS IMÓVEIS - REPARTIÇÃO REGIONAL

1972

INDICADORES POR GRUPOS DE ÁREA / REGIÃO	BRASIL															
	ÁREA APROVEITÁVEL					ÁREA APROVEITÁVEL EXPLORADA					ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA				
	N	NE	S	SE	C.O	N	NE	S	SE	C.O	N	NE	S	SE	C.O
- 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 - 25	-	1	2	1	-	-	1	3	2	-	-	1	2	-	-
25 - 50	-	2	2	2	-	-	1	2	2	1	-	2	2	1	-
50 - 100	-	2	2	3	1	-	3	2	3	1	-	3	1	1	1
100 - 500	1	8	4	7	4	1	7	4	9	4	1	10	2	2	5
500 - 1000	1	3	2	3	3	-	3	2	4	3	1	4	-	1	3
1000 e +	6	8	3	5	24	5	7	4	6	20	10	10	1	2	33
TOTAL	8	24	15	21	32	6	22	17	26	29	12	30	8	7	42

FONTE: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola do Imóvel - Brasil e Regiões. 1972

Total do Brasil = 100.

TABELA 75

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL POR REGIÕES E BRASIL - CENSOS DE 1950, 1960 e 1970 (1.000 PESSOAS).

	NORTE			NORDESTE			SUDESTE			SUL			CENTRO-OESTE			BRASIL		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
1. População Ativa na Agropecuária	246	347	536	4.058	4.772	5.225	3.601	3.732	3.516	1.625	2.278	2.935	397	599	829	9.926	11.729	13.090
2. População menor de 10 anos no meio rural	413	609	756	4.329	5.234	6.022	3.754	4.608	3.744	1.822	2.692	3.261	433	720	976	10.750	13.863	14.758
3. População não inciamente ativa	463	662	647	8.183	9.349	5.538	6.986	7.766	4.084	3.093	4.378	2.808	833	1.274	987	14.558	23.434	14.063
POPULAÇÃO TOTAL	1.264	1.607	1.977	13.229	14.604	16.359	11.675	12.794	10.889	5.528	7.370	9.193	1.313	1.934	2.636	33.009	38.309	41.054

FONTE: Censo Demográfico - 1950, 1960, 1970.

* 1970 e 1960 população de 10 anos

1950 população menor de 10 anos

TABELA 76

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

ÍNDICE EVOLUTIVO DA POPULAÇÃO RURAL ATIVA, NÃO ATIVA E DE MENORES DE 10 ANOS: BRASIL E MACRORREGIÕES - CENSOS DE 1950, 1960 e 1970

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL			NORTE			NORDESTE			SUDESTE			SUL			CENTRO-OESTE		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
1. POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA	100	118	132	100	141	239	100	118	129	100	104	98	100	140	181	100	151	209
2. POPULAÇÃO MENOR DE 10 ANOS NO MEIO RURAL	100	129	137	100	148	183	100	121	139	100	123	100	100	148	179	100	166	225
3. POPULAÇÃO NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	100	120	72	100	143	139	100	114	68	100	111	58	100	142	91	100	153	118
4. POPULAÇÃO RURAL	100	116	124	100	127	156	100	110	124	100	110	93	100	133	166	100	147	201

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Composição da População Rural e ocupação das pessoas economicamente ativas Região Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste,1950, 1960, 1970.

1) Ano Base, 1950.

TABELA 77

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA, NÃO ATIVA E DE MENOS DE 10 ANOS NA POPULAÇÃO RURAL DO BRASIL E MACRORREGIÕES
CENSOS DE 1950, 1960 e 1970

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL			NORTE			NORDESTE			SUDESTE			SUL			CENTRO-OESTE		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
1. POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA	30	31	32	1	1	1	12	12	13	11	10	9	5	6	7	1	2	2
2. POPULAÇÃO MENOR DE 10 ANOS NO MEIO RURAL	33	36	36	1	1	2	13	14	15	11	12	9	6	7	8	1	2	2
3. POPULAÇÃO NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	59	61	34	1	2	2	25	25	13	21	20	10	9	11	7	3	3	2
4. POPULAÇÃO RURAL	100	100	100	4	4	5	40	38	40	35	34	27	17	19	22	4	5	6

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Composição da População Rural e Ocupação das pessoas economicamente ativas, Região Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, 1950, 1960, 1970.

TABELA 78

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PARTICIPAÇÃO REGIONAL DAS POPULAÇÕES RURAL, ATIVA, NÃO ATIVA E DE MENORES DE 10 ANOS, BRASIL E MACRORREGIÕES
CENSOS DE 1950, 1960 e 1970

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL			NORTE			NORDESTE			SUDESTE			SUL			CENTRO-OESTE		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
1. POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA	100	100	100	3	3	5	41	41	40	36	32	27	16	19	22	4	5	6
2. POPULAÇÃO MENOR DE 10 ANOS NO MEIO RURAL	100	100	100	4	4	5	40	38	41	35	33	25	17	20	22	4	5	7
3. POPULAÇÃO NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	100	100	100	2	3	5	42	40	39	36	33	29	16	19	20	4	5	7
4. POPULAÇÃO RURAL	100	100	100	4	4	5	40	38	40	35	34	27	17	19	22	4	5	6

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Composição da População Rural e Ocupação das pessoas economicamente ativas, Região Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, 1950, 1960, 1970.

TABELA 79

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR GRUPOS DE ÁREA E CATEGORIAS DE EMPREGO - REGIÃO NORTE

1950 - 1960 - 1970

ANOS E CATEGORIAS DE EMPREGO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO NORTE (1 UNIDADE)														
	TOTAL			PERMANENTES			TEMPORÁRIOS			PARCEIROS			NÃO REMUNERADOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960*	1970*	1950	1960	1970
- 5	57.115	147.313	253.443	1.045	1.474	838	6.335	11.808	5.148	1.362	7.241	3.150	48.373	126.790	244.257
5 a 10	37.197	80.153	120.794	1.210	1.103	636	4.813	6.947	2.999	1.031	3.028	1.965	30.143	69.075	115.194
10 a 20	46.088	75.981	119.284	1.658	1.003	879	7.565	8.957	3.267	1.296	4.931	1.874	35.569	61.090	113.264
20 a 50	73.735	113.164	203.853	2.690	2.279	3.183	11.929	18.762	8.323	1.139	5.911	3.644	57.977	86.212	188.703
50 a 100	31.310	36.842	84.928	1.541	1.195	1.898	6.100	6.858	3.983	694	1.994	1.908	22.975	26.795	77.139
100 a 500	33.510	39.658	112.552	4.121	2.767	3.579	8.625	8.598	4.326	1.197	4.683	1.848	19.567	23.610	102.799
500 a 1000	10.192	8.280	8.277	1.614	887	971	3.640	2.185	1.028	497	1.719	256	4.441	3.489	6.022
1000 a +	37.042	29.196	19.134	18.327	9.186	6.826	11.876	7.128	5.639	986	7.403	259	5.853	5.479	6.410
Sem declaração	313	13.441	11.759	9	459	41	27	2.782	90	30	723	253	247	9.477	11.375
T O T A L	326.502	544.028	934.024	32.215	20.353	18.901	60.910	74.025	34.803	8.232	37.633	15.157	225.145	412.017	865.163

FONTE: IBGE. 1970 - Censo Agropecuário - Tabela 16
1960 - Censo Agrícola - Tabela 9
1950 - Censos Demográfico e Econômico - Tabela 9

* Parceiros + outra condição

TABELA 80

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR GRUPOS DE ÁREA E CATEGORIAS DE EMPREGO - REGIÃO NORDESTE

1950 - 1960 - 1970

ANOS E CATEGORIAS DE EMPREGO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO NORDESTE												(1 UNIDADE)		
	TOTAL			PERMANENTES			TEMPORÁRIOS			PARCEIROS			NÃO REMUNERADOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960*	1970 *	1950	1960	1970
- 5	1.020.091	2.256.595	3.382.052	14.599	30.556	16.151	160.262	241.731	107.085	12.571	90.994	23.540	832.659	1.893.314	3.235.276
5 a 10	494.126	761.341	890.935	15.433	20.436	10.815	106.275	151.829	57.668	16.074	32.134	16.098	356.344	556.942	806.354
10 a 20	515.186	745.249	808.306	22.228	25.850	15.707	133.871	181.167	69.769	25.923	39.529	26.416	333.164	498.703	696.414
20 a 50	694.011	1.001.821	959.697	43.511	49.861	32.630	198.891	282.820	103.746	52.844	67.593	52.407	398.765	601.547	770.914
50 a 100	453.249	613.225	528.564	41.242	44.274	32.177	143.575	202.954	76.697	48.310	61.037	44.431	220.122	304.960	375.259
100 a 500	747.750	905.795	683.152	120.149	126.799	100.342	267.499	350.041	140.727	103.831	119.936	87.251	256.271	309.019	354.832
500 a 1000	201.227	212.167	156.120	51.497	44.485	49.426	83.327	94.048	45.298	29.796	33.348	23.169	36.607	40.286	38.227
1000 a +	208.961	161.451	137.274	66.302	34.032	41.192	78.813	66.728	41.523	37.203	37.907	32.137	26.643	22.784	22.422
Sem declaração	335	1.531	22.710	32	145	339	130	36	232	90	122	134	83	1.228	22.005
T O T A L	4.334.936	6.659.175	7.568.810	374.993	376.438	298.779	1.172.643	1.571.354	642.745	326.642	482.600	305.583	2.460.658	4.228.783	6.321.703

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário Brasil 1970 - Tabela 16
Censo Agrícola 1960, Brasil - Tabela 9
Censo Demográfico e Econômico 1950 , Brasil - Tabela 9

* Parceiros + outra condição

TABELA 81

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR GRUPOS DE ÁREA E CATEGORIAS DE EMPREGO - REGIÃO SUDESTE

1950 - 1960 - 1970

ANOS E CATEGORIAS DE EMPREGO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO SUDESTE												(1 UNIDADE)		
	TOTAL			PERMANENTES			TEMPORÁRIOS			PARCEIROS			NÃO REMUNERADOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960*	1970*	1950	1960	1970
- 5	230.947	411.205	447.572	5.327	13.654	15.992	18.835	32.930	22.657	64.371	10.780	8.635	142.414	353.841	400.288
5 a 10	212.091	409.020	429.808	8.665	18.079	14.171	30.011	49.471	30.179	10.306	16.757	13.930	163.109	324.713	371.528
10 a 20	380.149	538.590	577.412	22.521	33.720	25.055	59.611	84.377	50.757	37.643	41.088	32.211	260.374	379.405	469.389
20 a 50	793.844	876.997	845.327	74.121	81.895	57.797	139.714	162.510	97.157	136.140	109.369	88.213	443.869	523.223	602.160
50 a 100	599.791	573.119	526.871	83.223	81.277	62.509	118.321	124.328	77.866	142.611	107.048	79.264	255.636	260.466	307.232
100 a 500	1.119.393	979.213	777.327	297.892	249.118	199.123	258.922	253.953	152.225	299.978	201.781	130.306	262.601	274.361	295.673
500 a 1000	302.577	246.816	168.419	129.420	97.829	73.883	69.383	68.870	39.367	70.732	45.878	23.188	33.042	34.239	31.981
1000 a +	376.742	172.599	184.237	195.185	75.861	98.174	79.644	51.229	49.843	79.549	29.474	19.111	22.364	16.035	17.109
Sem declaração	43	67	2.402	10	9	1.127	27	6	507	-	8	100	6	44	668
T O T A L	4.015.577	4.207.626	3.959.375	816.364	651.442	547.831	774.468	827.674	520.558	841.330	562.183	394.958	1.583.415	2.166.327	2.496.028

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário - Tabela 16
Censo Agrícola - Tabela 9
Censos Agrícola e Econômico - Tabelas 9 e 10

* Parceiros + outra condição

TABELA 82

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR GRUPOS DE ÁREA E CATEGORIAS DE EMPREGO - REGIÃO SUL

1950 - 1960 - 1970

ANOS E CATEGORIAS DE EMPREGO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO SUL															(1 UNIDADE)
	TOTAL			PERMANENTES			TEMPORÁRIOS			PARCEIROS			NÃO REMUNERADOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960*	1970*	1950	1960	1970
- 5	82.174	288.184	657.608	2.088	4.240	5.129	3.431	8.231	10.823	788	3.534	2.985	75.867	272.179	638.671
5 a 10	141.605	373.633	776.800	2.171	7.094	8.799	6.961	16.517	19.755	1.911	6.009	4.739	130.562	344.013	743.507
10 a 20	385.204	727.688	1.092.369	7.827	19.755	18.712	20.794	37.362	34.243	7.368	20.098	11.139	349.215	650.473	1.028.275
20 a 50	685.688	984.584	1.043.693	27.274	51.849	33.330	54.689	75.308	46.018	22.395	49.148	17.408	581.330	808.279	946.937
50 a 100	252.539	330.497	27.305	17.596	33.692	21.500	35.855	48.663	23.345	15.206	23.246	8.207	183.882	224.896	219.999
100 a 500	251.109	326.730	22.855	48.156	76.887	58.982	62.690	81.529	38.690	21.205	36.931	10.716	119.058	131.383	120.163
500 a 1000	56.142	68.503	49.657	18.476	25.417	24.677	17.658	21.320	10.527	4.677	6.473	1.648	15.331	15.293	12.805
1000 a +	90.339	46.835	68.145	41.899	19.730	42.195	29.676	16.319	15.678	5.603	3.027	1.808	13.161	7.759	8.464
Sem declaração	59	812	1.032	1	230	181	3	5	34	-	-	5	55	577	812
TOTAL	1.944.859	3.147.466	4.190.906	165.488	238.894	213.505	231.757	305.254	199.113	79.153	148.466	58.655	1.468.461	2.454.852	3.719.633

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário - Tabela 16
Censo Agrícola - Tabela 9
Censos Demográfico e Econômico - 1950 - Tabela 9

* Parceiros + outra condição

TABELA 83

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR GRUPOS DE ÁREA E CATEGORIAS DE EMPREGO - REGIÃO CENTRO-OESTE

1950 - 1960 - 1970

ANOS E CATEGORIAS DE EMPREGO / GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO CENTRO-OESTE															(1 UNIDADE)
	TOTAL			PERMANENTES			TEMPORÁRIOS			PARCEIROS			NÃO REMUNERADOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960*	1970*	1950	1960	1970
- a 5	16.675	42.596	93.917	373	645	1.252	1.625	3.146	1.831	33	522	543	14.644	38.283	90.291
5 a 10	10.719	39.564	76.947	250	766	1.062	1.278	3.585	2.963	138	660	888	9.053	34.553	72.034
10 a 20	19.409	52.835	89.273	444	1.795	1.945	1.826	5.986	5.079	414	1.506	2.034	16.725	43.548	80.215
20 a 50	52.704	147.064	169.311	1.370	5.095	5.622	5.323	15.025	11.059	1.814	5.314	6.862	44.197	121.630	145.768
50 a 100	44.603	74.288	109.620	1.716	3.963	5.280	5.207	11.580	10.752	3.228	6.277	8.073	34.452	52.468	85.515
100 a 500	120.827	185.070	236.728	7.589	15.024	21.049	18.744	29.823	29.876	13.729	23.990	23.339	80.765	116.233	162.464
500 a 1000	42.717	53.230	59.288	3.956	6.771	9.606	8.300	10.987	9.935	5.990	7.143	6.910	24.471	28.329	32.837
1000 a +	77.095	88.749	91.476	15.506	19.386	30.427	19.367	24.591	19.722	9.912	12.556	8.102	32.310	32.206	33.225
Sem declaração	874	24	1.410	1	6	6	866	2	16			150	7	16	1.238
T O T A L	385.623	683.420	927.970	31.205	53.461	76.249	62.535	104.725	91.233	35.258	57.968	56.901	256.624	467.266	703.587

FONTE: IBGE. Censo Demográfico e Econômico - 1950 - Brasil, Tabela 9
Censo Agrícola 1960 Brasil - Tabela 9
Censo Agropecuário 1970, Brasil - Tabela 16

* Parceiros + outra condição

TABELA 84
POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO
PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR CATEGORIA E GRUPOS DE ÁREA TOTAL, BRASIL
1950 - 1960 - 1970

GRUPOS DE ÁREA / PESSOAL OCUPADO E ANOS	BRASIL														
	TOTAL			PERMANENTES			TEMPORÁRIOS			PARCEIROS			NÃO REMUNERADOS		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
-5	1.407.002	3.145.893	4.034.592	23.432	50.569	39.412	190.488	297.846	147.544	79.125	113.071	38.853	1.113.957	2.684.407	4.608.783
5-10	895.738	1.663.711	2.295.284	27.729	47.478	35.483	149.338	228.349	113.564	29.460	58.588	37.620	689.211	1.329.296	2.108.617
10-20	1.346.036	2.140.343	2.686.644	54.678	82.123	62.298	223.667	317.849	163.115	72.644	107.152	73.674	995.047	1.633.219	2.387.557
20-50	2.299.982	3.123.630	3.221.881	148.966	190.979	132.562	410.546	554.425	266.303	214.332	237.335	168.534	1.526.133	2.140.891	2.654.482
50-100	1.391.492	1.627.971	1.523.034	145.318	164.401	123.364	309.058	394.383	192.643	210.049	199.602	141.833	717.067	869.585	1.065.144
100-500	2.272.589	2.436.466	2.038.310	477.907	470.595	383.075	616.480	723.944	365.344	439.940	387.321	253.460	738.262	854.606	1.035.931
500-1000	612.855	580.996	441.761	204.963	175.369	156.563	182.308	197.410	106.155	111.692	94.561	55.171	113.892	121.636	121.872
1000 e +	790.179	498.830	500.266	337.219	158.205	218.814	219.376	165.935	132.405	133.253	90.367	61.417	100.331	84.263	87.630
Sem Dec	1.624	15.875	39.313	53	849	1.694	1.053	2.831	879	120	853	642	398	11.342	36.098
T O T A L	11.007.497	15.241.715	17.581.085	1.420.265	1.340.588	1.155.265	2.302.314	2.883.032	1.488.452	1.290.615	1.288.850	831.254	5.994.303	9.729.245	14.106.114

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Econômico, 1950 - Tabela 9
Censo Agrícula 1960 - Tabela 9
Censo Agropecuário 1970 Tabela 16

* Parceiros Outra Condição

TABELA 85

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PARTICIPAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIAS E GRUPOS DE ÁREA DAS REGIÕES NOS TOTAIS DE GRUPOS DE ÁREA DO BRASIL. ANO 1950

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NORTE				NORDESTE				SUDESTE				SUL				CENTRO-OESTE			
	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados
Menos de 5	4	3	2	4	62	84	16	75	23	10	81	13	9	2	1	7	2	1	-	1
5 - 10	4	3	3	4	56	71	55	52	31	20	35	24	8	5	6	19	1	1	1	1
10 - 20	3	3	2	4	41	60	35	33	41	27	52	26	14	9	10	35	1	1	1	2
20 - 50	2	3	1	4	29	49	25	26	50	34	64	29	18	13	10	38	1	1	1	3
50 - 100	2	2	-	3	28	46	23	31	57	38	68	35	12	12	7	26	1	2	2	5
100 - 500	1	2	-	3	25	43	24	35	62	42	68	35	10	10	5	16	2	3	3	11
500 - 1000	1	2	-	4	25	46	26	32	63	38	63	29	9	10	4	13	2	4	5	22
1000 a mais	5	5	1	6	20	36	28	27	58	36	60	22	12	14	4	13	5	9	7	32
Sem declaração	17	3	25	62	60	12	75	21	19	3	-	1	2	-	-	14	2	82	-	2
TOTAL	3	3	1	4	26	51	25	41	57	33	65	26	12	10	6	25	2	3	3	4

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela 84

1.Totais dos grupos de área do Brasil = 100

TABELA 86

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PARTICIPAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIAS E GRUPOS DE ÁREA DAS REGIÕES NOS TOTAIS DE GRUPOS DE ÁREA DO BRASIL. ANO 1960

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NORTE				NORDESTE				SUDESTE				SUL				CENTRO-OESTE			
	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados
Menos de 5	3	4	6	5	61	81	80	71	27	11	10	13	8	3	3	10	1	1	-	1
5 - 10	2	3	5	5	43	66	55	43	38	22	29	24	15	7	10	26	2	2	1	2
10 - 20	1	3	5	4	32	57	37	30	41	26	38	23	24	12	19	40	2	2	1	3
20 - 50	1	3	3	4	26	51	28	28	43	29	46	24	27	14	21	38	3	3	2	6
50 - 100	-	2	1	3	27	51	30	35	50	32	54	30	20	12	12	26	3	3	3	6
100 - 500	-	1	1	2	27	49	31	36	53	35	52	32	17	11	10	16	3	4	6	14
500 - 1000	-	1	2	3	25	48	35	33	56	35	48	28	15	11	7	13	4	5	8	23
1000 a mais	6	4	8	7	22	40	42	27	48	31	33	19	12	10	3	9,2	12	15	14	38
Sem declaração	54	98	84	84	17	2	15	11	1	-	1	-	27	-	-	5,0	1	-	-	-
TOTAL	2	3	3	4	28	54	37	44	48	29	44	22	18	10	12	25,0	4	4	4	5

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela 84

1. Totais dos grupos de área do Brasil = 100.

TABELA 87

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PARTICIPAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIAS E GRUPOS DE ÁREA DAS REGIÕES NOS TOTAIS DE GRUPOS DE ÁREA DO BRASIL. ANO 1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NORTE				NORDESTE				SUDESTE				SUL				CENTRO-OESTE			
	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados
Menos de 5	2	4	8	5	41	73	61	70	41	15	22	9	13	7	8	14	3	1	1	2
5 - 10	2	3	5	5	30	51	43	38	40	26	37	18	25	17	13	35	3	3	2	4
10 - 20	2	2	2	5	25	43	36	29	40	31	44	20	30	21	15	43	3	3	3	3
20 - 50	2	3	2	7	25	39	31	29	44	37	52	23	25	17	11	36	4	4	4	5
50 - 100	2	2	1	7	26	40	31	35	51	40	56	29	17	12	6	21	4	6	6	8
100 - 500	1	1	1	10	26	38	34	34	52	42	52	28	15	11	4	12	6	8	9	16
500 - 1000	1	1	-	5	31	43	42	31	46	37	42	26	16	10	3	11	6	9	13	27
1000 e mais	3	4	-	7	19	31	52	26	45	38	31	19	19	12	3	10	14	15	14	38
Sem declaração	2	10	39	32	20	26	21	61	67	58	16	2	11	4	1	2	-	2	23	3
TOTAL	2	2	2	6	26	43	37	45	47	35	47	18	18	14	7	26	7	6	7	5

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela 84

1. Totais dos grupos de área do Brasil = 100.

TABELA 88

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PARTICIPAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIAS E GRUPOS DE ÁREA DAS REGIÕES NOS TOTAIS DO BRASIL. ANO DE 1950

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NORTE				NORDESTE				SUDESTE				SUL				CENTRO-OESTE			
	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados
Menos de 5	-	-	-	1	-	2	-	8	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-
5 - 10	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-
10 - 20	-	-	-	-	-	1	-	3	-	1	-	2	-	-	-	3	-	-	-	-
20 - 50	-	-	-	1	-	2	1	4	-	1	1	4	-	1	1	5	-	-	-	1
50 - 100	-	-	-	-	-	1	1	2	1	1	1	2	-	-	-	2	-	-	-	-
100 - 500	-	-	-	-	1	2	1	2	3	2	3	3	1	1	-	1	-	-	-	1
500 - 1000	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
1000 e mais	-	-	-	-	1	1	-	-	2	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	-	-	-	2	3	11	3	22	7	7	8	14	2	2	1	13	-	-	-	2

FONTE: dos Dados Originais: Tabela 84

1. Total do Brasil = 100

TABELA 89

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PARTICIPAÇÃO (EM %) DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIAS E GRUPOS DE ÁREA DAS REGIÕES NOS TOTAIS DO BRASIL

1960

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NORTE				NORDESTE				SUDESTE				SUL				CENTRO-OESTE			
	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerado
– 5	–	–	–	1	–	2	1	13	–	–	–	2	–	–	–	2	–	–	–	–
5 – 10	–	–	–	1	–	1	–	4	–	–	–	2	–	–	–	2	–	–	–	–
10 – 20	–	–	–	–	–	1	–	3	–	1	–	3	–	–	–	4	–	–	–	–
20 – 50	–	–	–	1	(0,3)	2	1	4	1	1	1	3	–	1	–	5	–	–	–	1
50 – 100	–	–	–	–	–	1	–	2	–	1	1	2	–	–	–	1	–	–	–	–
100 – 500	–	–	–	–	1	2	1	2	2	2	1	2	1	1	–	1	–	–	–	1
500 – 1000	–	–	–	–	–	1	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1000 e +	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Sem declaração	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
T O T A L	–	–	–	3	2	10	3	28	4	5	4	14	2	2	1	16	–	1	–	3

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Pessoal Ocupado por Categoria e Grupos de Área, Regiões e Brasil

Total do Brasil = 100.

TABELA 90

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PARTICIPAÇÃO (EM %) DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIAS E GRUPOS DE ÁREA DAS REGIÕES NOS TOTAIS DO BRASIL

1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NORTE				NORDESTE				SUDESTE				SUL				CENTRO-OESTE			
	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados	Operários Permanentes	Operários Temporários	Parceiros	Não Remunerados
- 5	-	-	-	1	-	1	-	18	-	-	-	2	-	-	-	4	1	-	-	1
5 - 10	-	-	-	1	-	-	-	5	-	-	-	2	-	-	-	4	-	-	-	-
10 - 20	-	-	-	1	-	-	-	4	-	-	-	2	-	-	-	6	1	-	-	-
20 - 50	-	-	-	1	-	1	-	5	-	1	-	4	-	1	-	5	1	-	-	1
50 - 100	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	1	2	-	-	-	1	1	-	-	1
100 - 500	-	-	-	1	2	1	1	2	1	1	1	2	1	-	-	1	1	-	-	-
500 - 1000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1000 e +	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	5	2	3	1	36	3	3	2	14	1	1	-	21	5	-	-	4

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de pessoal ocupado por categorias e Grupos de área, Regiões e Brasil

* Total do Brasil = 100

TABELA 91

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PESSOAL OCUPADO DISTRIBUIDO POR CATEGORIA, REGIÕES: NORTE, NORDESTE, SUDESTE, SUL, CENTRO-OESTE

1970

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL	REGIÕES (1 UNID.)				
		NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1. Responsáveis e membros não remunerados da família	14.106.105	865.163	6.321.703	2.496.028	3.719.604	703.587
1.1. Proprietários e administrativos	9.152.365	365.633	3.801.715	1.909.108	2.623.632	452.277
1.2. Arrendatários	1.691.996	92.146	1.000.927	206.585	310.080	82.258
1.3. Ocupantes	2.220.951	396.629	1.239.380	164.785	275.507	144.650
1.4. Trabalhadores sem renda própria	1.040.793	10.755	279.681	215.550	510.405	24.402
2. Empregados	2.643.692	53.704	941.524	1.068.389	412.593	167.482
2.1. Permanentes	1.155.276	18.901	298.779	547.831	213.516	76.249
2.2. Temporários	1.488.416	34.803	642.745	520.558	199.077	91.233
3. Parceiros	852.167	15.157	305.583	394.958	59.568	56.901
4. População agrícola ativa	17.581.964	934.024	7.568.810	3.959.375	4.191.785	927.970

FONTE: IBGE Censo Agropecuário 1970. Tabela 16

* Parceiros e de outra condição.

TABELA 92

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PARTICIPAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR CATEGORIAS

1970

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL	REGIÕES				
		NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1. Responsáveis e membros não remunerados da família	100	6	45	18	26	5
1.1. Proprietários e Administradores	100	4	41	21	29	5
1.2. Arrendatários	100	6	59	12	18	5
1.3. Ocupantes	100	18	56	7	12	7
1.4. Trabalhadores sem renda própria	100	1	27	21	49	2
2. Empregados	100	2	36	40	16	6
2.1. Operários Permanentes	100	2	26	47	18	7
2.2. Operários Temporários	100	2	43	35	14	6
3. Parceiros	100	2	37	47	7	7
4. População Agrícola Ativa	100	5	43	23	24	5

FONTE: dos Dados Originais Tabela 91. Pessoal Ocupado Distribuído por Categoria, região, Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste,1970

TABELA 93

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PARTICIPAÇÃO NO BRASIL E EM CADA MACRORREGIÃO DO PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR CATEGORIAS - 1970

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL	REGIÕES				
		NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1. Responsáveis e membros não remunerados da família	80	93	84	63	89	76
1.1. Proprietários e Administradores	52	39	50	48	63	49
1.2. Arrendatários	9	10	13	5	7	9
1.3. Ocupantes	13	43	16	4	7	16
1.4. Trabalhadores sem renda própria	6	1	4	5	12	3
2. Empregados	15	6	12	27	10	18
2.1. Operários Permanentes	7	2	4	14	5	8
2.2. Operários Temporários	9	4	9	13	5	10
3. Parceiros	5	2	4	10	1	6
4. População Agrícola Ativa	100	100	100	100	100	100

FONTE dos Dados Originais: Tabela 91 - Pessoal Ocupado Distribuído por Categoria, região Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, 1970

População Agrícola Ativa = 100

TABELA 94

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA DO PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR CATEGORIAS - BRASIL E MACRORREGIÕES - 1970

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL	REGIÕES				
		NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1. Responsáveis e membros não remunerados da família	80	5	36	14	21	4
1.1 Proprietários e Administradores	52	2	22	11	15	2
1.2 Arrendatários	9	-	6	1	2	-
1.3 Ocupantes	13	2	7	1	2	1
1.4 Trabalhadores sem renda própria	6	-	2	1	3	-
2. Empregados	15	-	6	6	2	1
2.1 Operários Permanentes	7	-	2	3	1	1
2.2 Operários Temporários	9	-	4	3	1	1
3. Parceiros	5	-	2	2	1	-
4. População Agrícola Ativa	100	5	43	23	24	5

Fonte dos Dados Originais: Tabela 91 - Pessoal Ocupado Distribuído por Categoria, Região Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste, 1970

* População Agrícola Ativa do Brasil = 100

TABELA 95

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

RELAÇÃO MÃO-DE-OBRA / HECTARE, POR EXTRATO DE ÁREA, REGIÃO NORTE

1972

GRUPO DE ÁREAS	ÁREA EXPLORADA. (1.000 ha) A	MÃO DE OBRA			FORÇA DE TRABALHO 1 H/1000 ha B/A	INDICE COM RELAÇÃO A 1000 ha e +
		FAMILIAR (1)	ASSALARIADOS PERMANENTES (2)	Nº MAX. DE ASSALARIADOS (B) INCLUSIVE TEMPORÁRIOS (3)		
-5	8,1	5.997	181	2.595	320	80
5-10	19,3	7.274	217	3.937	204	51
10-25	93,6	17.936	1.389	16.234	173	43
25-50	176,6	27.404	1.672	20.619	117	29
50-100	256,6	21.947	1.442	18.380	72	18
100-500	943,4	25.376	3.153	27.332	29	7
500-1000	836,0	4.849	1.332	8.432	10	3
1000 e +	8.728,1	8.055	7.239	35.728	4	1
Não classificados p/área total	946,5	3.951	823	5.170	5	1
TOTAL	12.008,2	122.789	17.448	138.427	12	-

FONTE: INCRA. Estatísticas cadastrais /2 1972 - Tabelas 220, 221, 222, 223

1 - Dependentes do proprietário que trabalham no imóvel
2 - Nº total de assalariados permanentes que trabalham no imóvel
3 - Nº máximo de assalariados no imóvel que trabalham na época de maiores serviços.

TABELA 96

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

RELAÇÃO MÃO-DE-OBRA / HECTARE POR ESTRATO DE ÁREA, REGIÃO NORDESTE

1972

GRUPOS DE ÁREA	ÁREA (A) EXPLORADA (1.000 ha)	MÃO-DE-OBRA			FORÇA DE TRABALHO H/1.000 ha (B/A)	ÍNDICE COM RELAÇÃO AO ESTRATO DE 1.000 ha e +
		Familiar (1)	Assalariados Permanentes (2)	Nº máximo de assalariados, inclusive temporários. (3) (B)		
- 5	432,0	303.222	3.011	165.861	384	43
5 - 10	700,3	217.284	3.871	164.545	235	26
10 - 25	2.178	350.391	11.553	346.059	159	18
25 - 50	2.992,9	250.359	15.590	328.807	110	12
50 - 100	4.349,8	201.669	22.544	334.986	77	9
100 - 500	13.602,1	215.814	66.695	573.062	42	5
500 - 1000	5.684,2	22.187	25.273	134.915	24	3
1000 e +	13.236,8	15.376	22.910	119.951	9	1
Não classificados por área total	2.174,4	39.656	5.823	62.661	29	3
T O T A L	45.350,5	1.615.958	177.270	2.230.847	51	-

FONTE: INCRA. Estatísticas Cadastrais/2, 1972, Tabelas 2.20, 2.21, 2.22, 2.23

1 - Dependentes do proprietário que trabalham no imóvel

2 - Nº total de assalariados permanentes que trabalham no imóvel

3 - Nº máximo de assalariados no imóvel que trabalham na época de maiores serviços.

T A B E L A 97

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

RELAÇÃO MÃO-DE-OBRA/HECTARE POR ESTRATO DE ÁREA REGIÃO SUDESTE

1 9 7 2

GRUPOS DE ÁREA	REGIÃO SUDESTE					
	ÁREA EXPLORADA (1.000 ha) (A)	MÃO DE OBRA			FORÇA DE TRABALHO H/ 1000 ha B/A	INDICE COM RELAÇÃO AO ESTRATO 1000 ha e mais
		FAMÍLIAR (1)	ASSALARIADOS PERMANENTE (2)	Nº MÁX. DE ASSALARIADOS INCLUSIVE TEMPORÁRIOS (3) (B)		
- 05	337,4	159168	5729	122240	362	23
05 - 10	737,9	151015	7139	155948	211	13
10 - 25	3094,4	326138	20960	437154	141	9
25 - 50	4678,2	251123	27356	475398	102	6
50 - 100	6625,1	181074	40741	501175	76	5
100 - 500	18260,3	162516	137476	913726	50	3
500 - 1000	6698,0	14653	50341	224799	34	2
1000 e mais	10488,0	7872	50354	168052	16	1
Não classificados p/área total	1325,4	25096	9337	59738	45	3
T O T A L	52245,8	1278655	349433	3058230	59	-

FONTE: INCRA Estatísticas Cadastrais/2, 1972 - Tabelas 2.20, 2.21, 2.22, 2.23

1 Dependentes do Proprietário que Trabalham no Imóvel
2 Número Total de Assalariados permanentes que Trabalham no Imóvel
3 Número Máximo de Assalariados no Imóvel que trabalham na Época de Maiores Serviços

TABELA 98

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

RELAÇÃO MÃO-DE-OBRA / HECTARE POR ESTRATO DE ÁREA, REGIÃO SUL

1972

GRUPOS DE ÁREA	ÁREA (A) EXPLORADA (1.000 ha)	MÃO-DE-OBRA			FORÇA DE TRABALHO H/1.000 ha (B/A)	ÍNDICE COM RELAÇÃO AO ESTRATO DE 1.000 ha e +
		Familiar (1)	Assalariados Permanentes (2)	Nº Máximo de Assalariados, inclusive Temporários. (3) (B)		
- 5	404,3	265.626	2.394	53.351	132	10
5 - 10	1.092,9	366.160	4.262	100.442	92	7
10 - 25	5.415,0	1.048.391	19.543	353.310	65	5
25 - 50	4.695,3	500.185	17.008	209.387	45	3
50 - 100	3.682,1	164.366	17.026	144.902	39	3
100 - 500	8.353,8	77.426	48.443	243.265	29	2
500 - 1000	3.590,3	6.942	19.521	64.098	18	1
1000 e +	6.641,5	4.449	31.134	87.210	13	1
Não classificados por área total	1.068,7	47.457	5.937	30.977	29	1
T O T A L	34.943,9	2.481.002	165.268	1.286.942	37	-

FONTE: INCRA Estatísticas Cadastrais/2, 1972. Tabelas 2.20, 2.21, 2.22, 2.23

1 - Dependentes do proprietário que trabalham no imóvel

2 - Nº máximo de assalariados no imóvel que trabalham na época de maiores serviços

3 - Nº total de assalariados permanentes que trabalham no imóvel.

TABELA 99

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

RELAÇÃO MÃO DE OBRA / HECTARE, POR ESTRATO DE ÁREA, REGIÃO CENTRO-OESTE

1972

REGIÃO CENTRO-OESTE

GRUPOS DE ÁREA	ÁREA EXPLORADA (1.000 ha) (A)	MÃO-DE-OBRA			FORÇA DE TRABALHO H/1.000 B/A	INDICE COM RELAÇÃO EXTRATO 1000 ha e +
		Familiar (1)	Assalariados Permanentes (2)	Nº Máximo de Assalariado Inclusive Temporários (3) (B)		
- 5	20,8	9.038	371	8.437	406	102
5 - 10	58,3	12.143	344	15.077	259	65
10 - 25	367,5	45.527	1.412	57.749	157	39
25 - 50	816,6	54.369	2.888	87.263	107	27
50 - 100	1.491,0	50.086	3.796	106.626	71	18
100 - 500	8.706,0	97.357	16.880	266.806	31	8
500 - 1000	5.799,9	19.344	8.682	77.042	13	3
1000 e mais	36.873,1	19.404	30.616	159.759	4	1
Não classificados por área total	2.800,4	10.341	2.999	23.244	8	2
TOTAL	56.933,8	317.609	67.988	802.003	14	-

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais 12, 1972. Tabelas 2.20; 2.21; 2.22; 2.23

1 - Dependentes do proprietário que trabalham no imóvel
2 - Nº total de assalariados permanentes que trabalham no imóvel
3 - Nº máximo de assalariados no imóvel que trabalham na época de maiores colheitas

TABELA 100
POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA COLONIZAÇÃO E EMPREGO
RELAÇÃO MÃO-DE-OBRA / HECTARE POR ESTRATO, BRASIL
1972

ESTRATO DE ÁREA (ESP)	BRASIL					
	ÁREA EXPLORADA (1.000 ha) A	MÃO DE OBRA (1) FAMILIAR	MÃO DE OBRA ASSALARIADOS PERMANENTE (2)	MÃO DE OBRA Nº MAX. DE ASSALARIADOS B INCLUSIVE TEMPORÁRIOS (3)	FORÇA DE TRABALHO HOMEM/1.000 ha (B/A)	INDICE COM RELAÇÃO AO ESTRATO DE 1.000 ha e +
-5	1.202,9	743.051	11.686	352.484	293	366
5-10	2.608,8	753.876	15.833	439.949	169	211
10-25	11.148,5	1.788.383	54.857	1.210.506	109	136
25-50	13.359,8	1.083.440	64.514	1.121.474	84	105
50-100	16.404,6	619.142	85.549	1.106.069	67	84
100-500	49.865,6	578.489	272.647	2.024.191	41	51
500-1000	22.608,4	67.975	105.149	509.286	23	29
1000 e +	75.968,3	55.156	142.253	570.700	0,8	1
Não Classificados por área	8.315,2	126.501	24.919	181.790		
T O T A L	201.482,1	5.816.013	777.407	7.516.449	37,3	

FONTE: Estatísticas Cadastrais 12,1972, Tabelas 220; 221; 222; 223

1 - Número de dependentes do proprietário que trabalham no imóvel
2 - Total de assalariados permanentes que trabalham no imóvel
3 - Nº Máximo de assalariados no imóvel que trabalham na época de maiores serviços.

T A B E L A 101

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO
PARTICIPAÇÃO DA ÁREA EXPLORADA E DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA POR ESTRATO DE ÁREA, DAS REGIÕES NA ÁREA EXPLORADA E NA PAA DO BRASIL
1 9 7 2

GRUPOS DE ÁREAS (ha)	BRASIL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	Área Explorada	PAA	Área Explorada	PAA	Área Explorada	PAA	Área Explorada	PAA	Área Explorada	PAA	Área Explorada	PAA
Menor de 5	100	100	1	1	36	43	28	26	33	29	2	1
05 - 10	100	100	1	1	27	32	28	26	42	39	2	2
10 - 25	100	100	1	1	19	23	28	26	49	47	3	3
25 - 50	100	100	1	2	23	26	35	33	35	32	6	7
50 - 100	100	100	2	2	27	31	40	40	22	18	9	9
100 - 500	100	100	2	2	27	30	37	42	17	13	17	13
500 - 1000	100	100	4	2	25	27	30	43	16	13	25	15
1000 e mais	100	100	12	7	17	21	14	29	9	16	48	27
Não classificados	100	100	11	3	26	33	16	28	13	25	34	11
T O T A L	100	100	6	2	23	29	26	33	17	28	28	8

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aproveitamento da Área Agrícola do Imóvel, Brasil e Regiões; e Tabela de População Agrícola Ativa, Brasil e Regiões, 1972.

TABELA 102

POLÍTICA DE ESTRUTURA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO E EMPREGO

PROJETO DE COLONIZAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL (1968)

ESTADO	TOTAL	NÚMERO DE PROJETOS			ÁREA TOTAL (ha)	NÚMERO TOTAL DE FAMÍLIAS	OUTRAS FAMÍLIAS (x)
		Federal	Estadual	Privado			
Maranhão	3	2	-	1	415.000	1.400	5.600
Piauí	8	2	2	4	234.247	714	1.502
Ceará	2	1	-	1	4.793	25	189
Rio Grande do Norte	3	2	-	1	5.885	136	17
Paraíba	2	1	1	-	25.715	46	1.570
Pernambuco	15	6	9	-	45.530	2.445	257
Alagoas	3	-	1	2	34.451	575	407
Sergipe	8	-	4	4	17.176	608	1.700
Bahia	15	7	8	-	69.052	1.227	810
TOTAL	59	21	25	13	851.949	7.176	12.053

FONTE: Vicenzo d'Apote, Bases para uma Política de Reforma y Colonización en el Nordeste del Brazil, SUDENE/FAO, Recife, 1970

(x) - Moradores e famílias empregadas pelos colonos.

ANEXO B

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE.

TABELAS Pág.

01 Política de Produção e Produtividade Rendimento Médio Por Hectare dos Principais Cultivos (Kg/ha), Região Norte - 1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 1973-74-75..... B.01

02 Política de Produção e Produtividade - Índice Evolutivo do Rendimento Médio Por Hectare dos Principais Cultivos (Kg/ha), Região Norte - 1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970-73-74-75..... B.02

03 Política de Produção e Produtividade - Rendimento Médio por Hectare dos Principais Cultivos (Kg/ha), Região Nordeste - 1950/54-1955/59-1960/64- 1965/69 - 1970-73-74-75..... B.03

04 Política de Produção e Produtividade - Índice Evolutivo do Rendimento Médio por Hectare dos Principais Cultivos (Kg/ha), Região Nordeste - 1950/54-1955/60 - 1961/64-1964/69-1970-73-74-75..... B.04

05 Política de Produção e Produtividade - Rendimento Médio por Hectare dos Principais Cultivos (Kg/ha), Região Sudeste - 1950/54-1955/59-1960/64-1965/69-1970 - 1973-74-75..... B.05

06 Política de Produção e Produtividade - Índice Evolutivo do Rendimento Médio por Hectare dos Principais Cultivos (Kg/ha), Região Sudeste - 1950/54-1955/59-1960/64 - 1965/69 - 1970-73-74-75..... B.06

07 Política de Produção e Produtividade - Rendimento Médio por Hectare dos Principais Cultivos (kg/ha), Região Sul - 1950/54 - 1955/59 - 1960/64-1965/69 - 1970 1973-74-75..... B.07

08 Política de Produção e Produtividade - Índice Evolutivo do Rendimento Médio por Hectare dos Principais Cultivos,Região Sul - 1955/59-1960/64-1965/69-1970-73-1974 - 1975..... B.08

TABELAS Pág.

09 Política de Produção e Produtividade - Rendimento Médio por Hectare dos Principais Cultivos (Kg/ha), Região Centro-Oeste - 1950/54-1955/59-1960/64-1965/69 - 1970-73-74-75..... B.09

10 Política de Produção e Produtividade - Índice Evolutivo do Rendimento Médio por Hectare dos Principais Cultivos (Kg/ha), Região Centro-Oeste - 1950/54-1955/59-1960/64-1965/69 - 1970-73-74-75-..... .. B.10

11 Política de Produção e Produtividade - Rendimento Médio por Ha. dos Principais Cultivos (Kg/ha),Brasil - 1950/54-1955/59-1960/64-1965/69-1970-73-74-75-76..... B.11

12 Política de Produção e Produtividade - Índice Evolutivo do Rendimento Médio por Hectare dos Principais Cultivos (Kg/ha), Brasil - 1950/54-1955/59-1960/64-1965/69 - 1970-73-74-75-76..... B.12

13 Política de Produção e Produtividade - Máquinas e Implementos Agrícolas - Região Norte - 1950-60-70.... B.13

14 Política de Produção e Produtividade - Máquinas e Implementos Agrícolas - Região Nordeste - 1950-60-70 ..... B.14

15 Política de Produção e Produtividade - Máquinas e Implementos Agrícolas - Região Sudeste - 1950-60-70.... B.15

16 Política de Produção e Produtividade - Máquinas e Implementos Agrícolas - Região Sul - 1950-60-70..... B.16

17 Política de Produção e Produtividade - Máquinas e Implementos Agrícolas - Região Centro-Oeste-1950-60-70. B.17

18 Política de Produção e Produtividade - Máquinas e Implementos Agrícolas - Brasil - 1950-60-70..... B.18

TABELAS Pág.

19 Política de Produção e Produtividade - Máquinas e Implementos Agrícolas - 1950-60-70..... B.19

20 Política de Produção e Produtividade - Distribuição Regional (em %) de Máquinas e Implementos Agrícolas - 1950-60-70..... B.20

21 Política de Produção e Produtividade - Índice Evolutivo de Máquinas e Implementos Agrícolas - 1950-60-70... B.21

22 Política de Produção e Produtividade - Uso de Fertilizantes - Área Total e Adubada e Relação Entre a Área Total e a Adubada - 1970..... B.22

23 Política de Produção e Produtividade - Uso de Fertilizantes - Percentual da Área total Adubada - 1970..... B.23

24 Política de Produção e Produtividade - Distribuição Regional (em %) do Uso de Fertilizantes - Área total e Adubada - 1970..... B.24

25 Política de Produção e Produtividade - Uso de Fertilizantes - Distribuição Percentual da Área Total e da Área Adubada, Brasil e Macrorregiões- 1970..... B.25

26 Política de Produção e Produtividade - Distribuição do Consumo Aparente de Nutrientes em Toneladas, Brasil - 1966/70 e de 1971 a 1975..... B.26

27 Política de Produção e Produtividade - Distribuição do Consumo Aparente de Nutrientes em Toneladas, Região Norte - 1966/70 e de 1971 a 1975..... B.27

28 Política de Produção e Produtividade - Distribuição do Consumo Aparente de Nutrientes em Toneladas, Região Centro 1966/ e de 1971 a 1975..... B.28

TABELAS Pág.

29 Política de Produção e Produtividade - Distribuição do Consumo Aparente de Nutrientes em Toneladas, Região - Sul - 1966/70 e de 1971 a 1975..... B.29

30 Política de Produção e Produtividade - Índice Evolutivo do Consumo Aparente de Nutrientes - Brasil e Macrorregiões - 1971 a 1975 - (1966/70 = 100)..... B.30

TABELA 1

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE
RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (Kg/ha), REGIÃO NORTE
1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975

CULTIVOS \ ANOS	REGIÃO NORTE							
	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970	1973	1974	1975
Algodão	269	538	212	227	226	1.090	-	-
Amendoim	673	902	817	1.095	1.095	1.025	-	-
Arroz	1.006	922	848	966	991	1.176	-	-
Banana[2]	1.391	1.530	1.497	1.613	1.627	1.522	-	-
Cacau	228	297	355	326	290	335	-	230
Café	449	430	771	599	-	715	-	-
Cana-de-açúcar	26.360	25.443	24.080	22.256	21.040	26.095	-	-
Cebola	1.149	1.373	1.921	1.867	1.200	3.000	-	-
Feijão	1.214	795	828	812	824	904	-	-
Laranja[1]	108.437	99.343	85.204	88.097	97.796	65.530		
Mandioca	12.182	12.348	13.925	14.500	14.093	11.398	11.220	11.432
Milho	883	777	778	825	886	947	-	
Soja	-	-	-	-	-		-	-
Tomate	771	674	777	1.750	2.088	2.410		
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-
Coco-da-Baía	7.567	7.780	6.520	6.967	7.640	6.806	-	4.699
Pimenta-do-Reino	5.072	-	-	-	-	4.077	-	3.863
Sisal ou Agave	600	1.096	494	599	-	-	-	-
Abacaxi	2.923	3.330	3.203	3.589	4.046	-	-	-
Fumo	851	740	692	632	655	728		
Juta	1.038	1.229	1.262	1.137	1.146	1.067	910	1.186

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - Diversos Anos.

(1) 1000 Frutos
(2) 1000 Cachos

TABELA 2

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

ÍNDICE EVOLUTIVO DO RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (Kg/ha), REGIÃO NORTE
1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975

ANOS / CULTIVOS	REGIÃO NORTE								
	1955/59	1960/64	1965/69	1970	1971	1972	1973	1974	1975
ALGODÃO HERBÁCEO	200	78,8	84,4	84,0	-	-	-	-	-
AMENDOIM	134	121,4	162,7	162,7	-	-	152,3	-	-
ARROZ	91,6	84,3	96	98,5	-	-	116,9	-	-
BANANA (2)	110	107,6	115,9	117	-	-	109,4	-	-
BATATA-INGLESA	-	-	-	-	-	-	100	-	-
CACAU	130,3	155,7	143	127,2	-	-	146,9	-	100,9
CAFÉ	95,8	171,7	133,4	-	-	-	159,2	-	-
CANA-DE-AÇÚCAR	96,5	91,3	84,4	79,8	-	-	99	-	-
CEBOLA	119,5	167,2	162,5	104,4	-	-	261	-	-
FEIJÃO	65,5	68,2	66,9	67,9	-	-	74,5	-	-
LARANJA (1)	91,6	78,6	81,2	90,2	-	-	60,4	-	-
MANDIOCA	101,4	114,3	119	115,7	-	-	93,6	92,1	93,8
MILHO	88	88,1	93,4	100,3	-	-	107,2	-	-
SOJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRIGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COCO-DA-BAÍA (1)	102,8	86,2	92	101	-	-	89,9	-	62
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	-	-	80,4	-	76,2
SISAL OU AGAVE	182,7	82,3	99,8	-	-	-	-	-	-
ABACAXI	113,9	109,6	122,8	138,4	-	-	-	-	-
FUMO	86,9	81,3	74,3	77	-	-	85,5	-	-
JUTA	118,4	121,6	109,5	110,4	-	-	102,8	87,7	114,2
MALVA	-	-	-	-	-	-	-	100	123,8

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Rendimento Médio por ha dos Principais Cultivos (Kg/ha) , Região Norte

* 1950/54 = 100.

TABELA 3

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE
RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (Kg/ha), REGIÃO NORDESTE
1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975

CULTIVOS \ ANOS	REGIÃO NORDESTE							
	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970	1973	1974	1975
Algodão Arbóreo						234	215	179
Algodão Herbáceo						393	349	349
Algodão[1]	284	245	360	293	175	-	-	-
Alho	1.209	-	-	2.524	2.638	-	-	-
Amendoim	1.162	1.237	1.209	1.113	1.013	1.140	-	1.000
Arroz	1.179	1.295	1.418	1.384	1.122	1.300	1.204	1.447
Banana[2]	1.741	1.728	2.042	1.842	2.122	1.571	1.700	1.638
Batata-Inglesa	3.435	3.408	3.681	2.631	3.517	2.683	-	8.216
Cacau	455	328	323	398	458	492		649
Café	380	437	587	530	653	576	-	-
Cana-de-açúcar	38.818	39.541	51.027	44.493	43.026	45.788		45.009
Cebola	3.279	5.414	6.104	4.651	6.278	6.878	6.612	6.380
Feijão	712	492	582	549	374	516	401	397
Laranja[1]	86.245	82.859	46.731	17.845	73.661	61.968	15.438	68.259
Mandioca	11.338	11.550	12.952	12.355	12.254	11.324	10.593	11.583
Milho	678	695	1.004	791	512	687	649	659
Soja	1.137	-	1.685	1.041	1.562	1.789	-	-
Tomate	8.517	7.638	10.986	9.735	10.254	16.681	22.000	19.969
Coco-da-Baía[1]	4.570	4.997	5.971	6.366	5.477	4.072	3.314	2.994
Sisal	846	985	1.140	949	916	513	1.102	961
Abacaxi[1]	7.356	7.222	9.346	9.010	9.791			12.879
Fumo	722	744	694	770	770	733	828	732
Juta	-	-	-	605	-	-	-	-
Mamona	765	755	823	2.371	774	731	698	711

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - Diversos Anos

(1) 1000 Frutos
(2) 1000 Cachos

TABELA 4

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

ÍNDICE EVOLUTIVO DO RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (Kg/ha), REGIÃO NORDESTE

1950/54 - 1955/60 - 1961/64 - 1964/67 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975

ANOS / CULTIVOS	REGIÃO NORDESTE								
	1955/59	1960/64	1965/69	1970	1971	1972	1973	1974	1975
ALGODÃO ARBÓREO	-	-	-	-	-	-	100	93,5	76,5
ALGODÃO HERBÁCEO	-	-	-	-	-	-	100	88,8	88,8
ALGODÃO	86,3	126,8	103,2	61,6	-	-	-	-	-
ALHO	-	-	208,8	218,2	-	-	-	-	-
AMENDOIM	106,4	104	95,8	87,2	-	-	98,1	-	86
ARROZ	109,8	120,3	117,4	95,2	-	-	110,3	102,1	122,7
BANANA	99,2	117,3	105,8	121,9	-	-	90,2	97,6	94
BATATA-INGLESA	99,2	107,2	77	102,4	-	-	78,2	-	239,2
CACAU	72.1	71	87,5	100,6	-	-	108,1	-	142,6
CAFÉ	115	154,5	139,5	171,8	-	-	151,6	-	-
CANA-DE-AÇÚCAR	101,9	131,4	114,6	110,8	-	-	117,9	-	115,9
CEBOLA	165,1	186,1	141,8	191,5	-	-	209,7	201,6	194,6
FEIJÃO	69,1	81,7	77,1	52,5	-	-	72,5	56,3	55,7
LARANJA	96	54,2	20,7	85,4	-	-	71,8	17,9	79,1
MANDIOCA	101,9	114,2	109	108	-	-	99,9	93,4	102,2
MILHO	102,5	148,1	116,7	75,5	-	-	101,3	95,7	97,2
SOJA	-	148,2	91,5	137,4	-	-	157,3	-	-
TOMATE	89,7	129	114,3	120,4	-	-	195,8	258,3	234,5
COCO-DA-BAÍA	109,3	130,6	139,3	119,8	-	-	89,1	72,5	65,5
SISAL	116,4	134,7	112,2	108,3	-	-	60,6	130,3	113,6
ABACAXI	98,2	127	122,5	133,1	-	-	-	-	175,1
FUMO	103	96,1	106,6	106,6	-	-	101,5	114,7	101,4
JUTA	-	-	100	-	-	-	-	-	-
MAMONA	98,7	107,6	309,9	101,2	-	-	95,5	91,2	92,9

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Rendimento Médio por ha dos Principais Cultivos (Kg/ha), Região Nordeste.

* 1950/54 = 100.

TABELA 5

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE
RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (Kg/ha), REGIÃO SUDESTE
1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975

ANOS / CULTIVOS	REGIÃO SUDESTE							
	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970	1973	1974	1975
Algodão Herbáceo	586	676	882	901	1.013	1.089	1.173	1.203
Alho	2.373	-	-	2.592	2.593	-	-	-
Amendoim	1.068	1.400	1.146	1.244	1.407	1.184	1.281	1.423
Arroz	1.326	1.338	1.394	1.283	1.408	1.148	1.188	1.002
Banana[2]	1.277	1.260	1.203	1.330	1.451	882	832	873
Batata-Inglesa	5.573	6.418	7.485	7.985	8.374	669	11.566	10.964
Cacau	338	327	241	221	259	231	-	-
Café	351	462	788	902	992	1.057	1.702	1.066
Cana-de-açúcar	41.784	42.749	45.422	47.043	49.790	49.309	48.150	48.962
Cebola	3.629	3.738	3.902	4.253	4.299	5.886	6.600	7.849
Feijão	964	645	574	567	574	572	487	493
Laranja[1]	80.194	77.391	71.020	74.158	75.158	52.417	87.199	77.532
Mandioca	15.221	14.626	16.105	16.649	16.751	14.056	15.212	15.985
Milho	1.299	1.272	1.322	1.450	1.622	1.583	1.868	1.591
Soja	1.111		1.076	1.265	1.442	1.634	1.513	1.639
Tomate	14.298	18.927	21.278	23.956	21.511	20.891	22.478	22.944
Trigo	620	762	730	839	984	1.212	1.394	573
Coco-da-Baía[1]	5.100	4.648	6.818	7.812	8.185	4.278	-	2.900
Pimenta-do-reino	842	-	-	-	-	1.131	-	-
Sisal	688	666	649	717	-	-	-	-
Uva	8.080	7.924	6.248	9.528	9.550	7.023	12.806	13.540
Abacaxi[1]	6.962	7.842	7.819	7.802	8.198	-	-	16.383
Fumo	549	563	541	505	531	878	850	1.183
Mamona	803	860	914	946	1.023	1.173	1.158	1.006

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - Diversos Anos.

(1) 1000 Frutos
(2) 1000 Cachos

TABELA 6

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

ÍNDICE EVOLUTIVO DO RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (Kg/ha), REGIÃO SUDESTE

1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975

ANOS / CULTIVOS	REGIÃO SUDESTE						
	1955/59	1960/64	1965/69	1970	1973	1974	1975
ALGODÃO HERBÁCEO	115,3	150,5	153,7	172,9	-	-	-
ALHO	-	-	109,2	109,3	-	-	-
AMENDOIM	131,1	107,3	116,5	131,7	110,9	119,9	133,2
ARROZ	100,9	105,1	96,7	106,2	86,6	89,6	75,6
BANANA	98,7	94,2	104,1	113,6	69,1	65,1	68,4
BATATA-INGLESA	115,2	134,3	143,3	150,3	12	207,5	196,7
CACAU	96,7	71,3	65,4	76,6	68,3	-	-
CAFÉ	131,6	224,5	257,0	282,6	301,1	484,9	303,7
CANA-DE-AÇÚCAR	102,3	108,7	112,6	119,2	118	115,2	117,2
CEBOLA	103	107,5	117,2	118,5	162,2	181,9	216,3
FEIJÃO	66,9	59,5	58,8	59,5	59,3	50,5	51,1
LARANJA	96,5	88,6	92,5	93,7	65,4	108,7	96,7
MANDIOCA	96,1	105,8	109,4	110	92,3	99,9	105
MILHO	97,9	101,8	111,6	124,9	121,9	143,8	122,5
SOJA	-	96,8	113,9	129,8	147,1	136,2	147,5
TOMATE	132,4	148,8	167,5	150,4	146,1	157,2	160,5
TRIGO	122,9	117,7	135,3	158,7	195,5	224,8	92,4
COCO-DA-BAIA	91,1	133,7	153,2	160,5	83,9	-	56,9
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	134,3	-	-
SISAL	96,8	94,3	104,2	-	-	-	-
UVA	98,1	77,3	117,9	118,2	86,9	158,5	167,6
ABACAXI	112,6	112,3	112,1	117,7	-	-	235,3
FUMO	102,5	98,5	92	96,7	159,9	154,8	215,5
MAMONA	107,1	113,8	117,8	127,4	146,1	144,2	125,3

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Rendimento Médio por ha dos Principais Cultivos (Kg/ha), Região Sudeste

* 1950/54 = 100.

TABELA 7

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE
RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (Kg/ha), REGIÃO SUL
1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975

ANOS POR REGIÕES / CULTIVOS	REGIÃO SUL							
	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970	1973	1974	1975
Algodão Herbáceo	624	805	1.112	1.220	1.175			
Alho	2.146	-	-	2.609	2.619	-	-	-
Amendoim	981	1.054	1.029	1.370	1.323	1.228	1.270	1.143
Arroz	2.306	2.090	2.336	2.241	2.398	2.328	2.365	2.614
Banana [2]	1.418	1.535	1.402	1.758	2.380	1.425	1.443	1.619
Batata-Inglesa	4.441	4.641	4.872	6.328	7.064	6.621	7.717	7.857
Café	307	718	1.213	1.176	189	1.736	1.337	1.301
Cana-de-açúcar	27.447	29.494	34.472	41.174	39.880	37.780	41.562	38.621
Cebola	6.353	5.713	5.605	6.098	5.966	6.223	6.374	6.280
Feijão	1.076	832	868	857	924	694	704	818
Laranja [1]	74.484	79.163	80.370	79.919	85.213	75.811	79.831	85.066
Mandioca	13.505	16.660	14.180	15.919	16.852	14.071	14.515	14.494
Milho	1.417	1.427	1.465	1.862	1.680	1.697	1.752	1.890
Soja	1.416	-	990	1.098	1.126	1.372	1.540	1.719
Tomate	4.478	6.053	6.895	11.024	13.163	16.217	15.611	22.653
Trigo	788	671	675	886	973	1.110	1.170	617
Uva	6.299	6.681	6.623	7.450	8.862	7.122	10.164	9.503
Abacaxi [1]	4.892	3.795	3.307	5.486	9.577	-	-	11.500
Fumo	888	913	989	1.397	1.249	1.231	1.592	1.400
Mamona	936	1.159	1.239	1.635	1.846	1.450	1.600	1.616
Cevada	959	-	799	881	827	-	-	-

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - Diversos Anos

(1) 1000 Frutos
(2) 1000 Cachos

TABELA 8

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

ÍNDICE EVOLUTIVO DO RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DOS PRINCIPAIS CULTIVOS, REGIÃO SUL

1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975

CULTIVOS \ ANOS	REGIÃO SUL						
	1955/59	1960/64	1965/69	1970	1973	1974	1975
ALGODÃO HERBÁCEO	129	178,2	195,5	188,3	-	-	-
ALHO	-	-	121,6	122	-	-	-
AMENDOIM	107,4	104,9	139,6	134,9	125,2	129,4	116,5
ARROZ	90,6	101,3	97,2	104	100,9	102,5	113,3
BANANA	108,2	98,9	124	167,8	100,5	101,8	114,2
BATATA-INGLESA	104,5	109,7	142,5	159,1	149,1	173,8	176,9
CAFÉ	233,9	395,1	383,1	61,6	565	435,5	423,8
CANA-DE-AÇÚCAR	107,4	126	150	145,3	137,6	151,4	140,7
CEBOLA	89,9	88,2	96	93,9	97,9	100,3	98,8
FEIJÃO	77,3	80,7	79,6	85,9	64,5	65,4	76
LARANJA	106,3	107,9	107,3	114,4	101,8	107,2	114,2
MANDIOCA	123,4	105	117,9	124,8	104,2	107,5	107,3
MILHO	100,7	103,3	131,4	118,6	119,8	123,6	133,4
SOJA	-	69,9	77,5	79,5	96,9*	108,7	121,4
TOMATE	135,2	154	246,2	293,9	362,1	348,6	505,9
TRIGO	85,1	85,6	112,4	123,5	140,9	148,5	78,3
UVA	106,1	105,1	118,3	140,7	113,1	161,3	150,9
ABACAXI	77,6	67,6	112,1	195,8	-	-	235,1
FUMO	102,8	111,4	157,3	140,6	138,6	179,3	157,6
MAMONA	123,8	132,4	174,7	197,2	154,9	170,9	172,6
CEVADA	-	83,3	91,9	86,2	-	-	-

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Rendimento Médio por Hectare dos Principais Cultivos (Kg/ha)

* 1950/54 = 100

TABELA 9

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE
RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (Kg/ha), REGIÃO CENTRO-OESTE
1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975

ANOS / CULTIVOS	REGIÃO CENTRO-OESTE							
	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970	1973	1974	1975
ALGODÃO HERBÁCEO	585	569	816	820	1.046	1.036	1.156	1.193
AMENDOIM	895	1.122	1.131	1.269	1.398	1.025	713	1.098
ARROZ	1.602	1.517	1.508	1.430	1.292	1.397	1.180	1.105
BANANA (2)	1.849	1.988	2.559	1.582	1.691	722	850	850
BATATA-INGLESA	5.305	5.572	4.599	5.561	5.528	5.421	-	-
CAFÉ	138	813	1.560	1.468	1.192	724	-	-
CANA-DE-AÇÚCAR	37.967	40.919	35.897	43.020	45.117	44.033	45.000	40.000
CEBOLA	3.563	2.967	2.663	2.830	3.454	3.557		
FEIJÃO	1.224	917	847	867	742	594	543	572
LARANJA (1)	126.179	108.788	83.130	58.355	88.610	92.862	72.000	72.000
MANDIOCA	16.900	17.411	17.036	14.360	19.137	15.804	14.533	8.872
MILHO	1.925	1.469	1.594	1.533	1.490	1.564	1.793	1.818
SOJA	1.377	-	1.037	1.171	1.374	1.322	1.425	1.385
TOMATE	6.781	9.305	13.785	13.366	21.718	34.785	50.000	50.000
TRIGO	392	856	1.088	925	1.377	536	538	216
COCO-DA-BAÍA (1)	9.977	8.973	8.771	12.556	17.031	5.036	-	-
PIMENTA	-	-	-	-	-	2.000	-	-
UVA	3.257	3.526	6.500	3.333	3.545	9.000	-	-
ABACAXI (1)	5.453	5.240	5.713	6.503	6.999	-	-	7.000
FUMO	618	840	754	823	810	847	870	840
MAMONA	461	635	1.223	1.074	1.024	1.019	857	955

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil - Diversos anos

(1) 1000 Frutos
(2) 1000 Cachos

TABELA 10

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

ÍNDICE EVOLUTIVO DO RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (Kg/ha), REGIÃO CENTRO-OESTE

1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975

CULTIVOS \ ANOS	REGIÃO CENTRO-OESTE						
	1955/59	1960/64	1965/69	1970	1973	1974	1975
ALGODÃO HERBÁCEO	97,3	139,5	140,2	178,8	-	-	-
AMENDOIM	125,4	126,4	141,8	156,2	114,5	79,7	122,7
ARROZ	94,7	94,1	89,3	80,6	87,2	73,6	69
BANANA	107,5	138,4	85,5	91,4	39	46	46
BATATA-INGLESA	105	86,7	104,8	104,2	102,2	-	-
CAFÉ	589,1	1.130,4	1.063,7	863,8	524,6	-	-
CANA-DE-AÇÚCAR	107,8	94,5	113,3	118,8	116	118,5	105,3
CEBOLA	83,3	74,7	79,4	96,9	99,8	-	-
FEIJÃO	74,9	69,2	70,8	60,6	48,5	44,4	46,7
LARANJA	86,2	65,9	46,2	70,2	73,6	57,1	57,1
MANDIOCA	103	100,8	85	113,2	93,5	86	52,5
MILHO	76,3	82,8	79,6	77,4	81,2	93,1	94,4
SOJA	-	75,3	85	99,8	96	103,5	100,6
TOMATE	137,2	203,3	197,1	320,3	513	737,3	737,3
TRIGO	218,4	277,5	236	351,3	136,7	137,2	55,1
COCO-DA-BAÍA	89,9	87,9	125,8	170,7	50,5	-	-
PIMENTA	-	-	-	-	100	-	-
UVA	108,2	199,6	102,3	108,8	276,3	-	-
ABACAXI	96,1	104,8	119,2	128,3	-	-	128,4
FUMO	135,9	122	133,2	131,1	137	140,8	135,9
MAMONA	137,7	265,3	233	222	221	185,9	207,1

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Rendimento Médio por ha dos Principais Cultivos, Região Centro-Oeste.

* 1950/54 = 100

TABELA 11

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

RENDIMENTO MÉDIO POR HA. DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (Kg/ha), BRASIL
1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975 - 1976

CULTIVOS / ANOS	1950/54 t/ha	1955/59 t/ha	1960/64 t/ha	1965/69 t/ha	1970 t/ha	1973 t/ha	1974 t/ha	1975 t/ha	1976 t/ha
ALGODÃO	437	451	535	490	455	-	-	-	-
AMENDOIM	1.011	1.314	1.318	1.258	1.386	1.166	1.251	1.337	1.360
ARROZ	1.222	1.510	1.601	1.510	1.517	1.493	1.557	1.463	1.461
BANANA	1.425	1.383	1.423	1.550	1.775	1.141	1.233	1.257	1.316
BATATA-INGLESA	4.879	5.294	5.789	6.706	7.394	7.087	9.227	9.006	9.626
CAFÉ	383	526	866	1.009	628	839	1.484	1.122	768
CANA-DE-AÇÚCAR	39.004	40.242	42.901	45.415	20.000	46.965	49.024	48.123	51.845
CEBOLA	4.882	4.952	4.970	5.257	5.503	6.220	6.615	6.826	7.588
FEIJÃO	927	658	650	662	635	585	538	560	456
LARANJA	80.501	79.266	73.960	76.074	76.705	54.867	93.789	81.062	89.886
MANDIOCA	14.170	12.958	13.542	14.385	14.453	12.610	12.424	12.395	12.562
MILHO	1.240	1.233	1.276	1.345	1.442	1.430	1.582	1.562	1.610
SOJA	-	-	960	1.121	1.144	1.386	1.531	1.699	1.750
TOMATE	10.185	12.618	13.806	17.010	16.988	19.032	22.670	23.464	25.557
TRIGO	787	671	676	865	973	1.104	1.157	610	909
UVA	6.585	6.919	6.529	7.797	9.034	7.088	10.950	10.519	10.565
ABACAXI	6.835	6.881	6.793	7.584	8.779	-	-	14.263	14.649
FUMO	756	785	795	921	995	996	1.345	1.194	1.095
MAMONA	773	628	835	1.001	915	905	927	924	835
CEVADA	1.011	-	853	-	1.068	-	-	-	-
CACAU	445	401	320	388	444	471	324	625	484
AGAVE	882	983	1.089	948	1.001	1.050	1.113	962	592
JUTA	548	1.228	1.369	1.127	1.146	1.067	910	1.186	810
COCO-DA-BAÍA	4.611	5.035	5.774	6.427	5.604	4.111	3.556	3.100	2.957
ALGODÃO ARBÓREO						240	222	180	153
ALGODÃO HERBÁCEO						849	1.408	945	570
PIMENTA						2.978	-	3.165	2.915
MALVA						-	1.015	1.115	1.139

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - ANOS DIVERSOS

TABELA 12

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

ÍNDICE EVOLUTIVO DO RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (Kg/ha), BRASIL

1950/54 - 1955/59 - 1960/64 - 1965/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975 - 1976

CULTIVOS \ ANOS	BRASIL							
	1955/59	1960/64	1965/69	1970	1973	1974	1975	1976
ALGODÃO	103,2	122,4	112,1	104,1	-	-	-	-
AMENDOIM	130	130,4	124,4	137,1	115,3	123,7	132,2	134,5
ARROZ	123,6	131	123,6	124,1	122,2	127,4	119,7	111,3
BANANA	97	99,8	108,8	124,6	80,1	86,5	88,2	92,3
BATATA-INGLESA	108,5	118,6	137,4	151,5	145,2	189,1	184,6	197,3
CAFÉ	137,3	226,1	263,4	164	219,1	387,5	292,9	200,5
CANA-DE-AÇÚCAR	103,2	110	116,4	51,3	120,4	125,7	123,4	132,9
CEBOLA	101,4	101,8	107,7	112,7	127,4	135,5	139,8	155,4
FEIJÃO	71	70,1	71,4	68,5	63,1	58	60,4	49,2
LARANJA	98,5	91,9	94,5	95,3	68,1	116,5	100,7	111,6
MANDIOCA	91,4	95,6	101,5	102	89	87,7	87,5	88,6
MILHO	99,4	102,9	108,5	116,3	115,3	127,6	126	129,8
SOJA	-	100	116,8	119,2	144,4	159,5	177	182,3
TOMATE	123,9	135,5	167	166,8	186,9	222,6	230,4	250,9
TRIGO	85,3	85,9	109,9	123,6	140,3	147	77,5	115,5
UVA	105,1	99,1	118,4	137,2	107,6	166,3	159,7	160,4
ABACAXI	100,7	99,4	110,9	128,4	-	-	208,7	214,3
FUMO	103,8	105,1	121,8	131,6	131,7	177,9	157,9	144,8
MAMONA	81,2	108	129,5	118,4	117,1	119,9	119,5	108
CEVADA	-	84,4	-	105,6	-	-	-	-
CACAU	90,1	71,9	87,2	99,8	105,8	72,8	140,4	108,8
AGAVE	111,4	123,5	107,5	113,5	119	126,2	109,1	67,1
JUTA	224,1	249,8	205,6	209,1	194,7	166	216,4	147,8
COCO-DA-BAIA	109,2	125,2	139,4	121,5	89,1	77,1	67,2	64,1
ALGODÃO ARBÓREO	-	-	-	-	100	92,5	75	63,7
ALGODÃO HERBÁCEO	-	-	-	-	100	165,8	111,3	67,1
PIMENTA	-	-	-	-	100	-	106,3	97,9
MALVA	-	-	-	-	-	100	109,8	112,2

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Rendimento Médio por ha dos principais cultivos (Kg/ha) Brasil. 1950/54 - 1954/59 - 1960/64 - 1964/69 - 1970 - 1973 - 1974 - 1975.

* 1950/54 = 100

TABELA 13

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO NORTE

1950 - 1960 - 1970

TIPOS DE MÁQUINAS / ANOS CENSITÁRIOS	REGIÃO NORTE (1 UNIDADE)										
	TRATORES				ARADOS				GRADES E ROLOS	PULV. E POLV.*	COLH. AUT. E COM.**
	Quantidade	ha de terra cultivada/trator	ha de lavoura permanente/trator	ha de lavoura temporária/trator	Quantidade	ha de terra cultivada/arado	ha de lavoura permanente/arado	ha de lavoura temporária/arado	Quant.	Quant.	Quant.
1950	61	6.078	468,0	4.170,1	381	973	74,9	667,6	173	169	--
1960	430	1.189	84,2	684,5	278	1.839	130,2	1.058,8	136	316	-
1970	1.127	1.041	20,6	450,0	794	1.478	29,3	638,7	-	-	192

FONTE: Censo Agrícola, 1950, Brasil - Tabelas 29, 47 e 48
Censo Agrícola, 1960, Brasil - 1a. Parte Tabela 13
Censo Agropecuário, 1970, Brasil - Tabelas 62, 72, 102, 104

* Pulverizadores e Polvilhadeiras

** Colhedeiras Automotrizes e Combinados.

TABELA 14

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO NORDESTE

1950 - 1960 - 1970 e 1975

TIPOS DE MÁQUINAS / ANOS CENSITÁRIOS	REGIÃO NORDESTE (1 UNIDADE)										
	TRATORES				ARADOS				GRADES E ROLOS	PULV. E POLV*	COLH. AUT. E COM.**
	Quantidade	ha de terra cultivada/trator	ha de Lavoura permanente/trator	ha de lavoura temporária/trator	Quantidade	ha de terra cultivada/arado	ha de lavoura permanente/arado	ha de lavoura temporária/arado	Quant.	Quant.	Quant.
1950	451	18.528	1.140,9	10.974,7	14.489	577	35,5	341,6	4.437	3.657	-
1960	3.124	3.986	285,7	2.404,3	24.806	502	36,0	302,8	4.698	24.055	-
1970	7.281	1.733	64,4	862,7	128.445	98	3,6	48,9	-	-	3.413

FONTE: Censo Agrícola 1950, Brasil - Tabelas 29, 47, 48
Censo Agrícola 1960, Brasil - Volume II, 1a. Parte, Tabela 13; 2a. Parte, Tabelas 7, 18, 34, 136
Censo Agropecuário 1970, Brasil - Tabelas 62, 72, 73, 102, 104

* Pulverizadores e Polvilhadeiras
** Colhedeiras, Automotrizes e Combinados.

TABELA 15

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO SUDESTE

1950 - 1960 - 1970

TIPOS DE MÁQUINAS / ANOS CENSITÁRIOS	REGIÃO SUDESTE (1 UNIDADE)										
	TRATORES				ARADOS				GRADES E ROLOS	PULV. E POLV.*	COLH. AUT. E COM.**
	Quantidade	ha de terra cultivada/ trator	ha de lavoura permanente/trator	ha de lavoura temporária/trator	Quantidade	ha de terra cultivada/ arado	ha de lavoura permanente/arado	ha de lavoura temporária/arado	Quant.	Quant.	Quant.
1950	5.155	3.152	435,8	1.063,1	312.863	52	7,2	17,5	45.284	117.442	-
1960	34.141	531	78,8	166,0	376.286	48	7,1	15,1	67.256	98.316	-
1970	82.517	236	16,7	88,6	582.113	34	2,4	12,6	-	-	37.149

FONTE: Censo Agrícola 1950, Brasil - Tabelas 29, 47, 48
Censo Agrícola 1960, Brasil - 1a. Parte Tabela 13, 2a. Parte Tabelas 7, 18, 34, 136
Censo Agropecuário 1970, Brasil - Tabelas 73, 62, 72, 102, 104

* Pulverizadores e Povilhadeiras
** Colhedeiras, Automotrizes e Combinados.

TABELA 16

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO SUL

1950 - 1960 - 1970

TIPOS DE MÁQUINAS / ANOS CENSITÁRIOS	REGIÃO SUL (1 UNIDADE)										
	TRATORES				ARADOS				GRADES E ROLOS	PULV. E POLV.*	COLH. AUT. E COM.**
	Quantidade	ha de terra cultivada/ trator	ha de lavoura permanente/trator	ha de lavoura temporária/trator	Quantidade	ha de terra cultivada/ arado	ha de lavoura permanente/arado	ha de lavoura temporária/arado	Quant.	Quant.	Quant.
1950	2.566	1.857	131,4	1.458,8	383.435	12	0,9	9,8	105.358	30.383	
1960	21.456	392	64,4	250,2	564.836	14	2,4	9,5	150.854	44.392	
1970	64.605	260	6,8	190,1	1.104.868	15	0,4	11,1			54.499

FONTE: Censo Agrícola 1950, Brasil - Tabelas 29, 47, 48
Censo Agrícola 1960, Brasil - 1a. Parte Tabela 13; 2a. Parte Tabelas 7, 18, 34, 136
Censo Agropecuário 1970, Brasil - Tabelas 62, 72, 73, 102, 104

* Pulverizadores e Polvilhadeiras
** Colhedeiras, Automotrizes e Combinados.

TABELA 17

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS - REGIÃO CENTRO-OESTE

1950 - 1960 - 1970

TIPOS DE MÁQUINAS / ANOS CENSITÁRIOS	REGIÃO CENTRO-OESTE (1 UNIDADE)										
	TRATORES				ARADOS				GRADES E ROLOS	PULV. E POLV.*	COLH. AUT. E COM.**
	Quantidade	ha de terra cultivada/ trator	ha de lavoura permanente/trator	ha de lavoura temporária/trator	Quantidade	ha de terra cultivada/ arado	ha de lavoura permanente/arado	ha de lavoura temporária/arado	Quant.	Quant.	Quant.
1950	139	24.057,5	247,5	3.758,2	3.091	1.081,8	11,1	169,0	842	244	-
1960	2.194	2.821,5	50,4	551,1	10.895	568,2	10,1	11,0	2.458	2.051	-
1970	10.340	1.123,7	3,6	241,1	62.705	185,3	0,6	39,8	-	-	2.931

FONTE: Censo Agrícola, 1950, Brasil - Tabelas 29, 47 e 48
Censo Agrícola, 1960, Brasil - Tabela 13 1a. Parte, 2a Parte Tabelas 7, 18, 34, 136
Censo Agropecuário, 1970, Brasil - Tabelas 62, 72, 73, 102, 104

* Pulverizadores e Polvilhadeiras
** Colhedeiras, Automotrizes e Combinados

TABELA 18

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, BRASIL

1950 - 1960 - 1970

ANOS	TRATORES				ARADOS				GRADES E ROLOS QUANTIDADE	PULVERIZADORES E POLVILHADEIRAS QUANTIDADE	COLHEIDEIRAS AUTOMOTRIZES E COMBINADAS
	Quantidade	Ha. área Cultivada/ Trator	Ha. Lavoura Permanente /Trator	Ha. Lavoura Temporária/Trator	Quantidade	Ha. Área Cultivada /Aradò	Ha. Lavoura Permanente /Arado	Ha.Lavoura Temporária /Arado			
1950	8.372	3.952	378	1.786	714.259	46	4	21	156.094	151.895	-
1960	61.345	745	83	327	977.101	47	5	21	225.402	169.130	-
1970	165.870	372	14	174	1.878.925	33	1	15	-	-	98.184

FONTE: Censo Demográfico e Econômico, 1950 - Brasil Tabelas 29, 47, 48

Censo Agrícola, 1960 - Brasil 1ª parte Tabela 13 e 2ª parte Tabelas 7, 18, 34 e 36

Censo Agropecuário, 1970 Tabelas 73, 62, 72, 102, 104

TABELA 19

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS - 1950, 1960, 1970

IMPLEMENTOS E REGIÕES / ANOS	TRATORES						ARADOS						GRADES E ROLOS						PULVERIZADORES E POLVILHADEIRAS						COLHEITEIRAS AUTOMOTRIZES E COMBINADOS					
	BR	N	NE	SE	S	CO	BR	N	NE	SE	S	CO	BR	N	NE	SE	S	CO	BR	N	NE	SE	S	CO	BR	N	NE	SE	S	CO
1950	8.372	61	451	5.155	2.566	139	714.259	381	14.489	312.863	383.435	3.091	156.094	173	4.437	45.284	105.358	842	151.895	169	3.657	117.442	30.383	244	-	-	-	-	-	-
1960	61.345	430	3.124	34.141	21.456	2.194	977.101	278	24.806	376.286	564.836	10.895	225.402	136	4.698	67.256	150.854	2.458	169.130	316	24.055	98.316	44.392	2.051	-	-	-	-	-	-
1970	165.870	1.127	7.281	82.517	64.605	10.340	1.878.925	794	128.445	582.113	1.104.868	62.705	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	98.184	192	3.413	37.149	54.499	2.931

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO, 1950 BR Tabelas 29, 47, 48

CENSO AGRÍCOLA, 1960 BRASIL 1a. parte Tabela 13; 2a. parte Tabelas 7, 18, 34 e 36

CENSO AGROPECUÁRIO, 1970 Tabelas 73, 62, 72, 102, 104.

TABELA 20
POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL (em %) DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
1950 - 1960 - 1970

MÁQUINAS E REGIÕES / ANOS	TRATORES					ARADOS					GRADES E ROLOS					PULVERIZADORES E POLVI.					COLHEDEIRAS E AUT.E COMB.				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
1950	1	5	61	31	2	-	2	44	54	-	-	3	29	67	1	-	3	77	20	-	-	-	-	-	-
1960	-	5	55	35	5	-	2	38	59	1	-	2	30	67	1	-	2	30	67	1	-	-	-	-	-
1970	1	4	50	39	6	-	7	31	59	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	38	56	3

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Máquinas e Implementos Agrícolas, 1950, 1960, 1970

* Brasil = 100

TABELA 21

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

ÍNDICE EVOLUTIVO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

1950 - 1960 - 1970

ANOS	TRATORES						ARADOS						GRADES E ROLOS						PULVERIZADORES E POLVI.						COLHEDEIRAS AUTOM. E C*					
	BR	N	NE	SE	S	CO	BR	N	NE	SE	S	CO	BR	N	NE	SE	S	CO	BR	N	NE	SE	S	CO	BR	N	NE	SE	S	CO
1950	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	-	-	-	-	-	-
1960	733	705	693	662	836	1.578	137	73	171	120	147	352	144	79	106	149	143	292	111	187	658	84	146	841	-	-	-	-	-	-
1970	1.981	1.848	1.614	1.601	2.518	7.439	263	208	887	186	288	2.029	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Máquinas e Implementos Agrícolas - 1950, 1960, 1970

TABELA 22

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

USO DE FERTILIZANTES - ÁREA TOTAL E ADUBADA E RELAÇÃO ENTRE A ÁREA TOTAL E A ADUBADA

1970

CULTIVOS	BRASIL			NORTE			NORDESTE			SUDESTE			SUL			CENTRO-OESTE		
	TOTAL A	ADUBADA B	A/B	TOTAL A	ADUBADA B	A/B	TOTAL A	ADUBADA B	A/B	TOTAL A	ADUBADA B	A/B	TOTAL A	ADUBADA B	A/B	TOTAL A	ADUBADA B	A/B
ALGODÃO	1.485	360	4	1	-	-	426	8	53	599	303	2	373	26	14	86	23	4
AMENDOIM	514	101	5	1	-	-	6	2	3	330	90	4	133	8	17	44	1	44
ARROZ	4.312	902	5	129	-	-	681	7	97	1.265	350	4	1.009	389	3	1.228	156	8
CANA-DE-AÇÚCAR	1.709	1.176	1	19	-	-	621	428	1	951	722	1	104	24	4	14	2	7
FEIJÃO	4.081	346	12	35	-	-	1.644	50	33	733	176	4	1.287	113	11	332	7	47
MANDIOCA	1.729	150	12	192	1	192	837	61	14	162	18	9	491	70	7	47	-	
MILHO	10.673	2.244	5	147	-	-	2.062	37	56	3.088	1.267	2	4.664	918	5	712	22	32
BATATA-INGLESA	146	116	1	-	-	-	3	2	1	49	46	1	94	68	1	-	-	
SOJA	2.186	840	3	-	-	-	-	-		73	67	1	2.086	766	3	27	7	4
TRIGO	2.059	1.537	1	-	-	-	-	-	-	13	11	1	2.043	1.526	1	3	-	-
T O T A L	28.894	7.772	4	524	1	524	6.280	595	11	7.313	3.050	2	12.284	3.908	3	2.493	218	11

FONTE: Censo Agropecuário, 1970 Tabela 57

TABELA 23

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

USO DE FERTILIZANTES - PERCENTUAL DA ÁREA TOTAL ADUBADA
1970

BRASIL E REGIÕES / CULTIVOS	BRASIL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	Total	Adubada	Total	Adubada	Total	Adubada	Total	Adubada	Total	Adubada	Total	Adubada
Algodão	100	24	100	0	100	2	100	51	100	7	100	27
Amendoim	100	20	100	0	100	33	100	27	100	6	100	2
Arroz	100	21	100	0	100	1	100	28	100	39	100	13
Cana-de-Açúcar	100	69	100	0	100	69	100	76	100	23	100	14
Feijão	100	8	100	0	100	3	100	22	100	9	100	2
Mandioca	100	9	100	05	100	7	100	11	100	14	100	0
Milho	100	21	100	-	100	2	100	41	100	20	100	3
Batata-Inglesa	100	79	-	-	100	67	100	94	100	72	-	-
Soja	100	38	-	-	-	-	100	92	100	37	100	26
Trigo	100	75	-	-	-	-	100	85	100	75	-	-

FONTE: dos dados Originais: Tabela de Uso de Fertilizantes, Área adubada - 1970

TABELA 24

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL (EM %) DO USO DE FERTILIZANTES - ÁREA TOTAL E ADUBADA

1970

BRASIL E REGIÕES / CULTIVOS	BRASIL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	Total	Adubada	Total	Adubada	Total	Adubada	Total	Adubada	Total	Adubada	Total	Adubada
Algodão	100	100	0	0	29	2	40	84	25	7	6	7
Amendoim	100	100	0	0	1	2	64	89	26	8	9	1
Arroz	100	100	3	0	16	1	29	39	23	43	29	17
Cana-de-Açúcar	100	100	1	0	36	37	56	61	6	2	1	0
Feijão	100	100	1	0	40	14	19	51	32	33	8	2
Mandioca	100	100	11	0	49	41	9	12	28	47	3	0
Milho	100	100	1	0	19	2	29	56	44	41	7	1
Batata-Inglesa	100	100	0	0	2	2	34	39	64	59	-	-
Soja	100	100	0	0	00	0	3	8	96	91	1	1
Trigo	100	100	0	0	0	0	1	1	99	99	-	-

FONTE dos dados Originais: Tabela de Uso de Fertilizantes, Área adubada - 1970

TABELA 25

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

USO DE FERTILIZANTES - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA ÁREA TOTAL E DA ÁREA ADUBADA, BRASIL E MACRORREGIÕES

1970

BRASIL E REGIÕES / CULTIVOS	BRASIL			NORTE			NORDESTE			SUDESTE			SUL			CENTRO-OESTE		
	TOTAL A	ADUBADA B	A/B	TOTAL A	ADUBADA B	A/B	TOTAL A	ADUBADA B	A/B	TOTAL A	ADUBADA B	A/B	TOTAL A	ADUBADA B	A/B	TOTAL A	ADUBADA B	A/B
ALGODÃO	5	5		-	-		7	2		8	10		3	1		3	11	
AMENDOIM	2	1		-	-		-	-		5	3		1	-		2		
ARROZ	15	12		25	-		11	1		17	11		8	10		49	72	
CANA-DE-AÇÚCAR	6	15		4	-		10	72		13	24		1	1		1	1	
FEIJÃO	14	4		7	-		26	9		11	6		10	3		13	3	
MANDIOCA	6	2		36	100		13	10		2	1		4	2		2	-	
MILHO	37	29		28	-		33	6		42	42		38	23		29	10	
BATATA-INGLESA	1	1		-	-		-	-		1	1		1	2		-	-	
SOJA	7	11		-	-		-	-		1	2		17	19		1	3	
TRIGO	7	20		-	-		-	-		-	-		17	39		-	-	
T O T A L	100	100		100	100		100	100		100	100		100	100		100	100	

FONTE DOS DADOS ORIRIGINAIS: Tabela de Uso de Fertilizantes - Área Adubada, 1970

TABELA 26

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE.

DISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO APARENTE DE NUTRIENTES EM TONELADAS, BRASIL

1966/70 E DE 1971 A 1975

ANOS / FERTILIZANTES	BRASIL (TON.)					
	1966/70	1971	1972	1973	1974	1975
Nitrogênio	152.441	278.324	411.605	346.102	389.183	406.229
Fósforo total	255.191	535.865	874.936	804.512	1.097.952	1.013.848
Potássio	184.311	350.847	459.983	528.532	521.302	557.615
N P K	1.230.345	1.165.048	1.746.524	1.679.146	2.008.472	1.977.692

FONTE: ANDA - BRASIL Produção, Importação e Consumo, 1966-1976, págs. 3 - 9

TABELA 27

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

DISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO APARENTE DE NUTRIENTES EM TONELADAS, REGIÃO NORTE

1966/70 E DE 1971 A 1975

ANOS / FERTILIZANTES	REGIAO NORTE					
	1966/70	1971	1972	1973	1974	1975
NITROGÊNIO	15.039	26.039	42.740	34.735	52.803	42.416
FÓSFORO TOTAL	17.374	35.103	63.392	55.167	62.883	42.401
POTÁSSIO	17.313	33.898	45.376	51.581	54.033	50.522
N P K	49.726	95.052	151.508	141.483	169.719	135.339

FONTE: ANDA - Brasil, : Produção , Importação e Consumo, 1966 - 1976, págs. 3 - 9
NORTE: Amazonas até Bahia

TABELA 28

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

DISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO APARENTE DE NUTRIENTES EM TONELADAS, REGIÃO CENTRO
1966/70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75

ANOS / FERTILIZANTES	REGIÃO CENTRO					
	1966/70	1971	1972	1973	1974	1975
NITROGÊNIO	114.576	190.821	258.953	243.676	250.325	292.912
FÓSFORO TOTAL	164.266	284.345	405.285	445.586	662.329	627.348
POTÁSSIO	131.426	233.965	283.910	360.979	332.672	359.922
N P K	1.046.606	709.131	948.148	1.050.241	1.245.361	1.280.182

FONTE: ANDA - Brasil, Produção , Importação e Consumo; 1966 - 1976, págs. 3 - 9

CENTRO: São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso e Goiás

TABELA 29

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

DISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO APARENTE DE NUTRIENTES EM TONELADAS, REGIÃO SUL

1966/70 E DE 1971 A 1975

ANOS / FERTILIZANTES	REGIÃO SUL					
	1966/70	1971	1972	1973	1974	1975
NITROGÊNIO	22.826	61.464	109.912	67.691	86.055	70.901
FÓSFORO TOTAL	73.551	216.417	406.259	303.759	372.740	344.099
POTÁSSIO	35.572	82.984	130.697	115.972	134.597	147.171
N P K	134.013	360.865	646.868	487.422	593.392	562.171

FONTE: ANDA - Brasil, Produção, Importação e Consumo; 1966 - 1976, págs. 3 - 9

SUL: Santa Catarina e Rio Grande do Sul

TABELA 30

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

ÍNDICE EVOLUTIVO DO CONSUMO APARENTE DE NUTRIENTES - BRASIL E MACRORREGIÕES

1971 A 1975

(1966/70 = 100)

FERTILIZANTES \ ANOS	BRASIL						NORTE						SUL						CENTRO-OESTE					
	1966/70	1971	1972	1973	1974	1975	1966/70	1971	1972	1973	1974	1975	1966/70	1971	1972	1973	1974	1975	1966/70	1971	1972	1973	1974	1975
NITROGÊNIO	100	183	270	227	255	266	100	173	284	231	351	282	100	269	482	297	377	311	100	167	226	213	218	256
FÓSFORO TOTAL	100	210	343	315	430	397	100	202	365	318	362	244	100	294	552	413	507	463	100	173	247	271	403	382
POTÁSSIO	100	190	250	287	283	303	100	196	262	298	312	292	100	233	367	326	378	414	100	178	216	275	253	274
NPK	100	95	142	136	163	161	100	191	305	285	341	272	100	269	483	364	443	419	100	68	91	100	19	122

FONTE: ANDA - Brasil: Produção, Importação e Consumo, 1966 - 1976, pág. 3 - 9.

A N E X O C

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

LISTA DE TABELAS

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

TABELAS		Pág.
01	Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Regiões do Brasil - Evolução e Participação do Crédito Rural por Região (Cr$ 1.000) - 1969 a 1977.....	C.01
02	Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Valor do Crédito Total Regional em Relação ao Número Total dos Estabelecimentos Agrícolas e População Agrícola Ativa de cada Região - 1970-a 1975.....	C.02
03	Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Região Norte - Evolução do Crédito Rural e sua Participação no Produto Bruto da Agricultura - 1969/75 (Cr$ 1.000 correntes).....	C.03
04	Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Região Nordeste - Evolução do Crédito Rural e sua Participação no Produto Bruto da Agricultura - 1969/75 (Cr$ 1.000 correntes).....	C.04
05	Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Região Sudeste - Evolução do Crédito Rural e sua Participação no Produto Bruto da Agricultura - 1969/75 (Cr$ 1.000 correntes).....	C.05
06	Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Região Sul - Evolução do Crédito Rural e sua Participação no Produto Bruto da Agricultura - 1969/75 (Cr$ 1.000 correntes).....	C.06
07	Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Região Centro-Oeste - Evolução do Crédito Rural e sua participação no Produto Bruto da Agricultura - 1969/75 (Cr$ 1.000 correntes).....	C.07

TABELAS Pág.

08 Políticas de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Relação entre a Distribuição do PBA e do Crédito Rural, 1969 a 1976..... C.08

09 Política de Crédito,Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Brasil - Participação Percentual do Crédito Rural em Relação ao Produto Bruto da Agricultura, segundo as Regiões, em 1976..... C.09

10 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Aplicação de Crédito por Atividades - Região Norte - 1969 a 1976..... C.10

11 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos-Distribuição Percentual da Aplicação de Crédito por Atividades; Região Norte - 1969 a 1976 C.11

12 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Aplicação de Créditos por Atividades Região Nordeste de 1969 à 1976. (em Cr$ 1.000 correntes)..... C.12

13 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Aplicação de Crédito por Atividades, Região Nordeste de 1969 à 1976 (em Cr$ 1.000,00)..... C.13

14 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Aplicação de Crédito por Atividades, Região Sudeste 1969 a 1976 - (em Cr$ 1.000,00)..... C.14

15 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Aplicação de Crédito por Atividades, Região Sudeste 1969 a 1976..... C.15

TABELAS Pág.

16 Políticas de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Aplicação de Crédito por Atividades, Região Sul - 1969 à 1976 (em Cr$ 1.000,00)..... C.16

17 Política de Crédito,Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Aplicação do Crédito por Atividades, Região Sul - 1969 a 1976.. C.17

18 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Aplicação de Crédito por Atividades, Região Centro-Oeste - 1969 a 1976 (em Cr$ 1.000,00).. C.18

19 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Aplicação de Crédito por Atividades, Região Centro-Oeste - 1969 a 1976..... C.19

20 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Aplicação de Crédito por Atividade , Brasil - 1969 a 1976. (em Cr$ 1.000,00)..... C.20

21 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Aplicação de Crédito por Atividades, Brasil - 1969 a 1976..... C.21

22 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Aplicação de Créditos por Atividades, Segundo as Regiões - 1969 a 1976 (em Cr$ 1.000,00) C.22

23 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Aplicação de Créditos por Atividades Segundo as Regiões - 1969 a 1976..... C.23

24 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Crédito Rural, Segundo Tipos e Fontes de Financiamento,Brasil Distribuição do Crédito Rural por finalidade e tipos de Agentes - 1969 a 1976.. C.24

TABELAS Pág.

25 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos Distribuição Percentual do Crédito Rural Segundo Tipos e Fontes de Financiamentos, Brasil de 1969 à 1976..... C.25

26 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual do Crédito Rural Segundo Tipos e Fontes de Financiamento, Brasil 1969 a 1976..... C.26

27 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Brasil - Participação Percentual nas aplicações do Crédito Rural, segundo os Tipos de Instituições Financeiras, no Período de 1969/76..... C.27

28 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Regiões do Brasil - Participação Percentual do Crédito Rural, Concedido pelo Banco do Brasil, por Região - 1971 a 1976 - Cr$ 1.000..... C.28

29 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Região Norte - 1968 à 1973..... C.29

30 Políticas de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Região Norte - de 1968 à 1973..... C.30

31 Políticas de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Produção Total e Produção Financiada Pela CFP, Região Nordeste - 1968 à 1973..... C.31

32 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Região Nordeste 1968 à 1973..... C.32

TABELAS Pág.

33 Políticas de Crédito, Investimento e Financiamento de preços Mínimos - produção Total e Produção Financiada pela CFP, Região Sudeste - 1968 -69-70-73..... C.33

34 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Produção Total e da Produção Financiada pela CFP - Região Sudeste - 1968 -69-70-73..... C.34

35 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Região Sul . - 1968-69-70-73..... C.35

36 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Região Sul - 1968-69-70-73..... C.36

37 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Região Centro-Oeste - 1968-69-70-73..... C.37

38 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Região Centro-Oeste. 1968-69-70-73..... C.38

39 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Brasil - 1968-69-70-73..... C.39

40 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Distribuição Percentual da Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Brasil . 1968 - 69-70-73.....

41 Política de Crédito, Investimento e Financiamento de Preços Mínimos - Participação das Regiões nos Totais do Brasil - 1968 à 1973..... C.41

TABELA 01

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

REGIÕES DO BRASIL

EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO RURAL POR REGIÃO (Cr$ 1.000)

1969 A 1977

REGIÃO / ANOS	BRASIL	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1969	6.469.096	86.585	1	890.861	14	3.207.270	49	1.838.328	29	446.052	7
1970	9.247.980	93.407	1	996.310	11	4.618.924	50	2.941.340	32	597.999	6
1971	7.523.711	140.041	1	1.670.152	13	593.822	46	4.195.526	33	924.170	7
1972	18.668.785	302.728	2	2.279.634	12	7.999.284	43	6.444.920	34	1.642.219	9
1973	30.333.919	405.305	1	3.474.092	12	13.421.454	44	10.496.808	35	2.536.260	8
1974	48.272.761	488.991	1	5.592.607	12	20.533.450	42	17.441.884	36	4.215.829	9
1975	89.997.117	1.169.507	1	11.439.014	13	33.921.262	38	34.379.445	38	9.087.889	10
1976	130.226.160	2.243.825	2	17.668.485	14	46.444.763	36	48.742.018	37	15.127.069	11
1977*	22.361.012	586.938	3	4.795.789	21	8.944.507	40	5.956.472	27	2.077.306	9

FONTE: Banco Central - GECRI Gerência de Coordenação do Crédito Rural e Industrial - Dados Estatísticos, Diversos Anos.

* Dados referentes ao 1º trimestre de 1977.

TABELA Nº 2

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

VALOR DO CRÉDITO TOTAL REGIONAL EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA DE CADA REGIÃO

1970 A 1975

INDICADORES / REGIÕES	Nº DE ESTABELECIMENTOS (A)		POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA (B) (1.000) / PESSOAS		VALOR DO CRÉDITO TOTAL (C)		C / A		C / B	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
NORTE	261.145	337.515	536	-	93.407	1.169.507	0,35	3,46	0,174	-
NORDESTE	2.206.787	2.361.046	5.225	-	996.310	11.439.014	0,45	4,84	0,191	-
SUDESTE	928.918	881.041	3.516	-	4.618.924	33.921.262	4,97	38,50	1,314	-
SUL	1.274.009	1.158.093	2.935	-	2.941.340	34.379.445	2,30	29,68	1,002	-
CENTRO-OESTE	253.132	269.473	829	-	597.499	9.087.889	2,36	33,72	0,721	-

FONTE: Censo Agropecuário, 1970
Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1975
Banco Central.

C.02

TABELA 3

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

REGIÃO NORTE - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA - 1969/75

(CR$ 1.000 CORRENTES)

ANO	CRÉDITO RURAL (1)	PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA (2)	PARTICIPAÇÃO % (1)/(2)
1969	86.585	628.000	13,8
1970	93.407	727.000	12,8
1971	140.041	946.000	14,8
1972	302.728	1.177.000	25,7
1973	405.305	1.437.000	28,2
1974	488.991	1.997.000	24,5
1975	1.169.507	2.728.000	42,9
1976	2.243.825	3.990.620 3/	56,2

FONTE: 1/ Banco Central

2/ Mesquita, A - IPEA

3/ Estimativa Preliminar com Base na Tendência Histórica da Distribuição Percentual.

TABELA 4

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

REGIÃO NORDESTE - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA - 1969/75

(CR$ 1.000 CORRENTES)

ANO	CRÉDITO RURAL (1)	PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA (2)	PARTICIPAÇÃO % (1)/(2)
1969	890.861	7.321.000	12,2
1970	996.310	8.290.000	12,0
1971	1.670.152	11.483.000	14,5
1972	2.279.634	14.503.000	15,7
1973	3.474.092	18.031.000	19,3
1974	5.592.607	25.587.000	21,9
1975	11.439.014	34.877.000	32,8
1976	17.668.485	47.887.440 3/	36,8

FONTE: 1/ Banco Central

2/ Mesquita, A - IPEA

3/ Estimativa Preliminar com Base na Tendência Histórica da Distribuição Percentual

TABELA 5

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

REGIÃO SUDESTE - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA - 1969/75

(CR$ 1.000 CORRENTES)

ANO	CRÉDITO RURAL (1)	PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA (2)	PARTICIPAÇÃO % (1)/(2)
1969	3.207.270	11.217.000	28,6
1970	4.618.924	14.085.000	32,8
1971	5.939.822	18.321.000	32,4
1972	7.999.284	22.178.000	36,1
1973	13.421.454	26.304.000	51,0
1974	20.533.450	35.542.000	57,8
1975	33.921.262	47.661.000	71,2
1976	46.444.763	67.840.540 3/	68,4

FONTE: 1/ Banco Central

2/ Mesquita, A - IPEA

3/ Estimativa Preliminar com Base na Tendência Histórica da Distribuição Percentual.

TABELA 6

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

REGIÃO SUL - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA - 1969/75

(CR$ 1.000 CORRENTES)

ANO	CRÉDITO RURAL (1)	PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA (2)	PARTICIPAÇÃO % (1)/(2)
1969	1.838.328	8.618.000	21,3
1970	2.941.340	11.970.000	21,6
1971	4.195.526	16.586.000	25,3
1972	6.444.920	19.791.000	32,6
1973	10.496.808	22.869.000	45,9
1974	17.441.884	32.900.000	53,0
1975	34.379.445	41.314.000	83,2
1976	48.742.018	63.849.920 3/	76,3

FONTE: 1/ Banco Central

2/ Mesquita, A - IPEA

3/ Estimativa Preliminar com Base na Tendência Histórica da Distribuição Percentual.

TABELA 7

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

REGIÃO CENTRO-OESTE - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA - 1969/75
(CR$ 1.000 CORRENTES)

ANO	CRÉDITO RURAL (1)	PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA (2)	PARTICIPAÇÃO % (1)/(2)
1969	466.052	1.988.000	23,4
1970	597.999	2.590.000	23,1
1971	924.170	3.241.000	28,5
1972	1.642.219	3.984.000	41,2
1973	2.536.260	4.811.000	52,7
1974	4.215.829	6.688.000	63,0
1975	9.087.889	8.965.000	101,4
1976	15.127.069	15.962.480 3/	94,7

FONTE: 1/ Banco Central
2/ Mesquita, A - IPEA
3/ Estimativa Preliminar com Base na Tendência Histórica da Distribuição Percentual

TABELA 8

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

RELAÇÃO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO DO PBA E DO CRÉDITO RURAL,

1969 A 1976

ESPECIFICAÇÃO / ANOS	PBA % (A)					CRÉDITO RURAL % (B)					RELAÇÃO A/B				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
1969	2	24	38	29	7	1	14	50	28	7	2,0	1,71	0,76	1,0	1,0
1970	2	22	37	32	7	1	11	50	32	6	2,0	2,0	0,74	1,0	1,1
1971	2	23	35	33	6	I	13	46	33	7	2,0	1,76	0,76	1,0	0,85
1972	2	23	36	32	7	1	12	43	35	9	2,0	1,91	0,83	0,91	0,77
1973	2	24	36	31	7	1	11	44	35	9	2,0	2,18	0,81	0,88	0,77
1974	2	25	35	32	6	1	12	42	36	9	2,0	2,08	0,83	0,88	0,66
1975	2	26	35	30	7	1	13	38	38	10	2,0	2,0	0,92	0,78	0,7
1976	2	24	34	32	8	2	14	36	37	11	1,0	1,71	0,94	0,86	0,72

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabelas de Evolução de Crédito e sua participaçao no PBA (3 a 9), Tabela de Evolução do Crédito Rural (1).

TABELA 9

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

BRASIL - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO CRÉDITO RURAL EM RELAÇÃO AO PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA, SEGUNDO AS REGIÕES, EM 1976.

REGIÕES	PREÇOS CORRENTES CR$ 1.000		PERCENTUAL	DIFERENÇA S/ MÉDIA
	CRÉDITO RURAL	PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA		
NORTE	2.243.825	3.990.620 1/	56,2	-9,0
NORDESTE	17.668.485	47.887.440 1/	36,8	-28,4
SUDESTE	46.444.763	67.840.540 1/	68,4	+3,2
SUL	48.742.018	63.849.920 1/	76,3	+11,1
CENTRO-OESTE	15.127.069	15.962.480 1/	94,7	+29,5
BRASIL	130.222.160	199.531.000	65,2	-

FONTE: 1/ Banco Central

2/ Mesquita, A - IPEA

3/ Estimativa Preliminar com Base na Tendência Histórica da Distribuição Percentual

TABELA 10

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

APLICAÇÃO DE CRÉDITO POR ATIVIDADES - REGIÃO NORTE

1969 a 1976

(Cr$ 1.000)

VOLUME DE CRÉDITO POR REGIÕES / ATIVIDADES	REGIÃO NORTE							
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
ALGODÃO	1	4	17	16	-	-	430	
AMENDOIM	21	2	1	-	-	-	-	
ARROZ	2.418	1.150	3.185	8.471	11.847	25.249	93.374	
BATATA-INGLESA	-	-	-	-	-	-	32	
CAFÉ	-	2	12	1.244	-		-	
CACAU	12	6	1	-	379	1.289	35.794	
CANA-DE-AÇÚCAR	1	6	123	669	108	477	-	
FEIJÃO	768	438	734	1.590	1.395	3.050	900	
FRUTAS CÍTRICAS	-	-	-	-	-	34	200	
FRUTAS (OUTRAS)	-	-	-	-	-	741	3.984	
FUMO	-	-	-	-	-	358	248	
HORTALIÇAS		-	-	-	-	606	728	
MANDIOCA	446	497	789	1.789	885	1.398	8.772	
MILHO	1.401	934	1.912	3.215	3.236	5.640	6.247	
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	-	39.054	76.853	
PRODUTOS NATIVOS EM GERAL	-	-	-	-	-	33.225	55.308	
OUTRAS LAVOURAS	-	-	-	-	-	91.901	154.652	
OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS	15.818	15.319	20.945	43.725	72.969	47.196	1	
PRODUÇÃO VEGETAL	20.886	18.358	27.719	60.719	90.819	250.218	437.523	
AVES	-	-	-	-	-	6.967	12.316	19.080
BUBALINOS	-	-	-	-	-	1.276	3.265	14.815
OVINOS	47	-	-	1	35	-	35	-
PESCA	408	1.409	878	330	510	398	-	170
SUÍNOS	9	-	84	94	84	352	1.311	632
EQUÍDEOS	-	-	-	-	-	87	19	399
BOVINO LEITE	-	-	-	-	-	10.144	22.843	108.535
BOVINO CARNE	-	-	-	-	-	66.498	228.278	413.395
OUTROS ANIMAIS OU PRODUTOS	605	983	2.514	8.150	6.706	36.116	92.100	46.300
OUTROS CUST. PEC.	499	991	1.771	1.641	768	36.872	16.381	31.802
BOVINOS, OUTROS BOVINOS	6.461	4.705	23.459	30.792	57.193	-	-	
PRODUÇÃO ANIMAL	8.029	8.088	28.706	41.008	65.296	158.710	376.548	635.128

FONTE: BCB DERUR - CRÉDITO RURAL, DADOS ESTATÍSTICOS - DIVERSOS ANOS

TABELA 11

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA APLICAÇÃO DE CRÉDITO POR ATIVIDADES; REGIÃO NORTE

1969 a 1976

ATIVIDADES \ ANOS	REGIÃO NORTE							
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	197
ALGODÃO	0	0	0	0	-	-	-	-
AMENDOIM	0	0	0	-	-	-	-	-
ARROZ	11	6	11	14	13	10	21	-
BATATA-INGLESA	-	-	-	-	-	-	-	-
CAFÉ	-	0	0	2	-	-	-	-
CACAU	0	0	0	-	0	-	8	-
CANA-DE-AÇÚCAR	0	0	0	1	0	-	-	-
FEIJÃO	4	3	3	3	2	1	-	-
FRUTAS CÍTRICAS	-	-	-	-	-	-	-	-
FRUTAS (OUTRAS)	-	-	-	-	-	-	1	1
FUMO	-	-	-	-	-	-	-	-
HORTALIÇAS	-	-	-	-	-	-	-	-
MANDIOCA	2	3	3	3	1	2	2	-
MILHO	7	5	7	5	4	2	2	-
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	-	16	18	-
PRODUTOS NATIVOS EM GERAL	-	-	-	-	-	13	13	-
OUTRAS LAVOURAS	-	-	-	-	-	37	35	-
OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS	76	83	76	72	80	19	-	-
PRODUÇÃO VEGETAL	100	100	100	100	100	100	100	-
AVES	-	-	-	-	-	4	3	3
BUBALINOS	-	-	-	-	-	1	1	3
OVINOS	0	-	-	0	0	-	-	-
PESCA	5	18	3	1	1	-	-	-
SUÍNOS	0	-	0	0	0	-	-	-
EQUÍDEOS	-	-	-	-	-	-	-	-
BOVINO LEITE	-	-	-	-	-	7	6	17
BOVINO CARNE	-	-	-	-	-	42	61	65
OUTROS ANIMAIS OU PROD.	8	12	9	20	10	23	25	7
OUTROS CUST. PEC.	6	12	6	4	1	23	4	5
BOVINOS, OUTROS BOVIN.	81	58	82	75	88	-	-	-
PRODUÇÃO ANIMAL	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aplicação de Crédito por Atividades, Região Nort

* Produção Vegetal e Produção Animal = 100.

TABELA 12

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

APLICAÇÃO DE CRÉDITOS POR ATIVIDADE, REGIÃO NORDESTE
DE 1969 À 1976

(EM CR$ 1.000,00 CORRENTES)

ATIVIDADES \ ANOS	REGIÃO NORDESTE							
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
ALGODÃO	43.894	39.564	71.067	116.833	170.666	703.520	1.117.891	-
ALGODÃO ARBÓREO	-	-	-	-	-	25.810	32.574	-
AMENDOIM	103	193	2.770	532	3.627	7.603	4.080	-
ARROZ	11.570	14.693	21.734	38.604	57.893	132.661	371.904	-
BATATA-INGLÊSA	-	-	-	-	-	2.743	3.764	-
CACAU	33.479	56.649	81.461	50.526	84.760	195.892	412.424	-
CAFÉ	507	349	651	6.659	2.148	27.108	51.314	-
CANA-DE-AÇÚCAR	90.678	153.626	176.098	237.560	316.730	665.840	1.609.442	-
FEIJÃO	14.789	24.982	35.386	43.394	68.599	112.319	155.832	-
FRUTAS CÍTRICAS	-	-	-	-	-	26.070	35.357	-
FRUTAS (OUTRAS)	-	-	-	-	-	24.869	44.812	-
FUMO	-	-	-	-	-	65.402	102.954	-
HORTALIÇAS	-	-	-	-	-	29.971	44.095	-
MANDIOCA	9.461	13.242	25.098	24.581	20.245	26.572	44.566	-
MILHO	17.176	23.680	35.238	41.710	51.858	138.137	219.372	-
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	-	878	3.200	-
SOJA	-	-	-	305	3.514	149	2.974	
SORGO	-	-	-	-	-	1.127	1.066	-
TRIGO	4	4	1	22	8	2	15	-
UVA	-	-	-	-	-	1.736	340	-
PRODUTOS NATIVOS EM GERAL	-	-	-	-	-	19.900	24.387	-
OUTRAS LAVOURAS	-	-	-	-	-	212.677	444.730	-
OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS	29.998	39.733	44.195	57.492	120.245	253.766	1.147.684	-
PRODUÇÃO VEGETAL	251.659	366.715	493.699	618.218	900.293	2.674.752	5.874.777	
AVES	-	-	-	-	-	60.921	83.853	147.208
BUBALINOS	-	-	-	-	-	1.860	5.128	17.453
OVINOS	510	175	269	185	461	1.236	3.097	1.830
PESCA	2.004	1.879	3.318	2.567	5.203	1.661	2.829	3.228
SUÍNOS	975	1.077	1.088	2.398	2.035	6.260	11.660	15.065
EQUÍDEOS	-	-	-	-	-	225	503	1.840
BOVINOS LEITE	-	-	-	-	-	398.001	656.514	961.778
BOVINOS CARNE	-	-	-	-	-	992.263	1.566.361	1.638.311
OUTROS ANIMAIS OU PROD.	7.183	8.872	22.168	23.244	40.957	21.399	34.905	28.831
OUTROS CUSTEIOS PEC.	5.197	6.830	7.180	8.802	12.298	22.163	68.734	131.824
BOVINOS, OUTROS BOVINOS	128.045	117.214	132.403	271.916	570.583	-	-	-
PRODUÇÃO ANIMAL	143.914	136.047	166.426	309.112	631.537	1.505.989	2.433.584	2.947.368

FONTE: B C B – DERUR, CRÉDITO RURAL DADOS ESTATÍSTICOS DIVERSOS ANOS.

TABELA 13

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA APLICAÇÃO DE CRÉDITO POR ATIVIDADES REGIÃO NORDESTE
DE 1969 Ã 1976

(EM CR$ 1.000,00)

ATIVIDADES \ ANOS	REGIÃO NORDESTE							
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
ALGODÃO	17	11	14	19	19	26	19	-
ALGODÃO ARBÓREO	-	-	-	-	-	1	0	-
AMENDOIM	0	0	1	0	0	0	0	-
ARROZ	5	4	4	6	6	5	6	-
BATATA-INGLÊSA	-	-	-	-	-	0	0	-
CACAU	13	15	17	8	9	7	7	-
CAFÉ	0	0	0	1	0	1	1	-
CANA-DE-AÇÚCAR	36	42	36	39	35	25	27	-
FEIJÃO	6	7	7	7	8	4	2	-
FRUTAS (CÍTRICAS)	-	-	-	-	-	1	1	-
FRUTAS (OUTRAS)	-	-	-	-	-	1	1	-
FUMO	-	-	-	-	-	2	2	-
HORTALIÇAS	-	-	-	-	-	1	1	-
MANDIOCA	4	4	5	4	2	1	1	-
MILHO	7	6	7	7	6	5	4	-
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	-	0	0	-
SOJA	-	-	-	0	1	0	0	-
SORGO	-	-	-	-	-	0	0	-
TRIGO	0	0	0	0	0	0	0	-
UVA	-	-	-	-	-	0	0	-
PROD. NATIVOS EM GERAL	-	-	-	-	-	1	0	-
OUTRAS LAVOURAS	-	-	-	-	-	9	8	-
OUTROS PROD. AGRICOLAS	12	11	9	9	14	10	20	-
PRODUÇÃO VEGETAL	100	100	100	100	100	100	100	-
AVES	-	-	-	-	-	4	4	5
BUBALINOS	-	-	-	-	-	0	0	1
OVINOS	0	0	0	0	0	0	0	0
PESCA	1	1	2	1	1	0	0	0
SUÍNOS	1	1	1	1	0	0	1	0
EQUÍDEOS	-	-	-	-	-	0	0	0
BOVINOS LEITE	-	-	-	-	-	26	27	32
BOVINOS CARNE	-	-	-	-	-	66	64	56
OUTROS ANIMAIS OU PROD.	5	7	13	7	7	2	1	1
OUTROS CUSTEIOS PEC.	4	5	4	3	2	2	3	5
BOVINOS OUTROS BOVINOS	89	86	80	88	90	-	-	-
PRODUÇÃO ANIMAL	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: TABELA DE APLICAÇÃO DE CRÉDITO POR ATIVIDADES, REGIÃO NORDESTE.

TABELA 14

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

APLICAÇÃO DE CRÉDITO POR ATIVIDADES, REGIÃO SUDESTE

1969 a 1976

(EM CR$ 1.000,00)

ANOS / ATIVIDADES	REGIÃO SUDESTE							
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
ALGODÃO	231.226	228.532	357.725	348.550	465.798	1.519.407	1.609.119	-
ALGODÃO ARBÓREO	-	-	-	-	-	108	15	-
AMENDOIM	45.686	57.131	70.286	57.372	80.913	110.547	193.548	-
ARROZ	140.068	107.961	122.170	189.337	319.528	847.434	1.333.101	-
BATATA-INGLÊSA	-	-	-	-	-	244.687	261.165	-
CACAU	931	1.432	1.449	2.157	5.176	11.201	18.806	-
CAFÉ	118.668	354.448	410.612	595.795	953.901	2.799.844	4.252.173	-
CANA-DE-AÇÚCAR	103.297	128.572	183.590	229.312	408.372	986.827	1.621.488	-
FEIJÃO	17.431	19.188	21.648	29.163	120.412	141.330	177.011	-
FRUTAS CÍTRICAS	-	-	-	-	-	270.170	342.143	-
FRUTAS (OUTRAS)	-	-	-	-	-	88.427	166.343	-
FUMO	-	-	-	-	-	5.768	11.712	-
GIRASSOL	-	-	-	-	-	4	242	-
HORTALIÇAS	-	-	-	-	-	145.832	320.174	-
MANDIOCA	10.036	7.589	15.028	23.473	21.745	19.133	42.893	-
MILHO	225.994	310.095	324.907	370.047	792.292	1.450.231	2.347.952	-
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	-	155	267	-
SOJA	17.836	25.425	56.221	109.807	278.705	826.968	1.350.058	-
SORGO	-	-	-	-	-	10.072	29.129	-
TRIGO	2.505	6.978	4.540	11.018	14.212	66.838	181.306	-
UVA	-	-	-	-	-	28.642	50.688	-
PRODUTOS NATIVOS EM GERAL	-	-	-	-	-	261	315	-
OUTRAS LAVOURAS	-	-	-	-	-	220.381	471.677	-
OUTROS PRODUTOS VEGETAIS	191.641	168.978	211.066	259.123	498.776	1.217.862	1.771.939	-
PRODUÇÃO VEGETAL	1.105.319	1.416.329	1.779.242	2.225.154	3.959.830	11.012.129	16.553.264	-
AVES	-	-	-	-	-	621.502	1.048.100	1.675.838
BUBALINOS	-	-	-	-	-	5.031	2.535	1.511
BOVINOS	5.610	4.168	5.923	5.160	8.127	2.117	2.929	8.194
PESCA	26.564	35.437	29.783	39.328	37.179	22.623	42.158	58.044
SUÍNOS	6.636	9.513	14.205	21.542	32.146	78.280	157.904	193.389
EQUÍDEOS	-	-	-	-	-	3.471	13.212	22.295
BOVINO LEITE	-	-	-	-	-	871.360	1.926.412	2.058.153
BOVINO CARNE	-	-	-	-	-	2.358.227	4.684.850	4.719.564
OUTROS ANIMAIS OU PROD.	74.898	90.185	159.003	157.462	291.316	187.631	186.066	254.237
OUTROS CUSTEIOS PEC.	35.292	42.809	48.754	55.332	54.114	100.885	199.047	292.366
BOVINOS OUTROS BOV.	207.350	308.543	334.905	441.366	1.050.438	-	-	-
PRODUÇÃO ANIMAL	356.350	490.655	592.573	720.190	473.320	4.251.127	8.263.213	9.283.591

FONTE: B C B; DERUR CRÉDITO RURAL DADOS ESTATÍSTICOS DIVERSOS ANOS.

C.1

TABELA 15

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS APLICAÇÕES DE CRÉDITO POR ATIVIDADES, REGIÃO-SUDESTE
1969 a 1976

ATIVIDADES \ ANOS	REGIÃO SUDESTE							
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
ALGODÃO	21	16	20	16	12	14	10	-
ALGODÃO ARBÓREO	-	-	-	-	-	0	0	-
AMENDOIM	4	4	4	3	2	1	1	-
ARROZ	13	8	7	9	8	8	8	-
BATATA-INGLÊSA	-	-	-	-	-	2	2	-
CACAU	0	0	0	0	0	0	0	0
CAFÉ	10	25	23	28	24	25	26	-
CANA-DE-AÇÚCAR	9	9	10	10	10	9	10	-
FEIJÃO	2	1	1	1	3	1	1	-
FRUTAS CÍTRICAS	-	-	-	-	-	3	2	-
FRUTAS (OUTRAS)	-	-	-	-	-	1	1	-
FUMO	-	-	-	-	-	0	0	-
GIRASSOL	-	-	-	-	-	0	0	-
HORTALIÇAS	-	-	-	-	-	1	2	-
MANDIOCA	1	1	1	1	1	0	0	-
MILHO	21	22	19	17	20	13	14	-
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	-	0	0	-
SOJA	2	2	3	4	7	8	8	-
SORGO	-	-	-	-	-	0	0	-
TRIGO	0	0	0	0	0	1	1	-
UVA	-	-	-	-	-	0	0	-
PRODUTOS NATIVOS EM GERAL	-	-	-	-	-	0	0	-
OUTRAS LAVROURAS	-	-	-	-	-	2	3	-
OUTROS PROD. VEGETAIS	17	12	12	11	13	11	11	-
PRODUÇÃO VEGETAL	100	100	100	100	100	100	100	-
AVES	-	-	-	-	-	15	13	18
BUBALINOS	-	-	-	-	-	0	0	0
OVINOS	2	1	1	1	1	0	0	0
PESCA	7	7	5	6	2	1	1	2
SUÍNOS	2	2	2	3	2	2	2	2
EQUÍDEOS	-	-	-	-	-	0	0	0
BOVINO LEITE	-	-	-	-	-	21	23	22
BOVINO CARNE	-	-	-	-	-	55	57	51
OUTROS ANIMAIS OU PROD.	21	18	27	22	20	4	2	2
OUTROS CUSTEIOS PEC.	10	9	8	7	4	2	2	3
BOVINOS, OUTROS BOVINOS	58	63	57	61	71	-	-	-
PRODUÇÃO ANIMAL	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: TABELA DE APLICAÇÃO DO CRÉDITO POR ATIVIDADES, REGIÃO SUDESTE

C.1

TABELA 16

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

APLICAÇÃO DE CRÉDITO POR ATIVIDADES, REGIÃO SUL
1969 A 1976 - (EM CR$ 1.000,00)

VOLUMES POR REGIÕES / CULTIVOS	REGIÃO SUL							
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Algodão	108.123	102.576	91.528	109.810	160.176	758.142	814.451	
Algodão Arbóreo	-	-	-	-	-	233		
Amendoim	12.187	21.499	16.840	8.303	6.718	2.941	16.076	
Arroz	201.263	205.438	266.119	378.100	588.270	1.529.919	2.764.267	
Batata-inglesa	-	-	-	-	-	134.076	164.264	
Cacau	-	-	2	933	1.032	104	-	
Café	126.145	339.495	360.526	528.718	740.934	1.627.428	1.785.723	
Cana-de-açúcar	4.843	3.221	5.199	7.566	17.344	24.148	46.476	
Feijão	9.638	18.162	14.581	14.024	63.988	49.895	41.887	
Frutas Cítricas	-	-	-	-	-	1.604	5.990	
Frutas (outras)	-	-	-	-	-	17.072	38.618	
Fumo	-	-	-	-	-	52.933	340.916	
Girassol	-	-	-	-	-	2	12	
Hortaliças	-	-	-	-	-	14.481	37.980	
Mandioca	6.482	9.403	12.347	21.879	22.750	20.001	29.943	
Milho	78.008	113.194	119.317	136.711	273.591	573.113	1.082.180	
Pimenta-do-reino	-	-	-	-	-	38	4.560	
Soja	65.318	121.716	294.188	509.573	1.265.122	4.459.456	9.791.416	
Sorgo		-	-		-	18.986	56.300	
Trigo	142.648	254.806	385.491	624.344	476.878	1.757.251	3.604.115	
Uva	-	-	-	-	-	19.550	27.202	
Produtos Nativos em Geral	-	-	-	-	-	3.123	2.514	
Outras Lavouras						91.074	173.531	
Outros Produtos Agrícolas	32.602	51.170	64.160	106.324	158.457	279.108	604.067	
Produção Vegetal	787.257	1.240.680	1.630.298	2.446.285	3.775.260	11.434.678	21.432.488	
Aves	-	-	-	-	-	173.418	348.893	769.410
Bubalinos	-	-	-	-	-	1.712	3.133	1.269
Ovinos	9.300	12.065	6.797	11.715	42.943	124.194	118.236	194.276
Pesca	9.186	16.897	23.966	13.547	17.671	342	21	6.264
Suínos	22.804	29.485	37.996	72.387	92.882	298.192	750.777	1.211.975
Equídeos	-	-	-	-	-	3.302	2.977	2.639
Bovino Leite	-	-	-	-	-	144.079	267.949	327.083
Bovino Carne	-	-	-	-	-	870.601	2.099.032	1.893.423
Outros Animais Ou Pr.	13.247	17.078	40.007	44.308	84.631	152.432	192.554	350.784
Outros Custeios Pec.	4.307	10.930	7.014	10.159	14.390	33.121	124.165	198.559
Bovinos, outros Bovinos	44.869	70.531	87.980	137.580	251.575	-	-	
Produção Animal	103.713	156.986	203.760	289.696	504.092	1.801.393	3.907.737	4.955.682

FONTE: BCB - Derur Crédito Rural - Dados Estatísticos, vários anos.

TABELA 17

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA APLICAÇÃO DO CRÉDITO POR ATIVIDADES, REGIÃO SUL
1969 a 1976

REGIÃO, ANOS / PRODUTOS	REGIÃO SUL							
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
ALGODÃO	14	8	6	4	4	7	4	-
ALGODÃO ARBÓREO	-	-	-	-	-	0	-	-
AMENDOIM	2	2	1	0	0	0	0	-
ARROZ	25	17	16	15	16	13	13	-
BATATA-INGLÊSA	-	-	-	-	-	1	1	-
CACAU	-	-	0	0	0	0	-	-
CAFÉ	16	27	22	22	20	14	8	-
CANA-DE-AÇÚCAR	1	-	-	0	0	0	0	-
FEIJÃO	1	1	1	1	2	1	0	-
FRUTAS CÍTRICAS	-	-	-	-	-	0	0	-
FRUTAS (OUTRAS)	-	-	-	-	-	0	0	-
FUMO	-	-	-	-	-	1	2	-
GIRASSOL	-	-	-	-	-	0	0	-
HORTALIÇAS	-	-	-	-	-	0	0	-
MANDIOCA	1	1	1	1	1	0	0	-
MILHO	10	9	7	6	7	5	5	-
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	-	0	0	-
SOJA	8	10	18	21	33	39	46	-
SORGO	-	-	-	-	-	0	0	-
TRIGO	18	21	24	26	13	15	17	-
UVA	-	-	-	-	-	0	0	-
PRODUTOS NATIVOS EM GERAL	-	-	-	-	-	0	0	-
OUTRAS LAVOURAS	-	-	-	-	-	1	1	-
OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS	4	4	4	4	4	3	3	-
PRODUÇÃO VEGETAL	100	100	100	100	100	100	100	-
AVES	-	-	-	-	-	10	9	16
BUBALINOS	-	-	-	-	-	0	0	0
OVINOS	9	7	3	4	8	7	3	4
PESCA	9	11	12	5	4	0	0	0
SUÍNOS	22	19	19	25	18	17	19	24
EQUÍDEOS	-	-	-	-	-	0	0	0
BOVINO LEITE	-	-	-	-	-	8	7	7
BOVINO CARNE	-	-	-	-	-	48	54	38
OUTROS ANIMAIS PROD.	13	11	20	15	17	8	5	7
OUTROS CUSTEIOS PECUÁRIOS	4	7	3	4	3	2	3	4
BOVINOS OUTROS BOV.	43	45	43	47	50	-	-	-
PRODUÇÃO ANIMAL	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: TABELA DE APLICAÇÃO DO CRÉDITO POR ATIVIDADES, REGIÃO SUL

TABELA Nº 18

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

APLICAÇÃO DE CRÉDITO POR ATIVIDADES; REGIÃO CENTRO-OESTE

1969 A 1976

(EM CR$ 1.000,00)

VOLUME POR REGIÃO / PRODUTOS	REGIÃO CENTRO — OESTE (Cr$ 1.000,00)							
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
ALGODÃO	13.284	29.734	144.077	135.156	53.920	144.979	104.956	
ALGODÃO ARBÓREO	-	-	-	-	-	41	-	
AMENDOIM	2.103	2.784	6.649	4.931	4.335	2.682	9.861	
ARROZ	132.353	104.489	126.678	211.937	329.275	1.010.204	2.538.488	
BATATA INGLESA	-	-	-	-	-	207	1.401	
CACAU	-	-	109	-	-	-	17	
CAFÉ	398	1.365	2.714	7.508	10.298	46.327	110.501	
CANA-DE-AÇÚCAR	365	1.059	1.529	663	407	69	4.282	
FEIJÃO	8.403	12.960	8.850	8.872	35.940	49.931	55.310	
FRUTAS CÍTRICAS	-	-	-	-	-	485	781	
FRUTAS OUTRAS	-	-	-	-	-	2.068	5.235	
FUMO	-	-	-	-	-	297	1.011	
HORTALIÇAS	-	-	-	-	-	2.682	7.021	
MANDIOCA	269	262	361	382	958	807	1.670	
MILHO	27.384	38.850	33.324	48.543	149.380	384.991	669.051	
PIMENTA DO REINO	-	-	-	-	-	278	-	
SOJA	2.957	8.562	13.880	37.310	83.340	128.307	194.352	
SORGO	-	-	-	-	-	1.676	4.465	
TRIGO	123	506	586	14.896	1.583	9.676	30.082	
UVA	-	-	-	-	-	20	4	
PRODUTOS NATIVOS EM GERAL	-	-	-	-	-	1.383	7.010	
OUTRAS LAVOURAS	-	-	-	-	-	10.514	64.535	
OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS	2.576	3.229	2.196	3.123	13.717	44.393	97.330	
PRODUÇÃO VEGETAL	190.215	203.800	340.953	473.521	683.153	1.842.017	3.907.363	
AVES	-	-	-	-	-	11.144	17.215	84.306
BUBALINOS	-	-	-	-	-	44	1.236	615
OVINOS	1.551	74	181	475	60	30	244	284
PESCA	221	387	-	2.164	183	-	-	-
SUÍNOS	447	532	764	1.123	884	19.589	4.483	7.545
EQUÍDEOS	-	-	-	-	-	348	867	1.742
BOVINO LEITE	-	-	-	-	-	104.039	203.496	185.366
BOVINO CARNE	-	-	-	-	-	1.018.352	2.145.221	2.304.277
OUTROS ANIMAIS OU PROD.	1.401	1.945	8.108	25.825	9.690	58.794	164.785	74.207
OUTROS CUSTEIOS PEC	6.837	6.438	9.745	9.539	12.292	86.524	144.273	194.594
BOVINOS E OUTROS BOV.	40.618	52.211	89.724	129.823	268.250	-	-	-
PRODUÇÃO ANIMAL	51.075	61.587	108.522	168.949	291.359	1.298.864	2.681.820	2.852.936

FONTE: BC B Derur Credito Rural Dados Estatisticos.

TABELA 19

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA APLICAÇÃO DE CRÉDITO POR ATIVIDADES, REGIÃO CENTRO-OESTE
1969 A 1976

ESPECIFICAÇÃO / CULTIVOS	REGIÃO CENTRO - OESTE							
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
ALGODÃO	7	15	42	28	8	8	3	-
ALGODÃO ARBÓREO	-	-	-	-	-	-	-	-
AMENDOIM	1	1	2	1	1	-	-	-
ARROZ	70	51	37	45	48	55	65	-
BATATA-INGLÊSA	-	-	-	-	-	-	-	-
CACAU	-	-	-	-	-	-	-	-
CAFÉ	-	1	1	2	2	2	3	-
CANA-DE-AÇÚCAR	-	1	1	-	-	-	-	-
FEIJÃO	4	6	2	2	5	3	1	-
FRUTAS CÍTRICAS	-	-	-	-	-	-	-	-
FRUTAS OUTRAS	-	-	-	-	-	-	-	-
FUMO	-	-	-	-	-	-	-	-
HORTALIÇAS	-	-	-	-	-	-	-	-
MANDIOCA	-	-	-	-	-	-	-	-
MILHO	14	19	10	10	22	21	17	-
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	-	-	-	-
SOJA	2	4	4	3	12	7	5	-
SORGO	-	-	-	-	-	-	-	-
TRIGO	-	-	-	3	-	1	1	-
UVA	-	-	-	-	-	-	-	-
PROD. NATIVOS EM GERAL	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS LAVOURAS	-	-	-	-	-	1	2	-
OUTROS PRODUTOS AGRICOLAS	2	2	1	1	2	2	3	-
PRODUÇÃO VEGETAL	100	100	100	100	100	100	100	100
AVES	-	-	-	-	-	1	-	3
BUBALINOS	-	-	-	-	-	-	-	-
OVINOS	3	-	-	-	-	-	-	-
PESCA	-	1	-	1	-	-	-	-
SUINOS	1	1	1	1	-	2	-	-
EQUÍDEOS	-	-	-	-	-	-	-	-
BOVINO LEITE	-	-	-	-	-	8	6	6
BOVINO CARNE	-	-	-	-	-	78	80	81
OUTROS ANIMAIS OU PROD.	3	3	7	15	4	4	6	3
OUTROS CUSTEIOS PEC.	13	10	9	6	4	7	8	7
BOVINOS E OUTROS BOV.	80	85	83	77	92	-	-	-
PRODUÇÃO ANIMAL	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aplicação de Crédito por Atividades - Região Centro-Oeste.

TABELA 20
POLÍTICA DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
APLICAÇÃO DE CRÉDITO POR ATIVIDADE, BRASIL
1969 a 1976

(Cr$ 1.000,00)

ATIVIDADES \ ANOS	B R A S I L							
	1 9 6 9	1 9 7 0	1 9 7 1	1 9 7 2	1 9 7 3	1 9 7 4	1 9 7 5	1 9 7 6
ALGODÃO ARBÓREO	-	-	-	-	-	26.192	32.589	-
ALGODÃO	396.528	400.410	664.414	710.365	850.560	3.126.048	3.646.847	-
AMENDOIM	60.100	81.609	96.546	71.138	95.593	123.773	223.565	-
ARROZ	487.672	433.731	539.886	826.449	1.306.813	3.545.467	7.101.134	-
CACAU	34.422	58.087	83.022	53.616	91.347	208.486	467.041	-
CAFÉ	245.718	695.659	774.515	1.139.924	1.707.281	4.500.707	6.199.711	-
CANA-DE-AÇÚCAR	199.184	286.484	366.539	475.770	742.961	1.677.361	3.281.688	-
FEIJÃO	51.029	75.730	81.199	97.043	290.334	356.525	430.940	-
MANDIOCA	26.694	30.993	53.623	72.304	66.583	67.911	127.844	-
MILHO	349.963	486.753	514.698	600.226	1.270.357	2.552.112	4.324.802	-
SOJA	86.111	155.703	364.289	656.995	1.630.681	5.414.880	11.338.800	-
TRIGO	145.280	262.294	390.618	650.280	492.681	1.833.767	3.815.518	-
BATATA INGLÊSA	-	-	-	-	-	381.713	430.626	-
FRUTAS CÍTRICAS	-	-	-	-	-	298.363	384.471	-
FRUTAS (OUTRAS)	-	-	-	-	-	133.177	258.992	-
FUMO	-	-	-	-	-	124.758	456.841	-
GIRASSOL	-	-	-	-	-	6	254	-
HORTALIÇAS	-	-	-	-	-	193.572	409.998	-
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	-	40.403	84.880	-
SORGO	-	-	-	-	-	31.861	90.960	-
UVA	-	-	-	-	-	49.948	78.234	-
PRODUTOS NATIVOS EM GERAL	-	-	-	-	-	57.892	89.534	-
OUTRAS LAVOURAS	-	-	-	-	-	626.547	1.309.125	-
OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS	272.635	278.429	342.562	469.787	864.164	1.842.325	3.621.021	-
PRODUÇÃO VEGETAL	2.355.336	3.245.882	4.271.911	5.823.897	9.409.355	27.213.794	48.205.415	-
AVES	-	-	-	-	-	873.952	1.510.377	2.695.842
BUBALINOS	-	-	-	-	-	9.923	15.297	35.663
OVINOS	17.018	16.482	13.170	17.536	51.626	127.577	124.541	204.584
PESCA	38.383	56.009	57.945	57.936	60.746	25.024	45.008	67.706
SUÍNOS	30.871	40.607	54.137	97.544	128.031	402.673	926.135	1.428.606
EQUÍDEOS	-	-	-	-	-	7.433	17.578	28.915
BOVINOS LEITE	-	-	-	-	-	1.527.623	3.077.214	3.640.915
BOVINO CARNE	-	-	-	-	-	5.305.941	10.723.742	10.968.970
OUTROS ANIMAIS OU PROD.	97.334	119.063	231.800	258.989	433.300	456.372	670.410	754.359
OUTROS CUSTEIOS PECUÁRIOS	52.132	67.998	74.464	85.473	93.862	279.565	552.600	849.145
BOVINOS	427.343	553.204	668.471	1.011.477	2.198.039	-	-	-
PRODUÇÃO ANIMAL	663.081	853.363	1.099.987	1.528.955	2.965.604	9.016.083	17.662.902	20.674.705

FONTE: B C B, DERUR CRÉDITO RURAL, DADOS ESTATÍSTICOS, DIVERSOS ANOS.

TABELA 21

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA APLICAÇÃO DE CRÉDITOS POR ATIVIDADES, BRASIL

1969 A 1976

ESPECIFICAÇÃO / PRODUTOS	B R A S I L							
	1 9 6 9	1 9 7 0	1 9 7 1	1 9 7 2	1 9 7 3	1 9 7 4	1 9 7 5	1 9 7 6
ALGODÃO ARBÓREO	-	-	-	-	-	-	-	-
ALGODÃO	17	12	16	12	9	12	8	-
AMENDOIM	3	3	2	1	1	1	-	-
ARROZ	21	13	13	14	14	13	15	-
CACAU	1	2	2	1	1	1	1	-
CAFÉ	10	21	18	20	18	17	13	-
CANA-DE-AÇÚCAR	8	9	9	8	8	6	7	-
FEIJÃO	2	2	2	2	3	1	1	-
MANDIOCA	1	1	1	1	1	-	-	-
MILHO	15	15	12	11	14	9	9	-
SOJA	4	5	8	11	17	20	23	-
TRIGO	6	8	9	11	5	7	8	-
BATATA-INGLESA	-	-	-	-	-	1	1	-
FRUTAS CÍTRICAS	-	-	-	-	-	1	1	-
FRUTAS (OUTRAS)	-	-	-	-	-	1	-	-
FUMO	-	-	-	-	-	-	1	-
GIRASSOL	-	-	-	-	-	-	-	-
HORTALIÇAS	-	-	-	-	-	1	1	-
PIMENTA-DO-REINO	-	-	-	-	-	-	-	-
SORGO	-	-	-	-	-	-	-	-
UVA	-	-	-	-	-	-	-	-
PNG	-	-	-	-	-	-	-	-
O L	-	-	-	-	-	2	3	-
O P A	12	9	8	8	9	7	8	-
PRODUÇÃO VEGETAL	100	100	100	100	100	100	100	
AVES	-	-	-	-	-	10	9	13
BUBALINOS	-	-	-	-	-	-	-	-
OVINOS	2	2	1	1	2	1	1	1
PESCA	6	6	5	4	2	-	-	-
SUÍNOS	5	5	5	6	4	5	5	7
EQUÍDEOS	-	-	-	-	-	-	-	-
BOVINOS LEITE	-	-	-	-	-	17	17	18
BOVINOS CARNE	-	-	-	-	-	59	61	53
OUTROS ANIMAIS OU PROD.	15	14	21	17	15	5	4	4
O C P	8	8	7	6	3	3	3	4
BOVINOS	64	65	61	66	74	-	-	-
PRODUÇÃO ANIMAL	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aplicação do Crédito por Atividades, Brasil

TABELA 22

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

APLICAÇÃO DE CRÉDITOS POR ATIVIDADES, SEGUNDO AS REGIÕES

1969 a 1976 (EM CR$ 1.000,00)

VOLUME DE CRÉDITOS P/ANO E ATIVIDADE / REGIÕES	1969		1970		1971		1972		1973		1974		1975		1976	
	Produção Vegetal	Produção Animal	Produção Vegetal	Produção Animal	Produção Vegetal	Produção Animal	Produção Vegetal	Produção Animal	Produção Vegetal	Produção Animal	Produção Vegetal	Produção Animal	Produção Vegetal	Produção Animal	Produção Vegetal	Produção Animal
Norte	20.886	8.029	18.358	8.088	27.719	28.706	60.719	41.008	90.819	65.296	250.218	158.710	437.523	376.548	-	635.128
Nordeste	251.659	143.914	366.715	136.047	493.699	166.426	618.218	309.112	900.293	631.537	2.674.752	1.505.989	5.874.777	2.433.584	-	2.947.368
Sudeste	1.105.319	356.350	1.416.329	490.655	1.779.242	592.573	2.225.154	720.190	3.959.830	1.473.320	11.012.129	4.251.127	16.553.264	8.263.203	-	9.283.591
Sul	787.257	103.713	1.240.680	156.986	1.630.298	203.760	2.446.285	289.696	3.775.260	504.092	11.434.678	1.801.393	21.432.488	3.907.737	-	4.955.682
Centro-Oeste	190.215	51.075	203.800	61.587	340.953	108.522	473.521	168.949	683.153	291.359	1.842.017	1.298.864	3.907.363	2.681.820	-	2.852.936
BRASIL	2.355.336	663.081	3.245.882	853.363	4.271.911	1.099.987	5.823.897	1.528.955	9.409.355	2.965.604	27.213.794	9.016.083	48.205.415	17.662.902	-	20.674.705

FONTE: BCB - Derur Crédito Rural, Dados Estatísticos, diversos anos

TABELA 23

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA APLICAÇÃO DE CRÉDITOS POR ATIVIDADES SEGUNDO AS REGIÕES

1969 A 1976

ESPECIFICAÇÃO / REGIÕES	1969		1970		1971		1972		1973		1974		1975		1976	
	PV	PA	PV	PA	PV	PA	PV	PA	PV	PA	PV	PA	PV	PA	PV	PA
NORTE	1	1	1	1	1	3	1	3	1	2	1	2	1	2		3
NORDESTE	11	22	11	16	11	15	11	20	10	21	10	17	12	14		14
SUDESTE	47	54	44	58	42	54	38	47	42	50	40	47	34	47		45
SUL	33	15	38	18	38	18	42	19	40	17	42	20	45	22		24
CENTRO-OESTE	8	8	6	7	8	10	8	11	7	10	7	14	8	15		14
BRASIL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Aplicação de Crédito por Atividades, Brasil e Regiões.

TABELA 24

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS - CRÉDITO RURAL, SEGUNDO TIPOS E FONTES DE FINANCIAMENTO, BRASIL
DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL POR FINALIDADE E TIPOS DE AGENTES
1969 a 1976

BRASIL

FONTES DE FINANCIAMENTO / ANOS	1969				1970				1971				1972				1973				1974				1975				1976	
	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO
1. BANCOS OFICIAIS FEDERAIS	3.045.339	578.866	478.275	1.988.198	4.563.027	990.325	785.304	2.787.698	5.330.458	1.310.978	776.935	3.242.547	8.569.152	2.513.919	1.280.505	4.774.731	12.666.447	3.429.956	1.900.874	7.335.617	21.971.692	5.265.232	3.426.039	13.280.421	42.419.367	10.943.668	9.363.181	22.112.518	9.986.572	4.413.
1.2. BANCOS OFICIAIS ESTADUAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	1.079.672	271.920	288.866	518.906	1.463.863	496.772	382.949	584.143	2.264.351	640.885	500.494	1.122.972	3.589.166	1.089.527	735.253	1.764.386	5.995.794	2.332.669	1.068.245	2.594.880	1.381.609	386.
1.3. BANCOS PRIVADOS	1.391.617	111.643	678.593	601.381	2.014.225	143.814	1.111.364	759.047	2.687.960	225.207	1.463.322	1.009.431	3.244.157	299.834	1.648.413	1.295.909	6.104.825	676.900	2.852.851	2.575.074	8.811.745	991.164	4.283.375	3.537.206	14.060.913	2.157.000	6.648.904	5.255.009	3.104.905	1.311.
1.4. CAIXAS ECONÔMICAS	2.601	504	784	1.313	7.277	989	903	5.385	12.012	473	549	10.990	56.332	49.048	2.504	4.780	80.059	61.400	130	18.529	184.618	105.803	17.713	61.102	303.742	157.708	12.705	133.299	-	-
1.5. COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL	24.164	2.362	2.637	19.165	55.519	2.260	1.575	51.684	89.337	2.479	1.817	85.041	102.613	2.927	4.752	94.934	159.111	10.880	16.662	131.569	248.180	45.611	22.171	180.598	682.225	135.551	32.431	514.243	105.999	66.
T O T A L	4.463.721	693.375	1.160.289	2.610.057	6.640.048	1.137.388	1.898.846	3.603.814	9.209.439	1.811.035	2.531.489	4.866.915	13.436.117	3.362.500	3.319.120	6.754.497	21.274.793	4.820.021	5.271.011	11.183.761	34.805.401	7.497.337	8.484.551	18.823.513	63.462.011	15.725.596	17.125.466	30.609.949	14.579.098	6.198.

FONTE: BCB - DERUR CRÉDITO RURAL DADOS ESTATÍSTICOS - DIVERSOS ANOS

TABELA 24

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS - *CRÉDITO RURAL*, SEGUNDO TIPOS E FONTES DE FINANCIAMENTO, BRASIL
DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL POR FINALIDADE E TIPOS DE AGENTES
1969 a 1976

	BRASIL																															
	1969				1970				1971				1972				1973				1974				1975				1976			
	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO	TOTAL	INVESTIMENTO	COMERCIAL	CUSTEIO
	3.045.339	578.866	478.275	1.988.196	4.563.027	990.325	785.004	2.787.698	5.330.458	1.310.976	776.935	3.242.547	8.569.152	2.513.919	1.280.502	4.774.731	12.666.447	3.429.956	1.900.874	7.335.617	21.971.692	5.265.232	3.426.039	13.280.421	42.419.367	10.943.668	9.363.181	22.112.518	9.996.572	4.413.586	690.858	4.891.828
	-	-	-	-	-	-	-	-	1.079.672	271.900	288.866	518.906	1.463.863	496.772	382.940	584.143	2.264.351	640.885	500.494	1.122.972	3.589.166	1.089.527	735.253	1.764.386	5.995.794	2.332.669	1.068.245	2.594.880	1.381.609	386.118	951.033	44.458
	1.391.617	111.643	678.593	601.381	2.014.225	143.814	1.111.364	759.047	2.697.960	225.207	1.463.322	1.009.431	3.244.157	299.834	1.648.414	1.295.909	6.104.825	676.909	2.852.851	2.575.074	8.811.745	991.164	4.285.375	3.537.206	14.060.913	2.157.000	6.648.904	5.255.009	3.104.908	1.311.334	163.877	1.629.697
	2.601	504	784	1.313	7.277	989	903	5.385	12.012	473	549	10.990	56.332	49.048	2.504	4.780	80.059	61.400	130	18.529	184.618	105.803	17.713	61.102	303.712	157.708	12.705	133.299	-	-	-	-
	24.164	2.362	2.637	19.165	55.519	2.260	1.375	51.684	89.337	2.479	1.817	85.041	102.613	2.927	4.752	94.934	159.111	10.880	16.662	131.569	248.180	45.611	22.171	180.508	682.225	135.551	32.431	514.243	105.999	66.711	138	39.150
	4.463.731	693.375	1.160.289	2.610.057	6.640.048	1.137.388	1.898.846	3.603.814	9.209.439	1.811.035	2.531.489	4.866.915	13.436.117	3.362.500	3.319.120	6.754.497	21.274.793	4.820.021	5.271.011	11.183.761	34.805.401	7.497.337	8.484.551	18.823.513	63.462.011	15.725.596	17.125.466	30.609.949	14.579.088	6.193.049	1.805.926	6.573.133

: SNCR - DERAC CRÉDITO RURAL DADOS ESTATÍSTICOS - DIVERSOS ANOS

TABELA 25
POLÍTICA DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO CRÉDITO RURAL SEGUNDO TIPOS E FONTES DE FINANCIAMENTOS, BRASIL
DE 1969 à 1976

FONTES DE CRÉDITO POR	1969				1970				1971				1972				1973				1974				1975				1976			
FINANCIAMENTOS ANOS	T	I	COM	CUST.	T	I	COM	CUST	T	I	COM	CUST	T	I	COM	CUST	T	I	COM	CUST.	T	I	COM.	CUST.	T	I	COM.	CUST	T	I	COM.	CUST.
1 Bancos Oficiais Fed.	100	19	16	65	100	22	17	61	100	25	14	61	100	29	15	56	100	27	15	58	100	24	16	60	100	26	22	52	100	44	7	49
2 Bancos " Est.	-	-	-	-	-	-	-	-	100	25	27	48	100	34	26	40	100	28	22	50	100	30	21	49	100	39	18	43	100	28	69	3
3 Bancos Privados	100	8	49	43	100	7	55	38	100	8	54	38	100	9	51	40	100	11	47	42	100	11	49	40	100	15	47	38	100	42	5	53
4 Caixas Econômicas	100	19	30	51	100	14	12	74	100	4	5	91	100	87	4	9	100	77	0	23	100	57	10	33	100	52	4	44	-	-	-	-
5 Coop. de Créd. Rural	100	10	11	79	100	4	3	93	100	3	2	95	100	3	5	92	100	7	10	83	100	18	9	73	100	20	5	75	100	82	0	18
T O T A L	100	16	26	58	100	17	29	54	100	20	27	53	100	25	25	50	100	23	25	52	100	22	24	54	100	25	27	48	100	43	12	45

FONTE.DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Crédito Rural segundo tipos e fontes de Financiamentos - Brasil

TABELA 26

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL CRÉDITO RURAL SEGUNDO TIPOS E FONTES DE FINANCIAMENTO, BRASIL
1969 à 1976

CRÉDITOS POR ANOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	1969				1970				1971				1972				1973				1974				1975				1976			
	T	I	COM	CUST	T	I	COM	CUST	T	I	COM	CUST	T	I	COM	CUST	T	I	COM	CUST	T	I	COM	CUST	T	I	COM	CUST	T	I	COM	CUST
1 Bancos Oficiais Fed.	68	84	41	76	69	87	41	77	58	72	31	67	64	75	38	71	60	71	36	66	63	70	40	71	67	69	55	72	69	71	38	74
2 Bancos Oficiais Est.	-	-	-	-	-	-	-	-	12	15	11	10	11	15	12	9	11	14	10	10	10	15	9	9	10	15	6	9	9	6	53	1
3 Bancos Privados	31	16	59	23	30	13	59	21	29	13	58	21	24	9	50	19	29	14	54	23	25	13	51	19	22	14	39	17	21	21	9	25
4 Caixas Econômicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	-	-	-	-
5 Coop. de Cred. Rur.	10	0	0	10	10	0	0	2	1	0	0	2	1	0	0	2	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	2	1	2	0	0
T O T A L	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: TABELA DE CRÉDITO RURAL SEGUNDO TIPOS E FONTES DE FINANCIAMENTOS, BRASIL.

TABELA 27

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

BRASIL - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NAS APLICAÇÕES DO CRÉDITO RURAL, SEGUNDO OS TIPOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, NO PERÍODO DE 1969/76.

	1969	1972	1975	1976
- Bancos Oficiais Federais	53,3%	60,0%	63,5%	64,8%
- Bancos Oficiais Estaduais	11,5%	11,9%	10,5%	10,3%
SUBTOTAL	64,8%	71,9%	74,0%	75,1%
- Bancos Privados	34,4%	27,1%	24,5%	23,3%
- Caixas Econômicas	0,4%	0,4%	0,6%	0,8%
- Cooperativas de Crédito	0,4%	0,6%	0,9%	0,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 28

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

REGIÕES DO BRASIL

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO CRÉDITO RURAL, CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL, POR REGIÃO

1971 a 1976 - Cr$ 1.000

REGIÕES / ANOS	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1971*	48.016	1	699.809	14	1.485.755	29	2.420.052	48	428.959	8
1972*	86.454	1	1.003.975	12	2.487.506	30	3.835.649	47	816.217	10
1973	109.365	1	1.396.818	11	3.904.838	32	5.795.976	47	1.060.713	9
1974	99.649	0,4	2.526.215	12	6.435.754	30	10.465.306	49	1.849.541	8,6
1975	315.330	1	5.573.158	13	10.223.105	25	20.499.811	50	4.489.607	11
1976	630.393	1	8.584.033	14	16.077.816	25	29.806.005	47	8.021.979	13

FONTE: Banco do Brasil S/A, Estatísticas dos Créditos Concedidos, atividades Rural e Industrial - 1971 - 1976.

* Inclusive Preços Mínimos

TABELA 29

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP, REGIÃO NORTE
1968 A 1973

(Cr$ 1.000,00)

REGIÕES / PRODUTOS, ANOS	REGIÃO NORTE					
	PRODUÇÃO TOTAL (t) A	PRODUÇÃO FINANCIADA (t) B	VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL (1.000,00) C	VALOR DA PRODUÇÃO FINANCIADA (1.000,00) D	B/A	D/C
1968	210.057	17.164	51.455	11.027,8	0,08	0,21
ARROZ	101.307	143	21.415	31,7	-	-
JUTA E MALVA	50.266	16.907	20.318	10.982,7	0,34	0,54
MILHO	58.484	114	9.722	13,4	-	-
1969	138.755	11.662	48.026	7.604,4	0,08	0,16
ARROZ	90.892	1.058	23.045	259,6	0,01	0,01
JUTA E MALVA	47.863	10.604	24.981	7.344,8	0,22	0,29
1970	200.612	17.036	77.358	10.850,8	0,08	0,14
ARROZ	101.610	993	31.554	302,5	0,01	0,01
JUTA E MALVA	38.172	15.931	29.601	10.513,3	0,42	0,36
AMENDOIM	1.343	100	644	32,7	0,07	0,05
MILHO	59.487	12	15.559	2,3	-	-
1973	189.251	10.384	153.175	15.584,1	0,05	0,10
JUTA E MALVA	62.226	10.324	84.321	15.557,6	0,17	0,18
ARROZ CASCA	127.025	60	68.854	26,5	-	-

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1971
Ministério da Agricultura - C F P - Anuário Estatístico - 1977

TABELA 30
POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP, REGIÃO NORTE
DE 1968 À 1973

ESPECIFICAÇÃO / PRODUTOS, ANOS	REGIÃO NORTE			
	PRODUÇÃO TOTAL	PRODUÇÃO FINANCIADA	VALOR DA PRODUÇÃO	VALOR DA PRODUÇÃO FINANCIADA
1968	100	100	100	100
ARROZ	48	1	42	-
JUTA E MALVA	24	98	39	100
MILHO	28	1	19	-
1969	100	100	100	100
ARROZ	66	9	48	3
JUTA E MALVA	34	91	52	97
1970	100	100	100	100
ARROZ	51	6	41	3
JUTA E MALVA	19	93	38	97
AMENDOIM	-	1	1	-
MILHO	30	-	20	-
1973	100	100	100	100
JUTA E MALVA	33	99	55	100
ARROZ CASCA	67	1	45	-

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Produção Total e Produção Financiada pela CFP

TABELA 31

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP, REGIÃO NORDESTE
1968 - 1969 - 1970 - 1973

(CR$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO / ANOS E PRODUTOS	REGIÃO NORDESTE					
	PRODUÇÃO TOTAL (t) A	PRODUÇÃO FINANCIADA (t) B	VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL (1.000,00) C	VALOR DA PRODUÇÃO FINANCIADA (1.000,00) D	B/A	D/C
1968	17.293.045	83.188	1.541.048	44.825	-	0,03
ALGODÃO	876.507	26.810	429.038	31.082,0	0,03	0,07
ARROZ	1.106.081	38.847	189.497	9.564,7	0,04	0,05
MANDIOCA	12.390.549	62	380.043	7,7	-	-
FEIJÃO	888.428	537	267.019	120,4	-	-
MILHO	1.703.299	4.434	203.665	487,8	-	-
SISAL OU AGAVE	328.181	12.498	71.786	3.562,4	0,04	0,05
1969	17.895.975	105.783	1.906.664	47.569,0	0	0,02
ALGODÃO	863.585	20.095	435.046	26.544,1	0,02	0,06
ARROZ	1.037.283	51.686	186.310	11.190,0	0,05	0,06
MANDIOCA	13.009.081	27	455.050	3,1	-	-
FEIJÃO	818.000	253	419.697	53,6	-	-
MAMONA	260.398	4.136	77.408	1.052,1	0,02	0,01
MILHO	1.596.543	2.551	255.150	353,9	-	-
SISAL OU AGAVE	311.085	27.035	78.003	8.372,2	0,09	0,11
1970	3.163.909	61.814	1.407.860	29.803,0	0,02	0,02
ALGODÃO	516.915	8.584	475.810	15.055,1	0,02	0,03
ARROZ	856.002	30.631	207.263	8.161,2	0,04	0,04
FEIJÃO	448.061	1.930	357.377	650,6	-	-
MAMONA	208.803	401	78.050	110,8	-	-
MILHO	870.829	4.211	217.173	708,7	-	-
SISAL OU AGAVE	263.299	16.057	72.187	5.116,6	0,06	0,07
1973	16.544.532	96.114	6.652.635	129.020,7	0	0,02
ALGODÃO	883.555	23.283	1.963.114	86.348,6	0,03	0,04
ARROZ	1.125.279	47.935	470.089	26.127,6	0,04	0,06
MANDIOCA	11.918.929	474	1.488.194	185,9	-	-
FEIJÃO	868.469	284	1. 646.229	276,1	-	-
MILHO	1.512.045	5.071	682.379	1.887,3	-	-
MAMONA	236.255	19.067	402.630	14.195,2	0,08	0,04

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1971 - Ministério da Agricultura, CFP - Anuário Estatístico 1977

TABELA 32

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP, REGIÃO NORDESTE
1968 - 1969 - 1970 - 1973

REGIÃO / PRODUTOS	REGIÃO NORDESTE			
	PRODUÇÃO TOTAL (t) A	PRODUÇÃO FINANCIADA (t) B	VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL C	VALOR DA PRODUÇÃO FINANCIADA D
1968	100	100	100	100
ALGODÃO	5	32	28	69
ARROZ	6	47	12	21
MANDIOCA	72	-	25	-
FEIJÃO	5	1	17	1
MILHO	10	5	13	1
SISAL OU AGAVE	2	15	5	8
1969	100	100	100	100
ALGODÃO	5	19	23	56
ARROZ	6	49	10	23
MANDIOCA	73	-	24	-
FEIJÃO	4	-	22	-
MAMONA	1	4	4	2
MILHO	9	2	13	1
SISAL OU AGAVE	2	26	4	18
1970	100	100	100	100
ALGODÃO	16	14	34	51
ARROZ	27	49	15	28
FEIJÃO	14	3	25	2
MAMONA	7	1	6	-
MILHO	28	7	15	2
SISAL OU AGAVE	8	26	5	17
1973	100	100	100	100
ALGODÃO	5	24	30	67
ARROZ	7	50	7	20
MANDIOCA	72	1	22	-
FEIJÃO	5	-	25	-
MILHO	9	5	10	2
MAMONA	2	20	6	11

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Região Nordeste

TABELA 33

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP, REGIÃO SUDESTE

1968 - 1969 - 1970 - 1973

(CR$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO / ANOS / PRODUTOS	REGIÃO SUDESTE					
	PRODUÇÃO TOTAL (t) A	PRODUÇÃO FINANCIADA (t) B	VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL (1.000,00)C	VALOR DA PRODUÇÃO FINANCIADA (1.000,00)D	B/A	D/C
1968	13.957.168	298.382	1.905.035	67.716,5	0,02	0,04
Algodão	573.866	17.054	253.783	21.330,4	0,03	0,08
Amendoim	605.837	58.719	168.271	13.499,7	0,10	0,08
Arroz	2.034.818	77.008	606.618	15.519,0	0,04	0,03
Mandioca	5.187.807	952	177.817	78,0	-	-
Feijão	468.296	486	168.007	140,2	-	-
Mamona	75.414	5.425	22.188	1.281,3	0,07	0,06
Milho	4.971.435	116.192	497.679	11.945,7	0,02	0,02
Soja	39.695	22.546	10.672	3.922,2	0,57	0,37
1969	13.303.702	519.053	2.255.797	128.491,7	0,04	0,06
Algodão	630.246	16.440	330.551	22.214,3	0,03	0,07
Amendoim	572.258	52.588	202.152	15.692,2	0,09	0,08
Arroz	1.963.223	144.220	624.295	44.567,8	0,07	0,07
Mandioca	5.227.680	12	194.327	0,9	-	-
Feijão	436.601	2.055	258.114	765,4	-	-
Mamona	71.888	16.650	22.188	4.945,7	0,23	0,22
Milho	4.340.237	260.352	603.947	34.056,6	0,06	0,06
Soja	61.569	26.736	20.223	6.248,8	0,43	0,31
1970	15.227.318	341.771	3.060.107	135.627,8	0,02	0,04
Algodão	807.789	25.422	514.474	49.260,1	0,03	0,01
Amendoim	712.910	72.412	282.820	29.018,2	0,10	0,10
Arroz	2.411.504	45.506	785.760	15.001,0	0,02	0,02
Feijão	497.532	3.858	340.071	1.967,8	0,01	0,01
Mamona	74.902	11.606	27.612	3.838,5	0,15	0,14
Milho	5.370.655	133.470	851.987	21.132,5	0,02	0,02
Soja	91.892	49.370	32.843	15.387,3	0,54	0,46
Mandioca	5.260.134	127	224.540	22,4	-	-
1973	12.669.691	829.185	6.464.522	783.957,8	0,07	0,12
Algodão	719.219	72.421	1.027.862	331.246,4	0,10	0,32
Amendoim	340.729	38.277	349.825	38.932,7	0,11	0,11
Arroz	1.641.624	83.125	1.145.974	66.736,8	0,05	0,06
Mandioca	4.095.866	1.166	429.434	997,5	-	-
Feijão	480.024	11.290	1.138.238	16.253,7	0,02	0,01
Mamona	107.049	36.909	180.489	26.353,1	0,34	0,15
Milho	4.918.435	376.925	1.856.892	183.930,9	0,08	0,10
Soja	366.745	209.072	355.808	119.456,7	0,57	0,34

FONTE: ISGE; Anuário Estatístico do Brasil, 1971.
Ministério da Agricultura, CFP - Anuário Estatístico 1977.

TABELA 34

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO TOTAL E DA PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP - REGIÃO SUDESTE

1968 - 1969 - 1970 - 1973

REGIÕES / ANOS / PRODUTOS	REGIÃO SUDESTE			
	Produção Total (t)	Produção Financiada (t)	Valor da Produção Total	Valor da Produção Financiada
1968	100	100	100	100
Algodão	4	6	13	32
Amendoim	4	20	9	20
Arroz	15	26	32	23
Mandioca	37	0	9	0
Feijão	3	0	9	0
Mamona	1	2	1	2
Milho	36	39	26	18
Soja	0	7	1	5
1969	100	100	100	100
Algodão	5	3	15	17
Amendoim	4	10	9	12
Arroz	15	28	28	35
Mandioca	39	0	8	0
Feijão	3	0	11	1
Mamona	1	3	1	4
Milho	33	51	27	26
Soja	0	5	1	5
1970	100	100	100	100
Algodão	5	7	17	36
Amendoim	5	21	9	22
Arroz	16	13	26	11
Feijão	3	1	11	2
Mamona	0	4	1	3
Milho	36	39	28	15
Soja	1	15	1	11
Mandioca	34	0	7	0
1973	100	100	100	100
Algodão	5	9	16	42
Amendoim	3	5	5	5
Arroz	13	10	18	9
Mandioca	32	0	7	0
Feijão	4	2	17	2
Mamona	1	4	3	4
Milho	39	45	28	23
Soja	3	25	6	15

Fonte dos Dados Originais: Tabela de Produção Total e Produção Financiada pela CFP - Região Sudeste

* 1968 - 69 - 70 - 73 = 100

- TABELA 35

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP, REGIÃO SUL
1968 - 1969 - 1970 - 1973

(CR$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO / ANOS PRODUTOS	REGIÃO SUL					
	PRODUÇÃO TOTAL (t) A	PRODUÇÃO FINANCIADA (t) B	VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL (1.000,00) C	VALOR DA PRODUÇÃO FINANCIADA (1.000,00) D	B/A	D/C
1968	17.442.145	409.691	1.845.007	113.385,7	0,02	0,06
ALGODÃO	493.938	16.979	210.851	20.894,3	0,03	0,10
AMENDOIM	118.345	7.479	30.678	1.599,2	0,06	0,05
ARROZ	1.833.040	256.034	429.162	67.255,4	0,14	0,16
MANDIOCA	8.211.756	5.059	275.301	501,0	-	-
FEIJÃO	867.981	2.716	217.526	833,5	-	-
MAMONA	45.383	11.405	13.431	2.642,9	0,25	0,20
MILHO	5.261.090	11.961	543.206	1.317,9	0,23	-
SOJA	610.612	98.058	124.852	18.341,5	0,16	0,15
1969	18.833.348	509.373	2.475.878	158.877,3	0,03	0,06
ALGODÃO	521.452	20.119	238.511	26.369,0	0,04	0,11
AMENDOIM	146.190	7.668	54.689	2.082,4	0,05	0,04
ARROZ	1.996.418	232.210	525.849	77.842,7	0,12	0,15
MANDIOCA	8.409.637	4.755	345.111	599,7	-	-
FEIJÃO	792.584	3.441	295.967	1.394,7	-	-
MAMONA	42.058	6.559	13.431	1.967,1	0,16	0,15
MILHO	5.935.277	58.660	758.952	8.295,6	0,01	0,01
SOJA	989.732	175.961	243.368	40.326,1	0,18	0,17
1970	21.342.206	764.705	3.434.149	307.253,0	0,04	0,09
ALGODÃO	525.772	23.255	290.419	44.592,8	0,04	0,15
AMENDOIM	167.804	12.513	62.622	4.614,8	0,07	0,07
ARROZ	2.347.585	304.082	688.381	124.436,4	0,13	0,18
MANDIOCA	8.743.780	2.378	415.126	405,8	-	-
FEIJÃO	1.074.295	19.605	583.008	6.704,2	0,02	0,01
MAMONA	57.375	4.265	22.069	1.417,7	0,08	0,06
MILHO	7.027.784	31.732	980.901	5.330,4	-	0,01
SOJA	1.397.811	366.875	391.623	119.750,9	0,26	0,31
1973	22.338.618	1.860.814	12.244.323	1.337.184,5	0,08	0,11
ALGODÃO	436.951	29.129	587.916	141.386,3	0,07	0,24
AMENDOIM	146.555	969	377.977	985,5	0,01	0
ARROZ	2.317.382	338.389	1.477.608	298.273,8	0,15	0,20
MANDIOCA	7.410.600	23.325	1.122.657	18.044,6	-	0,02
FEIJÃO	742.317	11.868	1.237.696	15.073,9	0,02	0,01
MAMONA	89.225	9.545	148.638	7.849,5	0,11	0,05
MILHO	6.743.680	173.919	2.264.327	89.357,8	0,03	0,04
SOJA	4.451.908	1.273.670	5.027.504	766.213,1	0,29	0,15

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1971 Ministério da Agricultura CFP,
IBGE; Anuário Estatístico do Brasil, 1977

TABELA 36

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP., REGIÃO SUL

1968 - 1969 - 1970 - 1973

REGIÕES / ANOS PRODUTOS	REGIÃO SUL %			
	Produção Total	Produção Financiada	Valor da Produção Total	Valor da Produção Financiada
1968	100	100	100	100
Algodão	3	4	11	18
Amendoim	1	2	2	2
Arroz	10	62	23	59
Mandioca	47	1	15	1
Feijão	5	1	12	1
Mamona	0	3	1	2
Milho	30	3	29	1
Soja	4	24	7	16
1969	100	100	100	100
Algodão	3	4	10	17
Amendoim	1	2	2	1
Arroz	11	46	21	49
Mandioca	45	1	14	0
Feijão	4	1	12	1
Mamona	0	1	0	2
Milho	31	11	31	5
Soja	5	34	10	25
1970	100	100	100	100
Algodão	2	3	8	15
Amendoim	1	2	2	2
Arroz	11	40	20	40
Mandioca	41	0	12	0
Feijão	5	3	17	2
Mamona	0	0	1	0
Milho	33	4	29	2
Soja	7	48	11	39
1973	100	100	100	100
Algodão	2	2	5	11
Amendoim	1	0	3	0
Arroz	10	18	12	22
Mandioca	33	1	9	1
Feijão	4	1	10	1
Mamona	1	0	1	1
Milho	30	9	19	7
Soja	19	69	41	57

Fonte dos Dados Originais: Tabela de Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Região Sul

* 1968 - 1969 - 1970 - 1973 = 100

TABELA 37

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP, REGIÃO CENTRO-OESTE
1968 - 1969 - 1970 - 1973

(CR$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO / ANOS E PRODUTOS	REGIÃO CENTRO-OESTE					
	PRODUÇÃO TOTAL (t) A	PRODUÇÃO FINANCIADA (t) B	VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL (1.000,00) C	VALOR DA PRODUÇÃO FINANCIADA (1.000,00) D	B/A	D/C
1968	2.653.993	112.465	612.413	23.404,8	0,04	0,04
ALGODÃO	54.867	520	21.594	729,6	0,01	0,03
AMENDOIM	20.430	785	4.458	178,4	0,04	0,04
ARROZ	1.577.262	109.160	419.781	22.261,6	0,10	0,05
FEIJÃO	182.104	82	68.542	33,5	-	-
MILHO	819.330	1.918	98.038	201,7	-	-
1969	2.342.472	197.166	564.789	55.550,5	0,08	0,10
ALGODÃO	95.293	1.302	44.505	1.934,7	0,01	0,04
AMENDOIM	25.981	610	7.076	195,9	0,02	0,03
ARROZ	1.306.469	162.387	331.390	48.834,4	0,12	0,15
FEIJÃO	141.621	688	79.955	274,5	-	-
MILHO	767.825	30.995	100.251	4.058,6	0,04	0,04
SOJA	5.283	1.184	1.612	252,4	0,22	0,16
1970	3.023.185	77.484	862.565	28.658,3	0,03	0,03
ALGODÃO	104.312	3.166	62.788	5.980,7	0,03	0,10
ARROZ	1.836.382	63.159	541.848	20.046,5	0,34	0,04
FEIJÃO	176.425	1.949	119.060	1.056,4	0,01	0,01
MILHO	887.254	9.069	133.320	1.531,7	0,01	0,01
SOJA	18.812	141	5.549	43	0,01	0,01
1973	3.557.269	387.462	2.496.262	274.237,6	0,10	0,11
ALGODÃO	232.612	5.800	330.106	23.951,1	0,02	0,07
AMENDOIM	90.974	276	84.805	250,8	-	-
ARROZ	1.948.817	156.239	1.253.625	121.339,2	0,08	0,10
FEIJÃO	125.307	5.341	284.864	6.421,9	0,04	0,02
MAMONA	16.066	89	23.694	53,7	0	-
MILHO	950.566	207.241	337.600	115.922,6	0,22	0,34
SOJA	192.927	12.476	181.568	6.298,3	0,06	0,03

FONTE: IBGE Anuário Estatístico do Brasil, 1971
Ministério da Agricultura, CFP - Anuário Estatístico 1977.

TABELA 38

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP, REGIÃO CENTRO-OESTE. 1968 - 1969 - 1970 - 1973

REGIÕES / PRODUTOS	CENTRO-OESTE			
	PRODUÇÃO TOTAL (t) A	PRODUÇÃO FINANCIADA (t) B	VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL C	VALOR DA PRODUÇÃO FINANCIADA D
1968	100	100	100	100
ALGODÃO	2	-	3	3
AMENDOIM	1	1	1	1
ARROZ	59	97	69	95
FEIJÃO	7	-	11	-
MILHO	31	2	16	1
1969	100	100	100	100
ALGODÃO	4	1	8	3
AMENDOIM	1	-	1	-
ARROZ	56	82	59	88
FEIJÃO	6	-	14	1
MILHO	33	16	18	7
SOJA	-	1	-	1
1970	100	100	100	100
ALGODÃO	4	4	7	21
ARROZ	61	81	63	70
FEIJÃO	6	3	14	4
MILHO	29	12	15	5
SOJA	-	-	1	-
1973	100	100	100	100
ALGODÃO	7	2	13	9
AMENDOIM	3	-	4	-
ARROZ	55	40	50	44
FEIJÃO	3	1	11	3
MAMONA	-	-	1	-
MILHO	27	54	14	42
SOJA	5	3	7	2

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela de Produção Total e Produção Financiada pelo CFP, Região Centro-Oeste.

* 1968 - 1969 - 1970 - 1973 = 100.

TABELA 39

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP, BRASIL

1968 - 1969 - 1970 - 1973

(CR$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO / ANOS E PRODUTOS	BRASIL					
	PRODUÇÃO TOTAL (t) A	PRODUÇÃO FINANCIADA (t) B	VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL (CR$ 1.000,00) C	VALOR DA PRODUÇÃO FINANCIADA (CR$ 1.000,00) D	B/A	D/C
1968	55.228.705	920.890	6.135.101	260.359,8	0,02	0,04
Algodão	1.999.465	61.363	915.360	74.036,3	0,03	0,08
Amendoim	735.905	66.983	206.822	15.277,3	0,09	0,07
Arroz	6.652.508	481.192	1.666.473	114.632,4	0,07	0,07
Mandioca	29.203.229	6.073	936.757	586,7	-	-
Feijão	2.419.677	3.821	725.833	1.127,6	-	-
Mamona	370.334	16.830	102.746	3.924,2	0,05	0,04
Milho	12.813.638	134.619	1.352.310	13.966,5	0,01	0,01
Soja	654.476	120.604	136.357	22.263,7	0,18	0,16
Juta/Malva	51.206	16.907	20.617	10.932,7	0,33	0,53
Sisal ou Agave	328.276	12.498	71.826	3.562,4	0,04	0,05
1969	56.021.126	1.343.037	7.416.037	398.092,9	0,02	0,05
Algodão	2.110.775	57.956	1.048.688	77.062,1	0,03	0,07
Amendoim	753.863	60.866	267.191	17.970,5	0,08	0,07
Arroz	6.394.285	591.561	1.690.889	182.694,5	0,09	0,11
Mandioca	30.073.943	4.794	1.136.210	603,7	-	-
Feijão	2.199.974	6.437	1.060.196	2.488,2	-	-
Mamona	378.398	27.345	114.117	7.964,9	0,07	0,07
Milho	12.693.457	352.558	1.730.110	46.764,7	0,03	0,03
Soja	1.056.607	203.881	265.213	46.827,3	0,19	0,18
Sisal ou Agave	311.110	27.035	78.016	8.372,2	0,09	0,11
Juta/Malva	48.718	10.604	25.407	7.344,8	0,22	0,29
1970	58.486.439	1.262.810	9.635.503	512.192,9	0,02	0,05
Algodão	1.954.993	60.427	1.343.567	114.883,7	0,03	0,09
Amendoim	928.073	85.025	366.758	33.665,7	0,09	0,09
Arroz	7.553.083	444.371	2.254.806	167.947,6	0,06	0,07
Feijão	2.211.449	27.342	1.412.026	10.379,0	0,01	0,01
Juta/Malva	38.172	15.931	29.601	10.513,3	0,42	0,36
Mandioca	29.464.275	2.505	1.397.138	428,2	-	-
Mamona	348.546	16.272	130.452	5.367,0	0,05	0,04
Milho	14.216.009	178.494	2.198.940	28.705,6	0,01	0,01
Soja	1.508.540	416.386	430.023	135.181,2	0,28	0,31
Sisal ou Agave	263.299	16.057	72.187	5.116,6	0,06	0,07
1973	74.013.793	3.183.959	28.247.832	2.539.984,7	0,04	0,09
Algodão	17.796.146	130.633	3.910.310	582.932,4	0,01	0,15
Amendoim	589.887	39.522	580.412	40.169,0	0,07	0,07
Arroz	7.160.127	625.748	4.416.150	512.553,9	0,09	0,12
Mandioca	26.528.305	24.965	3.464.480	19.228,0	-	0,01
Feijão	2.230.928	28.783	4.323.723	38.025,6	0,01	0,01
Mamona	448.683	65.610	755.495	48.451,5	0,15	0,06
Juta/Malva	62.226	10.324	84.321	15.557,6	0,17	0,18
Milho	14.185.877	763.156	5.148.033	391.098,6	0,05	0,08
Soja	5.011.614	1.495.218	5.564.908	891.968,1	0,30	0,16

FONTE: IBGE - 1) Anuário Estatístico
2) Ministério da Agricultura CFP, Anuário Estatístico do Brasil, 1977.

TABELA 40

POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO FINANCIADA PELA CFP, BRASIL

1968 - 1969 - 1970 - 1973

REGIÕES / ANOS / PRODUTOS	BRASIL			
	Produção Total (t) A	Produção Financiada (t) B	Valor da Produção Total	Valor da Produção Financiada
1968	100	100	100	100
Algodão	4	7	15	28
Amendoim	1	7	3	6
Arroz	12	52	27	44
Mandioca	53	1	15	1
Feijão	4	-	12	0
Mamona	1	2	2	2
Milho	23	15	22	5
Soja	1	13	2	9
Juta e Malva	0	2	1	4
Sisal ou Agave	1	1	1	1
1969	100	100	100	100
Algodão	4	4	14	19
Amendoim	1	5	4	4
Arroz	11	44	23	46
Mandioca	54	0	15	0
Feijão	4	1	14	1
Mamona	1	2	2	2
Milho	23	26	23	12
Soja	2	15	4	12
Sisal ou Agave	0	2	1	2
Juta e Malva	0	1	0	2
1970	100	100	100	100
Algodão	3	5	14	22
Amendoim	2	7	4	7
Arroz	13	35	23	33
Feijão	4	2	15	2
Juta/Malva	0	1	0	2
Mandioca	50	0	15	0
Mamona	1	1	1	1
Milho	24	14	23	6
Soja	3	33	4	26
Sisal ou Agave	0	2	1	1
1973	100	100	100	100
Algodão	24	4	14	23
Amendoim	0	1	2	2
Arroz	10	20	16	20
Mandioca	36	1	12	1
Feijão	3	1	15	1
Mamona	1	2	3	2
Juta/Malva	0	0	0	1
Milho	19	24	18	15
Soja	7	47	20	35

Fonte dos Dados Originais: Tabela de Produção Total e Produção Financiada pela CFP, BR

* 1968 - 1969 - 1970 - 1973 = 0

TABELA 41
POLÍTICAS DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DE PREÇOS MÍNIMOS
PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NOS TOTAIS DO BRASIL

1968 A 1973

ESPECIFICAÇÃO / ANOS	PRODUÇÃO TOTAL (%)					PRODUÇÃO FINANCIADA (%)					VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL (%)					VALOR DA PRODUÇÃO FINANCIADA (%)				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
1968	1	31	25	32	5	2	9	32	45	12	1	25	31	38	10	4	17	26	49	9
1969	0.2	32	23	33	4	1	8	38	37	15	0,6	26	30	33	8	2	12	32	40	14
1970	1	5	26	36	5	1	5	27	61	6	1	14	31	35	9	2	6	26	60	6
1973	0,2	22	17	38	5	0,3	3	26	58	12	0,5	23	22	43	9	0,6	5	31	53	11

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabelas de Produção Total e Produção Financiada pela CFP, Regiões e Brasil.